



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2050

Segunda-feira - 01 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2	Guaramirim	102	Paulo Lopes	328
Arabutã	4	Herval d'Oeste	105	Penha	331
Arroio Trinta	5	Ilhota	106	Peritiba	344
Aurora	6	Imarui	107	Planalto Alegre	345
Balneário Piçarras	7	Imbituba	108	Pomerode	346
Balneário Rincão	8	Indaial	119	Ponte Serrada	347
Barra Bonita	9	Iomerê	124	Porto União	348
Barra Velha	11	Ipumirim	126	Presidente Castello Branco	349
Biguaçu	13	Iratí	127	Rio das Antas	350
Blumenau	24	Itaiópolis	128	Rio dos Cedros	357
Bom Jesus do Oeste	36	Itapema	129	Rio do Sul	351
Bom Retiro	37	Itapiranga	130	Santa Terezinha do Progresso	372
Botuvera	38	Itapoá	144	Santiago do Sul	386
Brusque	39	Ituporanga	146	São Bento do Sul	387
Caçador	40	Jacinto Machado	147	São Carlos	390
Camboriú	42	Jaraguá do Sul	148	São Domingos	392
Campo Alegre	43	Joaçaba	175	São João do Sul	397
Campo Erê	46	Lages	182	São Joaquim	398
Campos Novos	47	Lauro Muller	184	São José	403
Canoinhas	48	Lebon Regis	217	São José do Cedro	404
Capinzal	49	Leoberto Leal	243	São Lourenço do Oeste	408
Chapadão do Lageado	50	Lindóia do Sul	245	São Miguel da Boa Vista	414
Cocal do Sul	52	Luzerna	249	São Miguel do Oeste	416
Cordilheira Alta	53	Macieira	250	São Pedro de Alcântara	426
Coronel Freitas	54	Mafra	251	Schroeder	429
Coronel Martins	55	Massaranduba	253	Serra Alta	442
Correia Pinto	56	Meleiro	266	Sul Brasil	444
Corupá	57	Mondaí	276	Timbé do Sul	445
Curitibanos	58	Monte Carlo	279	Timbó	446
Dionísio Cerqueira	59	Morro da Fumaça	280	Três Barras	449
Ermo	63	Navegantes	281	Treze Tílias	450
Flor do Sertão	64	Nova Trento	291	Trombudo Central	480
Forquilha	67	Novo Horizonte	295	Tunápolis	481
Fraiburgo	72	Otacílio Costa	298	Urussanga	482
Garopaba	82	Ouro Verde	299	Vargeão	483
Garuva	94	Palhoça	300	Videira	484
Gaspar	98	Palmitos	321	Xanxerê	487
Grão Pará	99	Papanduva	322	Xaxim	488
Guaraciaba	100	Paraíso	323	Zortéa	489

Associações

EGEM	490
------------	-----

Consórcios

AGIR	499	CPIMMOC	517
CIGA	502	CIAPS	518
CIMCATARINA	502		
CIMVI	515		
CIS/AMURES	516		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 279/2016

PORTARIA Nº 279/2016.

Nomear servidores para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, os servidores, para o cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de agosto de 2016, conforme relacionado abaixo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

AREA I

RAQUEL MARIA ROSA ROTHSTEIN – 2ª colocada
MARTHA VALLADARES MESSIAS – 3ª colocada

AREA II

VIVIANE MARTINS MALICHESKI – 1ª colocada
LEONICE MARTENDAL SCHMITT – 2ª colocada
VERALDINA GUESSER VALOES – 4ª colocada

AREA III

MARCELO JOSE CARVALHO DE SOUZA – 1ª colocado
SOLENE KUHN – 4ª colocada

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de julho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2016.

PORTARIA N 280/2016

PORTARIA Nº 280/2016.

Concede Licença para Tratamento de saúde a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor NATALINO JOAO WEBER, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a contar de 26 de julho de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de julho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2016.

PORTARIA N 281/2016

PORTARIA Nº 281/2016.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o chamamento Público nº 005/2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, LUIZA RODRIGUES CRUZ, para o cargo de PEDIATRA – 20H, a partir de 01 de agosto de 2016 até a realização do Processo Seletivo, em substituição a titular LINETE RITA VIEIRA NIEHUES DE FARIAS, em tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de julho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2016.

PORTARIA N 282/216

PORTARIA Nº 282/2016.

Concede Insalubridade a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora ACT LUIZA RODRIGUES CRUZ, ocupante do cargo de PEDIATRA – 20H, a partir de 01 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de julho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2016.

PORTARIA N 283/2016

PORTARIA Nº 283/2016.

Concede Gratificação a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1318/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, a servidora ACT LUIZA RODRIGUES CRUZ, ocupante do cargo de PEDIATRA – 20H, a partir de 01 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de julho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 063/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO N°. 063/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e RONEI HENRIQUE ACCADROLI, inscrito no CPF/MF sob o nº. 093.982.399-30, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário, mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Professora de Educação Física, na vaga vinculada do professor Claiton Brinckmann, que está em afastado em virtude de atestado médico, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015 e em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2016 até 19 de agosto de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 651,70(seiscentos e cinquenta e um reais) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor Não habilitado;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I. C.M;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20horas
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 29 de julho de 2016.

Ronei Henrique Accadrolli
Contratado

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi
CPF/MFnº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier
CPF/MFnº. 009.112.609-60

Arroio Trinta

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2016 - IMPRESSOS GRÁFICOS - COMPRE AQUI E AJUDE ARROIO TRINTA A CRESCER

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços Nº 0010/2016 - TP

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: SERVIÇOS DE IMPRESSOS GRÁFICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CAMPANHA "COMPRA AQUI E AJUDE ARROIO TRINTA A CRESCER", CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1773 DE 21/07/2016.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 19/08/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 19/08/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 29 de julho de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 009/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

DEPOIS DE NOTIFICADAS E INFORMADAS AS EMPRESAS, LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA E IOBV – INSTITUTO BARRIGA VERDE SOBRE A DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES NO RECURSO IMPETRADO NO PROCESSO LICITATÓRIO 009/2016 – PREGÃO 006/2016 ONDE FORAM CONVOCADAS AS EMPRESAS PARA O DIA 29/07/2016 ÀS 09:00 HORAS PARA O ENCERRAMENTO DO CERTAME, COMO NÃO COMPARECERAM NENHUMA DAS EMPRESAS FICAM NOTIFICADAS E CONVOCADAS PARA SESSÃO PÚBLICA DIA 04/08/2016 ÀS 09:00 HORAS PARA QUE SEJA OFICIALIZADO O ENCERRAMENTO DO CERTAME LICITATÓRIO 009/2016 – PREGÃO 006/2016 – PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE AURORA.

AURORA SC, 29/07/2016

VILMAR ZANDONAI

PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 01/2016 A ATA 013/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015 - FMED

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015 - FMED

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ADITIVO Nº 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual a aquisição de gêneros alimentícios (carne bovina, frango e peixe) para atender os alunos das Unidades de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Fica aditado o item abaixo, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

9	SAPONÁCEO MULTIUSO EM PASTA COR ROSA POTE C/500GR,CX C/24UNI	CAIXA	CRISTAL	2	R\$78,00	R\$156,00	
18	ESPONJA DE LOUCA DUPLA FACE - PCT C/ 3 UNIDADES	PACOTE	BETTANIN	250	R\$1,93	R\$482,50	
44	TOALHA DE PAPEL	PACOTE	PLUFFY	375	R\$9,78	R\$3.667,50	
					Total do Fornecedor:		R\$4.306,00

M. MÓBILE EIRELI EPP

Balneário Piçarras(SC), 20 de julho de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

PORTARIA 282/2016

PORTARIA N.º 282/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 317/2015 de 03 de agosto de 2015, a conseguinte EXONERAÇÃO A PEDIDO, do cargo de DIRETOR DE CULTURA, junto a Secretaria Municipal de Turismo, o Senhor ELINTON MANOEL GEREMIAS, brasileiro, maior, solteiro inscrito no CPF nº 098.473.909-24 e CI nº. 5.505.097-2 SSP-SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 22 de julho de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 283/2016

PORTARIA N.º 283/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 218/2013 de 02 de maio de 2013, a conseguinte EXONERAÇÃO A PEDIDO, do cargo de ASSESSOR JURÍDICO PARA ASSUNTOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS, com as atribuições pertinentes a Procuradoria Geral do Município o senhor, JULIANO LUIS CAVALCANTI, brasileiro, maior, portador do CPF nº 924.076.929-34, C.I. Nº 1841582 SSP/SC e OAB/SC nº 10356, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 29 de julho de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

019SAMAE2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/SAMAE/2016.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 12/08/2016 às 14:00 hrs.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de um conjunto de um motor trifásico de indução para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, durante 2016.

Fone/Fax: (48) 3468-7800 / e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão – SC 29 de julho de 2016.

Pregoeira

RENATA DAROS TORRES

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº45/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO PREÇO Nº 45/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando contratação de Prestadoras de Serviços de atendimento fonoaudiólogo, assistencial, psicológico, pedagógico, acompanhamento escolar, ensino de LIBRAS, e todo suporte necessário para inclusão social de surdos. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 11 de agosto de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 29 de julho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito

PORTARIA Nº 228, DE 29 DE JULHO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 228, de 29 de julho de 2016.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5 (duas e meia) diárias ao Senhor Marcelo Rama, Matrícula nº 161907, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais), para viagem a cidade de Curitiba-PR, conforme Memorando Nº019/2016 e Roteiro de Viagem nº02/2016 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de julho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 228, DE 29 DE JULHO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 228, de 29 de julho de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao Senhor Davi Zaccaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº45/2016 e Roteiro de Viagem nº20/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº45/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de julho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**HOLOGAÇÃO DA ISENÇÃO DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO - EDITAL CONCUSO PÚBLICO 001/2016**

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

HOMOLOGAÇÃO DAS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. Joacir Raldi, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Isenções da Taxa de Inscrição ao Concurso Público n.º 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

1. Apresentamos abaixo a Homologação das Isenções da Taxa de Inscrição ao Concurso Público n.º 001/2016, conforme segue:

N.º INSC.	NOME	CARGO	SITUAÇÃO
24	GILVANA DOS SANTOS	Advogado(a).	INDEFERIDO Intempestivo / Não comprovou as doações no período
77	MARIANA LE MENER CARDOSO SILVA	Agente Legislativo.	INDEFERIDO Não comprovou as doações
32	SAMUEL WELCHEN	Agente Legislativo.	INDEFERIDO Não comprovou as doações
30	ALEXANDRE DE LARA SILVA	Contador(a).	INDEFERIDO Não comprovou as doações
53	MARCIELI WENDLING KLEIN	Contador(a).	INDEFERIDO Não comprovou as doações
31	SIMONE FRARE BIEGELMEIER	Contador(a).	DEFERIDO
Total de Candidatos - 06			

2. Do total de 06 candidatos que realizaram inscrição no Concurso Público n.º 001/2016 com pedido de isenção da taxa de inscrição 01 teve o pedido DEFERIDO e 05 tiveram os pedidos INDEFERIDOS.

3. Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDOS deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 10 de agosto de 2016, sob pena de indeferimento da inscrição.

4. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita (SC), 29 de julho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente do Legislativo

Barra Velha

PREFEITURA

PP 014/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 019/2016 – FMS - Pregão Presencial nº 014/2016-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por ITEM, aquisição de equipamentos para consultório oftalmológico, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 16/08/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 16/08/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 016/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 021/2016 – FMS - Pregão Presencial nº 016/2016-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por LOTE, prestação de serviço para colocação de divisória em gesso acartonado, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 17/08/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 17/08/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 015/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 020/2016 – FMS - Pregão Presencial nº 015/2016-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por LOTE, aquisição de central telefônica PABX com serviço de instalação, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 16/08/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 16/08/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 017/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 022/2016 – FMS - Pregão Presencial nº 017/2016-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por LOTE, aquisição de persianas para Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 17/08/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 17/08/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 018/2016 FMSPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 023/2016 – FMS - Pregão Presencial nº 018/2016-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por ITEM, aquisição de medicamentos, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 18/08/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 18/08/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 046/2016 PMBVPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 060/2016 - Pregão Presencial nº 046/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Prestação de serviço para locação de escavadeira hidráulica, para utilização na pedreira do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/08/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 15/08/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 045/2016 PMBVPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 059/2016 - Pregão Presencial nº 045/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para contratação de empresa para execução de remendos em diversas ruas do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/08/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 15/08/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de julho de 2016

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 122/2016

DECRETO Nº 122/2016 DE: 22 DE JULHO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

11. Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	32.763,18
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.35.0137066	Pessoal e Encargos Sociais	32.763,18
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.35.0137066	Outras Despesas Correntes	32.763,18

18. Fundo Municipal de Saúde

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	1.202.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.38.0228015	Outras Despesas Correntes	1.202.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.38.0228015	Investimentos	2.000,00
3.1.90.00/0.2.38.0228015	Pessoal e Encargos Sociais	1.200.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 124/2016

DECRETO Nº 124/2016 DE: 28 DE JULHO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil – Creche	66.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	66.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	66.000,00

0701.12.365.0003.2089	Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar	50.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	8.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00

1101.08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar	1.270,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.270,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.270,00

1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	7.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	7.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	7.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	5.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.06.0227000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.06.0227000	Outras Despesas Correntes	5.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária**DECRETO Nº 125/2016**DECRETO Nº 125/2016 DE: 28 DE JULHO DE 2016.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 35.809,99 (Trinta e cinco mil, oitocentos e nove reais e noventa e nove centavos) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2015, apurado em fontes de recursos:

07. Secretaria de Educação

0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física de Ens. Fundamental	24.417,70
4.4.00.00	Investimentos	24.417,70
4.4.90.00	Aplicações Diretas	24.417,70
0.3.32.0370206	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	24.417,70

17. Fundação Municipal do Meio Ambiente

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	11.392,29
4.4.00.00	Investimentos	11.392,29
4.4.90.00	Aplicações Diretas	11.392,29
0.6.00.0636000	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	11.392,29

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de julho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária**EXTRATO CONTRATO Nº 10.085/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 32/2016 – FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕESExtrato Contrato nº 10.085/2016
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 32/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UPA 24 HORAS, CEO, POLICLINICA, VIGILÂNCIAS E SECRETARIA

DE SAÚDE.

Fornecedor: L&M COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Valor: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

Vigência: 14/07/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 – FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU,

FORNECEDOR: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 211.457,80 (duzentos e onze mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 148.301,27 (cento e quarenta e oito mil trezentos e um reais e vinte e sete centavos).FORNECEDOR: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 50.818,50 (cinquenta mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos).FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 442.360,11 (quatrocentos e quarenta e dois mil trezentos e sessenta reais e onze centavos).FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 62.467,00 (sessenta e dois mil quatrocentos e sessenta e sete reais).FORNECEDOR: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 3.630,00 (três mil seiscentos e trinta reais).FORNECEDOR: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
VALOR TOTAL: R\$ 220.293,00 (duzentos e vinte mil duzentos e noventa e três reais).FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 22.470,40 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos).FORNECEDOR: AGLON COMERCIO E REPRES. LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).FORNECEDOR: LICIMED DISTR. MEDIC. CORR. E MAT. MED. HOSP LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 42.795,00 (quarenta e dois mil setecentos e

noventa e cinco reais).

FORNECEDOR: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
– EPP
VALOR TOTAL: R\$ 65.013,00 (sessenta e cinco mil e treze reais).

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 309.185,86 (trezentos e nove reais cento e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

FORNECEDOR: DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 138.215,00 (cento e trinta e oito mil duzentos e quinze reais).

FORNECEDOR: CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 5.941,00 (cinco mil novecentos e quarenta e um reais).

VIGÊNCIA: 22/07/2017.

GABRIEL ARTHUR LOEFF
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1880/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1880 de 13 de julho de 2016.
Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) ARLETE ANDRADE, detentor(a) da matrícula 544-1 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ARLETE ANDRADE, detentor(a) da matrícula 544-1 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00015/16-3, da qual se extraiu o período de 05 (cinco) anos e 29 (vinte e nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de julho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1881/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1881 de 13 de julho de 2016.
Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MANOEL GREGORIO DE FRANÇA, detentor(a) da matrícula 235-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MANOEL GREGORIO DE FRANÇA, detentor(a) da matrícula 235-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00040/16-8, da qual se extraiu o período de 10 (dez) anos e 06 (seis) meses e 08 (oito) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de julho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1882/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1882 de 13 de julho de 2016.
Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) JOSE ELEOMAR AMARAL, detentor(a) da matrícula 238-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) JOSE ELEOMAR AMARAL, detentor(a) da matrícula 238-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00036/16-0, da qual se extraiu o período de 09 (nove) anos e 09 (nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de julho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1963/2016

PORTARIA nº 1963 de 20 de julho de 2016
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Mônica Abreu dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/07/2016.

Biguaçu, 20 de julho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1978/2016

PORTARIA nº 1978 de 28 de julho de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 1114/2016, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1114 de 31 de março de 2016, que concedia Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior ao servidor Paulo Roberto Binhoti, a partir de 02/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2016.

Biguaçu, 28 de julho de 2016.

Thaysa Nunes Johanson

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1979/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1979 de 28 de julho de 2016.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) JORGE ANTONIO DA SILVA, detentor(a) da matrícula 534-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) JORGE ANTONIO DA SILVA, detentor(a) da matrícula 534 -1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00039/16-0, da qual se extraiu o período de 08 (oito) anos, 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1980/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1980 de 28 de julho de 2016.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo 63º BATALHÃO DE INFANTARIA, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) ANDRE SILVA FENNER, detentor(a) da matrícula 534-1 e do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ANDRE SILVA FENNER, detentor(a) da matrícula 534-1 e do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo 63º BATALHÃO DE INFANTARIA, sob o nº 81/2016, da qual se extraiu o período de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 29 (vinte e nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1981/2016

PORTARIA nº 1981 de 29 de julho de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ANTONIO RAFAEL VALENÇA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE ESPORTES, na Secretaria Municipal da Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 22/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes Johanson

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1982/2016

PORTARIA nº 1982 de 29 de julho de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Thiago de Carvalho Borba, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Esportes, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 25/07/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes Johanson

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1983/2016

PORTARIA nº 1983 de 29 de julho de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Jeferson Binhoti, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Comunicação Social, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 01/07/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes Johanson

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1984/2016

PORTARIA nº 1984 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISONEIDE HELENA WALTRICH DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR I, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/07/2016 a 02/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1985/2016

PORTARIA nº 1985 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) WALDIRA DE SOUSA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/06/2016 a 03/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/06/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1986/2016

PORTARIA nº 1986 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCRECIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/07/2016 a 19/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1987/2016

PORTARIA nº 1987 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 18/08/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1988/2016

PORTARIA nº 1988 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVONEI GALLAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1989/2016

PORTARIA nº 1989 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISIS TOLEDO DE AGUIAR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/05/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/05/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1990/2016

PORTARIA nº 1990 de 29 de julho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido

de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1991/2016

PORTARIA nº 1991 de 29 de julho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE REGINA SAGAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de FONOAUDIÓLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1992/2016

PORTARIA nº 1992 de 29 de julho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANE QUINTINO MONTEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 06/07/2016 a 12/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1993/2016

PORTARIA nº 1993 de 29 de julho de 2016
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDELTON LUIS SANTIN, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 26/07/2016 a 03/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1994/2016

PORTARIA nº 1994 de 29 de julho de 2016
Torna sem efeito a Portaria nº 2704/2015, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2704 de 29 de outubro de 2015, que designava a servidora Paula Aparecida Moro de Andrade à disposição do Cartório Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral – Biguaçu, a partir de 18/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e / seus efeitos são retroativos a 18/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1995/2016

PORTARIA nº 1995 de 29 de julho de 2016
Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Paula Aparecida Moro de Andrade, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Escriurário, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7966-1.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 20/07/2016 a 20/07/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1996/2016

PORTARIA nº 1996 de 29 de julho de 2016
Susta a Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Sustar a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Solange Goulart de Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 12543-1 a contar de 01/08/2016.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 117/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1997/2016

PORTARIA nº 1997 de 29 de julho de 2016
Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Marineuza Soares Goulart, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10693-1, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Educação Fundamental, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no EBM Olga Borgonovo, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Assumir turmas na ausência do professor regente, quando solicitado;

X – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 21/07/2016 a 16/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes JohANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1998/2016

PORTARIA nº 1998 de 29 de julho de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Roseli Miranda Corrêa, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9809-5, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CEIM Professora Lindoia de Souza Faria, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 02/07/2016 a 28/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes JohANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1999/2016

PORTARIA nº 1999 de 29 de julho de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Aline Amorim de Souza, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 1816-1, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, no Setor de Transporte Escolar, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal

de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 18/06/2016 a 14/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/06/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes JohANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2000/2016

PORTARIA nº 2000 de 29 de julho de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Cláudia Nalzita Melo de Andrade, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 3310-1, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CEIM Recanto Feliz, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 26/07/2016 a 21/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes JohANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2001/2016

PORTARIA nº 2001 de 29 de julho de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Nair Aparecida Franco, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 1831-1, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CEIM Lar Feliz, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 16/07/2016 a 11/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes JohANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2002/2016

PORTARIA nº 2002 de 29 de julho de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Zilda Regina da Silva, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8868-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de

30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, desempenhando as funções inerentes ao cargo de Telefonista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 09/05/2016 a 05/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 09/05/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes JohANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2003/2016

PORTARIA nº 2003 de 29 de julho de 2016
Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Jucenir Lucia Benderde acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8841-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CEIM Jardim Janaína, desempenhando as seguintes funções:

- I – Receber e conferir de alimentos e produtos de limpeza;
- II – Controlar o estoque no depósito de produtos alimentícios;
- III – Ajudar na confecção de murais decorativos da instituição;
- IV – Auxiliar na Direção quando necessário.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 17/06/2016 a 13/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 17/06/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes JohANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2004/2016

PORTARIA nº 2004 de 29 de julho de 2016
Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Bernadete Cardouzo, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7941-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Centro de Especialidades Odontológicas, desempenhando as funções inerentes ao cargo de recepcionista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 10/05/2016 a 07/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 10/05/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes JohANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2005/2016

PORTARIA nº 2005 de 29 de julho de 2016
Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Raquel Áurea Gonçalves Borba, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7941-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Policlínica Municipal de Saúde, desempenhando as funções inerentes ao cargo de Auxiliar de Farmácia.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 21/07/2016 a 16/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes JohANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2006/2016

PORTARIA nº 2006 de 29 de julho de 2016
Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Mare Garcia de Wasconcellos, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7620-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Policlínica Municipal de Biguaçu, desempenhando as seguintes funções:

- I – Registrar Processos;
- II – Arquivar documentos;
- III – Atender ao público.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 17/06/2016 a 13/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 17/06/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.
Thaysa Nunes JohANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2007/2016

PORTARIA nº 2007 de 29 de julho de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Altamiro Miguel de Barros, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7190-1, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Conselho da Assistência Social, desempenhando as seguintes funções administrativas:

I – Redigir atas;

II – Marcar reuniões;

III – Atender ao telefone.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 07/06/2016 a 03/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 07/06/2016.

Biguaçu, 29 de julho de 2016.

Thaysa Nunes JohANSON

Secretária Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2014

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 088/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE LEGISLADOR EXECUTIVO.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-065/2014.

PREÇO: Reajusta o valor pago à contratada para R\$ 662,91 (seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais, a contar de 22 de maio de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 7.954,92 (sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

DATA: 20 de julho de 2016.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2013

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 095/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. SÉRGIO DALPIAZ.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 224,40M², DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL INFANTIL PROFESSORA LENYR PEITER STARKE CASA I.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-092/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2016 até 30 de abril de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.212,50 (três mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 38.550,00 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta reais).

DATA: 19 de julho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 148/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 148/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA CONHECER TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA ME.

OBJETO: Elaboração do laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT-IN INSS/PRES nº45 de 06/08/2010 - DOU de 11/08/2010 e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - Norma Regulamentadora de nº. 29 - Portaria MTE nº 3.214 de 08/06/1978, com a devida responsabilidade técnica de profissional habilitado, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses – SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-037/2014.

PREÇO: R\$ 621.149,36 (seiscentos e vinte e um mil cento e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

PRAZO: 18 (dezoito) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 03 de junho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 160/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 160/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA REUNIDAS TURISMO S/A.

OBJETO: Permissão de uso de área de 60,54m², situada no piso térreo do TRPPHD – Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke, para instalação de agência emissora de passagens e despacho de mercadorias/cargas rodoviárias - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-052/2016.

PREÇO: Valor mensal de R\$ 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta reais) pelo uso do espaço, totalizando R\$ 39.960,00 (trinta e nove mil, novecentos e sessenta reais) anuais.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 10 de junho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 161/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 161/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de área de 18,86m², situada no piso térreo do TRPPHD – Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke, para instalação de agência emissora de passagens e despacho de mercadorias/cargas rodoviárias - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-052/2016.

PREÇO: Valor mensal de R\$ 1.037,00 (um mil e trinta e sete reais) pelo uso do espaço, totalizando R\$ 12.444,00 (doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais) anuais.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 10 de junho de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A PARÓQUIA EVANGÉLICA DE ITROUPAVA CENTRAL.

OBJETO: LOCAÇÃO IMÓVEL, CONTENDO NO TOTAL 1.068,29M², LOCALIZADO NA RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, Nº 10139, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. NAZARÉ.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-57/2016.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 7.559,08 (sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oito centavos) mensais, a contar de 1º de maio de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 90.708,96 (noventa mil setecentos e oito reais e noventa e seis centavos).

DATA: 15 de julho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 172/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 172/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP.

OBJETO: LOTE 08 - Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização viária da Rua: Martin Pofahl, localizada no Bairro: Itoupava Central – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes neste edital – SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 041/15.

PREÇO: R\$ 43.417,62 (quarenta e três mil quatrocentos e dezesseite reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 20 de junho de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA ONDREPSB – SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DOS TERMINAIS URBANOS DE PASSAGEIROS DE BLUMENAU - "ATERRO", "FONTE", "GARCIA", "FORTALEZA", "PROEB" E "VELHA" TERMO DE CONTRATO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-83/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 08 de julho até 07 de agosto de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais).

DATA: 15 de julho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 182/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 182/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de adequação do projeto da Parte do Corredor Norte-Sul, observadas as orientações emanadas da GIGOV-CEF, conforme especificações constantes no edital – SEPLAN.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 003/2016.

PREÇO: R\$ 129.897,75 (cento e vinte e nove mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO: 60 (sessenta) dias ou até que se execute o serviço, contados da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 28 de junho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 196/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 196/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE.

OBJETO: Locação das instalações esportivas com todas as infraestruturas necessárias para a utilização das dependências da Sociedade Desportiva Vasto Verde – FMD.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-065/16.

PREÇO: R\$ 49.000,14 (quarenta e nove mil reais e catorze centavos).

PRAZO: 16 de junho até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 07 de julho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 198/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 198/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA AUTHENTIKA JOALHERIA RELOJOARIA E ÓTICA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de óculos, lentes e armações para os Usuários do Sistema Único de Saúde atendidos pela Rede Básica Municipal de Saúde, pelo período de 01 ano – SEMUS/FMS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 062/2016.

PREÇO: Item 01: R\$ 158,76 (cento e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos);Item 02: R\$ 115,00 (cento e quinze reais);Item 03: R\$ 366,00 (trezentos e sessenta e seis reais);Item 04: R\$ 102,00 (cento e dois reais);Item 05: R\$ 102,00 (cento e dois reais).

PRAZO: 12 (doze meses), a contar da data da assinatura do contrato.

DATA: 11 de julho de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 201/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 201/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA CRUZ AZUL NO BRASIL.

OBJETO: Contratação de empresa ou entidade especializada para execução de atividades de prevenção quanto ao uso de substâncias psicoativas legais e ilegais, abordando suas consequências, a fim de capacitar multiplicadores e atores sociais, no Município de Blumenau - SC. Convênio nº 9/2014 – Registro no Siconv nº 802076/2014 - Proposta nº 028782/2014 - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 062/2016.

PREÇO: R\$ 101.083,30 (cento e um mil oitenta e três reais e trinta centavos).

PRAZO: 08 (oito) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 04 (quatro) meses contados a partir da data da assinatura do contrato.

DATA: 13 de julho de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 224/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO MAGNÉTICO, ATRAVÉS DE SISTEMAS COM FUNÇÕES DE CRÉDITO E DÉBITO COM FORNECIMENTO DOS CARTÕES COM O LOGOTIPO EXCLUSIVO BLUSUAS/ALIMENTAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 109/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 24 de julho de 2016 até 23 de julho de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 80,00 (oitenta reais) o valor do item 01, totalizando o valor estimado em R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais).

DATA: 13 de julho de 2016.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2014

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SRA. WALTRAUDE CORDEIRO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 359,20M², SITUADO NESTA CIDADE, À RUA CUBA, Nº 40, BAIRRO PONTA AGUDA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. ODILON DE CAETANO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-201/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2016 até 31 de agosto de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.981,63 (três mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos) mensais, totalizando o valor da locação em R\$ 47.779,56 (quarenta e sete mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 19 de julho de 2016.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/2012

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES - ABAM.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CEMATEPCA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-162/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 4.321,33 (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e três centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 51.855,96 (cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

DATA: 13 de junho de 2016.

HOMOLOGAÇÃO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 03-008/16

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-008-16 - REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (ELÉTRICA, HIDRAULICA, PINTURA, MARCENARIA, ENTRE OUTROS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 01 ANO – FMAS – SETERB – SEDEC e FCB.

Contratada: SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP.
CNPJ: 18.806.639/0001-24.

No valor de R\$ R\$ 429.742,60 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos).

PORTARIA Nº 662/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 662

CONCEDE ESTABILIDADE À SERVIDORA NATÁLIA STEILEIN LIVI, LOTADA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, com fundamento no artigo 26, § 2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE

à servidora pública municipal NATÁLIA STEILEIN LIVI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Geógrafo, matrícula nº 1126, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a contar de 16 de julho de julho de 2016.

Blumenau, 18 de julho de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA.

RESOLUÇÃO CMI Nº 17/2016

RESOLUÇÃO CMI Nº 17/2016

INSTITUI A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI, PARA TRATAR DOS CRITÉRIOS PARA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO – FMI E NOMEIA OS REPRESENTANTES PARA SUA COMPOSIÇÃO.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a Plenária Ordinária do CMI – realizada em 12 de julho de 2016,

CONSIDERANDO:

- o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso aprovado pelo Decreto Municipal Nº 8.358, de 22 de fevereiro de 2007;

- a necessidade de debater e definir critérios para utilização dos recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI;

RESOLVE:

Art. 1º institui a composição da comissão especial do Conselho Municipal do Idoso – CMI, para tratar dos critérios para utilização dos recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI e nomeia os representantes para sua composição:

a) Representando a Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – Pró-Família;

Titular: Perla Torrens

Suplente: Maria Laura de Oliveira Kammer

b) Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

Titular: Tiago Vergilio Krueger

Suplente: Karine Freygang

c) Representando a Secretaria de Saúde – SEMUS;

Titular: Fabiana Gonçalves Felix Maciel

Suplente: Mara Rubia Rutzen

d) Representando o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS;

Titular: Nilvana Loraine Campos Gonçalves

Suplente: Marlise Cicz

e) Representando o Serviço Social do Comércio – SESC;

Titular: Talita Cristine Sutrér Freitas

Suplente: André Rene Nader Rodrigues

f) Representando a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Blumenau - ASAPREV

Titular: Hildo Mario de Novaes

Suplente: Osmar da Silva

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de julho de 2016.

Fabiana Gonçalves Félix Maciel

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI

Biênio 2015 – 2017

EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS 2015 / 2016 - SAMAE

1) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2203/2015

PARTES: SAMAE E GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

OBJETO: serviços de coleta, transporte e destino final de lixo ambulatório e resíduos tóxicos

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01-2201/15

VALOR: R\$ 33.221,89 (trinta e três mil duzentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos) em decorrência do reajuste de 10,05%, com base no índice INPC/IBGE acumulado no período de abril/2015 a abril/2016

PRAZO: prorroga-se o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 17/05/2016 a 16/05/2017.

DATA DA ASSINATURA: 16 de maio de 2016.

2) 7º ADITIVO AO CONTRATO n.º 066/2012

PARTES: SAMAE e RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: contratação de equipamentos para os serviços de abertura de valas, transporte de material para reaterro e bota-fora, içamento de adutoras, desmonte de rochas, carregamento de material, reaterro e espalhamento de bota-fora

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-001, de 02 de abril de 2012

VALOR: R\$ 13.648.243,12 (treze milhões seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e três reais e doze centavos) em decorrência do reajuste de 9,83% com base no índice INPC/IBGE acumulado no período de Maio de 2015 até Abril 2016

PRAZO: prorroga-se o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, de 25 de maio de 2016 a 24 de maio de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 17 de maio de 2016.

3) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2206/2015

PARTES: SAMAE e HEXIS CIENTÍFICA LTDA.

OBJETO: prestação de serviços de manutenção e calibração de equipamentos de laboratório

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2209/15

VALOR: R\$ 140.471,06 (cento e quarenta mil quatrocentos e setenta e um reais e seis centavos) em decorrência do reajuste de 9,28%. com base no índice IPCA/IBGE acumulado no período de Maio de 2015 a Abril 2016

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 25 de maio de 2016 a 24 de maio de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 24 de maio de 2016.

4) 2º ADITIVO AO CONTRATO n.º 2204/2015

PARTES: SAMAE e SANDRINI E BOTECA LTDA.

OBJETO: prestação dos serviços de gestão comercial

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2201/2015

VALOR: o valor do contrato passa a ser reajustado no percentual de 9,28%, com base no IPCA/IBGE acumulado no período de maio de 2015 a abril de 2016, passando a ser de R\$ 7.787.168,40 (sete milhões setecentos e oitenta e sete mil cento sessenta e oito reais e quarenta centavos)

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 04/05/2016 a 03/05/2017

DATA DA ASSINATURA: 31 de maio de 2016.

5) 4º ADITIVO AO CONTRATO n.º 2206/2014

PARTES: SAMAE e HIRTPAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: Locação de sala comercial destinada ao atendimento comercial do SAMAE.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2014

VALOR: o valor total do contrato passa a ser de R\$ 75.273,54 (setenta e cinco mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) em função do reajuste de 9,32%, correspondente ao índice do IPCA acumulado de junho de 2015 a maio de 2016
PRAZO: prorrogado por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 05 de Junho de 2016 a 04 de dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 04 de junho de 2016.

6) 2º ADITIVO AO CONTRATO n.º 2234/2015

PARTES: SAMAE e ESTEL ENGENHARIA LTDA. EPP.

OBJETO: Elaboração de Projeto de Recuperação e Reforço Estrutural da ETA II/Blumenau – SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preço nº 2202/2015 – art. 79, II da Lei 8.666/93.

VALOR: Não se aplica.

PRAZO: Rescisão do contrato a partir de 22 de junho de 2016 - inviabilidade da obra

DATA DA ASSINATURA: 22 de junho de 2016.

7) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2215/2015

PARTES: SAMAE e COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED

OBJETO: prestação de serviços de arrecadação de faturas na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento e recebimento no caixa.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2219/2015

VALOR: R\$ 349.824,00 (trezentos e quarenta e nove mil oitocentos e vinte e quatro reais) em decorrência do reajuste de 9,32% com base no IPCA/IBGE acumulado de junho de 2015 a maio de 2016
PRAZO: prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, passando a vigor de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2016.

8) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2212/2015

PARTES: SAMAE e BANCO BRADESCO S.A.

OBJETO: serviços de arrecadação de faturas, inclusive dívida ativa, na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento, recebimento no caixa e por meio de estabelecimentos autorizados pelo contratado.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2216/2015

VALOR: R\$ 76.524,00 (setenta e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais) em decorrência do reajuste de 9,32%, com base no IPCA/IBGE acumulado de junho de 2015 a maio de 2016,
PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2016.

9) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2210/2015

PARTES: SAMAE e BANCO DO BRASIL S.A

OBJETO: prestação de serviços de arrecadação de faturas na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento e por meio de estabelecimentos autorizados pela instituição financeira.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2214/2015

VALOR: R\$ 52.473,60 (cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos) em decorrência do reajuste de 9,32%, com base no IPCA/IBGE acumulado de junho de 2015 a maio de 2016

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2016.

10) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2211/2015

PARTES: SAMAE e BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

OBJETO: serviços de arrecadação de faturas na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento, recebimento no caixa e por meio de

estabelecimentos autorizados pela contratado.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2215/2015

VALOR: R\$ 21.864,00 (vinte e um mil oitocentos e sessenta e quatro reais) em decorrência do reajuste de 9,32%, com base no IPCA/IBGE acumulado de junho de 2015 a maio de 2016

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2016.

11) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2214/2015

PARTES: SAMAE e BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

OBJETO: prestação de serviços de arrecadação de faturas na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento e recebimento no caixa.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2218/2015

VALOR: R\$ 16.398,00 (dezesseis mil trezentos e noventa e oito reais) em decorrência do reajuste de 9,32%, com base no IPCA/IBGE acumulado de junho de 2015 a maio de 2016

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2016.

12) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2213/2015

PARTES: SAMAE e ITAÚ UNIBANCO S.A.

OBJETO: prestação de serviços de arrecadação de faturas na modalidade de débito automático em conta corrente, autoatendimento, home/office banking e internet.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2217/2015

VALOR: R\$ 28.423,20 (vinte e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e vinte centavos) em decorrência do reajuste de 9,32%, com base no IPCA/IBGE acumulado de junho de 2015 a maio de 2016
PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2016.

13) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2205/2016

PARTES: SAMAE e SANDRINI & BOTECA LTDA-ME

OBJETO: Execução de serviços continuados de manutenção e melhorias do sistema públicos de abastecimento de água, compreendendo manutenção e melhorias das redes de captação, recalque e distribuição de água.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa n.º 08-2201/2016

VALOR: não se aplica.

PRAZO: rescisão a partir do dia 12 de julho de 2016 - homologação de novo processo licitatório

DATA DA ASSINATURA: 06 de julho de 2016.

14) 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 2203/2016

PARTES: SAMAE e RGS9 TECNOLOGIA, IMPORTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: fornecimento e instalação de reservatório em aço vitrificado para ampliação da capacidade de reservação de abastecimento público para a região ra-9.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2206/2015 – retificação do CNPJ informado no contrato

VALOR: não se aplica.

PRAZO: não se aplica.

DATA DA ASSINATURA: 13 de julho de 2016.

15) 2º ADITIVO AO CONTRATO nº 2213/2014

PARTES: SAMAE e SERENCO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. – EPP

OBJETO: Elaboração de Estudos Complementares aos Projetos Básicos e Projetos Executivos de Engenharia para a “ampliação da captação de água bruta do sistema de abastecimento de Blumenau – ETA II”.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-2202/14

VALOR: acrescenta-se o valor de R\$ 33.144,50 (trinta e três mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) - subtração

de 10,4204% devido a supressão de parcela de levantamentos geotécnicos e acréscimo de 22,6774% correspondente à inclusão de projeto de contenção da encosta próxima ao novo local de captação da ETA II.

PRAZO: prorroga do dia 08 de junho de 2016 a 07 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 07 de junho de 2016.

16) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2202/2016

PARTES: SAMAE e ESTEL ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: elaboração de projeto de recuperação e/ou reforço estrutural do reservatório R1.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preço nº 02 – 2206/2015

VALOR: não se aplica

PRAZO: prorrogado o prazo contratual por mais 6(seis) meses, ou seja, de 25/07/2016 a 24/01/2017.

DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2016.

17) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2221/2015

PARTES: SAMAE e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF

OBJETO: prestação de serviços de arrecadação de faturas na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking, internet, autoatendimento, recebimento no caixa, lotéricas e correspondentes bancários.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2225/2015

VALOR: R\$ 816.300,00 (oitocentos e dezesseis mil e trezentos reais) em decorrência do reajuste de 8,84% com base no IPCA/IBGE acumulado de julho de 2015 a junho de 2016

PRAZO: prorrogado o prazo contratual por mais 12(doze) meses, de 27 de julho de 2016 a 26 de julho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2016.

EXTRATO Nº 224/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 224/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e FREEDOM LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA - ME

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de terraplenagem, com operadores de máquinas, para uso em obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 096/2016 e Ata de Registro de Preços nº. 124/2016 firmada em 29 de julho de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32003	100	Hora	Trator de esteira, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional de 7.500 a 10.000 kg; - Capacidade de produção de 35 a 45 m³/h (material de primeira categoria).	167,16	16.716,00
2	37573	2	Despesa	Despesa com deslocamento de trator esteira.	220,00	440,00
3	32004	100	Hora	Escavadeira hidráulica, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional entre 16.000 e 18.500 kg; - Capacidade de produção: 145 a 155 m³/h (material de primeira categoria); - Capacidade da concha rasa: 0,75 a 1,0m³; - Alcance máximo de escavação: 7,0 a 9,0 m³.	169,03	16.903,00
4	37574	5	Despesa	Despesa com deslocamento de escavadeira hidráulica.	245,00	1.225,00
5	32005	200	Hora	Caminhão caçamba, com motorista, com as seguintes características: - Capacidade operacional mínima de transporte da caçamba de 10 m³.	99,00	19.800,00
6	32006	500	Hora	Retroescavadeira, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional entre 5.800 e 7.500 kg; Capacidade da concha dianteira rasa de 0,65 a 1,05 m³; - Capacidade da concha traseira rasa de 0,06 a 0,08 m³; - Deverá possuir concha estreita (acessório).	110,00	55.000,00
7	37575	20	Despesa	Despesa com deslocamento de retroescavadeira.	110,00	2.200,00
8	34747	100	Hora	Motoniveladora, com operador, com as seguintes características: - Peso operacional de no mínimo 12.000 kg; - Potência mínima de 120HP.	192,48	19.248,00
9	37576	2	Despesa	Despesa com deslocamento de moto niveladora.	192,00	384,00
10	34331	50	Hora	Rolo Compactador com operador auto propelido, com as seguintes características: - Peso bruto de operação acima de 8,10 toneladas; - Com potência acima de 100 hp.	155,00	7.750,00
11	37577	2	Despesa	Despesa com deslocamento de rolo compactador.	220,00	440,00
Preço Global (em R\$)				140.106,00		
Preço Global (em reais, por extenso)				Cento e quarenta mil e cento e seis reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados do(s) Controle(s) de Execução de Serviços de Terraplenagem e da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 29/07/2016.

EXTRATO Nº 232/2016 - FURB**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 232/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

CP Eletrônica Ltda

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOBREAK DE 10,0 KVA COM TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSTALAÇÃO PARA USO NA SALA DE EQUIPAMENTOS DA DTI (DATACENTER) DA UNIVERSIDADE

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 200/2015 e Contrato nº. 110/2016 firmado em 07 de julho de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária do presente Contrato é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço do Item (em R\$)
1	17455	1	Peça	<p>Nobreak senoidal de 10,0 kVA - 7kW / monofásico / tensão de entrada e saída de 220Vca (F,N,T) / com transformador isolador Com Treinamento Teórico e Prático, Garantia e Assistência Técnica e Instalação do equipamento</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MINIMAS OBRIGATÓRIAS :</p> <p><u>Topologia de Construção:</u></p> <p>O Nobreak deverá ser do tipo DUPLA CONVERSÃO, TRUE ON LINE, constituído de retificador, carregador de baterias independente, bypass automático e inversor, onde o INVERSOR alimenta a carga 100% do tempo, com ou sem rede presente na entrada, conforme norma NBR 15014 de dezembro de 2003, item 2.2, subitem 2.2.1 da ABNT.</p> <p>Não serão aceito adaptações ou alterações exclusivas no equipamento que visem atender aos requisitos descritos neste termo de referência.</p> <p>O equipamento ofertado deve ser totalmente idêntico aos demais equipamentos produzidos com o mesmo projeto e linha de produção.</p> <p><u>Entrada:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Tensão de Entrada: 220V Monofásico (F,N,T);• Aceitar variação na tensão de entrada de no mínimo +5% e -10%• Frequência de entrada: 60 Hz;• Tolerância da frequência de entrada: + ou - 5%;• Fator de potência de entrada: maior que 0,92 (sob condições nominais de operação do inversor);• Conexão de entrada via bornes;• Protetor contra surtos e transitórios na entrada;	24.000,00

			<ul style="list-style-type: none"> • Possuir transformador isolador entre entrada e saída, inclusive quando em by-pass; • Deve possuir capacidade de alimentar o inversor à plena carga, e recarregar a bateria para 90% de sua capacidade máxima em um período menor ou igual que 10 horas, conforme o tempo de descarga; <p><u>Dados de Saída:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tensão de saída: 220V Monofásico (F,N,T); • Regulação estática: +/- 1%; • Frequência de saída 60 Hz; • Forma de onda senoidal pura; • Tempo de transferência rede/bateria nulo; • Potência de saída igual a 10,0 kVA / 7,0 kW; • Fator de potência de saída: 0,7; • Inversor do tipo estático, usando Modulação por Largura de Pulso (PWM) em alta frequência; • Conexão de saída via bornes • Distorção harmônica total na saída: menor que 3% (com carga nominal resistiva); • Fator de crista: deverá ser totalmente compatível com cargas típicas de informática, não lineares, com fator de crista de até 3:1. • A carga deverá ser continuamente alimentada pelo conjunto retificador – inversor em condições normais; <p><u>Inversor / By-pass:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Regulação estática do Inversor: +/- 1%. • Regulação dinâmica: +/- 4% para degrau aditivo de 100% da carga (linear resistiva), devendo retornar aos limites de +/- 2% do valor nominal dentro de 2 ciclos (medido a partir do cruzamento por “zero” subsequente à aplicação do degrau de carga); • Alimentado pelo banco de baterias, a frequência de saída do Inversor deverá ser de 60Hz +/- 0,1%; • Proteção contra sub e sobre na tensão na saída do inversor, a qual desliga o inversor e transfere a carga para o bypass; • Desligamento do inversor por sobretemperatura no conjunto de potência e transferência para o bypass (sem interrupção); • Desligamento automático do Inversor quando o banco de baterias estiver descarregado; • Rendimento do inversor superior a 95%; • Em caso de falha do nobreak, a carga deverá ser transferida para o bypass; • Na ocorrência de falha ou retorno da rede AC de entrada não deverá ocorrer transferência/interrupção na tensão de saída (inversor alimenta continuamente a carga); • A retransferência automática para o inversor deve ser executada sempre que o mesmo é capaz de alimentar a carga crítica; • O by-pass deve ser uma fonte alternativa para o barramento crítico, quando realizada uma manutenção no UPS, ou em caso de falha. 	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Transferência automática para alimentação alternativa em caso de sobrecarga ou falha no funcionamento do nobreak; • Tempo de transferência se síncrono: nulo; • Tempo de transferência em caso de falha do UPS: inferior a 4ms; <p><u>Retificador / Carregador de Baterias:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O Retificador e o Carregador de Baterias devem ser circuitos separados/independentes; • O retificador deverá ter correção ativa do fator de potência de entrada; • THD de corrente: < 10% (sob condições nominais); • Deverá possuir limitação eletrônica da corrente de entrada. • Tensão de ripple na saída do carregador: menor que 1% RMS da tensão de flutuação; • O carregador de baterias deverá limitar a corrente de recarga das baterias; • O retificador deverá possuir um filtro de saída para minimizar o ripple. O filtro também deverá assegurar uma filtragem adequada para que o inversor trabalhe com a bateria desconectada ou em falha. • Compatível com grupo motor-gerador <p><u>Autonomia e banco de baterias:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco de baterias seladas, válvula regulada, VRLA, sem emissão de gases; • Autonomia mínima de 05 minutos; • As baterias devem ser acondicionadas em gabinete fechado, fornecendo também todos os cabos, bornes e interconexões necessários para sua operação; • Tipo: VRLA Estacionária, chumbo ácida, selada, válvula regulada, com eletrólito absorvido no separador (AGM) homologadas pela Anatel. Não serão aceitas baterias livre de manutenção, estacionaria ou automotiva. • O UPS deve informar o tempo de bateria remanescente enquanto no modo de operação normal e em bateria. A informação de autonomia deve ser real-time, mesmo nas condições de mudança de carga. O UPS deve testar automaticamente os bancos de baterias. • Rendimento no modo bateria deve ser superior a 95% (0,95). • As baterias devem ser homologadas pelo fabricante do no-break, devendo ser comprovada por declaração do fabricante do no-break. <p><u>Sistemas de Proteção:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possuir proteção de entrada e de baterias através de disjuntores. A proteção da saída deve ser feita por fusível ultrarrápido; • Possuir proteção contra curto-circuito na saída; • Possuir proteção contra sobrecarga na saída; • Possuir proteção por sensoriamento eletrônico para atuar em sobre/subtensão na entrada e na saída, tensão mínima de bateria, 	
--	--	--	---	--

			<p>curto-circuito na saída;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrer o desligamento do Nobreak ao final da autonomia das baterias, sem religamento automático no retorno da rede ou desligar totalmente; <p><u>Sistemas de Monitoração:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O No-Break deverá possuir memória interna independente de software externo. Que seja possível a armazenagem de no mínimo os últimos 500 registros, com data e hora de ocorrência. • O equipamento deverá possuir as seguintes informações em seu painel frontal sendo apresentada em língua portuguesa: • Tensões, corrente e frequência de entrada (rede e bypass); • Tensões, corrente e frequência de saída; • Tensão, corrente e autonomia da bateria; • Eventos e sinótico completo. • Fator de potência de entrada e saída. <p><u>Alarmes Sonoros:</u></p> <p>O equipamento deverá alertar o usuário via alarme sonoro nas seguintes ocorrências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrada anormal; • Sub/Sobretensão na bateria; • Bateria em descarga; • Bateria descarregada; • Sobrecarga na saída; • Bypass automático; • Subtensão/sobretensão no inversor; • Curto-circuito na saída; • Sobretemperatura no inversor; • Falha; <p><u>Ruído:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível de ruído (frontal ao equipamento): menor que 55 db, medido a 1 metro de distância. <p><u>Movimentação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá possuir rodízios para movimentação. <p><u>Compatibilidade eletromagnética:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Permite sua instalação próxima (raio mínimo de 1 metro) a equipamentos de informática (CPU, modems, hubs, switches, etc.), sem apresentar interferências eletromagnéticas. <p><u>Aspectos ambientais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparado para trabalho em regime contínuo com condições nominais asseguradas, para temperatura ambiente de 0° até 40°C, umidade relativa do ar de 10% até 95% (sem condensação), em altitude até 1700 metros acima do nível do mar (território nacional). • Temperatura de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - De 0°C a + 40°C, para o UPS - De +20°C a +30°C, para as baterias • Equipamento com baixa dissipação térmica. <p><u>MTBF:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir MTBF superior a 200.000 horas. 	
--	--	--	---	--

				<p><u>Garantia</u></p> <p>• A garantia do sistema UPS deverá englobar todas as falhas de peças e mão de obra de fabricação por um período mínimo de 12 meses e os conjuntos de baterias deverão ter garantia mínima por um período de 24 meses, a contar da data da emissão da nota fiscal de envio.</p> <p><u>Treinamento</u></p> <p>A Contratada deverá ministrar, as suas custas, treinamento básico teórico/prático sobre o princípio de funcionamento, operação e manutenção do equipamento, com carga horária mínima de duas (2) horas, para até dois (2) operadores a serem indicados. O treinamento deverá ser ministrado no endereço de instalação do equipamento.</p>	
Marca e Modelo				Marca: Schneider e Modelo: Breakless New 16100 AI	
Fabricante e País de Origem				CP Eletrônica - Brasil	
Prazo de Garantia e Assistência Técnica do equipamento em meses (mínimo de 12 meses)				12 (doze) meses.	
Prazo de Garantia e Assistência Técnica do conjunto de baterias em meses (mínimo de 24 meses)				24 (vinte e quatro) meses.	
Preço Unitário (em reais, por extenso)				Vinte e quatro mil reais	

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, após a efetiva entrega (com descarga) do equipamento, instalação e treinamento do pessoal, desde que este seja aprovado pela Gestão Contratual e que a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) seja encaminhada à Administração, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e);

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 29/07/2016.

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA DA MD 2498****ERRATA**

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nº 2002, de 24 de maio de 2016, Resolução da Mesa Diretora nº 2.498/2016.

Na ementa.

Onde se lê:

"AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA VIAGEM DE VEREADORES MIRINS A FLORIANÓPOLIS."

Leia-se:

"AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA VIAGEM DE VEREADORES MIRINS A BARRA VELHA."

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE JULHO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 26 de julho de 2016.

Terça-Feira - 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Braz Roncáglio
Cezar João Cim	Evelin Huscher
Fábio Fiedler	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	João Francisco Beltrame
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Roberto Tribess
Robinsom Soares (Robinho)	Sérgio Vieira Galdino
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.575. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 934 e 935 (ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 881 e 882, respectivamente); e do Projeto de Lei Complementar nº 1.587. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.560. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2546, 2547, 2548, 2549 e 2560. Destino: comunique-se e publique-se.

Promulgada a Lei Ordinária nº 8.309. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 7.183. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.618, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 889, DE 21 DE MAIO DE 2013, PARA FIXAR O VENCIMENTO DOS

CARGOS DE ADMINISTRADOR, ASSISTENTE SOCIAL, CONTADOR E PEDAGOGO, DE PROVIMENTO EFETIVO, CRIADOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Resolução nº 534, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 50 DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Resolução nº 535, que "CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL E ALTERA AS REDAÇÕES DOS ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JULHO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 28 de julho de 2016.

Quinta-Feira - 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Braz Roncáglio
Cezar João Cim	Evelin Huscher
Fábio Fiedler	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	João Francisco Beltrame
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Roberto Tribess
Robinsom Soares (Robinho)	Sérgio Vieira Galdino
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 1.560. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 936 e 937. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 1.609.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além Destino: à Secretaria para providências.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.616. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada das Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.365. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.609. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 99/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 99/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MUNICIPIO DE SERRA ALTA/SC.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 1435/2016

Objeto: Venda de PRANCHA DE CAMINHÃO TRUKE, capacidade para 15 toneladas.

Valor: R\$ 3.500,00.

Vigência: 28 de Julho de 2016.

Assinatura: 28 de Julho de 2016.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

742.07.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. IDEVERT PALHANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 742/16 de 29.07.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar esposa Mariza Luzia Peixer Palhano em tratamento de saúde, a contar do dia 29 de julho com término no dia 27 de agosto de 2016, ao funcionário Idevert Palhano ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de julho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 47 E 58/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Bom Retiro torna público errata Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 01/2014

Onde se lê: Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se a vigência do contrato para 30 de dezembro de 2016, conforme faculta a legislação vigente.

Leia-se: Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se a vigência do contrato para 31 de outubro de 2016, conforme faculta a legislação vigente.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 47/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: AP Oeste Comércio Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes, Educação e Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) sendo concedido aditivo de acréscimo no percentual de 16.6% no valor do item 31 (Leite em pó integral) passando de R\$ 8,25 (oito reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 9,62 (nove reais e sessenta e dois centavos), conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 58/2016 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMS

Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) concedendo recomposição de preços no percentual de 14,14% no item 25 passando o mesmo de R\$ 2,150 para R\$ 2,504, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 58/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 29 de julho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 959/2005, na Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, § 4º, torna público que fará realizar Audiência Pública para apresentação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2016, para análise e avaliação.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Botuverá. Rua João Morelli, 66. Centro.

Data: 09/08/2016.

Horário: 18 horas.

Botuverá, 29 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.839, DE 29 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº. 7.839, DE 29 DE JULHO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, na Fundação Cultura de Brusque, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

65.00 Fundação Cultural de Brusque

65.001 Fundação Cultural de Brusque

0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

65.00 Fundação Cultural de Brusque

65.001 Fundação Cultural de Brusque

0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca

3.3.90.00 Aplicações diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1.703/2016 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.703/2016

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a Luiz Carlos Torrezani

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, a, 34, §2º e § 11, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 225/2016, benefício de Aposentadoria por Invalidez a LUIZ CARLOS TORREZANI, CPF 506.994.319-72.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.864

DECRETO Nº 6.864, de 25 de julho de 2016.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 17.711,2003m², objeto do Registro nº 15.709, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Panamá, Bairro Reunidas, nesta cidade, de propriedade de Rose Mary Malfatti Rossetto e outros, ficando após o desmembramento constituído de cinco glebas e uma área institucional, com seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Gleba 01 com área de 3.458,9265m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice P1, situado no limite com Rua Panamá, deste segue com azimute de 307°55'28" e distância de 39,73m, confrontando neste trecho com Rua Panamá, até o vértice G1, deste segue com azimute de 55°27'44" e distância de 90,12m, confrontando neste trecho com Gleba 02, até o vértice AC02, deste segue com azimute de 144°49'28" e distância de 44,60m, confrontando neste trecho com Área Institucional, deste desmembramento, até o vértice AC01, deste segue com azimute de 240°20'37" e distância de 38,99m, confrontando neste trecho com Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. (Matrícula nº 8.924), até o vértice P7, deste segue com azimute de 240°20'38" e distância de 39,94m, confrontando neste trecho com Sucessores de Waldemar Tavares (Matrícula nº 0228), até o vértice P1. Nesta área, consta de uma servidão de passagem com a testada de 5,09m para Rua Panamá, extensão de 90,12m, fundos com a Área Institucional com extensão de 4,89m. Nesta área não poderá ser edificada, pois a mesma servirá de acesso à Área Institucional.

II – Gleba 02, com área de 3.459,4927m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice G1, situado no limite com Rua Panamá, deste, segue com azimute de 307°55'28" e distância de 39,00m, confrontando neste trecho com Rua Panamá, até o vértice G2, deste segue com azimute de 56°36'31" e distância de 62,74m, confrontando neste trecho com Gleba 03, até o vértice G4.4, deste segue com azimute de 56°36'30" e distância de 38,76m, confrontando neste trecho com Gleba 04, até o vértice AC03, deste, segue com azimute de 133°31'46" e distância de 35,16m, confrontando neste trecho com Área Institucional, até o vértice AC02, deste, segue com azimute de 238°45'41" e distância de 90,12m, confrontando neste trecho com Gleba 01, deste desmembramento, até o vértice G1.

III- Gleba 03, com área de 1.199,9289m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice G2, situado no limite com Rua Panamá, deste segue com azimute de 307°55'28" e distância de 19,79m, confrontando neste trecho com Rua Panamá, até o vértice G4.1, deste, segue com azimute de 44°58'02" e distância de 19,31m, confrontando neste trecho com Gleba 04, até o vértice G4.2, deste segue com azimute de 68°44'25" e distância de 51,53m, confrontando neste trecho com Gleba 04, até o vértice G4.3, deste, segue com azimute de 147°37'31" e distância de 11,82m, confrontando

neste trecho com Gleba 04, até o vértice G4.4, deste segue com azimute de 236°36'31" e distância de 62,74m, confrontando neste trecho com Gleba 02, até o vértice G2.

IV – Gleba 04, com área de 2.513,0731m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice G4.1, situado no limite com Rua Panamá, deste, segue com azimute de 307°55'28" e distância de 19,80m, confrontando neste trecho com Rua Panamá, até o vértice G5, deste, segue com azimute de 45°11'41" e distância de 27,45m, confrontando neste trecho com Gleba 05, até o vértice G5.2, deste, segue com azimute de 69°28'24" e distância de 88,78m, confrontando neste trecho com Gleba 05, até o vértice AC04, deste, segue com azimute de 144°49'29" e distância de 23,18m, confrontando neste trecho com Área Institucional, até o vértice AC03, deste segue com azimute de 236°36'30" e distância de 38,76m, confrontando neste trecho com Gleba 03, até o vértice G4.4, deste segue com azimute de 327°37'31" e distância de 11,82m, confrontando neste trecho com Gleba 03, até o vértice G4.3, deste segue com azimute de 248°44'25" e distância de 51,53m, confrontando neste trecho com Gleba 03, até o vértice G4.2, deste segue com azimute de 224°58'02" e distância de 19,31m, confrontando neste trecho com Gleba 03, até o vértice G4.1.

V – Gleba 05, com área de 4.414,2494m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice G5, situado no limite com Rua Panamá, deste segue com azimute de 307°55'28" e distância de 40,59m, confrontando neste trecho com Rua Panamá até o vértice P2, deste segue com azimute de 59°13'21" e distância de 34,23m, confrontando neste trecho com Igreja Evangélica Assembléia de Deus (Matrícula nº 24.118), até o vértice P3, deste segue com azimute de 60°02'06" e distância de 33,26m, confrontando neste trecho com Condomínio Reunidas (Matrícula nº 28.514), até o vértice P4, deste segue com azimute de 60°45'43" e distância de 57,82m, confrontando neste trecho com Cidade Construtora e Incorporadora Ltda. (Matrícula nº 28.513), até o vértice AC05, deste segue com azimute de 144°49'29" e distância de 45,07m, confrontando neste trecho com Área Institucional, até o vértice AC04, deste segue com azimute de 249°28'24" e distância de 88,78m, confrontando neste trecho com Gleba 04, até o vértice G5.2, deste segue com azimute de 225°11'41" e distância de 27,45m, confrontando neste trecho com Gleba 04, até o vértice G5.

VI – Área Institucional, com área de 2.632,3588m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice AC01, situado no limite com Gleba 01 deste desmembramento, deste segue com azimute de 324°49'28" e distância de 44,60m, confrontando neste trecho com Gleba 01, até o vértice AC02, deste segue com azimute de 324°49'28" e distância de 35,16m, confrontando neste trecho com Gleba 02, até o vértice AC03, deste segue com azimute de 324°49'28" e distância de 23,18m, confrontando neste trecho com Gleba 04, até o vértice AC04, deste segue com azimute de 324°49'28" e distância de 45,07m, confrontando neste trecho com Gleba 05, até o vértice AC05, deste segue com azimute de 60°37'04" e distância de 22,07m, confrontando neste trecho com Cidade Construtora e Incorporadora Ltda. (Matrícula 28.513), até o vértice P5, deste segue com azimute de 148°03'39" e distância de 147,29m, confrontando neste trecho com João Batista Ribeiro Bendelin (Matrícula nº 27.850), até o vértice P6, deste segue com azimute de 240°20'36" e distância de 13,70m, confrontando neste trecho com Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. (Matrícula nº 8.924), até o vértice AC01.

VII – Servidão de Passagem pertencente à Gleba 01, com área de 433,4833m², iniciando a descrição deste perímetro no vértice SP01, situado no limite com Rua Panamá, deste segue com azimute de 307°55'27" e distância de 5,09m, confrontando neste trecho com Rua Panamá até o vértice G2, deste segue com azimute de 55°27'44" e distância de 90,12m, confrontando neste trecho com Gleba 02, até o vértice AC02, deste segue com azimute de 144°49'27" e distância de 4,85m, confrontando neste trecho com Área Institucional, até o

vértice SP02, deste segue com azimute de 235°27'44" e distância de 88,64m, confrontando neste trecho com Gleba 01, até o vértice SP01.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de julho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.119/2016

DECRETO N.º 3.119/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 96

VALOR: R\$ 93.800,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 97

VALOR: R\$ 93.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 20 de julho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.120/2016

DECRETO N.º 3.120/2016

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 224,40 m² (duzentos e vinte e quatro vírgula quarenta metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 361, situado na Rua Rosa Branca, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua Rosa Branca, onde mede 10,20 m (dez vírgula vinte metros); com a mesma medida nos fundos ao NORTE com o lote 380 e com parte do lote 381; estrema ao LESTE com o lote 360, onde medem 22,00 (vinte dois metros); com a mesma medida na estrema ao OESTE com o lote 362.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor ROSANGELA BERNARDO, portadora do RG n.º 4726051 e inscrita no CPF sob o n.º 060.351.149-03, residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 22 de julho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO Nº 007/2016

ADITIVO Nº 007/2016

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 028/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO GRASIELE DA SILVA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: GRASIELE DA SILVA, no Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, portadora do CPF/MF nº 006.873.139-61, residente e domiciliada na Rua José Cordeiro, nº 301, Bairro Schramm, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista nos Incisos VII e IX do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição ao Servidor Público Municipal Titular, Rodolfo Henrique Worms, que se encontra afastado por motivo de processo de sindicância.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 29 de julho de 2016;
Término: 30 de setembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 29 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	GRAZIELE DA SILVA Contratada
--	---------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 67/2016

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 67/2016)

Às 10h do dia 29/07/2016, reuniu-se o Pregoeiro deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de equipamentos para a academia do 2º Grupamento de Bombeiros de Campo Alegre/SC.

A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 9.916 DE 29 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.916 DE 29 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Incisos VII e IX do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com GRASIELE DA SILVA, Registro no Sistema sob nº 955610, ao Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, Atividades de Nível Superior, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.308,51 (dois mil trezentos e oito reais, cinquenta e um centavos) mensais.

Parágrafo único – A prorrogação de que trata o caput deste artigo pelo período de 29 de julho de 2016 a 30 de setembro de 2016, em substituição ao Servidor Público Municipal Titular Rodolfo Henrique Worms, Matrícula Funcional nº 000468, Registro no Sistema sob nº 954474, afastado por motivo de processo de sindicância.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 097/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 097/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 097/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, em data de 29 de julho de 2016, no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

Campo Alegre/SC., 29 de julho de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

PORTARIA Nº 13.358 DE 29 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.358 DE 29 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 01 de agosto de 2016 á 05 de agosto de 2016, , sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de julho de 2016 sob nº 4090.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.359 DE 29 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.359 DE 29 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Secretária Municipal de Administração, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 á 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Secretária gozará as férias no período de 01 de agosto de 2016 á 05 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de julho de 2016 sob nº 4087.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.360 DE 29 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.360 DE 29 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a Secretária Municipal de Finanças MARIA ELIANE FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 955184, para substituir a Secretária Municipal de Administração – LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, pelo período de 01 de agosto de 2016 á 05 de agosto de 2016, por motivo da Secretária titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) São atribuições do cargo em substituição aquelas descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do cargo de Secretária Municipal de Finanças.

Art.3º) A Secretária Municipal de Finanças, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretária Municipal de Administração ora em substituição.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,
29 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.361 DE 29 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.361 DE 29 DE JULHO DE 2016

DESIGNA ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 e Parágrafo 4º, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, para responder interinamente pelo Cargo de Chefe de Gabinete, a partir de 01 de agosto de 2016 à 05 de agosto de 2016, por motivo do Chefe de Gabinete Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,
29 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.362 DE 29 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.362 DE 29 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente GILSON OMAR BRUQNNQUELL, Matrícula Funcional nº 000240, Registro no Sistema sob nº 475801, para substituir a Secretária Municipal Interina do Desenvolvimento Econômico LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, pelo período de 01 de agosto de 2016 à 05 de agosto de 2016, por motivo da Secretária Interina encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) São atribuições do cargo em substituição aquelas descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do cargo de Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente.

Art.3º) O Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico ora em substituição.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 34/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1604/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, através de seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 12 de Agosto de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 34/2016 para a Recuperação do diferencial do caminhão caçamba (Truck) Ford, placas MMA 7765, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07hs às 13:00hs, pelo fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 29 de Julho de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1422/16

PORTARIA Nº 1.422/16 DE 18/07/2016

CESSAR BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE DA SRA ELIZIA LOURENÇO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Cessar o benefício de pensão por morte, concedido pela Portaria nº 1.426/15 de 25/09/15, em decorrência do falecimento da pensionista ELIZIA CORDEIRO LOURENÇO, conforme certidão de óbito nº 108357 01 55 2016 4 00026 049 0006579 59, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2016.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1428/16

PORTARIA Nº 1.428/16 DE 22/07/16

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 1.333/16 DE 23/06/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo nomeada pela Portaria nº 1.333/16 de 23/06/2016, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de julho de 2016.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1490/16

PORTARIA Nº 1.490/16 DE 29/07/16

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR BENS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; com amparo no Artigo 100, inciso VIII, C/C Artigos 11 e 12, incisos I e II da Lei Orgânica e considerando a existência de vários equipamentos, veículos, materiais em condições precárias.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Senhores: Luana Debastiani, Manoel Fackis e Jean Carlo Petry, para sob a presidência do primeiro, constituírem uma Comissão que fará o levantamento dos veículos, máquinas e materiais que poderão ser irrecuperáveis ou considerados inservíveis, atribuindo-lhes o valor.

Art. 2º - Cada bem a ser avaliado, deverá ser detalhadamente identificado em suas características e inscrição patrimonial.

Art. 3º - A Comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o relatório final de seu trabalho.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 29 de Julho de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1491/16

PORTARIA Nº 1491/16 DE 29/07/16

PRORROGA PRAZO DE AFASTAMENTO DO SERVIDOR CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Processo Administrativo,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de afastamento do servidor CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, do exercício do cargo, pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 155 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de julho de 2016.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 71/2016 (ELETRONICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 105/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 71/2016 (ELETRÔNICO)
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/08/2016, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊ) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 72 CV, SENDO 02 (DOIS) A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E 01 (UM) A SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTOS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 15/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 99/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 146/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 99/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/08/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES EMBALADAS EM RECIPIENTES DESCARTÁVEIS DE ALUMÍNIO, TIPO MARMITEX, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 11/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: NEIVA MANSARDO

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 55/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 55/2016.

Vigência: 26/07/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório: Vincula-se o presente Contrato ao Pregão Presencial nº 01/2016 realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, à proposta da CONTRATADA, à Ata de Registro de Preços, partes integrantes deste contrato, realizado com fulcro no artigo 112, § 1º da Lei 8.666/93, Lei 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, Lei Municipal ratificadora do Protocolo de Intenções do CIM-AMAVI, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº 10.520/2002, Resolução CIM-AMAVI nº 02/201 e subsidiariamente à Lei 8.666/93, ao Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: QUARK ENGENHARIA LTDA.

Valor: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) por unidade de iluminação pública onde for efetuado o serviço de fixação da placa de identificação e identificação da respectiva unidade.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos de eletricitista para fixação de placas de identificação das unidades de iluminação pública e identificação das respectivas unidades, conforme especificações do Pregão Presencial nº 03/2016 do CIM-AMAVI e da Ata de Registro de Preços disponível em www.amavi.org.br/cim

DATA DA ASSINATURA: 26 de julho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 56/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 56/2016.

Vigência: 27/07/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 57/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda EPP

Valor: R\$ 1.557,00 (um mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto para aquisição de peças para conserto da Máquina NEW HOLLAND/RETRO ESCAVADEIRA LB 90 2010/2010 NAAH21672, utilizada pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência

DATA DA ASSINATURA: 27 de julho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 303/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 303/2016

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Saúde;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do servidor, ROGERIO CAPISTRANO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 02.07.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.07.2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de julho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 304/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 304/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o art.40, Inciso V e art. 47 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) ao funcionário ROGÉRIO CAPISTRANO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Saúde, conforme, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 02.07.2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de julho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 305/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 305/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar a servidora CRISLEI SEBOLD, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola – 40 horas, o abono do período remanescente das férias regulamentares, acrescidas de 1/3 constitucional, conforme art.78, da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 01.09.2014 a 31.08.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de julho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º015-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº015/2016 de 28/07/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear DENISE DA CRUZ, carteira de identidade nº5.670.797, para ocupar o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES, de provimento em comissão nos termos da Lei n.508, de 27.05.2011 da Câmara Municipal, do Município de Chapadão do Lageado - SC.

2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 28 de julho de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/FMS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/FMS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 23/08/2016.

Abertura: Dia 23/08/2016, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 29 de julho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 15/FMS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/FMS/2016

Objeto: Registro de Preços de Materiais e equipamentos odontológicos, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 19/07/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 14.085,72 (quatorze mil e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 35/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 35/2016

DATA: 28/JULHO/2016

CONTRATADA: GUIA COMÉRCIO DE CAMARAS DE AR E FERRAMENTAS LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 UNIDADES DE PNEU 235/75 R15 MONTADO E BALANCEADO PARA VEÍCULO GM/S10 2.8S 4X4 A DIESEL ANO/MODELO: 2000/2000 DA MARCA HEADWAYH/T, CONFORME ANEXO I DO EDITAL 12/2016.

VALOR: R\$ 1.872,00 (HUM MIL, OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 29/JULHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 15 de Agosto de 2016, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 13/2016, para aquisição de tubos e conexões para ampliação do sistema de abastecimento de água da sede e comunidades, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 15 de Agosto de 2016. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 29 de Julho de 2016. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO CHAMADA PÚBLICA 03/2016 - LOCAÇÃO ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE BEBIDAS E LANCHES DURANTE A REALIZAÇÃO CAMPEONATOS 2016

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Chamamento

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que está aberto edital de CHAMAMENTO PUBLICO de entidades sem fins lucrativos interessadas, em locar espaço para comercialização de bebidas e lanches, durante a realização de jogos do campeonato municipal de futsal, que ocorrerão durante o ano vigente, de acordo com o cronograma de jogos desenvolvido pela Secretaria de Esporte e Cultura.

Tipo: Maior preço.

Data para retirada do edital: A partir de 01/08/2016 até 05/08/2016.
Data e hora para entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 05/08/2016.
Data e hora para abertura dos envelopes: dia 05/08/2016 às 09h.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Julho de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PROCESSO 65/2016 - PPR 25/2016 - MATERIAL ESPORTIVO

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº65/2016

Pregão Presencial nº25/2016

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE E MANTER O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS DA ESCOLINHA DE FUTSAL E CAMPEONATOS MUNICIPAIS.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 11/08/2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11/08/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Julho de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 55/2016 E 56/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 55/2016

Contratado: AIRTON CARLOS RAMPANELLI

Objeto: VENDA DE UM BEM IMÓVEL LOCALIZADO NA LINHA COTOVELO, MATRICULA Nº31.893, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 4.000 M².

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil).

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 56/2016

Contratado: ALTAIR VIVIAN

Objeto: VENDA DE UM BEM IMÓVEL LOCALIZADO NA LINHA CHAPECÓ, MATRICULA Nº 6.996 COM ARÉA SUPERFICIAL DE 3.008 M². LEI nº 1.042/1999.

Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil).

Vigência: 31/12/2016

PUBLICAÇÃO RESCISÃO CONTRATUAL Nº 01,02 E 03 / 2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 001/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016

CONTRATADO: ANTONIO FERNANDES BARRO

A partir de: 04 de Abril de 2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 002/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2013

CONTRATADO: SOCIEDADE RADIO CONTINENTAL LTDA

A partir de: 01 de Junho de 2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 003/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2014

CONTRATADO: LABOR ET SALUS CLÍNICA MÉDICA S/S LTDA

A partir de: 05 de Julho de 2016

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 130, DE 05 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº. 130, DE 05 DE JULHO DE 2016.

AMPLIA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando a rescisão contratual da Professora Adriana Salete Madella Burato em relação à vaga de Professor Área V – Educação Especial, com carga horária de 20 horas semanais, no período vespertino;

Considerando a desistência das demais candidatas anteriormente classificadas;

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada a carga horária de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, da servidora pública abaixo relacionada, a partir de 01 de julho de 2016, admitido pelo Processo Seletivo nº001/2015, até 22/12/2016, podendo ocorrer a redução da carga horária a qualquer tempo, a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público

Nome Cargo

Maria Izabel Borges Professor Área V – Educação Especial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de julho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 37/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2011
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 0548/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 0485, de 09 de junho de 2011, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 83.073.536/0001-64
Vigência: 01/08/2016 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 01 de agosto de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 02/2016 FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 FHMCP
I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 02/2016 FHMCP cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A LAVANDERIA DO HOSPITAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR000286, PROCESSO Nº SES 12059/2016, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, alterando-se a quantidade do item 03 do anexo I, onde se lê "03 unidades", passa a ser lido: "01 unidade", Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetaram a formulação das propostas pelas licitantes, visto que os valores unitários e totais dos itens estão corretos, e o arquivo para cotação também está em conformidade, mantêm-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 01.08.2016 às 14:30 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 29 de julho de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/16 – REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 045/16 – Registro de Preço

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GASOLINA COMUM, ETANOL e GNV, PARA USO NO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 01/08/2016 às 09h00min horas do dia 11/08/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 11/08/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Agosto de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2016

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2016

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por REVOGAR na sua totalidade o Edital de Pregão Presencial nº 139/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE CAFETEIRA EXPRESSO PARA USO NO GABINETE DO PREFEITO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.. Fica considerado revogado o Pregão Presencial nº 139/2016 por interesse administrativo, conforme art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Curitibanos, 29 de Julho de 2016.

De acordo,

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CÂMERA E EQUIPAMENTO DE VIGILÂNCIA E GRAVAÇÃO DE IMAGENS DE SEGURANÇA PARA USO NO PRÉDIO DA 24ª CIRETRAN, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/08/2016, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 12/08/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 28 de Julho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE JOGO PARA USO DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 12/08/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 12/08/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 29 de Julho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5585 2016 HOMOLOGA RESULTADO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DECRETO Nº 5.585/2016.

HOMOLOGA RESULTADO PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; Art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93; e, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO, em consonância com a Anexo Único, o resultado proferido pela Comissão Especial, nomeada pelo Decreto nº 5.583/2016, relativamente à avaliação dos bens imóveis considerados inservíveis a administração municipal, com a finalidade de proceder a alienação dos mesmos através de processo regular de licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

ANEXO 01

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC.

Aos 20 dias do mês de julho de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, sito a Rua Santos Dumont, 413, Centro, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação de bens imóveis, nomeados pelo Decreto Nº5.583/2016, sob presidência do senhor Jair Barbosa, juntamente com os demais membros da comissão, senhores: Idacir Ferrazzo, Corretor de Imóveis, CRECI nº.15114-F; Luiz Roberto Gonçalves, corretor de imóveis da empresa NBM EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CRECI Nº 4498; Rafael Gasperin, Engenheiro Civil, CREA Nº.118695-6, com a finalidade de atender a determinação do Decreto citado anteriormente, pelo qual esta comissão ficou encarregada de proceder a avaliação prévia, para fins de alienação de bens imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, sendo: ITEM 001 - Lote Urbano nº. 1, da Gleba nº 4 do Imóvel Tracutinga, sem benfeitorias, com área de 1.728,24 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 11.733; e, ITEM 002 - Lote Urbano nº. 09, da Quadra nº 162, sito a Rua Sabino Sangali esquina com Rua Camargo Fortes, do Loteamento Jardim Imperador, com área de 1.515,65 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 15.535. Após debate entre os membros da comissão, diante de informações levantados junto ao mercado imobiliário, os referidos itens foram avaliados, com as seguintes cotações: ITEM 001 no

valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e ITEM 002 no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da comissão presentes.

DECRETO Nº 5586 2016 ALTERA O ORÇAMENTO 20.000,00 SOCIAL

DECRETO Nº 5586/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 11 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Fundo Municipal de Assistência Social - Conselho Tutelar.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Fundo Municipal de Assistência Social - Conselho Tutelar.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Fundo Municipal de Assistência Social - Conselho Tutelar

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), destinado a onerar as dotações

orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do orçamento em execução, a saber:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0021.2.252 - Adm. Geral dos Serviços do Conselho Tutelar

(1) 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 5º Para o atendimento parcial do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0021.2.252 - Adm. Geral dos Serviços do Conselho Tutelar

(2) 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5587 2016 ALTERA O ORÇAMENTO 200.000,00 EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 5587/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 11 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), objetivando a instituir

dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte..

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), destinado a onerar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do orçamento em execução, a saber:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

(65) 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 5º Para o atendimento parcial do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

(69) 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 22 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5588 2016 - CONTENÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS - TURNO UNICO

DECRETO Nº 5588/2016

INSTITUI PLANO DE CONTENÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 101/2000 e demais dispositivos constitucionais e legais;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei Federal nº. 4.320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e

controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO as exigências prescritas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº. 101/2000;

CONSIDERANDO as determinações constantes da Carta Constitucional;

CONSIDERANDO o comportamento reduzido de nossas fontes receituárias de arrecadações próprias e de transferências constitucionais e legais, por força da situação econômica e financeira em que estamos atravessando;

CONSIDERANDO que estamos no último ano de mandato e as determinações da legislação cosoante nos ordena reais imposições a serem cumpridas por excelência;

CONSIDERANDO a necessidade indispensável em manter o equilíbrio das contas públicas nas mais diversas fontes de suas arrecadações e seus compromissos de curto prazo a serem cumpridos até o final de mandato, dentre outras mais;

CONSIDERANDO as orientações da EGRÉGIA CORTE DE CONTAS DE NOSSO ESTADO CATARINENSE;

CONSIDERANDO as exigências prescritas na Norma Constitucional a serem cumpridas com respeito às aplicações mínimas nas áreas de Educação e Saúde;

CONSIDERANDO que nosso Município, por excelência, conta com Administração Direta e Indireta o que vem de fato impor maior austeridade na gestão dos recursos públicos dado ao grau de responsabilidade nas diversas áreas de atuação;

CONSIDERANDO que tanto a Administração Direta como a Indireta deva reduzir seus gastos em grau de austeridade e eficiência, objetivando o encerramento do exercício com sucesso e apreço não maculando as contas do GOVERNO MUNICIPAL e, tão pouco, trazendo transtornos para a NOVA ADMINISTRAÇÃO quanto ao comprometimento do futuro e promissor MUNICÍPIO.

CONSIDERANDO o interesse público municipal na questão, DECRETA:

Art. 1º Fica INSTITUÍDO O PLANO DE CONTENÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no âmbito da Administração Direta e Indireta, com o intuito de adotar procedimentos de gestão eficazes ao encerramento do exercício financeiro, propiciando atingir um Superavit Financeiro e Orçamentário dentro dos padrões legais, a fim de não comprometer as Contas Municipais e ao próprio Poder Público Municipal em todos seus níveis, pelo período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica determinado a todos os Gestores da Administração Direta e Indireta deste Ente Federado, para reduzir suas despesas a contar da publicação deste ato, adotando, com muita austeridade e afincos, procedimentos de gestão pública em todos seus níveis.

Art. 3º É vedado o pagamento de abono pecuniário de férias.

Art. 4º Fica terminantemente proibido o pagamento de licenças-prêmio, exceto para fins de aposentadoria.

Art. 5º As repartições do Poder Público Municipal da Administração Direta e Indireta deste Ente Federado, passará a funcionar de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2016, em turno único, das 7:00 horas às 13:00 horas, de segundas as sextas-feiras, exceto:
I - As Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Municipal;

II – Os Postos de Atendimento de Saúde bem como todos os seus Programas;

III – Os Programas desenvolvidos pela Área Social;

IV - Conselho Tutelar;

V - Hospital Municipal; e,

VI - Serviços Agrícolas e de Obras especificadamente no interior.

Parágrafo Único. As Unidades e demais serviços de que tratam os respectivos incisos do caput deste artigo, continuarão com o horário normal de trabalho.

Art. 6º Fica proibido o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, bem como, a concessão de qualquer função gratificada e/ou confiança, ressalvados os casos devidamente justificados em ato exclusivo pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7º Ficam suspensos os gastos com diárias, passagens, cursos, seminários e congressos, salvo em casos excepcionais de interesse do serviço e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Executivo ou do Gestor do Hospital Municipal.

Art. 8º Toda despesa deverá ser autorizada previamente pelo Secretário Municipal da Fazenda, caso contrário, o Município não se responsabilizará pela mesma.

Art. 9º Todos os processos de compras, licitações e contratos em andamento ou já concretizados, serão objeto de revisão pela Secretaria Municipal da Fazenda, tendo a mesma, toda a autonomia para decidir em conformidade com este ato e sua orientação.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo nº 018/2016. Pregão nº 018/2016 Objeto: Prestação de serviços para realização de Oficinas para o Fundo Municipal de Assistência Social. Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00 horas do dia 11/08/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio Cerqueira, 01/08/2016
Marilene Limberger – Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo nº 019/2016. Pregão nº 019/2016 Objeto:

Aquisição de

Materiais elétricos e prestação de serviços Elétricos para o CRAS-Centro de Referência e Assistência Social. Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00 horas do dia 12/08/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/08/2016

Marilene Limberger – Gestora do FMAS.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 047, DE 27 DE JULHO DE 2016.

DECRETO N.º 047, de 27 de julho de 2016.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0043 (7) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0043 (Transf. de Rec. do Estado em Saúde – Farmácia Básica).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de julho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO Nº. 926/2016

ATA DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Processo Licitatório Nº. 926/2016

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 08/2016

As 14:00 horas do dia 27 de julho de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da Habilitação e classificação da proposta de preço do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PROJETO EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: E.B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – EPP.

Iniciada a sessão com a presença do representante da empresa participante, a comissão de licitações abriu o envelope contendo os documentos para a habilitação, em seguida os documentos foram analisados e vistos pela comissão de licitações. Feito isso a comissão julgou e habilitou a proponente participante, pois atendia as exigências contidas no edital, sendo que a empresa participante desistiu do prazo de recurso na fase de Habilitação, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado o seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	12,0	UND	E.B INSTAL.	ABRAÇADEIRA PE/PP 190x8x1,6mm PRETA	0,50
2	2,0	UND	E.B INSTAL.	ALÇA PREFORM DISTR AC 1/0AWG 710mm AM	4,90
3	103,0	MTS	E.B INSTAL.	CABO MULTIPLEX AL 3x1x50+35mm 20,61/KV	13,10
4	34,5	KG	E.B INSTAL.	CABO NU COBRE 7 FIOS 25,00mm2	3,00
5	34,5	KG	E.B INSTAL.	CABO NU COBRE 7 FIOS 35,00mm2	7,00
6	1,4	UND	E.B INSTAL.	CARTUCHO METALICO CALIBRE 22 VERMELHA	3,00
7	1,0	UND	E.B INSTAL.	CINTA POSTE CIRCULAR DI 260mm 5000DAN	20,20
8	3,0	UND	E.B INSTAL.	CONEC CUNHA AL CB 1/0-6/16mm2 2-4/25mm2	3,50
9	6,0	UND	E.B INSTAL.	CONEC CUNHA ATERR CU/AL 25/35MMXD13mm2	14,10
10	5,0	UND	E.B INSTAL.	CONECTOR CUNHA RAMAL I-SIMETRICO CINZA	3,10
11	9,0	UND	E.B INSTAL.	ARRUELA QUADRADA LISA 18mm AÇO 1010/1020	0,40
12	3,0	UND	E.B INSTAL.	CONECTOR CUNHA RAMAL VI-SIMETRICO AZ/BCO	3,30
13	6,0	UND	E.B INSTAL.	CONECTOR PIERC T 50-12mm2 D 50-120mm2	7,70
14	1,0	UND	E.B INSTAL.	CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO 7,5 A 10,5mm	62,10
15	1,0	UND	E.B INSTAL.	CRUZETA DE CONCRETO 90x112x2100MM 400DAN	76,30
16	0,3	KG	E.B INSTAL.	FIO ALUMINIO NU RECOZ EC-O 145 DAN 4 AWG	22,00
17	0,2	KG	E.B INSTAL.	FITA ALUMINIO EC-0 PROTEÇÃO CB ALUMINIO	32,10
18	1,0	UND	E.B INSTAL.	FITA ISOLANTE EPR 19MMX10M AUTO-FUSÃO	13,90
19	1,0	UND	E.B INSTAL.	FITA ISOLANTE PVC PRETA 19MMX20M	11,40
20	6,0	UND	E.B INSTAL.	HASTE ATERRAMENTO AÇO/COBRE 13x2400mm	35,70
21	3,0	UND	E.B INSTAL.	ISOLADOR PILAR PORCELANA RD 23,1KV	58,10
22	1,0	UND	E.B INSTAL.	MÃO FRANCESA PERF AÇO 1010/1020 726mm	14,00
23	4,0	UND	E.B INSTAL.	OLHAL PARA PARAFUSO 5000DAN AÇO 16mm	8,30
24	2,0	UND	E.B INSTAL.	PARAFUSO CAB ABAUL AÇO 7007 16x45x45mm	2,00
25	3,0	UND	E.B INSTAL.	PARAFUSO CAB QUADRADO AÇO 7007 16x250x170mm	4,90
26	3,0	UND	E.B INSTAL.	PARAFUSO CAB QUADRADA AÇO 7007 16x300x220mm	5,90
27	3,0	UND	E.B INSTAL.	PINO FIXADOR ISOLA PILAR AÇO 7007 60x140mm	5,40
28	1,0	UND	E.B INSTAL.	POSTE DE CONCRETO DT 11M 600DAN 1 SEGM	820,30
29	2,0	UND	E.B INSTAL.	SUORTE TD POSTE DUPLO T	48,30
30	1,0	SVÇ	E.B INSTAL.	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA INDUSTRIAL, CONFORME LISTA DE SERVIÇOS PREVISTOS DA CELESC NO ANEXO I	5.652,00

Sendo um total de:

Fornecedor	Valor Total
E.B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP	9.132,43

Findos os trabalhos de Habilitação e classificação da proposta apresentada, o presidente da comissão encerrou a sessão, ficando facultado o prazo de 05 dias úteis para as empresas interpirem com recurso desta decisão, conforme lhe faculta o artigo 109, inciso I, alínea "a" e "b" da Lei Federal 8.666/93, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão, aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezesseis.



ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Presidente	Membro da comissão

De acordo

PORTARIA Nº 172/2016

PORTARIA Nº 172/2016
PRORROGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria PRORROGADA A PORTARIA 121/2015, a qual CONCEDIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Municipal AMARILDO CORTI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas a partir da data de 01/08/2016, pois o funcionário solicitou prorrogação de sua licença.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIA Nº 173/2016
INTERROMPE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO A LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO, concedida à servidora Municipal CÉLIA MARKENDORF, concedida através da portaria nº 152/2016, retornando ao seu cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na data de 01/08/2016, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O retorno ao trabalho foi solicitado pela própria servidora devido à desistência a candidatura na Eleição Municipal de Flor do Sertão.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIA Nº 174/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias a Servidora Municipal FLAVIA BARCELOS MARTINS, ocupante do Cargo de Médica lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/08/2016 a 23/08/2016, a concessão é referente o período interrompido conforme a Portaria nº 047 de 11 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 175/2016

	PORTARIA Nº 175/2016
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço à servidora municipal HÉLIDA GOMES STOCK, ocupante do cargo de Professora com Licenciatura Específica lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, relativo ao período aquisitivo 03/2009 a 03/2014, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 176/2016

	PORTARIA Nº 176/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SILVIA CRISTINA DA SILVA, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/08/2016 a 30/08/2016, relativo ao período aquisitivo 12/14 a 12/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 114/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ RICARDO JUNKES, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 3.377.640-7 e inscrito no CPF sob o nº 040.294.429-19, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. DOGLAS SALVATICO DE LIMA, CNPJ/MF n.º 20.651.310/0001-83 estabelecida na Rua Irma Norberta, em Forquilha, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Douglas Salvatico de Lima, CI 4.781.672, CPF 066.832.249-78;

2. ORLEANS INFORMATICA EIRELI EPP, CNPJ/MF n.º 02.315.593/0001-00 estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Mello, CI 2.807.588, CPF 844.078.839-87;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 114/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza (saponáceo cremoso e vassoura de palha) para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no

máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na

Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões

exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 114/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

DOGLAS SALVATICO DE LIMA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Douglas Salvatico de Lima

CPF: 066.832.249-78;

ORLEANS INFORMATICA EIRELI EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Mello

CPF: 844.078.839-87;

DECRETO Nº 150, DE 20 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 150, DE 20 DE JULHO DE 2016.

ANULA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE LEDJANE GARCIA AURELIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que constituída pelo Decreto nº 064, de 16 de março de 2016, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação indicação pela exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora LEDJANE GARCIA AURELIO, matrícula 4487, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, apontado no Relatório Circunstanciado da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, instituída pelo Decreto nº 137, de 04 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO que o relatório conclusivo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pelo Decreto nº 064, de 16 de março de 2016, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, recomendou a anulação a primeira avaliação de estágio probatório da processada, devendo a servidora ser submetida a nova avaliação, a ser realizada de acordo a não ensejar qualquer tipo de vício ou nulidade, possibilitando amplos direitos ao contraditório e ampla defesa, tudo em consonância com o disposto no §5º do artigo 5º da Lei Municipal 2.143/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a primeira avaliação de estágio probatório servidora LEDJANE GARCIA AURELIO, matrícula 4487, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, devendo ser submetida a nova avaliação, a ser realizada de acordo a não ensejar qualquer tipo de vício ou nulidade, possibilitando amplos direitos ao contraditório e ampla defesa, tudo em consonância com o disposto no §5º do artigo 5º da Lei Municipal 2.143/2015.

Art. 2º A avaliação deverá ser realizada pelo(a) mesmo(a) superior hierárquico, não estando mais no quadro de servidores, deverá ser convocado(a) para participar da nova avaliação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Forquilha/SC, 20 de julho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de julho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 151, DE 20 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 151, DE 20 DE JULHO DE 2016.

ANULA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE ROSANE FERRARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que constituída pelo Decreto nº 063, de 16 de março de 2016, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação indicação pela exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora ROSANE FERRARI, matrícula 4495, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, apontado no Relatório Circunstanciado da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, instituída pelo Decreto nº 137, de 04 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO que o relatório conclusivo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pelo Decreto nº 064, de 16 de março de 2016, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, recomendou a anulação a primeira avaliação de estágio probatório da processada, devendo a servidora ser submetida a nova avaliação, a ser realizada de acordo a não ensejar qualquer tipo de vício ou nulidade, possibilitando amplos direitos ao contraditório e ampla defesa, tudo em consonância com o disposto no §5º do artigo 5º da Lei Municipal 2.143/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a primeira avaliação de estágio probatório servidora ROSANE FERRARI, matrícula 4495, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, devendo ser submetida a nova avaliação, a ser realizada de acordo a não ensejar qualquer tipo de vício ou nulidade, possibilitando amplos direitos ao contraditório e ampla defesa, tudo em consonância com o disposto no §5º do artigo 5º da Lei Municipal 2.143/2015.

Art. 2º A avaliação deverá ser realizada pelo(a) mesmo(a) superior hierárquico, não estando mais no quadro de servidores, deverá ser convocado(a) para participar da nova avaliação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Forquilha/SC, 20 de julho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de julho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 154, DE 28 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 154, DE 28 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA, POR CONCURSO, SORAIA DEOLINDO, PARA EXERCER O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Assistente Social;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, SORAIA DEOLINDO para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, classificada em 7º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 28 de julho de 2016.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no mural e registrado em 28 de julho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 153 DE 27 DE JULHO 2016. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº. 153 DE 27 DE JULHO 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 7.143,12 (sete mil, cento e quarenta e três reais, doze centavos) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.014 – Manutenção da Merenda Escolar

074 – 3390.00.06.60 – Aplicações DiretasR\$ 1.461,12

Órgão 11 – Fundo Municipal Reeq. Corpo de Bombeiros

2.037 – Manutenção do FUNREBOM

266 – 4490.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 682,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.021 – Manutenção do Índice de Gestão Descentralizada Bolsa Família/IGD/SUAS

240 – 3390.00.06.63 – Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 7.143,12

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o Art. 1º, na despesa 074, será suplementado pelo superávit financeiro apurado no exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 21.541-4; na

despesa 266 será suplementado pelo superávit financeiro apurado no exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 96.250-3; na despesa 240 será suplementado pelo superávit financeiro apurado no exercício de 2015, da conta nº 29.366-0, ambas do Banco do Brasil S/A.

TOTAL R\$ 7.143,12

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.053 – Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

038 – 31.91.00.01.02 – Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

2.064 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ

076 – 33.90.00.02.64 – Aplicações DiretasR\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 75.000,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizada como fonte de recursos, a anulação de valores da dotação da seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.053 – Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

036 – 31.90.00.01.02 – Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

2.064 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ

075 – 33.90.00.02.64 – Aplicações DiretasR\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 75.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de julho de 2016.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no mural e registrado em 27 de julho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 14/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 14/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 12/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA-

LARES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHA/SC, durante o exercício de 2016.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº. 12/FMS/2016 de 30/06/2016 para 29/08/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 21 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 03/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 04/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/01/2017

3ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 46/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 23/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de ventiladores, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/04/2017

2ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 65/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 24/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de máquinas e materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 28/04/2017

2ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0054_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0219/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0054/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Despesa com 03 (três) inscrições para os servidores: André Luiz de Oliveira, Daiane Spolti e Silvia Vargas Glaner, para participação no Curso Prático de Licitação Pública com Análise de Processos Licitatórios, a ser realizado em Florianópolis nos dias 11 e 12 de Agosto de 2016. CONTRATADA: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. CNPJ: 08.940.383/0001-90. VALOR: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 Inciso II c/c Art 13, Inc.VI, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 29 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0116_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0116/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de tecidos diversos para uso nos figurinos dos alunos das oficinas de Danças, Ballet, Ginastica Rítmica, Coral e nos preparativos e decorações das festividades natalinas e outras festividades de 2016 do Município de Fraiburgo. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 15.08.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 29 de julho de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 190-2016

DECRETO Nº 190, DE 29 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (3)	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 29 DE JULHO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 191-2016

DECRETO Nº 191, DE 29 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 17.647,06 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.1.013 – Construção, Reformas e Equipamentos das Quadras e ou Ginásios Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (57)	R\$	17.647,06
TOTAL	R\$	17.647,06

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	17.647,06
TOTAL	R\$	17.647,06

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 29 DE JULHO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 192-2016

DECRETO Nº 192, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.1.013 – Construção, Reformas e Equipamentos das Quadras e ou Ginásios Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9316 (295)	R\$	55.000,00
Total	R\$	55.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio TR 2825, Celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a Reforma do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Eurico Pinz do Bairro São Miguel.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 29 DE JULHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16142016

PORTARIA N.º 1614, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 3954, de 13 de julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 29 de julho de 2016, a servidora NOELI MARIA COLOMBELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 715.518.679-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 25 de fevereiro de 2016, Benefício nº 1697002525.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16152016

PORTARIA Nº 1615, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 112/2016 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora DAIANE SPOLTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 050.673.899-07, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 29 de julho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16162016

PORTARIA Nº 1616, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 113/2016, da Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DAIANE SPOLTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 050.673.899-07, no cargo de Agente Político de PROCURADOR ADJUNTO DO MUNICÍPIO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16172016

PORTARIA Nº 1617, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 116/2016, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0709 de 04 de abril de 2016, que concedeu Função Gratificada – nível FG 6, a servidora NILCE PINZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 596.472.809-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 31 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16182016

PORTARIA Nº 1618, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 117/2016, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NILCE PINZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 596.472.809-04, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotada na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16192016

PORTARIA Nº 1619, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

Considerando que estará substituindo a servidora MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS, que passou a desempenhar a função de Agente Epidemiológico;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TEREZINHA APARECIDA FUNINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.899.689-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16202016

PORTARIA Nº 1620, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

Considerando que estará substituindo o servidor Mateus Prigol, que se afastou do trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VIVIANE VAZ COSTA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 092.157.619-69, na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16212016

PORTARIA Nº 1621, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0098/2016 da Secretaria de Ação Social;

Considerando que houve desacolhimento de crianças da Casa Lar Célio Thibes dos Santos, não havendo a necessidade de manutenção da contratação;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de KATIA DE SOUZA, brasileira,

casada, inscrita no CPF sob o nº 004.927.219-55, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 16222016

PORTARIA Nº 1622, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 041/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que essa contratação se faz necessária devido ao furto de grande monta ocorrido no CEI Liberata a fim de evitar futuras ocorrências, conforme BO apresentado pela Direção;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROMILDO DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 100.802.649-21, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de julho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 193-2016**DECRETO Nº 193, DE 29 DE JULHO DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0016, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0016 de 24 de junho de 2016, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 29 JULHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro São José** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **ESF 4**

Disciplina: **Bairro São José**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	24	0	2	NÃO	0	09/04/1971	0
2	21	0	1	NÃO	1	08/01/1991	2
3	9	0	0	NÃO	0	08/04/1965	0
4	3	0	0	NÃO	0	10/07/1990	0
5	4	0	0	NÃO	0	26/12/1994	1
6	25	0	0	NÃO	0	31/08/1996	0
7	6	0	0	NÃO	0	18/09/1996	0

		Soma de Pontos
1	JANETE PARECIDA BORGES TIBES FELISBINO	8
2	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	8
3	MARLENE RIBEIRO DOS SANTOS SILZLEIN	6
4	RAYANE SILVA DUARTE	6
5	VANESSA APARECIDA MARQUES	6
6	EDUARDA MAFRA	6
7	JÉSSICA CRISTIANE SEMAM PALMERA	6



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Bairro Jardim América		Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO	
Código: 2		Área de Atuação: ESF 4	
Disciplina: Bairro Jardim América			

Critérios de Desempenho													
1º				2º		3º		4º		5º		6º	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Areas	Data Nascimento	Núm. Filhos					
				Cursos Área Esp.									
1	17	MARISTELA CRUZ	8	0	NÃO	1	07/10/1987	1					
2	10	KARINE SILVEIRA DE AZEVEDO	8	0	NÃO	1	23/01/1998	0					
3	14	MARINA LAZZAROTTO GARCÊS	8	0	NÃO	1	23/06/1998	0					
4	15	JULIANA GOMES	7	0	NÃO	0	12/08/1983	1					
5	11	ESTELA MARIS CRUZ CONRAD	7	0	NÃO	1	07/10/1987	2					
6	1	JANAINA CARVALHO	7	0	NÃO	1	15/03/1997	0					
7	19	ELIANE PIRES DE SOUZA	6	0	NÃO	0	16/04/1979	2					
8	20	KATIA DE SOUZA	6	0	NÃO	0	24/06/1981	2					
9	18	PAMELA CECÍLIA ZANELLA	6	0	NÃO	0	16/08/1993	0					
10	2	JENNEFER CRISTINA DALLAZEM	6	0	NÃO	0	12/06/1996	1					
11	7	ELLEN CRISTINE BALDO PRATES	6	0	NÃO	0	21/11/1996	0					
12	16	ANA CRISTINA PIRES CAMARGO	1	1	NÃO	0	04/03/1998	0					
13	5	ANA CRISTIANE PIRES CAMARGO	1	1	NÃO	0	04/03/1998	0					

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	0	NÃO	1	07/10/1987	1
1	0	NÃO	1	23/01/1998	0
1	0	NÃO	1	23/06/1998	0
1	0	NÃO	0	12/08/1983	1
0	0	NÃO	1	07/10/1987	2
0	0	NÃO	1	15/03/1997	0
0	0	NÃO	0	16/04/1979	2
0	0	NÃO	0	24/06/1981	2
0	0	NÃO	0	16/08/1993	0
0	0	NÃO	0	12/06/1996	1
0	0	NÃO	0	21/11/1996	0
1	0	NÃO	0	04/03/1998	0
1	0	NÃO	0	04/03/1998	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Dez de Nov	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	3	Área de Atuação:	ESF 6					
Disciplina:	Localidade Dez de Novembro							

Critérios de Desempate						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	3	2	NÃO	0	08/08/1976	1
2	0	0	NÃO	0	03/05/1980	1
3	0	0	NÃO	0	27/04/1992	1

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	23	CLARICE MARIA ANGOLERI	11
2	13	SOLANGE DE FATIMA GOMES DE OLIVEIRA	6
3	12	CLARICE MARCONDES DOS SANTOS	6



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	Localidade Dez de Nov	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO	
Código:	3	Área de Atuação:	ESF 6	
Disciplina:	Localidade Dez de Novembro			
Número Inscrição	Nome do Candidato		Habilit.	Motivo
22	ALANA DE LARA REINALDO			Não preenche pré requisito de Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Linha Baia	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	4	Área de Atuação:	ESF 6					
Disciplina:	Localidade Linha Baia e Baia I							

Critérios de Desempate										
	1º	2º	3º	4º	5º	6º				
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	8	KARINA APARECIDA VANZ		6	0	0	NÃO	0	08/11/1978	0

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com o artigo IV da Lei nº 8.66/93, e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº.113/2016; DL nº. 019/2016; Contratada: SUPERMERCADO SILVEIRA LTDA; CNPJ: 83.259.945/0001-50; Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba.; Valor: R\$ 13.935,92 (Treze mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos). Data da Assinatura: 29/07/2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2016
PMG E FMS

Ata nº. 43/2016; Processo nº.106/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: NESTOR COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS LTDA; POSTO PETROPABA LTDA; POSTO PALHOCINHA COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Data da Assinatura: 28/07/2016.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 251/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 251/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CELITA BREGUE DANIEL
Objetivo: ENFERMEIRO ESF
Valor: R\$ 2.426,75 (dois mil quatrocentos e vinte e seis reais com setenta e cinco centavos) mensais
Vigência: De 01/07/2016 até 01/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 252/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 252/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NATALIA RAQUEL NERI
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Valor: R\$ 1.125,21 (um mil cento e vinte e cinco reais com vinte e um centavos) mensais
Vigência: De 04/07/2016 até 04/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 253/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 253/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CRISTIAN ZANONI DALLASTRA
Objetivo: ODONTÓLOGO
Valor: R\$ 3.927,43 (tres mil novecentos e vinte e sete reais com quarenta e três centavos) mensais
Vigência: De 11/07/2016 até 11/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 254/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 254/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NATALIA GUASSELLI
Objetivo: ODONTÓLOGO
Valor: R\$ 3.927,43 (tres mil novecentos e vinte e sete reais com quarenta e três centavos) mensais
Vigência: De 11/07/2016 até 11/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 255/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 255/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CARINA CARDINAL DO AMARAL VELHO HECK DE NOVAES
Objetivo: ODONTÓLOGO
Valor: R\$ 3.927,43 (tres mil novecentos e vinte e sete reais com quarenta e três centavos) mensais
Vigência: De 11/07/2016 até 11/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 256/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 256/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: STEFANO SILVEIRA
Objetivo: ODONTÓLOGO
Valor: R\$ 3.927,43 (tres mil novecentos e vinte e sete reais com quarenta e três centavos) mensais
Vigência: De 11/07/2016 até 11/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 257/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 257/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MIRIAN HELMA JOCHADE BREDAS
Objetivo: NUTRICIONISTA NASF
Valor: R\$ 992,36 (novecentos e noventa e dois reais com trinta e seis centavos) mensais
Vigência: De 12/07/2016 até 12/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 258/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 258/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TAISA RODRIGUES DO NASCIMENTO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.125,21 (um mil cento e vinte e cinco reais com vinte e um centavos) mensais

Vigência: De 12/07/2016 até 12/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 259/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 259/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RODRIGO PEREIRA DO AMARAL

Objetivo: MEDICO ORTOPEDISTA

Valor: R\$ 2.713,61 (dois mil setecentos e treze reais com sessenta e um centavos) mensais

Vigência: De 15/07/2016 até 15/01/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 260/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 260/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIEGO ALVAREZ NARANJO

Objetivo: MED. ESP. EM CIRUR. DE CAB. E PESCOÇO

Valor: R\$ 5.729,98 (cinco mil setecentos e vinte nove reais com noventa e oito centavos) mensais

Vigência: De 15/07/2016 até 15/01/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 261/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 261/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANGELICA DE VARGAS

Objetivo: NUTRICIONISTA NASF

Valor: R\$ 992,36 (novecentos e noventa e dois reais com trinta e seis centavos) mensais

Vigência: De 18/07/2016 até 18/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 262/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 262/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IZABEL DE SOUZA DE AGUIAR

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.125,21 (um mil cento e vinte e cinco reais com vinte e um centavos) mensais

Vigência: De 18/07/2016 até 18/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 263/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 263/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANDRE LUIS SILVA DE SOUZA

Objetivo: MEDICO UROLOGISTA

Valor: R\$ 2.713,61 (dois mil setecentos e treze reais com sessenta e um centavos) mensais

Vigência: De 18/07/2016 até 18/07/2017, prorrogável conforme legislação vigente

PORTARIA N.º 567/2016.

PORTARIA N.º 567, DE 01 DE JULHO DE 2016.

ALTERA OS ATOS RELACIONADOS À SERVIDORA ROSA BOTELHO EM SEUS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. DETERMINAR que em todos os atos que compõem os assentamentos funcionais da servidora ROSA BOTELHO, matrícula 0043, CPF 289.137.799-00, onde se lê o cargo de provimento efetivo de "Merendeira", leia-se o cargo de provimento efetivo de "Servente", nos termos do ato de nomeação proveniente da edição da Portaria nº 013/92, de 01 de junho de 1992.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 568/2016.

PORTARIA N.º 568, DE 01 DE JUNHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROZELI ALEXANDRINO, Professora, matrícula funcional n.º 0037, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 569/2016.

PORTARIA N.º 569, DE 01 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. REDUZIR, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 38 §1º e § 2º, da Lei n.º 1000/2005, conforme laudo pericial, a carga horária de 40 horas para 20 horas semanais da servidora ANA MARIA DE SOUZA, Servente, Matrícula Funcional n.º 4047, identidade n.º. 2714132, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 06/06/2016 por 60 (sessenta) dias.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 06/06/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 570/2016.

PORTARIA N.º 570, DE 01 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ROSÉLIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, Contrato n.º 101/2016, em 01/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 571/2016.

PORTARIA N.º 571, DE 01 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 0746, referente a 2011-2016, no período de 04/07/2016 à 18/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 572/2016.

PORTARIA N.º 572, DE 01 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora CLEIDE DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0740, referente a 2011-2016, no período de 04/07/2016 à 18/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 573/2016.

PORTARIA N.º 573, DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SUELI TERESINHA DOS SANTOS, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 3595, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 01/07/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 574/2016.

PORTARIA N.º 574, DE 04 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LETICIA NAYARA FRETTE, Matrícula Funcional n.º 5755, referente a 2014/2015, no período de 11/07/2016 a 09/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 575/2016.

PORTARIA N.º 575, DE 04 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ALESSANDRA DINIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 5290, referente a 2015/2016, no período de 18/07/2016 a 16/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 576/2016.

PORTARIA N.º 576, DE 04 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora IASMIM GONÇALVES CALSEM, Matrícula Funcional n.º 6220, referente a 2015/2016, no período de 18/07/2016 a 16/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 577/2016.

PORTARIA N.º 577, DE 04 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LUANA TEREZA SILVANO, Matrícula Funcional n.º 6074, referente a 2015/2016, no período de 18/07/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 578/2016.

PORTARIA N.º 578, DE 04 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora GABRIELA ROSA PAES, Matrícula Funcional n.º 6190, referente a 2015/2016, no período de 18/07/2016 a 02/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 579/2016.

PORTARIA N.º 579, DE 04 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora EDILENE DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 6205, referente a 2015/2016, no período de 18/07/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 580/2016.

PORTARIA N.º 580, DE 04 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 0175, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 14/06/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/06/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 581/2016.

PORTARIA N.º 581, DE 04 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 10/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 582/2016.

PORTARIA N.º 582, DE 04 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GISELE CRISTINA ROSSI RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 3959, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 07/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 583/2016.

PORTARIA N.º 583, DE 04 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora SIMONE MENEZES DIAS NASCIMENTO, Professora, matrícula funcional n.º 6482, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 01/07/2016 a 15/07/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 584/2016.

PORTARIA N.º 584, DE 04 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/07/2016, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARIANE FERNANDES DE ÁVILA, Matrícula Funcional n.º 4625, concedidas através da Portaria n.º 511/2016, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 585/2016.

PORTARIA N.º 585, DE 05 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MIRIAM HELMA JOCHADE BREDA, Contrato n.º 033/2015, em 11/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 586/2016.

PORTARIA N.º 586, DE 05 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CRISTIAN ZANONI DALLASTRA, Contrato n.º 413/2014, em 08/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 587/2016.

PORTARIA N.º 587, DE 05 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CARINA CARDINAL DO AMARAL VELHO HECK DE NOVAES, Contrato n.º 373/2014, em 08/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 588/2016.

PORTARIA N.º 588, DE 05 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) NATÁLIA GUASSELLI, Contrato n.º 245/2015, em 08/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 589/2016.

PORTARIA N.º 589, DE 06 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ ALDO CRISTINO, Matrícula Funcional n.º 0792, referente a 2013/2014, no período de 01/07/2016 a 30/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 590/2016.

PORTARIA N.º 590, DE 06 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL RIBEIRO DE ROYA, Matrícula Funcional n.º 6091, referente a 2015/2016, no período de 11/07/2016 a 20/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 591/2016.

PORTARIA N.º 591, DE 06 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme AVISO PRÉVIO, o(a) contratado(a) MANOEL DE SOUZA NETO, em atenção do Contrato n.º 349/2015, de 18/06/2015, a partir de 01/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a partir de 01/07/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 06 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 593/2016.

PORTARIA N.º 593, DE 07 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor THIAGO QUATRIN TOSETTO, Matrícula Funcional n.º 4968, referente a 2015/2016, no período de 12/07/2016 a 21/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 594/2016.

PORTARIA N.º 594, DE 07 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/06/2016, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor ITAMAR CARVALHO FARACO, Matrícula Funcional n.º 3700, concedidas através da Portaria n.º 447/2016, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 596/2016.

PORTARIA N.º 596, DE 11 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme AVISO PRÉVIO, o(a) contratado(a) ANGELA CARVALHO ENGEL, do Contrato n.º 409/2015, de 16/09/2015 a partir de 30/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 597/2016.

PORTARIA N.º 597, DE 11 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALEXANDRE FERREIRA CORREIA, Motorista, matrícula funcional n.º 6618, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 14/07/2016, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 598/2016.

PORTARIA N.º 598, DE 11 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora JAQUELINE DA SILVA SILVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 6329, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 05/07/2016 a 31/08/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/07/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 599/2016.

PORTARIA N.º 599, DE 11 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 08/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 600/2016.

PORTARIA N.º 600, DE 11 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BRUNA DA SILVA, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 3552, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/07/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 601/2016.

PORTARIA N.º 601, DE 11 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 602/2016.

PORTARIA N.º 602, DE 11 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) FLÁVIA GONÇALVES DE LIMA, Servente, matrícula funcional n.º 3646, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 604/2016.

PORTARIA N.º 604, DE 12 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 10/07/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/07/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 605/2016.

PORTARIA N.º 605, DE 12 DE JULHO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DULCINEIA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/07/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 606/2016.

PORTARIA N.º 606, DE 12 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) BRUNA DA SILVA, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 3552, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 18/06/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/06/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 607/2016.

PORTARIA N.º 607, DE 12 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JAQUELINE DA SILVA SILVEIRA, Professor, matrícula funcional n.º 3858, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 30/06/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/06/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 608/2016.

PORTARIA N.º 608, DE 12 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor LEANDRO IZALDO SILVA, Agente Administrativo, Matrícula n.º 0924, o valor de R\$ 90,50 (noventa reais com cinquenta centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 157/2015, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 609/2016.

PORTARIA N.º 609, DE 12 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora GISLEINE SILVA TEXEIRA DANIEL, Professora, matrícula funcional n.º 5145, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 27/06/2016.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 27/06/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 610/2016.

PORTARIA N.º 610, DE 12 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROZELI ALEXANDRINO, Professor, matrícula funcional n.º 0037, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 24/06/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/06/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

DISTRATO Nº 16/2016

DISTRATO Nº 016/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL, brasileira, casada, professora, RG nº 8.470.874-7, CPF: 045.040.359-95, residente e domiciliado na Rua da Graça, 1147, Itapema do Norte, Itapoá-SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Orientador Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 050/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 17/2016

DISTRATO Nº 017/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. TEREZINHA NASCIMENTO ORLOVSKI, brasileira, solteira, professora, RG nº 13.647.005-1, CPF: 620.347.749-49, residente e domiciliada na Rua Arno Krelling, 79 – Pirabeiraba, Joinville/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 16/05/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 096/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 18/2016

DISTRATO Nº 018/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. KATIA CRISTINA SOMMER SCHMIDT, brasileira, casada, professora, RG nº 6.193.944, CPF: 084.391.379-74, residente e domiciliado na Rua Saturnino B. Vilain, s/n, Urubuquara, Garuva-SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 052/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 19/2016

DISTRATO Nº 019/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA LUIZA LEANDRO XAVIER, brasileira, casada, professora, RG nº 4.353.175-0, CPF: 037.387.769-23, residente e domiciliado na Rua Castro Alves, 102 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 020/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 20/2016

DISTRATO Nº 020/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. CLAUDIA LUCI DOS SANTOS MACHADO, brasileira, casada, professora, RG nº 28.947.806-6, CPF: 276.857.448-13, residente e domiciliada na Rua Randolfo Bastos, 022 – Centro, Guaratuba/PR, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 012/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de

Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 21/2016

DISTRATO Nº 021/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARINALDA DUARTE, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.870.988, CPF: 071.110.589-84, residente e domiciliado na Rua Papa João XVIII, 622, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 047/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 22/2016

DISTRATO Nº 022/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARINALDA DUARTE, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.870.988, CPF: 071.110.589-84, residente e domiciliado na Rua Papa João XVIII, 622, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas

seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 11/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 077/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 23/2016

DISTRATO Nº 023/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. LINDOMAR SILVA DE JESUS, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 4.846.389, CPF: 009.164.569-78, residente e domiciliado na Rua Antonio Machado, P14, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Orientador Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 046/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 24/2016

DISTRATO Nº 024/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. MARCO ANTONIO CARREIRA, brasileiro, casado, professor, RG nº 2.194.255, CPF: 494.419.309-20, residente e domiciliado na Rua Alfredo Schulze, 340 – Pirabeiraba, Joinville/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 27/04/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 088/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 29 de julho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

PORTARIA Nº 85/2016

PORTARIA Nº. 85, de 29 de julho de 2016.

"DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE POSSE DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

Considerando, art. 15, Parágrafo 5º do LC 001/98;

Considerando, os termos da Portaria 069, de 01 de Julho de 2015, que dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concurso público;

Considerando, Comunicação Interna nº 17/2016 do Técnico de Segurança do Trabalho;

Considerando, que os candidatos, nomeados para o cargo de Professor De Educação Especial, apresentaram a documentação dentro do prazo estipulado pela municipalidade;

Considerando, que após a avaliação médica, toda a documentação exigida na posse deve, obrigatoriamente, ser submetida à análise da Controladoria Interna do Município, e Procuradoria Jurídica em alguns casos.

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por 08 (oito) dias a posse das senhoras TATIANA

KRUGER CABRAL, CPF nº 008.243.529-47, e ALINE DA SILVA, CPF nº 716.299.550-00, nomeadas através da Portaria 069/2016 de 1º de julho de 2016, para o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Especial.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 29 de Julho de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 86/2016

PORTARIA Nº. 86 de 29 de julho de 2016.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Ofício n. 098/2016/SME;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 20 horas da servidora PATRÍCIA GUAREZI CORREA, na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 164/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 164/2016

OBJETO: Locação de bem imóvel com 108,37 m² (cento e oito metros e trinta e sete decímetros quadrados), localizado na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Edifício Crescêncio Schneider, 1º andar, deste Município, destinado a abrigar as instalações do Programa Bolsa Família. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: PACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CNPJ nº 83.449.728/0001-22). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 21 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 166/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 166/2016

OBJETO: Locação de bem imóvel, sendo duas salas comerciais, destinadas as instalações da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin (contendo 453m²) e outra para depósito e sala de reuniões (contendo 78m²). CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER (05.322.930/0001-85). CONTRATADO: JULIO SCHRAMM TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA - EPP. (CNPJ nº 80.695.406/0001-75). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 01 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

Pregão Presencial nº.: 102/2016. OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% do item 45 da Ata de Registro de Preços para futuras aquisições de ferramentas e material elétrico. MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). FORNECEDORA: PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI – ME (12.593.397/0001-51).

Gaspar/SC, 28 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

Pregão Presencial nº.: 102/2016. OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% do item 46 da Ata de Registro de Preços para futuras aquisições de ferramentas e material elétrico. MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). FORNECEDORA: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA – EPP (09.056.757/0001-71).

Gaspar/SC, 28 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 76/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 168/2016

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2016

OBJETO: Aquisição de estruturas de armazenagem metálicas, com instalação- Repetição ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 13hs-30min do dia 15/08/2016; LOCAL: No Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo, Centro, Gaspar/SC; ABERTURA DOS ENVELOPES: a partir das 13hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br, ou no Depto de Compras para consulta.

Gaspar (SC), 29/07/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 14/2016

DECRETO Nº 14/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

"DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA NAS ATIVIDADES DA SUINOCULTURA E DA PECUÁRIA DE LEITE NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 93, inciso XXX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a suinocultura e a pecuária de leite são as principais fontes de renda do Município de Grão-Pará/SC;

CONSIDERANDO que o preço dos insumos para a fabricação de ração está incompatível com os preços do quilograma do suíno vivo e do litro de leite pagos aos produtores;

CONSIDERANDO o aumento no endividamento dos suinocultores e dos produtores de leite, conforme levantamento realizado pelo Sindicato Rural, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e outras Entidades;

CONSIDERANDO que a suinocultura e a pecuária de leite vivem uma grave crise e que este Município poderá ter problemas de ordem econômica agravados;

CONSIDERANDO as argumentações lançadas no requerimento encaminhado ao Prefeito Municipal por representantes da classe;

RESOLVE

Art. 1º. Decretar Estado de Emergência nas atividades da suinocultura e pecuária de leite, no Município de Grão-Pará, pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 29 de julho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29 de julho de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

AD 01.2016 CONTRATO 19.2016 ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Guaraciaba, 29 de Julho de 2016

Aditivo Nº : Ad01/16Cont19/16 - Contrato Nº: 19/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 17.290,00 (dezessete mil duzentos e noventa reais)

Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR

SERVIÇOS COM MOTONIVELADORA EM ABERTURAS E

NIVELAMENTOS DE VIAS E ACESSOS NO MUNICIPIO DE

GUARACIABA PARA O ANO DE 2016.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTAS CHAMADA 02.2016 RETIFICAÇÃO

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, com dispensa de licitação, conforme Lei nº 11.947 de 16/07/2009.

RETIFICAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Fica retificada a ata de julgamento de propostas datada de 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2016, às 15h00min nos seguintes termos:

Onde se lê:

TOTAL DO PROJTEO DO GRUPO FORMAL COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, CONSUMO E SERVIÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE GUARACIABA-COPERGUA: R\$ 36.263,50 (trinta e seis mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

Total Geral da compra: R\$ 41.537,25 (quarenta e um mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Leia-se:

TOTAL DO PROJTEO DO GRUPO FORMAL COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, CONSUMO E SERVIÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE GUARACIABA-COPERGUA: R\$ 38.531,50 (trinta e oito mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

Total Geral da compra: R\$ 43.805,25 (quarenta e três mil oitocentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Guaraciaba, 29 de julho de 2016.

COMISSÃO: COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI – Presidente da Comissão:

TALITA GUERINI – Membro da Comissão:

ANDRIO DALL AGNOL – Membro da Comissão:

EXTRATOS CONTRATOS 98, 99 E 100.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 98/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: ANDERSON ZAPELINI

Valor : 1.373,75 (um mil trezentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS(QUEIJO

COLONIAL, ALFACE, CARNES, ENTRE OUTROS) PARA SER

UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO

FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL.

Contrato Nº..: 99/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: ANTONIO JOSÉ KNOB

Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS(QUEIJO

COLONIAL, ALFACE, CARNES, ENTRE OUTROS) PARA SER

UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO

FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL.

Contrato Nº..: 100/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUCAO, INDUSTRIALIZACAO, COMERCI

Valor : 38.531,50 (trinta e oito mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS(QUEIJO

COLONIAL, ALFACE, CARNES, ENTRE OUTROS) PARA SER

UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO

FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 106 E 111.2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

PROCESSO Nº 111/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/07/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS(QUEIJO

COLONIAL, ALFACE, CARNES, ENTRE OUTROS) PARA SER

UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO

ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL.

CONTRATADO: ANTONIO JOSÉ KNOB

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUCAO,
INDUSTRIALIZACAO, COMERCIO
VALOR DA DESPESA: R\$ 38.531,50 (trinta e oito mil quinhentos e
trinta e um reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: ANDERSON ZAPELINI
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.373,75 (um mil trezentos e setenta e
três reais e setenta e cinco centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso CAPUT da Lei de Licitações.
=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2016
PROCESSO Nº 106/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/07/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, BRINQUEDOS
PEDAGÓGICOS E OUTROS(BLOCOS DE QUEBRA CABEÇA,
FORME PALAVRAS, BATE PINO, ENTRE OUTROS) PARA SER
UTILIZADO PELOS ALUNOS DAS TURMAS DO CEIM OURO
VERDE, PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE.

CONTRATADO: ISOLDE TELEKEN GRANDO- ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.466,20 (três mil quatrocentos e
sessenta e seis reais e vinte centavos)
=====

Guaramirim

PREFEITURA

3ª AVALIAÇÃO AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016 - FMS

Processo Licitatório nº 10/2016 - FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA SITUAÇÕES EVENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA PACIENTES AVALIADOS NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL E FRALDAS GERIÁTRICAS ESPECÍFICAS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.

3ª Avaliação das amostras entregues pelas empresas

ITEM	3º CLASSIFICADO	
07	SEBOLD	APROVADO
11	PRODUVALE	APROVADO
12	PRODUVALE	APROVADO

Os laudos de avaliação encontram-se juntados ao processo licitatório, estando a disposição das licitantes junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Guaramirim, 29 de julho de 2016.

Avaliação realizada pela Equipe Técnica Nomeada pela Portaria nº 176/2016, composta pelas servidoras: Adriana R S de Andrade; Andreia F. Silveira, Tanisse Amorim Ferrari.

ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2016 - PMG

PROCESSO LICITATORIO N.º 092/2016- PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 092/2016 – PMG

ANULAÇÃO - DESCRITIVO OBJETO

1. Trata-se de pregão presencial visando registro de preços para a aquisição de baterias de 100AMP E 150AMP para manutenção preventiva e corretiva de veículos pesados da Secretaria de Infraestrutura do Município de Guaramirim (SC).

2. Durante a sessão pública do pregão, a pregoeira suspendeu a sessão em razão de questionamento de um dos licitantes se as baterias seriam adquiridas a base de troca ou não.

3. O termo de referência é silente quanto ao aspecto e durante o ato houve propostas considerando a troca e outras não considerando, maculando a higidez das propostas, e, por consequência o procedimento licitatório.

4. Dessa forma, e considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

5. ANULO o presente certame e DETERMINO que seja publicado novo edital constando expressamente no termo de referência se a aquisição será efetuada a base de troca ou não, conforme entendimento e interesse da Secretaria Requisitante.

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LAURO FRÖHLICH

AVISO CONTINUIDADE SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

Prefeitura Municipal de Guaramirim

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2016 – FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, EQUIPAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Diante da conclusão das análises de amostra pela equipe técnica, fica designado o dia 03 de agosto de 2016 no horário das 11:00h (onze horas), no setor de Licitações da Prefeitura de Guaramirim - sito a Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim (SC), para conclusão do certame, com a abertura e julgamento dos documentos de habilitação e inclusive para manifestação de intenção de recursos, se assim os licitantes desejarem.

Carlos Felipe Fischer
Pregoeiro
Portaria 67/2016

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 117/2016 – PMG

Processo Licitatório: 117/2016 – PMG

Tipo: Menor preço por Lote

Objeto: Aquisição de camada de rolamento com C.B.U.Q. faixa “c” DNIT execução de pavimentação asfáltica com C.B.U. faixa “c” DNIT (e = 4cm compactado), carga, manobra e descarga de mistura a quente com caminhão basculante 6m³ para o município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 15/08/2016 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 15/08/2016 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de julho de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 032/2016 – FMS

Processo Licitatório: 032/2016 – FMS

Tipo: Menor preço por Item

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos, equipamentos e materiais para fisioterapia e calçados para o município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 16/08/2016 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 16/08/2016 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de julho de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 95/2016 PMG
Processo Licitatório: 95/2016 PMG
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO C 25,0 MPA- BRITA 0 E 1 PARA CONSRTO E MANUTENÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS COM CONCRETO USINADO DO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: 11/08/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 11/08/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de julho de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO SUSPENSÃO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Edital Pregão Presencial: 94/2016 – PMG
Processo Licitatório: 94/2016 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE HARDWARE E SOFTWARE PARA SERVIDORES, ARMAZENAMENTO E BACKUP DE INFORMAÇÕES, BEM COMO ESTRUTURA DE RACKS, NO-BREAKS E SWITCHES GERENCIÁVEIS, ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO DO BNDES, PELO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT.

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão Presencial nº 94/2016 - PMG, para análise de questionamentos e, para uma possível alteração do Edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de julho de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016 - PMG.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 030/2016- PMG
Processo Licitatório nº: 114/2016

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: Serviço de recuperação do material rodante da escavadeira hidráulica Doosan DX140LC contendo serviços especializados e peças para reposição.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratado: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 03.328.414/0001-32, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 58, nº 13.354, Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Data da Assinatura: 25/07/2016 Vigência 31/12/2016.

GUARAMIRIM (SC), 25/07/2016
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014 – PMG

Modalidade: Concorrência.

Objeto: Contratação de empresa para a construção de ponte sobre o Rio Itapocú, localizada no prolongamento da Rua João Ossowski, pertencente ao município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Araújo Construções LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.599.059/0001-00, estabelecida na Rua Lourenço Zanette, nº 567 B, bairro Santo Antônio, município de Criciúma, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução até o dia 31 de dezembro de 2016 e da vigência do contrato até o dia 14 de fevereiro de 2017.

Data da Assinatura: 25/07/2016 Vigência: 14/02/2017.

Guaramirim (SC), 29 de julho de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO CONVENIO N.04 2016

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE CONVÊNIO N.º 04/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC
EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE CONVÊNIO N.º 04/2016
CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
CONTRATADO: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim

OBJETO: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU-192
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 36.147,84 (Trinta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2016.

DATA:01.07.2016

SIGNATÁRIOS: Cheila Patricia Rohweder pelo Fundo de Saúde do Município de Guaramirim e Dieter Helmuth Gaedtke pela contratada.

.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 28 de julho de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de luminárias de LED para o sistema de iluminação pública no perímetro urbano de Herval d'Oeste, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Luzerna Instalações Elétricas Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 07.336.749/0001-53 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
001	LUMINÁRIA DE LED 150 W - Componente eletro eletrônico com estrutura em alumínio injetado e pintura epóxi, resistente a intempéries, ip 65, refletor interno em alumínio espelhado bivolt automática, fonte de energia com controle de corrente malha fechada, consumo nominal de 150 W; alto fator de potência, superior a 0,96 com sistema integrado de acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente; com sistema de aterramento, proteção contra surtos de tensão na rede elétrica, fusível de proteção; sistema de funcionamento de luminosidade total e imediata após o retorno de fornecimento de energia; uma lâmpada de led; eficiência acima de 95 lumens por watt, temperatura média de cor de aproximadamente 6000 K, (branco neutro) led com vida útil de no mínimo 50.000 horas deverá possuir sistema de encaixe adaptável a postes pré-existentes com diâmetros entre 35 à 48 mm.	Zagonel	Und	200	1.260,00	252.000,00

Herval d'Oeste 29 de julho de 2017.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

Paulo Delfino Pinto

Sócio Administrador

CPF: 639.561.289.15

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 510/2016

PORTARIA Nº 510/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Sr GABRIELA PAIM MARTENS, do cargo de SECRETÁRIO DE EDUCANDÁRIO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de julho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 29 de julho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS PMI N° 003/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí através do Prefeito Municipal Senhor Manoel Viana de Sousa, torna público o cancelamento da Tomada de Preços PMI N. 003/2016, para Contratação de Empresa especializada para realizar Pavimentação a Paver, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rodovia Municipal IMA-422, no bairro Ponta Grossa, por motivo de inconsistências no edital.

Imaruí, 29 de Julho de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 010, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 010, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 035/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 04/ Centro, IMBITUBA-SC, do Senhor JOSUE PATRIK TRAJANO, CPF nº 034.716.649-04, para o Senhor JOSÉ PAULO DA SILVA, CPF nº 861.468.718-04, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino

Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 011, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 011, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 030/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 05/Centro, IMBITUBA-SC, do Senhor MICHEL DA ROSA SENA SILVEIRA CPF nº 021.666.309-10, para o Senhor ANTÔNIO DE SENA SILVEIRA CPF nº 216.000.749-87, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino

Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 012, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 012, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 044/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanés da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 19/Guada, IMBITUBA-SC, da Senhora MARCELENE DA SILVA CPF nº 928.077.470-00, para o Senhor LUIZ FERNANDO COSTA NASCIMENTO, CPF nº 379.158.949-00, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.
Juliana da Silva Ignácio
Secretária Municipal de Agricultura
Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino
Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 013, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 013, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 039/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanés da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 05/Centro, IMBITUBA-SC, do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA CPF nº 578.680.189-68, para o Senhor LUIZ FERNANDO DE SOUZA CPF nº 100.030.499-06, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.
Juliana da Silva Ignácio
Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino
Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 014, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 014, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 069/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 09/Araçatuba, IMBITUBA-SC, do Senhor SALÉSIO VEIRA CPF nº 743.621.519-15, para o Senhor RODRIGO SOUZA DE ANDRADE CPF nº 029.091.749-21, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino

Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 015, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 015, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 120/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 05/Centro, IMBITUBA-SC, da Senhora ALMERINDA MARCELINA A. MATIAS – Viúva/Herdeira, CPF nº 888.469.469-87, para o Senhor ROGÉRIO DA ROSA, CPF nº 034.511.819-75, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino

Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 016, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 016, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 112/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 08, localizado na Av. Cônego Itamar Luiz Da Costa, Nova Brasília, IMBITUBA-SC, da Senhora KÁTIA DA SILVA MILITÃO, CPF nº 037.189.479-43, para o Senhor ZELIR JUNIOR DA SILVA MILITÃO, CPF nº 067.163.369-40, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino
Diretor de Mobilidade Urbana

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 017, DE 28 DE JULHO DE 2016 - TRANSFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO SERVIÇO TÁXI

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 017, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 9609/2015;

Considerando CI/DTP nº023/2015 integrante do Processo Administrativo nº9609/2015;

Considerando o Termo de Vistoria DTP/SEAPI nº 111/2015 integrante do Processo Administrativo nº 9609/2015; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 9609/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 30-Ponta Rasa, IMBITUBA-SC, do Senhor MIODRAG VOJICIC CPF nº 004.203.569-40, para o Senhor CASSIANO BETAT NETO CPF nº 975.363.420-04, nos termos do Processo Administrativo nº 9609/2015.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de julho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino
Diretor de Mobilidade Urbana

DECRETO PMI Nº 135, DE 28 DE JULHO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 135, DE 28 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Iluminação Pública		
25.752.0007-2.015		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0017 (0173)	Aplicações Diretas	700.000,00
Total		700.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, apurados de exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de julho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 136, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 136, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais) para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Assistência Farmacêutica		
10.303.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0377 (0037)	Aplicações Diretas	28.900,00
Total		28.900,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso da Farmácia Básica/Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de julho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 137, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 137, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – SEAGP - e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – administração e normas de pessoal;
- II – gestão de materiais e do patrimônio;
- III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Gestão de Pessoal e Inovação

1. Gerência de Pessoal

1.1. Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho

2. Gerência de Atos de Pessoal

3. Gerência de Tecnologia da Informação

4. Gerência de Defesa Civil

b) Diretoria de Licitações

1. Diretoria de Atos Licitatórios

2. Departamento de Análise Procedimental

c) Diretoria de Documentação e Patrimônio

1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal – APM

2. Coordenadoria de Serviço Conveniados

2.1. Unidade Gestora do Serviço Postal Comunitário de Araçatuba

2.2. Unidade Gestora do Serviço de Identificação Civil do IGP/SC

2.3. Unidade Gestora da Secretaria da Junta do Serviço Militar

d) Diretoria de Suprimentos

1. Departamento de Recepção de Materiais

2. Departamento de Expedição de Materiais

2.1. Coordenadoria de Expedição de Materiais

III – órgãos colegiados:

a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;

b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	7	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	900,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.760,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	4	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 62, de 26 de abril de 2016, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Agosto de 2016.

Imbituba, 29 de julho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Amanda Flôr Marques
Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 138 DE 29 DE JULHO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 138 DE 29 DE JULHO DE 2016.

Altera redação do artigo 4º do Decreto PMI nº 123, de 30 de junho de 2016, que acrescenta Categorias Funcionais contempladas com o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS – Atividade Técnica de Nível Superior, do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 93, VII e XV, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 4.661, de 23 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 4º do Decreto PMI nº 123, de 30 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de setembro de 2016.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de julho de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques
Chefe do Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/GGP Nº 417/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 417, de 28 de julho de 2016.
Dispõe sobre a Demissão de Cuidadora/ Educadora Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 17/03/2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2015 e da PORTARIA PMI/GGP Nº 138/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Elisa Wolff Klaus	Cuidadora/Educadora Residente	027.842.710-30	28/07/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de julho de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 418/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 418, de 29 de julho de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Instrutora de Artesanato - Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Inês Spessatto Brescianini	Instrutora de Artesanato	421.697.710-34	01/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de julho de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 419/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 419, de 29 de julho de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira, em função gratificada de Gerente, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Gerente, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Desenvolvimento Agropecuário	SEAPI	Diego Huorlin Leopoldo	044.690.879-71	01/08/2016

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de agosto de 2016.

Imbituba, 29 de julho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 420/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 420, de 29 de julho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 02/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Alexandre Freitas	Professor II – 30h	048.949.569-93	01/07/2016
Eldiclésia Anacleto dos Santos Vitor	Professora I – 20h	097.265.039-30	04/07/2016
Isabel Cristina Lacau	Professora II – 20h	966.227.250-04	04/07/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de julho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 421/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 421, de 29 de julho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 02/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Altair Pereira Nunes	Professor II – 20h	767.042.119-34	01/08/2016
Edimauro Vieira Marques	Professora I – 20h	320.951.848-31	01/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de julho de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 422/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 422, de 01 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento de Recepção de Materiais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. JOÃO ROBERTO SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 376.649.059-15, do cargo/função de Chefe de Departamento de Recepção de Materiais, junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 112, de 20 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de agosto de 2016.

Imbituba, 01 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 423/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 423, de 01 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor de Gabinete, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. DORVALINO PEDRO DE MELLO FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 417.600.189-53, do cargo/função de Assessor de Gabinete, junto ao Gabinete do Prefeito, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 102, de 18 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de agosto de 2016.

Imbituba, 01 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 424/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 424, de 01 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Gerente de Pessoal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. ANDREZA BARCELOS CARVALHO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 051.581.209-94, do cargo/função de Gerente de Pessoal, junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 155, de 11 de março de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de agosto de 2016.

Imbituba, 01 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 135/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 135/2016

CONTRATADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de 01 (uma) vaga para adulto, masculino, para o acolhimento do Sr. Aristeu Montagna, com alta médica do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico HCTP desde 23/10/2013. Conforme ofício 52323-31.2004.8.24.0023-0015 de 13/06/16, autos nº 52323-31.2004.8.24.0023, recebido através de CI 128/16 da Procuradoria Geral do Município que determina internação do mesmo em Residência Terapêutica.

VALOR: R\$ 54.000,00

PRAZO: 22 de julho de 2016 até 22 de julho de 2017

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2016.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 159/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 159/2015

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA RUMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.356.078/0001-30, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 101, Sala 03, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Odair Fernandes, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 020.202.869-04 e Cédula de Identidade nº 3.395.271-SSP/SC, residente à Rua 04 de Outubro, nº 272, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1. e terceira, item 3.1. do contrato original, que tem como objeto a locação de imóvel para a instalação da sede do 3º Batalhão de Bombeiros Militar – 2ª Companhia – 2º Pelotão – 4º Grupo de Bombeiros Militar de Indaial/SC. O imóvel conta com as seguintes características: lote com 375,00 m², com edificação em alvenaria, com 01 (um) pavimento, com área edificada de 180,00 m², divididos em 01 (uma) sala, 03 (três) dormitórios, copa, cozinha, BWC, área de serviço, garagem com 02 (duas) vagas, varanda e terraço, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 15 de julho de 2016 até 15 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor unitário (mensal) contratado é de R\$1.545,28 (um mil quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos), perfazendo o valor total de R\$18.543,36(dezoito mil quinhentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 107/2016

Edital de Pregão Presencial nº 032/2016-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza.

Entrega dos envelopes: 12/08/2016 as 14:15h.

Abertura das propostas: 12/08/2016 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 108/2016

Edital de Tomada de Preços nº 016/2016-10430

Objeto: Construção da ampliação da U.E.I. Ermínio Lanznaster com área de 220,55m².

Entrega dos envelopes: 17/08/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 17/08/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 109/2016

Edital de Tomada de Preços nº 017/2016-10430

Objeto: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação em paralelepípedos e CBUQ do trecho 01 Rua Arnoldo Ebert.

Entrega dos envelopes: 17/08/2016 as 14:15h.

Abertura das propostas: 17/08/2016 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 14 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA RUMO LTDA Odair Fernandes Locador
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

TESTEMUNHAS:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 178/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 178/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA RUMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.356.078/0001-30, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 101, Sala 03, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Odair Fernandes, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 020.202.869-04 e Cédula de Identidade nº 3.395.271-SSP/SC, residente à Rua 04 de Outubro, nº 272, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1. e terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto a locação, pelo período de 12 (doze) meses, de um imóvel para a instalação do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS, com as seguintes características: área construída aproximada de 450,00 m², com telha de cerâmica,

pintura em bom estado, em terreno completamente murado, com área de, aproximadamente, 5.000,00 m², constituído de 02 varandas, 03 salas, 01 copa, 01 cozinha, 03 dormitórios, 01 suíte, 02 banheiros sociais, 02 dispensas, 01 área de serviço, 01 garagem, 01 área de festa e 01 piscina, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 21 de julho de 2016 até 21 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor unitário (mensal) contratado é de R\$2.678,07 (dois mil seiscentos e setenta e oito reais e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$32.136,84 (trinta e dois mil cento e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente contrato de locação em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 20 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Locatário
IMOBILIÁRIA RUMO LTDA Odair Fernandes Locador	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

TESTEMUNHAS:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 115/2015

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 115/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, com sede na rua General Osório, nº 311, sala 604, bairro Centro, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fabiano Busnardo, brasileiro, Sócio Administrador, inscrito no CPF sob nº 777.742.219/72 e Cédula de Identidade nº 2.621.657-4, residente na Rua Campo Grande, nº 56, bairro Capitais, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, quarta, item 4.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação para prover link de acesso dedicado à Internet da rede corporativa, link interconexão e plano de telefonia fixa, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação para prover link de acesso dedicado à Internet da rede corporativa, link interconexão e plano de telefonia fixa, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

275670 – TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.					
Lote: 1 – LOTE 01.					
Item	Produto	Und.	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Link de Internet por fibra óptica, 100/100MPBS para o Concentrador.	Meses	12	R\$7.500,00	R\$ 90.000,00
2	Link de internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior para Praça Pública Rua Frederico Struwe	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
3	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Parque Municipal Ribeirão das Pedras.	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
4	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Praça Pública - Praça do Imigrante	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
5	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Praça Pública - Praça Waldemiro Nasato	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
6	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters -FIC.	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
7	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Prefeitura do Município de Indaial – Praça Prefeito João Hennings Filho	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
8	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Rodoviária Municipal.	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
9	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Pista de Skate/Piscina Municipal.	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
10	Link de Internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior, para: Praça Pública Bairro Encano.	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
11	Link de interconexão, para: Universidade Aberta do Brasil – UAB.	Meses	12	R\$450,00	R\$5.400,00
12	Link de interconexão, para: CREAS Carijós	Meses	12	R\$ 450,00	R\$5.400,00
13	Link de interconexão, para: EBM Anna Alves Dias.	Meses	12	R\$450,00	R\$5.400,00
14	Link de interconexão, para: Secretaria de Agricultura e Abastecimento.	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00
15	Link de interconexão, para: Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich – FME.	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00
16	Link de interconexão, para: Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters – FIC.	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00
17	Link de interconexão, para: ESF Heinz Schutz.	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00
18	Link de interconexão, para: Secretaria de Saúde/SAIS.	Meses	12	R\$550,00	R\$6.600,00
19	Link de interconexão, para: Casa da Cidadania.	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00
20	Link de interconexão, para: Prefeitura do Município de Indaial – Concentrador.	Meses	12	R\$650,00	R\$7.800,00
21	Link de interconexão, para: Oficina Mecânica do Município de Indaial.	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00
22	Link de interconexão, para: Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente/ETE Nações	Meses	12	R\$480,00	R\$5.760,00

23	Link de interconexão, para: Departamento de Turismo/SINE	Meses	12	R\$450,00	R\$5.400,00
24	Link de interconexão, para: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial – INDAPREV.	Meses	12	R\$450,00	R\$5.400,00
25	Serviços de Instalação de todos is links de internet, interconexão e plano de telefonia dos pontos citados nos itens 02, 03 e 05, incluindo o fornecimento de todos ops equipamentos necessários.	Unidade	1	R\$ 10.080,00	R\$ 10,080,00
26	Plano de telefonia fixa. Franquia compartilhada local (fixo/fixo). 55.000 min.	Meses	12	R\$1.100,00	R\$13.200,00
27	Plano de telefonia fixa. Franquia compartilhada LDN (fixo/fixo).2.000 min.	Meses	12	R\$400,00	R\$4.800,00
28	Link de internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior para Escola Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
29	Link de internet por ADSL ou fibra óptica, 10/1MBPS ou superior para Unidade de Saúde da Família Márcia Maria Andreatta	Meses	12	R\$149,00	R\$1.788,00
Total Lote: R\$ 219.468,00					
Total do Fornecedor: R\$219.468,00					
Total da Homologação: R\$219.468,00					

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$219.468,00 (duzentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 25 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA Fabiano Busnardo Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA e ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretária
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAL Salvador Bastos Presidente	FUNDAÇÃO INDALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Responsável Pela Diretoria Executiva Rogério Wilson Theiss PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 151/2013

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 151/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL – ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 3R/1.041.331-SSP/SC, residente à Rua Paraíba, nº 306 – Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 1.319/07, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1. e terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Engenheiro Emílio Odebrecht, n.115, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial, destinado às instalações do SINE e Centro Profissionalizante, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 09 de julho de 2016 a 09 de julho de 2017, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço mensal contratado é de R\$3.776,63 (três mil setecentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o valor anual de R\$45.319,56 (quarenta e cinco mil trezentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 08 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA MAPA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1672/2016

DECRETO Nº. 1672 DE 07 DE JULHO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê (Unidade Gestora), no valor de R\$ 421.568,11 (quatrocentos e vinte e um mil quinhentos e sessenta e oito reais onze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
1001 Construção da Sede Legislativa
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 80.000,00

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 238.943,41

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 97.624,70

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 4.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá a conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias na Prefeitura Municipal de Iomerê:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
1001 Construção da Sede Legislativa
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 80.000,00

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 238.943,41

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 97.624,70

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
2016 Manutenção Câmara de Vereadores
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de maio de 2016, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 07 de julho de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2816/2016

PORTARIA Nº 2816 DE 01 DE JULHO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal SUELEN CAMILA GOTTSSELING ZAMBONI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/09/2014 a 08/09/2015 a contar de 05/07/2016 a 03/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de JULHO de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2817/2016

PORTARIA Nº 2817 DE 06 DE JULHO DE 2016
Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora municipal CAMILA GALVAN, do cargo efetivo Professor de Educação Infantil, a partir do dia 06 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 06 de Julho de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2818/2016

PORTARIA Nº 2818 DE 21 DE JULHO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal ELIZETE BUFFON BALBINOT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2014 a 02/01/2015 a contar de 21/07/2016 a 19/08/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 21 de Julho de 2016.
MILTO LUIZ BORG
Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
IPUMIRIM – SC

CONTRATANTE – Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina . CONTRATADA – Inovação Materiais para Escritório e Informática Ltda OBJETO – Aquisição de equipamentos Áudio Visuais: Projetor, tela elétrica e controle remoto. VALOR – R\$ R\$ 6.340,00 (seis mil trezentos e quarenta reais). VIGÊNCIA - vigência até o dia 31 de agosto de 2.016 ou até o término da entrega dos equipamentos, o que primeiro se verificar. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - Efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda. II – Fiscalizar a entrega dos bens. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA - fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo com todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição. II – A contratada obriga-se a entregar o objeto num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato. PENALIDADES – a) advertência; b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato; c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores por um período de 2 (dois) anos; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Vereadores. FORO. Foro da Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. Ipumirim, SC, 29 de julho de 2016. Osmar José Simon-Presidente

PORTARIA Nº. 255/2016 DE 28 DE JULHO DE 2016.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

LEDA ISABEL BIFFI SPRICIGO, matrícula 158, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 1.385.462 e CPF sob o nº. 619.073.089-20, residente e domiciliada na Rua João Mosele nº 14, no cargo Efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 28 de Julho de 2016.

Ipumirim – SC, 28 de Julho de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

Irati

PREFEITURA

PREGÃO 036/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Aviso de Licitação

Processo N.º 053/2016

Pregão Presencial 036/2016

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 036/2016– decorrente do PROCESSO 053/2016, visando o AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS PARA REFORMA DE GRADE ARADORA 14 DISCOS, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: www.irati.sc.gov.br ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H 00MIN do dia 12 DE AGOSTO DE 2016,, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08H 00MIN do dia 12 DE AGOSTO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro, Irati – SC, 29 de julho de 2016. Antonio Grando - Prefeito Municipal

PREGÃO 037/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Processo N.º 054/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 037/2016 – Registro de Preços

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Pregão Presencial 037/2016 – decorrente do Processo 054/2016, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTIVEIS TIPO OLEO DIESEL S-10, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: www.irati.sc.gov.br ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 13H45MIN do dia 12 DE AGOSTO DE 2016, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 13H45MIN do dia 12 DE AGOSTO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro Irati – SC, 29 de julho de 2016. Antonio Grando - Prefeito Municipal.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC.

Processo Licitatório nº 11/2016. Pregão Presencial Nº 07/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de oxigênio Medicinal, ar comprimido medicinal e locação de cilindros, pelo período de 12 meses a ser utilizado na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresa vencedora: White Martins Gases Industriais Ltda. Valor: R\$ 37.953,00. Vigência: 29/07/2016. Nair Veronica Pivovar – Administradora Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 123 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.086.2016 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 10 SMARTPHONES.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 123 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.086.2016

Objeto: Aquisição de 10 Smartphones.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00 (dezesseis) horas do dia 11 de agosto de 2016.

Abertura do Pregão: 11 de agosto de 2016, às 16:00 (dezesseis) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.086.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 29 de julho de 2016.

EVERALDO DARÓS

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO N. 116, DE 27 DE JULHO DE 2016

DECRETO N. 116, DE 27 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMÔNIAIS, EM ATENDIMENTO AS DETERMINAÇÕES DA PORTARIA-STN N. 548, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis, e com o objetivo de orientar e dar apoio à gestão patrimonial na forma estabelecida no art. 51, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO o atendimento das determinações do inciso II, do art. 1º da Portaria-STN n. 184/2008, para a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e padronizada com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação;

CONSIDERANDO a observância obrigatória por todos os entes da Federação dos prazos finais de implantação dos procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, conforme disposto no art. 13 da Portaria-STN n. 634/2013;

CONSIDERANDO as determinações da Portaria n. 548, de 24 de setembro de 2015 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que dispõem sobre os prazos- limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual;

CONSIDERANDO proporcionar maior transparência sobre as contas públicas;

Decreta:

Art. 1º Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN n. 548, de 24 de setembro de 2015, estabelecer o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos pelos arts. 6º e 7º da Portaria STN n. 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

ITEM	Prazos máximos – Município com até 50 mil habitantes
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Créditos a Receber	
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Preparação de sistemas e outras providências de implantação até 31/12/2021. ----- Obrigatoriedade dos registros contábeis a partir de 01/01/2022. ----- Verificação pelo Siconfi a partir de 2023 (Dados de 2022).

2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. (Não se aplica)	Preparação: até 31/12/2021. ----- Registros 01/01/2022. ----- Siconfi - 2023.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Preparação: até 31/12/2018. ----- Registros 01/01/2019. ----- Siconfi - 2020.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Preparação de sistemas e outras providências de implantação Imediato. -----Obrigatoriedade dos registros contábeis Imediato. Verificação pelo Siconfi a partir de 2016 (Dados de 2015).
Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes, dívida por competência	
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi- 2022
Bens Móveis e Imóveis e Respectiva Depreciação, Amortização ou Exaustão	
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi – 2022.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Preparação: até 31/12/2023. ----- Registros 01/01/2024. ----- Siconfi - 2025.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) (apenas os que forem usados como bens de uso especial)	Preparação: até 31/12/2023. ----- Registros 01/01/2024. ----- Siconfi – 2025.
Obrigações por Competência	

10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Preparação 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	Preparação: 31/12/2018. ----- Registros 01/01/2019. ----- Siconfi- 2020
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. (Não se aplica) - RPPS	Preparação Imediata. ----- Registros Imediato. ----- Siconfi - 2017
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Preparação 31/12/2015. ----- Registros 01/01/2016. ----- Siconfi - 2017
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.
Ativo Intangível e sua Respectiva Amortização	
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Preparação até 31/12/2021. ----- Registros 01/01/2022. ----- Siconfi - 2023
16. Outro ativos intangíveis e eventuais amortizações e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.
Investimentos Permanentes	
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Preparação até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
Estoques	
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Preparação até 31/12/2022. ----- Registros 01/01/2023. ----- Siconfi-2024
Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPAS, NBC TSP e MCASP	
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico.

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições constantes no Decreto n. 199, de 9 de outubro de 2015.

Itapiranga – SC, 27 de julho de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 115, DE 26 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 115, DE 26 DE JULHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Educação
33.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil
12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
31.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 26 de julho de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 118 DE 29 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 118 DE 29 DE JULHO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 06/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, e Lei nº 2.153/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o resultado (antes dos recursos) da Prova de Títulos dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo nº 06/2016, abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC.

*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	409504	Adriana Soares Nunes	0,20
2	409374	Aline Schoeninger Wiest	3,50
3	420074	Andrey Sohn	1,20
4	413333	Danieli Hensel	3,50
5	422637	Doglas Korpalski Frank	-
6	427237	Engle Kunst Welter	2,66
7	424141	Gessica Balestrin	3,45
8	416107	Hugo Vinicius Werlang	3,50
9	417423	Ivana Raquel Krug	3,50
10	418427	Jair Marcio Mueller	-
11	411263	Janaina Capellari	-
12	411124	Jonas Andre Carls	-
13	427848	Jose Gilvane Lauer	4,50
14	421691	Juliano Da Rocha Castanhede	3,50
15	423409	Karine Schneiders	1,20
16	414099	Karoline Ertel	3,50
17	417505	Katiana Giehl	2,80
18	425852	Leandro Cesar De Amorin Becher	1,20
19	428263	Lucir Pedro Guareschi Junior	1,20
20	423566	Luis Carlos Dall Soto	3,50
21	411463	Marco Antonio Klein	1,20
22	409789	Mariluze Borges Da Silva	-
23	403236	Naissa Carmine Schaurich	3,50
24	427674	Nilmar Wailand Reckziegel	0,40
25	410480	Pablo Andre Silva Weber	-
26	405711	Rafael Schneider Welter	3,50
27	420089	Sibeli Cristina Karlinski	-
28	403439	Tatiane Spaniol Walker	3,50

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	406500	Daniela Fernanda Neckel Paschoali	2,4375
2	426938	Darlan Herschaft	2,2225
3	413136	Denise Schmitz	-
4	424598	Fernanda Hentges Brinhol	2,1625
5	404002	Gabriela Philipsen	2,5700
6	414444	Jader Beumer	1,2375
7	419143	Jaine Karal	1,2375

8	412327	Jordy Kuhn	2,2625
9	416737	Maikel Eyng	-
10	425513	Mathias Back Kühlkamp	2,0625
11	411951	Neodir Immig	-
12	426934	Renan Cesar Mueller	1,6500
13	421703	Ricardo Soares	-
14	426982	Ruan Carlos Piffer Contancio	2,0250
15	405793	Willian Rech	-

PROFESSOR DE ARTES – HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	403628	Carine Kaufmann	1,20
2	404227	Celsi Kessler	3,50
3	405110	Claudia Paulina Schneider Azevedo	3,50
4	420741	Denise De Castro	1,20
5	415835	Ester Schoenwald Da Silva	1,20
6	422299	Felipe Jose Bozzetto	0,84
7	419919	Marli Schmitz Schoffen	3,50

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	422690	Rosilei Kessler	3,6750

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	411529	Carmen Lucia Drebel Dehlano	2,62
2	408910	Edimara De Mattos Zimmer	1,20
3	417899	Jaqueline Ferraz	3,12
4	403489	Maisa Dill	3,50
5	404649	Maria Elena Pereira	3,50
6	404496	Paloma Cristiane Dos Santos	0,42
7	414064	Silvana Weschenfelder	1,20
8	404839	Tatiana Feyh Wagner	-

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	412049	Franciele Winkelmann	-
2	405321	Marilaine Rambo	-

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	427877	Antonio Da Costa	2,30
2	425896	Graciele Carls Pittelkow	4,23
3	413402	Jaqueline Hentges Theisen	3,50
4	417828	Lucileia Bottega	1,20
5	414053	Marcos Fiorentin	4,50
6	425889	Marlene Teresinha Giehl Da Costa	3,50

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	408161	Cleide Olinda Zerwes	-
2	414072	Lucas Rasch Vogt	-

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	418559	Darci Kuhn	3,50
2	420489	Jaqueline Maria Söhn Zulian	1,20
3	415176	Solange Bitencourt Rodrigues	3,50

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	409071	Cesar Felipe Lassen Gervasoni	-
2	404558	Geovane Luiz Ribeiro Barbosa	-
3	427973	Mauricia Angela Mangini	-

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	427544	Ivete Altenhofen	0,16

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	420321	Zenaide Kunz	-
2	411147	Zileide Kunz Maldaner	-

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	420308	Ivanice Teresa Rambo	3,46
2	416007	Jone Maria Rech Rambo	3,50

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	417264	Jaime Andre Klein	4,50
2	403506	Jocieli Aparecida Marcondes	2,92
3	410400	Karin Cristina Diel Casagrande	-

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	409814	Claudia De Lima	-
2	417316	Marciane Preis Teloecken	2,2375

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	415431	Cristiane Birk	-

2	406162	Franciele Pedretti	2,30
3	406877	Francisco Rother	-
4	422681	Itajana Minuzzi	-
5	418745	Jussara Karal	0,66
6	417228	Luciana Mendes Da Costa	1,20
7	425408	Roseli Gass	1,00
8	406625	Susiclei Teresinha Staub	-

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	416850	Andressa Arnemann Caneppele	1,0700
2	417311	Ivanir Do Nascimento	-
3	410965	Lucas Canello De Col	-
4	414598	Maicon Luft	-
5	412031	Marcia Jorgina Casagrande	3,6750

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL (EDUCAÇÃO INFANTIL) – HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	411924	Alice De Almeida Santana	3,50
2	412075	Aline Elisa Schneider Weber	3,50
3	403735	Aline Theobald Klunck	1,20
4	416607	Andreia Neiss	0,60
5	423680	Andreia Pereira Da Silva	0,80
6	423774	Anelise Stülp Finger	3,50
7	411693	Aurea Kaufmann Werlang	1,20
8	421977	Bernadete Ines Weschenfelder Soares	-
9	403761	Camila Luiza Schmidt	0,60
10	403613	Candida Fabiana De Moura	3,50
11	403837	Carolina Hofer	0,84
12	405194	Claudete Hofstätter	3,50
13	423188	Claudia Fuchs	1,20
14	414012	Claudia Padilha	3,50
15	415426	Clenice Costa	3,50
16	403426	Cleunice Bourscheid	3,50
17	403413	Cleusa Kaufmann	3,16
18	421495	Cristiane Ferrari	-
19	403578	Cristiane Welchen	3,50
20	418911	Daiana Hochscheidt	3,50
21	420735	Daniele Heck	-
22	409139	Debora Adriana De Brum	1,16
23	422105	Deise Roden Vogel	-
24	412464	Diomari Jacomini Kloh Siqueira	3,50
25	423688	Dioneia Pereira Da Silva	0,60
26	422496	Edileide Cavalli Padilha	3,50
27	409432	Edina Schmitz	0,80
28	426845	Eliane Dos Santos Teixeira	3,42
29	414806	Eliane Marta Degenhart	1,20
30	403365	Elisane Albarello	-

31	413026	Elisangela Da Rosa	3,40
32	417358	Elizangela Melo Araujo	-
33	405676	Emanuelli Mesa Casa	3,50
34	418244	Fabiana Krug	3,50
35	404453	Fabiane Dewes	3,50
36	417479	Fatima Nelia Fassbinder	1,16
37	422282	Fernanda Bottega	3,50
38	408320	Franciele Cristina Bracht Reichert	3,50
39	420431	Francieli Krawczak	3,50
40	420244	Gessica Renata Schuster Klein	-
41	421229	Gicela Lourdes Nunes	3,50
42	420758	Janaina Giehl Deters	1,00
43	424866	Janeti Tavares Spies	3,50
44	411474	Janice Bassorici Philippsen	2,30
45	422270	Janice Rother	1,20
46	409843	Jessica Sima Ramos	1,20
47	423020	Joice Dos Santos	0,48
48	413312	Jorgina Renata Zinn Philippsen	3,50
49	413119	Josiani Pauli	3,50
50	417008	Juliane Ines Hofer Ghilardi	3,26
51	404257	Karine Klement Feyh	3,50
52	419903	Liane Schwengber Körbes	3,50
53	417579	Lisane Teresinha Schoeninger	3,50
54	416731	Lori Müller	3,50
55	421126	Lovane Machado	3,50
56	411104	Luana Mueller	3,50
57	403943	Lucia Hemsing	3,50
58	414832	Luciana Mainardi	3,50
59	412100	Luciane Dresch Hendges	3,50
60	403487	Maiara Beatriz Pauli	1,20
61	421890	Marciane Stoffel	2,90
62	412064	Marilene Sehnem Fernandes	3,50
63	419372	Marines Klein Reichert	3,50
64	408885	Marlene Gruetzmänn	3,50
65	414777	Marli Ames Hickmann	3,50
66	422441	Marli Lucia Schwengber Schaefer	3,50
67	412503	Metilde Bido Locatelli	3,50
68	404342	Michele Kaufmann	3,45
69	406705	Michele Reimann	3,50
70	417309	Monica Tais Korbes Schneider	-
71	403959	Nadia Mara Wolf Dos Reis	3,50
72	427681	Natalie Schneiders	0,68
73	418532	Neilise Beatriz Muller Nyland	3,50
74	413425	Noeli Nadir Raimann	3,50
75	417036	Nubia Naue	1,20
76	427190	Patricia Fernanda Falcade Da Rosa	0,72
77	410252	Patricia Mallmann	3,50
78	421350	Rosane Becker Valk	3,50

79	411770	Rosane Bernadete Schwertz	3,50
80	424001	Rosane Schutz	0,40
81	411195	Roseli Sehnem Wirth	3,50
82	421125	Rosilei Kroetz Walker	3,50
83	422157	Rosilene Schneider	1,20
84	405673	Rubia Mara Weber Eidt	3,50
85	411773	Scheila Luiza Staub Finger	0,60
86	427763	Simara Vargas	1,20
87	404715	Simone Da Luz Reichert	2,30
88	421795	Solange Soares Padilha	3,42
89	403337	Tania Mari Missio Kowalski	3,50
90	409085	Tatiane Muller	1,06
91	403229	Tatiane Staub	-
92	426896	Thais Bouffleur	0,36
93	404098	Thanara Petry	1,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL (SÉRIES INICIAIS) - HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	405016	Alessandra Kerber	3,50
2	404672	Ani Beatriz Ostgen Kipper	3,50
3	403865	Camila Anschau	0,60
4	404060	Camila Tibola	-
5	416949	Cintia Taiza Klein	1,20
6	417364	Claunice Ines Reichert	2,86
7	414254	Cristiana Schroder	3,50
8	403788	Daiane Cristine Anschau	3,50
9	420770	Daiane Ines Butzge	0,60
10	421091	Daniele Teresinha Preuss	0,75
11	404627	Debora Vieira Bueno Gandini	-
12	415593	Ediane Ripplinger Melz	3,50
13	409638	Ediane Weis	3,50
14	421565	Elenice Teresinha Reimann Henn	1,08
15	415511	Franciele Denise Kuhlkamp	0,60
16	416610	Francieli Eyng	1,20
17	409979	Gabriela Caspers	3,50
18	419499	Glaucia Petry Dorneles	0,96
19	419955	Gracieli Krawczak	1,20
20	416771	Janaina Dewes	3,50
21	416077	Janaine Alessandra Weigner	0,44
22	419949	Janice Buche Fank	3,30
23	418481	Jaqueline Bettio	3,50
24	422322	Jaqueline Pacheco Pinto	3,50
25	423552	Julia Caterine Brixner	1,20
26	420765	Julia Schmitz	1,20
27	420258	Juline Kuhn Meier	0,76
28	412224	Liciane Mara Wesendonck	3,50
29	419283	Loiva Heck Schaefer	3,50
30	409932	Luciana Freitag	3,50

31	413153	Luciane Dewes	3,50
32	420290	Marcia Cristina Pascoa Preis	3,50
33	428254	Marciele Luize Kessler	-
34	411762	Marilene Oswald	3,50
35	420746	Marilete Staub	1,20
36	403734	Marlene Valk	3,50
37	420118	Neide Sehn Epping	1,20
38	420323	Nelson De Lima	3,50
39	405043	Neusa Maria Wiggers Müller	3,50
40	427888	Oliveta K Bergmann	3,30
41	421809	Otilia Elise Heinen	3,50
42	424345	Patricia Luisa Klein Santos	1,20
43	416118	Rafaela Thums Ebeling	3,40
44	413618	Raquel Aparecida Caliarí Spies	3,50
45	411140	Rosane Marli Werlang	3,50
46	415048	Rose Mere Sulzbacher Matte	3,50
47	420173	Rosilei Fatim De Lima Martins	1,20
48	424241	Sirlene Stuelp Giehl	3,50
49	420104	Soeli Kothe	3,50
50	421152	Solange Heck	3,50
51	413665	Susana Michels	1,00
52	422546	Suzane Buss	1,20
53	422200	Tainessa Keil	1,20
54	415975	Tais Cristine Meurer Vogel	-
55	411446	Tanira Piccinini	-
56	414848	Tatiane Rods Leite Habitzreiter	3,50
57	423009	Teodosia Schaefer	3,50
58	420499	Thais Regina Marasca	1,20
59	416816	Vaneza Maria Werlang Gabriel	3,50
60	418127	Vania Schmitz	1,20

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS
1	404595	Adriane Neiss	1,6375
2	424131	Alessandra Julia Fuchs Kessler	1,6375
3	423357	Alessandra Regina Deters	2,5425
4	419519	Aline Griebeler	-
5	407725	Aline Moellmann	-
6	426973	Aline Scholz	2,6625
7	427578	Ana Luisa Kolling Hemming	-
8	418953	Ana Paula Vogt	-
9	424988	Ana Paula Weizemann Jardim	-
10	424366	Arlinde Wendling	-
11	426815	Bruna Follmann Barden	0,8250
12	416780	Camila Dewes	1,6375
13	424077	Carina Pamela Rachor	-
14	418276	Catia Naue	3,2625
15	414267	Claudia Fibres	2,2375

16	422859	Cristina Shaffer	2,8750
17	418592	Daiane Stein	2,6625
18	415752	Dalva Preis	3,2625
19	424239	Daniela Elisia Rolim	-
20	427006	Debora Alana Flach	-
21	419921	Ecleia Cleonice Zimmer	3,6750
22	409951	Edina Angela Antunes Lima	1,5975
23	410808	Elaine Luft	0,6125
24	408031	Eliese Taila Giehl	1,4375
25	425057	Evelyn Bergmann	3,2625
26	418802	Fabiane Brixius	3,2625
27	416022	Francine Carlete Groth	3,2625
28	425667	Glaucia Dalla Longa	-
29	420700	Jaqueline Kessler	-
30	426526	Jenifer Speth	-
31	404591	Joice Roden Schlickmann	2,6225
32	420502	Josane Rita Antunes Do Nascimento	3,6750
33	403283	Josenara Tais Heck	2,6225
34	426890	Josiane Carine Denes	3,2875
35	412837	Julia Barth	-
36	417454	Julia Eich	0,6125
37	426119	Larissa Rodrigues De Lima	-
38	426856	Lidiane Sperluk	2,8625
39	414757	Lisamara Denes	-
40	423115	Luana Kessler	-
41	427492	Luisa Korbes Heberle	0,6125
42	421603	Luise Scholz	3,2625
43	417174	Maisa Seibert	1,6375
44	415040	Maraisa Miotto	-
45	419848	Marileide Liliane Kunrath Ripplinger	3,2075
46	419289	Marisa Fank Korbes	-
47	421969	Paula Bozzetto	-
48	419169	Raquel Klein	-
49	427294	Riteli Anese	1,5575
50	420522	Rosinei Fernandes Schaefer	2,8500
51	419870	Simone Puchalski	-
52	419717	Simone Beatriz Soffiatti	1,5975
53	427123	Sueli Junges	-
54	408708	Susana Carolina Dos Santos	2,2625
55	426146	Tatiane Meurer Carpes	0,4125
56	405581	Tatiane Schneider	3,0350
57	428125	Vanessa De Castro	-
58	405459	Vanessa Mueller	1,6125
59	412830	Vanessa Weschenfelder	1,4375
60	421983	Vaniele Solange Hermes	-

Art. 2º - Os candidatos terão os dias 02 e 03/08/2016 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 29 de julho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antônio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 120 A 130/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Noeli Vieira Distribuidora De Soros

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 001/2016 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro doo itens nº 73, 74 e 110 do pregão para aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 1.049,53
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Dimaci/Sc – Material Cirúrgico Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 3.600,00
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e S & R Distribuidora Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 78.410,00
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Medlar Importação E Distribuição De Produtos Medico Hospitalares S/A
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 5.500,00
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Dimeva Distribuidora E Importadora Ltda – Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 14.684,00
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Promefarma Representações

Comerciais Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 9.798,60
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Pharma Log Produtos Farmaceuticos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 7.833,60
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Life Center Comércio E Distribuidora De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 8.373,50
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Cirurgica Santa Cruz Comércio De Produtos Hospitalares Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 034/2015 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 024 do pregão para aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 434,60
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 08 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Angai Distribuidora De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 034/2015 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 039 do pregão para aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 1.018,98
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 08 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Dmc Distribuidora De Medicamentos E Correlatos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 18.000,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 13 de julho de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 152 A 172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 01 do prego para aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 1.020,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 06 de julho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som E Informatica Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 5.157,50
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Informática Mondai Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 11.340,75
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 809,00
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2016
PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 496,20
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.

Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Atual Informática E Assistência Tecnica Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 26.226,00
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2016
PARTES: Município de Itapiranga e MB Catarinense Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 1.395,00
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2016
PARTES: Município de Itapiranga e JV-Itch Informática Tecnologia E Impressão Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 5.928,50
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Perform Tecnologia Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.040,00
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Ubiratan Vargas Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 27.859,00
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior – Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 111/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.300,00
VIGÊNCIA: 17 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 18 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Gilson Wuttke - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 112/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de placas destinadas para sinalização da cidade e interior, deste município.
VALOR: R\$ 15.730,00
VIGÊNCIA: 18 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 19 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Arte Cores Impressão Digital Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 112/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de placas destinadas para sinalização da cidade e interior, deste município.
VALOR: R\$ 9.762,00
VIGÊNCIA: 18 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 19 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Cosegur Equipamentos De Segurança Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 113/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados para distribuição aos servidores desta municipalidade, conforme autoriza a lei municipal nº 1.340/90.
VALOR: R\$ 42.981,52
VIGÊNCIA: 19 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 20 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva E Serviços Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 113/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados para distribuição aos servidores desta municipalidade, conforme autoriza a lei municipal nº 1.340/90.
VALOR: R\$ 6.319,68
VIGÊNCIA: 19 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 20 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Mastersul Equipamentos De Segurança Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 113/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados para distribuição aos servidores desta municipalidade, conforme autoriza a lei municipal nº 1.340/90.
VALOR: R\$ 18.543,50
VIGÊNCIA: 19 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 20 de julho de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Mastersul Equipamentos De Segurança Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 113/2016.
OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados para distribuição aos servidores desta municipalidade, conforme autoriza a lei municipal nº 1.340/90.
VALOR: R\$ 6.270,00
VIGÊNCIA: 19 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 21 de julho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2016
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015
OBJETO: Convocação de terceiro colocado do item nº 50 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 85.596,16
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de julho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2016
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ap Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro dos itens nº 008 e 038 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 490,20
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 26 de julho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2016
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 075 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 2.871,24
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 26 de julho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2016
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 025 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 665,09
VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 26 de julho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS 089 A 098/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Rudolfo Eri Freese Ltda – Me
OBJETO: Permissão de Funcionamento de Linha de Ônibus, especificada como a LINHA II, prevista no art. 1º, do Decreto nº 108, datado de 18 de junho de 2014.
VIGÊNCIA: 30 de junho de 2017.
Itapiranga – SC. 01 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida De Transportes Coletivos Ltda – Me

OBJETO: Permissão de Funcionamento de Linha de Ônibus, especificada como a LINHA I, prevista no art. 1º, do Decreto nº 108, datado de 18 de junho de 2014.

VIGÊNCIA: 30 de junho de 2017.

Itapiranga – SC. 01 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Emerson Knapp 03633838910

OBJETO: Permissão de Funcionamento de Linha de Ônibus, especificada como a LINHA III, prevista no art. 1º, do Decreto nº 108, datado de 18 de junho de 2014.

VIGÊNCIA: 30 de junho de 2017.

Itapiranga – SC. 01 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Gente Seguradora S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial de nº 088/2016

OBJETO: Supressão do item nº 03 em virtude da desnecessidade de contratação de seguro para o veículo, uma vez que a administração municipal não pretende mais utilizá-lo, estando apenas aguardando a realização de leilão.

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 425,00

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC. 06 de junho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Roseli Teresinha Klunk Geller

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 23/2016

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 01 da dispensa para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados para o programa de Merenda Escolar, deste município.

VALOR: R\$ 14.225,75

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 07 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Porto Seguro Cia De Seguros Gerais

ORIGEM: Pregão Presencial nº 104/2014

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 4.089,96

VIGÊNCIA: 07 de julho de 2017.

Itapiranga – SC. 08 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Bernadete Ines Weschenfelder Soares - Me

ORIGEM: Concorrência para Concessão nº 95/2016

OBJETO: Concessão de direito real de uso do Terminal Rodoviário de Passageiros do Município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 309,00

VIGÊNCIA: 14 de julho de 2019.

Itapiranga – SC. 15 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Bregomar Veículos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 110/2016

OBJETO: Aquisição de veículo 0 km, destinado para a Secretaria Municipal da Agricultura.

VALOR: R\$ 38.000,00

VIGÊNCIA: 17 de julho de 2017.

Itapiranga – SC. 18 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Knapp & Cia Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 106/2016

OBJETO: Contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas em estradas, ruas, pedreiras e em outros locais de interesse público do município.

VALOR: R\$ 58.900,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 20 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2016

PARTES: Município de Itapiranga e MGM Construções Elétricas Ltda Epp

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 081/2016

OBJETO: Aditamento para aprovação de projetos junto a Celesc da tomada de preços para execução de projetos para implantação de rede de distribuição elétrica em tensão primária e secundária para a instalação de iluminação pública.

VALOR: R\$ 6.222,08

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 21 de julho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 120/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para conserto e regulagem da bomba injetora da retroescavadeira caterpillar, à disposição da secretaria de Transportes, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 12 de agosto de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 29 de julho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CMDCA: RESULTADO DAS PROVAS DO EDITAL Nº 018/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES
COMISSÃO DE ELEIÇÃO

PUBLICAÇÃO RELATIVA AO ITEM 19 DO CRONOGRAMA AJUSTADO (PUBLICADO EM 15/06/2016) - RESULTADO DAS PROVAS
EDITAL Nº 018/2016

A Comissão Eleitoral vem tornar público o resultado das provas aplicadas em 24/07/2016 para Conselheiro Tutelar Suplente.

Candidato	Inscrição	Total	Situação
Alexandre Schnekenberg	01	3,5	Reprovado
Angela Maria Gonçalves de Moraes	02	9,5	Aprovado
Lucilene de Almeida Toporovicz	03	-	Desclassificada *
Rosimara Piva	04	6,0	Aprovado
Silmara Aparecida da Silva	05	7,25	Aprovado

* Não apresentou Comprovante de Inscrição.

Itapoá, 29 de julho de 2016
Elisa Gonzalez Corso
Presidente da Comissão Eleitoral

CMI - ATA Nº 006/2016

Ata: 006/2016
Reunião: ORDINÁRIA
Horário: 09h00
Local: SCFV

Aos vinte e sete dias do mês de julho de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às as 09h05 foi efetuada a contagem dos presentes, não havendo quórum,. Em nova contagem realizada às 09h15 houve quórum, estando presentes os conselheiros. CARLOS ROBERTO MARTINI (MARIA ISABEL), WALDEMAR VIEIRA DOS SANTOS FILHO (SMTMAC), ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA (SMAS), ELAINE CRISTINA ALVES (OAB), KARYN PIAZETTA DOS SANTOS (SMS), ROSELI ITNER (SAF) E RAMOS CHAVES.Em função da solicitação de desligamento do presidente, Sr. Milton Klinkerfus Filho e da Sra. Ana Valente (vice-presidente), conforme estipula o Regimento Interno do CMI, a condução da reunião foi realizada pelo membro mais idoso, ou seja, pelo Sr. Carlos Roberto Martini. Dando início ao expediente foi efetuada a leitura do OF. MP 0116/2016 tratando-se da cientificação de arquivamento. Em seguida, leu-se o OF. 032/2016 do CMS – Denúncia envolvendo idoso. DELIBEROU o conselho por oficiar a SMS sobre as condições de salubridade do local e da idosa. Na sequência, foi lido a solicitação de afastamento do conselheiro Gerson dos Santos e a substituição do mesmo pela conselheira Karyn Piazzetta, de acordo com o Decreto Municipal 2832/2016. Na continuidade a conselheira Elaine efetuou as explanações a respeito do Of. 075/2016 do CRAS, informativo sobre a Política Municipal de Assistência Social. Na pauta deliberativa, foi lido o relatório da Comissão de Análise do Residencial Sênior de Itapoá. O conselheiro Carlos Roberto Martini explanou que as condições de atendimento da instituição está de acordo com as necessidades, contudo, documentalmente, permanecem falhas no atendimento documental / legal da instituição. A conselheira Elaine Alves pede vistas ao processo, devendo a secretaria executiva entregar à conselheira toda a documentação disponível. Em resposta ao Of. 0343/2016 do MP que requer informações da implantação e registro da entidade Residencial Sênior de Itapoá, DELIBEROU o conselho por oficiar o MP que a aprovação do registro da entidade será alvo de análise na próxima ordinária deste conselho. Em novo ponto, deu-se a votação para presidente e vice-presidencia. Havendo necessidade de que o presidente seja do governamental e vice, do não governamental, conforme estipula a alternância descrita no Regimento Interno. Consultado os membros, por aclamação foram indicados a Sra. Alessandra Silveira (SMAS) como presidente e o Sr. Carlos Roberto Martini (Maria Izabel) como vice-presidente, respeitando assim os termos do art. 13 do Regimento Interno. A nova presidente, comunicou que em 03/08/2016, às 13h30 na Casa da Cultura, haverá o 1º Encontro de Enfrentamento à Violência e Abuso Sexual à Criança e ao Adolescente. A presidente pedirá que a Sra. Marcela da SMAS apresente as explicações a respeito da Carteira do Idoso. Não havendo mais nada a ser tratado, encerrou-se a reunião às 10h18. Não houve comunicação formal de ausência por parte dos conselheiros. Assinam a presente os conselheiros:

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
KARYN PIAZETTA DOS SANTOS CHAVES
WALDEMAR VIEIRA DOS SANTOS FILHO
ROSELI ITNER
ELAINE CRISTINA ALVES
RAMOS CHAVES
CARLOS ROBERTO MARTINI

PORTARIA Nº 1286/2016 - RH

PORTARIA Nº 1286/2016

De: 10 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de julho de 2016 a 29 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) CLAUDINE ROSA GOMES, matrícula 1213601, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1287/2016 - RH

PORTARIA Nº 1287/2016

De: 10 de julho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de julho de 2016 a 29 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) EUNICE ALEXANDRINO SCHRIPIETCZ, matrícula 1213610, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 122/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 122/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretária de Educação no dia 29/07/2016, às 8h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
17	40	Educação Física	Amauri Fonseca	01/08/2016	30/11/2016

Itapoá, 28 de Julho de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 571 de 26 de julho de 2016

DECRETO Nº 571, 26 de julho de 2016

Constitui membros para o Conselho Municipal de Saneamento, criado pela Lei nº 2.218, de 12 de junho de 2008

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPORANGA, SC, SENHOR ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no artigo 11 da Lei nº 2.218, de 12 de junho de 2008;

Considerando a indicação feita pelos órgãos representativos discriminados nos incisos II a VI do referido dispositivo legal;

DECRETA:

Art 1º. No Município de Ituporanga, constituirão o Conselho Municipal de Saneamento as seguintes pessoas:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal: como titulares, Sirléia Cristina Lopes Sebold, Moacir Cordeiro e Maria Angélica Nienkötter Muller; e suplentes Clésio Lopes, Aglaís Moraes e Márcio Lima da Costa Júnior, respectivamente;

II - Representante da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento: como titular Amarildo Vandresen, e como suplente Arnito Scheidt;

III – Representante da ADAGA – Associação Desportiva Amigos da Gabiroba: como titular Luiz Carlos Suzzena, e como suplente Volnei Schwambach;

IV – Representante da Associação de Proteção Ambiental Mãe D'Água: como titular Edison Xavier de Almeida, e como suplente Delano Schafer;

V – Representante da AEARI – Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região de Ituporanga: como titular Volmir Borsatto, e como suplente Édio Zunino Sgrott;

VI – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga: como titular Adilson Rode, e como suplente Sebastião Rosa.

Art. 2º. O mandato dos membros indicados no artigo anterior é de 2 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 26 de julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

DECRETO Nº 573, de 1º de agosto de 2016

DECRETO Nº 573, de 1º de agosto de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga:

CONSIDERANDO a necessidade de controle das contas públicas, especialmente em razão do período eleitoral e da proximidade do término do mandato do Prefeito Municipal.

DECRETA

Art. 1º. Fica proibido o pagamento de bens e serviços a fornecedor, cujo valor apurado seja superior a R\$ 500,00, sem prévia e escrita autorização do Secretário da Fazenda e do Prefeito Municipal.

Art. 2º. Pagamento efetuado em desconformidade com o disposto no artigo antecedente implicará na instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos responsáveis pela prática do ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 1º de agosto de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 074 DE 04 DE JULHO 2016.

DECRETO Nº. 074 DE 04 DE JULHO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2016, na importância de R\$ R\$ 134.850,00 (Cento e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto: 1.039 – Pav. Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: (65) – 4.4.90.00.00.0091 – Aplicações Diretas R\$ 134.850,00

TOTAL R\$ 134.850,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de Alienações de Bens da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditado na conta corrente 30.375-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 04 de julho de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.963/2016

D E C R E T O Nº 10.963/2016

Aprova o Loteamento Residencial HERMANN.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993;

DECRETA :

Art.1º Fica aprovado o Loteamento Residencial HERMANN, com área de 76.147,96m², parte da MI 83.938 com área total de 92.510,27m², de propriedade de Hermann Administradora de Bens Ltda., situado às Ruas 663 - Irineu Franzner, 669 - Afonso Benjamim Barbi, 818 - Nazaré e 1089 - Josefina Satler Piccoli, bairro Tifa Martins, área urbana, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMJS 14.717/2014.

Art.2º O loteamento é composto de 01 (um) lote destinado ao Uso Público Especial (A.U.P.E.), com área de 3.615,38m²; 02 (dois) lotes destinados a Área Verde (01 e 02) compreendendo 38.765,71m²; 60 (sessenta) lotes comercializáveis, do 01 ao 60, totalizando a área de 23.575,76m², e 10.191,11m² de área de aruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios. As áreas remanescentes totalizam 16.362,31m².

§1º As Ruas "A", "B" e "C" passam a receber, respectivamente, os números 1481, 1482 e 1483 e as Ruas "D" e "E" passam a serem identificadas, respectivamente, como Ruas 669 - Afonso Benjamim Barbi e 1089 - Josefina Satler Piccoli.

§2º Sobre as Áreas Verdes 01 e 02 e sobre a Área Remanescente 01, está gravada a Área de Preservação Permanente de 30,00m para ambos os lados do córrego.

§3º Fica cancelado o gravame de faixa non aedificandi de 30,00m para ambos os lados dos córregos existentes, na MI 83.938.

§4º Sobre a Área Verde 02 está gravada a Cobertura Florestal Mínima de 17.687,15m². Na AV.7-55.946 e AV.8-55.946 está gravada a Cobertura Florestal Compensatória de 20.056,84m².

§5º Sobre os lotes 01 a 07, 25, 52 a 60 e Área Verde 01, está gravada a linha de talude.

§6º A Rua Projetada 669 - Afonso Benjamim Barbi, descrita na MI 83.938, encontra-se implantada no loteamento, ficando cancelado o respectivo gravame.

§7º Sobre a Área Remanescente 02 está gravada a Rua Projetada 1089 - Josefina Satler Piccoli.

§8º As Diretrizes Básicas de Projeto de Loteamento foram protocoladas no Processo PMJS 10.450/2009, de 06/05/2009.

§9º O loteamento possui licenciamento ambiental na LAO Nº 053/2016/Fujama/JGS, de 13/07/2016.

§10. Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial.

Art.3º O registro do loteamento em pauta em cartório competente

deverá ser efetuado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob pena da caducidade da aprovação.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

DECRETO Nº 10.964/2016

D E C R E T O Nº 10.964/2016

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16 de Abril de 2015, Alterado pelo Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º de Outubro de 2015, que Estabelecem Medidas Visando Contenção de Despesas da Prefeitura Municipal, seus Fundos e Fundações Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 71, inciso XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art.1º Os incisos II, III, IV e VII, e o §1º, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º ...

...

II - novos afastamentos de servidores públicos municipais, efetivos ou comissionados, para estudos ou cursos e as despesas decorrentes, com ônus para o Município, se utilizadas as fontes de recurso listadas no Anexo Único, salvo autorização expressa do Prefeito Municipal e do Secretário ou Presidente da unidade administrativa a qual se subordina o servidor;

III - novos afastamentos ou cedências de servidores públicos municipais com ônus para o Município, para órgãos federais, estaduais ou de circunscrição municipal, se utilizadas as fontes de recurso listadas no Anexo Único, salvo autorização expressa do Prefeito Municipal e do Secretário ou Presidente da unidade administrativa a qual se subordina o servidor;

IV - realização de serviços em caráter de hora extra, sendo excepcionados aqueles extraordinários, cuja autorização deverá estar antecipadamente fundamentada e expressamente autorizada pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário ou Presidente da unidade administrativa a qual se subordina o servidor;

...

VII - assunção de novos compromissos com entidades para transferências voluntárias na forma de contribuições e subvenções se utilizadas as fontes de recurso listadas no Anexo Único, salvo se expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário ou Presidente da unidade administrativa.

§1º As concessões referidas poderão ser autorizadas

excepcionalmente se devidamente fundamentadas pelo requerente, avalizadas e expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário ou Presidente da unidade administrativa.”

Art.2º O §1º, do artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º ...

§1º Durante a vigência do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, que estabelece medidas visando a contenção de despesas na Prefeitura Municipal, seus Fundos e Fundações Municipais, os serviços de caráter excepcional deverão ser autorizados ANTECIPADAMENTE e expressamente pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário ou Presidente da unidade administrativa a qual se subordina o servidor.

...”

Art.3º O artigo 4º, do Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º Fica vedado, a partir de 05/10/2015, o uso de aparelhos celulares de propriedade da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, de posse de servidores públicos municipais, ressalvados aqueles inerentes aos serviços essenciais previamente autorizados pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário ou Presidente da unidade administrativa a qual se subordina o servidor.”

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os incisos II, III, IV e VII, e o §1º, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, e o §1º, do artigo 2º, e o artigo 4º, do Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração e da Fazenda

DECRETO Nº 10.965/2016

D E C R E T O Nº 10.965/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 107.993,90 (Cento e sete mil, novecentos e noventa e três reais e noventa centavos), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur); e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

da Assistência Social - CRAS

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

16.01.18 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.347,35

16.01.08.244.08522.812 - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Especializados da Assistência Social

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

16.01.26 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 65.385,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.122.03002.250 - Manutenção das atividades administrativas do Trânsito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.258 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.261,55

TOTAL R\$ 107.993,90

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur); e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

da Assistência Social - CRAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.347,35

16.01.08.244.08522.812 - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Especializados da Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.30 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 65.385,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.122.03002.250 - Manutenção das atividades administrativas do Trânsito

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.02.260 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.261,55

TOTAL R\$ 107.993,90

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.966/2016

D E C R E T O Nº 10.966/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 127.624,94 (Cento e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema); do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.19.572.12555.252 - Implantação do Distrito de Inovação

4.4.00 - INVESTIMENTOS

05.04.379 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.124,94
 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 15.01.10.305.07522.668 - Manutenção do programa de vigilância em saúde
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 15.01.139 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
 26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
 26.01.27.122.03004.001 - Manutenção patrimonial - Desporto e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.30 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00
 26.01.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.32 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.500,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.31 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
 TOTAL R\$ 127.624,94

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Público - CAM, no valor de R\$ 2.124,94 (Dois mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos); do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Arrecadados pela FME, no valor de R\$ 25.500,00 (Vinte e cinco mil e quinhentos reais); e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados à Vigilância Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN
 Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
 Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL LEILÃO PÚBLICO Nº 71/2016. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. COMUNICADO DE EXCLUSÃO.

EDITAL LEILÃO PÚBLICO Nº 71/2016. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. COMUNICADO DE EXCLUSÃO. O Município de Jaraguá do Sul, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados no Edital de Leilão Público acima, que fica excluído do Anexo I do Edital, o Lote 03 (Roçadeira RDM 180 nº 110.76 para acoplar em trator agrícola), mantendo-se inalteradas as demais exigências. Pelo fato da exclusão não modificar a formulação dos lances, a Administração Pública comunica aos interessados, que mantém a mesma data para a vistoria e realização do Leilão, conforme segue: DATA, LOCAL E HORÁRIO: O Leilão realizar-se-á no dia 18 de agosto de 2016, às 10:00 horas, para todos os lotes, nas dependências da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Ângelo Rubini, nº. 600 – Bairro: Barra do Rio Cerro – Jaraguá do Sul/SC e através do site www.zampierileilao.com.br. - VISTORIA: Os bens, objeto deste Leilão, poderão ser vistoriados no seguinte endereço: Rua Ângelo Rubini, nº. 600 – Bairro: Barra do Rio Cerro (Secretaria de Obras e Serviços Públicos), nos dias 16 e 17 de agosto de 2016, no horário normal de expediente, das 08:00h à 11:00h e das 13h30 às 16h.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN
 Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário dos itens R\$
06	3.000	Frascos	Detergente Líquido c/ 500ml – CÓDIGO 8322 - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio. Composição básica: Tensoativos Aniônicos, glicerina, coadjuvante, preservantes, sequestrante, espessante, corante, veículo, tensoativo biodegradável, testado dermatologicamente.	1,26
10	40	Unid.	ESCOVÃO P/ PISO - 30CM C/ CABO - CÓDIGO 12521 Com cerdas de nylon e base plástica.	5,46
28	30	Unid.	PÁ DE LIXO - CÓDIGO 12526 Caixa de polipropileno de alta resistência e cabo de madeira revestido com plástico. Medidas: 29 x 29 x 14cm cabo 80cm.	3,64
32	80	Dúzias	PRENDEDOR (grampo) DE ROUPA - CÓDIGO 12547 Grampo de roupa plásticos, material do grampo da roupa: PP Tamanho: 70 x 9.5 x 15mm - Embalagem: com no mínimo 12 unidades – cores diversas.	1,33
34	100	Unid.	RODO DE BORRACHA - CÓDIGO 13431 Tamanho 40 cm, cepa de plástico. Borracha de EVA siliconada, matéria sintética, pigmento e metal com cabo revestido em plástico com no mínimo 120 cm de comprimento.	4,30
35	60	Unid.	RODO DE ESPUMA - CÓDIGO 11911 Rodo de Espuma – Passador de Cera, base plástica com esponja não abrasiva na extremidade; Esponja medindo 26 x 8 x 5 (compr. x larg. x alt.); com cabo de madeira revestido em plástico com no mínimo 120 cm de comprimento, encaixe do cabo na base c/ rosca.	5,46

38	800	Kg	Sabão em Pó 1kg – CÓDIGO 8374 Princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; acondicionado em embalagem de 1000 gramas, validade mínima 2 anos.	3,15
47	120	Pares	LUVAS DE LÁTEX CANO LONGO – CÓDIGO 6651 - Luva látex sanfonada 2020 g ca 9567 / ca 15100 - cano longo -tamanho M	6,86
48	70	Pares	LUVAS DE LÁTEX CANO LONGO – CÓDIGO 6652 - Luva látex sanfonada 2020 g ca 9567 / ca 15100 - cano longo -tamanho G	6,86
52	900	Caixa	FILTRO DE PAPEL Nº 103 C/ 30 UN - CÓDIGO 8454 100% celulose; com gramatura de 54g/m2; poros medindo entre 0,0047 e 0,0071/mm; um parâmetro de 12 a 18 segundos por 100ml; com fechamento de dupla prensagem; tamanho 103; na cor branca; fornecido em caixa com no mínimo 30 unidades; validade mínima 2 anos a contar da data de fabricação.	2,58
54	20	Unid.	GARRAFA TÉRMICA 1,8 LTS - CÓDIGO 8258 Garrafa térmica; de pressão; com capacidade de 1,8 litros; corpo em polipropileno; ampola em vidro, devendo estar de acordo com a NBR 13282; fundo de polipropileno; com tampa em polipropileno; com alça; decorada.	47,00
61	1.300	Unid.	PILHAS AA - Alcalinas, 1,5v CÓDIGO 12735	1,03
62	1.000	Unid.	PILHAS AAA - Alcalinas, 1,5v CÓDIGO 12805	1,25

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Município, através do Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, no almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símele ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Hilton Delgado dos Santos.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sate (serviço de atendimento especial) e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
83	08	Caixa	FUMARATO DE QUETIAPINA, 200MG LIB. PROLONGADA – CÓDIGO 33681 CAIXAS C/30 COMPRIMIDOS	310,60
101	120	Frasco	THYMOGLOBULINE 25MG PÓ LIOF- CAIXA C/ 01 FRASCO – CÓDIGO 21604	461,52

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 04/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Afranio Antunes Araujo.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sate (serviço de atendimento especial) e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
141	36	Caixas	VENLAFAXINA 75MG – CÓDIGO 15781	23,14
152	300	Unidade	ATROPINA 0,25MG/ML – 1ML – CÓDIGO 9564	0,51

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 04/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Cleiton André Wagner.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2016

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE Nº 72/2016.

ORIGEM: CREDENCIAMENTO Nº 24/2015 e LEILÃO PÚBLICO Nº 71/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: NELSON ZAMPIERI.

DO OBJETO: A presente contratação tem por objeto a realização, pelo CONTRATADO, de leilão para venda/alienação de bens móveis inservíveis diversos, listados no Anexo I deste contrato, todos de propriedade da CONTRATANTE e sem serventia para a mesma, conforme Anexo I do Edital de Leilão Público nº 71/2016 e Edital de Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial n.º 24/2015 e demais condições deste instrumento.

REMUNERAÇÃO: A remuneração pela prestação dos serviços, o Credenciado receberá exclusivamente o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, a ser paga pelo arrematante no ato do leilão, não cabendo ao município, a responsabilidade pela cobrança do bem, nem da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo CONTRATADO para recebê-la.

DO PRAZO: O prazo para início da execução dos serviços é de 5 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato e publicação legal do Edital de Leilão Público nº 71/2016.

RECEITA ESTIMADA: R\$ 191.800,00 (cento e noventa e um mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 11/07/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Nelson Zampieri.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 188/2016 AO CONTRATO Nº 335/2015

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 188/2016 AO CONTRATO Nº 335/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2015-FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia reforma (área total de 1.551,51m²) da Policlínica de Especialidades Dr. João Biron, localizado na Rua 108 Amazonas, esquina com a Rua 232 Nelson Nasato e Rua 577 Silvino Stinguem s/nº, Centro, em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 420/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 099/2016, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 04/05/2016 com término em 31/08/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 30 de outubro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.498/2015, servidora pública Engenheira Fabieli Pilatti, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Cristina Isabel Voltolini Vacchi.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: SANDRA MARIA SIMIONI

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Exibição de Cinema Jaraguense nas Escolas”, da área de Audiovisual, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 17.291,26 (dezessete mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de JULHO/2016 a JULHO/2017.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Sandra Maria Simioni.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: JOSÉ CARLOS KNISS

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Sala Escura”, da área de Dança, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de AGOSTO/2016 até MARÇO/2017.

DATA DA ASSINATURA: 13/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e José Carlos Kniss.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: SAMUEL PEREIRA CHIODINI

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Lançamento Tempero Moderno”, da área de Música, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de SETEMBRO até DEZEMBRO/2016.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Samuel Pereira Chiodini.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ADRIANA NIÉTZKAR

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Robôs – Montagem”, da área de Teatro, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e

aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de JULHO/2016 até JULHO/2017.

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Adriana Niétkar.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: WIGANDO MEIER

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Residência Wigando Meier – Restauro Casa Enxaimel”, da área de Patrimônio Histórico Cultural Edificado, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 44.959,31 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de JULHO até OUTUBRO/2016.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Wigando Meier.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: CARLOS EDUARDO MANN

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Restauro Casa Mann”, da área de Patrimônio Histórico-Cultural Edificado, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 41.135,37 (quarenta e um mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de JULHO/2016 até ABRIL/2017.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Carlos Eduardo Mann.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: TARCISIO JOSE MARANGONI

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado

“Restauro Residência Marangoni”, da área de Patrimônio Histórico-Cultural Edificado, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de JULHO até DEZEMBRO/2016.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Tarcisio Jose Marangoni.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: SCARAVELHO CIA TEATRAL

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Teatro Playback”, da área de Teatro, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de OUTUBRO/2016 até SETEMBRO/2017.

DATA DA ASSINATURA: 28/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Scaravelho Cia Teatral.

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 0802016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0802016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: SIDINEI KLEEMANN

OBJETO: execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “Um Dirndl – para a história do Grupo Folclórico Grünes Tal”, da área de MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ R\$ 19.999,39 (dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de SETEMBRO/2016 até MAIO/2017.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.
SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Sidinei Kleemann

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO SCHERER

OBJETO: execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “II Mostra de Manifestações Artísticas Gauchescas”, da área de ARTES INTEGRADAS, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ R\$ 19.999,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classif. Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os dias 28 e 29 de outubro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e José Antonio Scherer

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: CASA DE APOIO PE. ALOÍSIO BOEING

OBJETO: Execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “OFICINA DE ESCULTURA DE BUSTOS EM ARGILA”, da área de ARTESANATO, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 19.930,00, nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de 01/08/2016 A 31/01/2017.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Lourival Cleiton Martini

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: MUSEU DI FERRAMENTA D'AFFARI DEI NONNI

OBJETO: execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “MEMORIAL FOTOGRÁFICO DO BAIRRO SANTA LUZIA”, da área de PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL, mediante o recebimento de prêmio

em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura.

DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 19.799,60, nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de 01/agosto/2016 a 30/abril/2017.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Lauro Rosá

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2016

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: ANDERSON LEANDRO DOS SANTOS SECCO

OBJETO: execução de PROJETO CULTURAL PREMIADO no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, denominado “MARIA LAVADEIRA ENCENA”, da área de TEATRO, mediante o recebimento de prêmio em recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura. DO PRÊMIO: O valor do Prêmio é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do item 5 do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, deduzido o valor do imposto de renda, conforme a personalidade do proponente (jurídica ou física), prevista na legislação tributária.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão por conta da Classificação Funcional Programática abaixo referida:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recurso
27.02.13.392.1103.0.105	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo)	3.3.90 Aplicações Diretas	Próprio

PRAZO: O projeto premiado deverá ser executado pelo CONTRATADO em conformidade com o cronograma de execução apresentado e aprovado no formulário padrão de inscrição do projeto técnico. O projeto cultural premiado será executado no período que compreende os meses de OUTUBRO/2016 A OUTUBRO/2017.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Anderson Leandro dos Santos Secco

FROHAB - EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA CASA FÁCIL – JARAGUÁ 84 II – 26/029-2004

SECRETARIA DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE JARAGUÁ DO SUL – FROHAB

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA CASA FÁCIL – JARAGUÁ 84 II – 26/029-2004

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA CASA FÁCIL – JARAGUÁ 84 II – 26/029-2004.

OBJETO: Rescisão Unilateral ao Contrato de Permissão Remunerada de Uso de Imóvel Popular Programa Casa Fácil – Jaraguá 84 II – 26/029-2004, com eficácia a partir da publicação do extrato deste termo no Jornal do Município. FUNDAMENTO: artigo 79, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93. VIGÊNCIA: a partir da data de publicação. DATA DA ASSINATURA: 01/08/2016. SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen - Prefeito Municipal, Ronaldo Lima - Coordenador do FROHAB, Adir Schulz – Ocupante.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

ISSEM - CONTRATO NO 174/2016

CONTRATO NO 174/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 174/2016, para a locação das Salas Comerciais nº 05 e 06, que mantém entre si, o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS e OSNI JOSÉ VASEL, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo de locação por mais 12 meses, a iniciar em 01/08/2016 e terminar em 31/07/2017, conforme estabelecido no item 7.1;
- 2) Reajustar o valor de do aluguel mensal em + 12,22%, conforme índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado – Fundação Getúlio Vargas). Desta forma, o valor do aluguel mensal da sala comercial nº 05 será de R\$ 1.206,36 (mil duzentos e seis reais e trinta e seis centavos); e o valor do aluguel mensal da sala comercial nº 06 será de R\$ 1.327,56 (mil trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).
- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente	Osni José Vasel Proprietário

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

ISSEM - DECISÃO TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016 ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**DECISÃO**

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016

ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR HIDRÁULICO PARA A SEDE DO ISSEM, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Considerando que nenhum licitante protocolou os envelopes pertinentes ao presente processo licitatório, mesmo tendo sido divulgado conforme estabelecido na legislação pertinente, a Comissão de Licitação declarou deserto o presente processo licitatório. Decido acatar a decisão da Comissão de Licitações em julgar DESERTO o Processo Licitatório – Tomada de Preço no 06/2016, sendo este processo finalizado.

Jaraguá do Sul, 22 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente

ISSEM

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 165/2015, para o fornecimento de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada CRJ – CENTRO DE RECUPERAÇÃO JARAGUÁ LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 22/07/2016.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Sérgio Luiz Rodrigues Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2014

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 72/2014, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada BARBI & ARALDI PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 07/08/2016.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Nanci Barbi Araldi Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

PORTARIA Nº 650/2016

PORTARIANº 650/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 305/2016/DGP/Sema, de 15/07/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, DAIANE ISABEL MALLMANN, matrícula 10461, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ATOS DE PESSOAL - Sema - (FG2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 651/2016

PORTARIANº 651/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 306/2016/DGP/Sema, de 15/07/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, MARIA SIRLEI RODRIGUES PADILHA, matrícula 9037, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ENCARGADA-LÍDER DE ZELADORIA - Sema - (FG3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 652/2016

PORTARIANº 652/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, JOSEMERI DE SOUSA COELHO, matrícula 8185, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, para exercer a função gratificada de ENCARGADA-LÍDER DE PROJETOS CULTURAIS - Semed - (FG3), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 653/2016

PORTARIANº 653/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012,

121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 773/2016/Cogem, de 21/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, WAGNER RICARDO ALVES, matrícula 8905-2, ocupante do cargo efetivo de Auditor Interno, lotado na Controladoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL JUNTO À CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - Cogem - (FG1), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 654/2016

PORTARIANº 654/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 773/2016/Cogem, de 21/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, CEZAR AUGUSTO OGLIARI, matrícula 7985-5, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Controladoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS JUNTO À CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - Cogem - (FG1), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 655/2016

PORTARIANº 655/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 099/2016/Semob, de

27/06/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, DANISON ARTUR WITTHOEFT, matrícula 8779, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 656/2016

PORTARIANº 656/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 099/2016/Semob, de 27/06/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, LUÍS CARLOS FLOR DA SILVA, matrícula 7211, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Topografia, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE TOPOGRAFIA - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 657/2016

PORTARIANº 657/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 369/2016/Semur, de 28/06/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, MARIANE PATRICIA MIELKE PEREIRA, matrícula 9327, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Transportes Urbanos, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CONTROLE DE TRANSPORTE URBANO - Semur - (FG1), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 658/2016

PORTARIANº 658/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 369/2016/Semur, de 28/06/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, MÁRCIA EVELISE JAMOSKI, matrícula 8225, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA - Semur - (FG1), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 659/2016

PORTARIANº 659/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 369/2016/Semur, de 28/06/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, FÁBIO LUIZ PEREIRA, matrícula 7957, ocupante do cargo efetivo de Cadastrador, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função

gratificada de ASSISTENTE DE CONTROLE IMOBILIÁRIO - Semur - (FG2), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 660/2016

PORTARIANº 660/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, CHARLES SERGIO PEREIRA, matrícula 8418, ocupante do cargo efetivo de Analista de TI, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA - Sema - (FG2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 661/2016

PORTARIANº 661/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, DENILSON RODOLFO DERETTI, matrícula 8661, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL - Sema - (FG3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 662/2016

PORTARIANº 662/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, THIAGO DE OLIVEIRA BRAGA, matrícula 10525, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE TRANSPORTES OFICIAIS - Sema - (FG3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 663/2016

PORTARIANº 663/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, ANA CRISTINA PADUA RIBEIRO OLIVEIRA, matrícula 7970, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Contabilidade, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE REGISTROS CONTÁBEIS - Semfaz - (FG2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 664/2016

PORTARIANº 664/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, DILMAR CESAR MAIOCHI, matrícula 9318, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE CONTABILIDADE - Semfaz - (FG1), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 665/2016

PORTARIANº 665/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, PAULO RICARDO LEHMKUHL, matrícula 8812, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - Semfaz - (FG2), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 666/2016

PORTARIANº 666/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, ETELVINO FATIMA TUNES, matrícula 8113, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTROLE DE IMPOSTOS E TAXAS - Semfaz - (FG2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 667/2016

PORTARIANº 667/2016

Revoga as Portarias Nºs 526/2015, de 16/04/2015, e 1324/2015, de 05/11/2015.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR as Portarias Nºs 526/2015, de 16/04/2015, e 1324/2015, de 05/11/2015, que designaram a COMISSÃO ESPECIAL DE CONTENÇÃO DE DESPESAS, constituída em razão do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelo Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015, que estabelecem medidas visando a contenção de despesas na Prefeitura Municipal, seus Fundos e Fundações Municipais.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016-FROAGRO**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016-FROAGRO**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 002/2016-FROAGRO, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Unid.	Quant.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	OXITETRACICLINA AVES – cloridrato de oxitetraciclina 810mg – Frasco c/ 10 ml.	14,00
02	AGROP. REAL LTDA EPP	5	Unid.	SULFA + TRIMETOPRIM 100ml – Sulfadoxina 20g + Trimetoprim 4g – Frasco 100ml.	19,90
03	MEDICVET MED. VET. ME	60	Unid.	ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacin 10g – Frasco c/ 50 ml.	7,50
04	AGROV PET SHOP ROSA EPP	15	Unid.	IMIDOCARB – Dipropionato de imidocarb 12g – Frasco c/ 15 ml.	20,00
05	MEDICVET MED. VET. ME	200	Unid.	ESTREPTOMICINA – Sulfato de Dihidroestreptomicina 12,5g + Cloridrato de procaína 500mg – Frasco c/ 50 ml.	15,00
06	AGROV PET SHOP ROSA EPP	600	Unid.	PENICILINA LIOFILIZADA – Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaína (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) Diidroestreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Estreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Ampola com diluente água destilada estéril (15ml) – Frasco 8,6 g pó + 15ml.	17,90
07	MEDICVET MED. VET. ME	300	Unid.	OXITETRACICLINA LA – Oxitetraciclina (dihidratada) 20g – Frasco c/ 20ml	4,80
08	AGROV PET SHOP ROSA EPP	300	Unid.	OXITETRACICLINA – Oxitetraciclina base (10g) Lidocaína. (2g) – Frasco c/ 50ml	10,10
09	MEDICVET MED. VET. ME	150	Unid.	SULFA + TRIMETOPRIM 50ml – Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) – Frasco c/ 50 ml.	15,40
10	AGROV PET SHOP ROSA EPP	90	Unid.	TRISTEZA – Diacetato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolo-na. (antipirina) (11,1g) – Frasco c/ 20 ml.	18,90
11	AGROV PET SHOP ROSA EPP	40	Unid.	TILOSINA 50ml – Tilosina (sob forma base) (20g)- Frasco c/ 50ml	11,90
12	DESERTO	25	Unid.	TILOSINA – Tilosina (sob forma base) (20g) – Frasco c/ 20ml	XXXXX
13	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	LINCOMICINA – Cloridrato de lincomicina 5.000 mg – Frasco c/ 50 ml.	38,00
14	AGROV PET SHOP ROSA EPP	1	Unid.	GENTAMICINA – Gentamicina (base) 4g, Sulfato de atropina 0,05g – Frasco c/ 20 ml	10,30
15	AGROV PET SHOP ROSA EPP	10	Unid.	TÔNICO RECONSTITUINTE – Metilarsinato de sódio 300mg, Citrato de ferro amoniacal verde 300mg, Solução milesimal de adrenalina 1,5ml – Frasco c/ 15 ml.	6,70
16	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	POMADA ANTIBIÓTICA – Penicilina G benzatina 1.250.000 UI , Penicilina G procaína 1.250.000 UI, Dihidroestreptomicina (sulfato) 1,25 g, Uréia 2,50 g – Bisnaga c/ 50 g.	18,90
17	AGROV PET SHOP ROSA EPP	15	Unid.	FLORFENICOL 30ml – Florfenicol 30g - Frasco 30ml.	17,30
18	AGROV PET SHOP ROSA EPP	25	Unid.	FLORFENICOL – Florfenicol 30g - Frasco 50ml	59,90
19	AGROV PET SHOP ROSA EPP	3	Unid.	SOL. LIMPEZA FERIDAS – Lauril dietileno glicol éter sulfato de sódio (28%) 1,25mg - Frasco 250 ml	21,90
20	AGROV PET SHOP ROSA EPP	3	Unid.	SPRAY CASCO – M.M.D.H.(Monometilol dimetil hidantoína) 27,5g - Tubo Aerosol 400 ml	32,10
21	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	ANTIMASTÍTICO – Flumetasona 0,0025g, Neomicina (sulfato) 2g, Espiramicina (adipato) 7.692.300 UI - Frasco 100ml	38,90
22	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	AMOXICILINA – Amoxicilina (trihidratada) 15g – Frasco 100 ml.	28,10
23	AGROP. REAL LTDA EPP	5	Unid.	ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO – Enrofloxacin 10% - Frasco 50ml	79,60
24	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	POMADA LARVICIDA – Óxido de Zinco 15g, Ácido Cresílico 2g, Excipiente q.s.p 100g - Pote 200g.	8,60
25	AGROP. REAL LTDA EPP	70	Unid.	BISNAGA VS GENTAMICINA – Sulfato de gentamicina 677,00 mg - Seringa de 10 ml	16,00
26	AGROP. REAL LTDA EPP	30	Unid.	BISNAGA VS PENICILINA – Penicilina G-potássica 500.000 UI, Penicilina G-procaína 1.000.000 UI, Neomicina (equivalente a 500 mg) 0,735 g - Seringa de 9g	9,30
27	MEDICVET MED. VET. ME	50	Unid.	VELA UTERINAC – Cloridrato de tetraciclina 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g	11,10
28	AGROV PET SHOP ROSA EPP	15	Unid.	DEXAMETASONA 2MG – Dexametasona (2mg) - Frasco 10ml	3,05

29	MEDICVET MED. VET. ME	100	Unid.	DEXAMETASONA 5MG – Dexametasona (5,0mg) - Frasco 10ml	5,30
30	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	FLUNEXINA 10ML – Flunixiná meglumina (50mg) - Frasco 10ml	10,20
31	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	CETOPROFENO – Cetoprofeno 10mg - Frasco 50ml	33,30
32	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	DIPIRONA – Dipirona Sódica (500mg) - Frasco 50ml	5,70
33	AGROV PET SHOP ROSA EPP	50	Unid.	DICLONENACO – Diclofenaco sódico 5g - Frasco 50ml	11,00
34	AGROV PET SHOP ROSA EPP	10	Unid.	FLUMETASONA – Flumetasona (0,5mg) - Frasco 10ml	7,80
35	AGROV PET SHOP ROSA EPP	60	Unid.	FLUNEXINA 50ML – Megluminato de flunixiná 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunixiná) - Frasco 50ml	25,10
36	AGROV PET SHOP ROSA EPP	60	Unid.	MELOXICAM – Meloxicam (2g) - Frasco 50ml	56,90
37	AGROV PET SHOP ROSA EPP	10	Unid.	DIURÉTICO + CORTICOIDE – Triclorometiazida 10,0 mg; Dexametasona (como acetato) 0,5 mg - Frasco 10ml	11,60
38	AGROV PET SHOP ROSA EPP	10	Unid.	ALBENDAZOLE ORAL – Albendazole micronizado 10g - Frasco 200ml	10,90
39	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	ALBENDAZOL ORAL – Albendazol 10g - Frasco 250ml	11,10
40	AGROV PET SHOP ROSA EPP	15	Unid.	DORAMECTINA – Doramectin 1g - Frasco 50ml	10,90
41	AGROV PET SHOP ROSA EPP	3	Unid.	IVERMECTINA FASCÍOLA – ivermectina 1% + clorsulon 10% - Frasco 50ml	20,90
42	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	ALBENDAZOL INJ. - Sulfóxido de albendazol 10g - Frasco 250ml	36,90
43	AGROV PET SHOP ROSA EPP	10	Unid.	CLOSANTEL – Closantel sódico 10 g - Frasco 250ml	34,90
44	AGROV PET SHOP ROSA EPP	6	Unid.	SPRAY MIÍASE – R-S(Cis-Trans)-3-(2,2 diclorovinil) 2,2 dimetilciclo-propanocarboxilato de (RS) alfa ciano-3-fenoxibenzil (Cipermetrina) 2g, Fosfato de 0,0-dimetil-0-(2,2-diclorovinil) (Diclorvos) 1g - Frasco Spray 500ml.	27,90
45	MEDICVET MED. VET. ME	5	Unid.	PÓ MIÍASE – Coumaphós 3% Propoxur 2% - Frasco 200g	21,97
46	MEDICVET MED. VET. ME	10	Unid.	VERMÍFUGO EQUINO – Ivermectina 1,87% - Seringa Dosadora 6,42 g	8,60
47	AGROV PET SHOP ROSA EPP	6	Unid.	IVERMECTINA POUR-ON – Ivermectina 1% - Frasco 1L	105,90
48	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	ACEPROMAZINA – Acepromazina 10g - Frasco 20ml	11,30
49	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	KETAMINA – Cloridrato de ketamina 1,16 g - Frasco 10ml	9,90
50	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	ANESTÉSICO LOCAL – Lidocaína (2,06g) bitartarato de epinefrina (1,001mg) - Frasco 50ml	5,50
51	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	XILASINA – Cloridrato de xilazina 2g - Frasco 10ml	6,30
52	AGROV PET SHOP ROSA EPP	8	Unid.	VITAMINAS ADE – Vitamina E (alfa tocoferol) (5.500 U.I). Vitamina D-2 (ergocalciferol) (6.000.000 U. I.) Vitamina A (palmitato) (27.000.000 U.I.) - Frasco 100ml	6,50
53	MEDICVET MED. VET. ME	8	Unid.	SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL – Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaína 10.000 mg, Isoleucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - Frasco 1000ml	46,00
54	MEDICVET MED. VET. ME	6	Unid.	SUPLEMENTO ANEMIA – Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - Frasco 1000ml	67,04
55	AGROV PET SHOP ROSA EPP	8	Unid.	VIT A – Vitamina A 2.000.000 UI - Frasco 20 ml	18,10
56	AGROV PET SHOP ROSA EPP	6	Unid.	VIT C – Vitamina C 15 g - Frasco 20 ml	11,30
57	MEDICVET MED. VET. ME	6	Unid.	VIT E – Vitamina E 10g - Frasco 20 ml	13,00
58	MEDICVET MED. VET. ME	20	Unid.	VIT B12 – Vitamina B12 0,1g - Frasco 20 ml	7,60
59	MEDICVET MED. VET. ME	25	Unid.	VIT K – Vitamina K 0,217 g - Frasco 20 ml	5,00

60	AGROV PET SHOP ROSA EPP	30	Unid.	MODIFICADOR ORGÂNICO – Vitamina E: 100 UI, Vitamina D2: 2.000.000 UI, Vitamina B12: 5.000 µg, Cloridrato de L-arginina:200mg, Cloridrato de L-histidina:210mg, Cloridrato de L-lisina: 1.000mg, L-leucina: 210mg, L-triptofano: 50mg, L-valina: 200mg, DL-metionina: 210mg, Glicina: 420mg, Cloreto de cobalto: 13mg, Sulfato de cobre: 2mg, Iodeto de potássio: 15mg, Cloreto de zinco: 10mg, Cloreto de sódio: 42mg, Hipofosfito de cálcio: 1.500mg, Cloreto de magnésio: 210mg, Monoglutamato de sódio: 420mg, Ácido oléico: 375mg, Hidróxido de alumínio: 30mg - Frasco 100ml	5,20
61	AGROV PET SHOP ROSA EPP	8	Unid.	CÁLCIO + B12 – Cálcio coloidal 1,0g, Morruato de sódio 1,0g, Vitamina D2 (calciferol 20.000 UI) 50,0mg, Vitamina B12 (cianocobalamina) 50,0mg - Frasco 100ml	10,90
62	AGROV PET SHOP ROSA EPP	50	Unid.	COMPLEXO VITAMINICO INJ – Sulfato de mefenetmina 600,0 mg, Vitamina B2 200,0 mg, Vitamina B6 500,0 mg, Nicotinamina 10.000,0 mg, Pantotenato de cálcio 500,0 mg - Frasco 10ml	6,30
63	AGROV PET SHOP ROSA EPP	6	Unid.	COMPLEXO VIT B – Vitamina B12(cianocobalamina) 5000 mcg, Vitamina B1 (cloridrato de tiamina) 500 mg, Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 150 mg - Ampolas 5ml	7,40
64	AGROV PET SHOP ROSA EPP	1	Unid.	VITAMINA AVES – Vitamina A 15.000.000 UI; Vitamina D3 4.000.000 UI; Vitamina E 1.000 mg; Vitamina B1 4.000 mg; Vitamina B2 1.500 mg; Vitamina B6 2.000 mg; Vitamina B12 4.800 mcg; Nicotinamida 10.000 mg - Frasco 20ml	6,50
65	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL – Cloreto de carbamilcolina 0,05mg - Ampola 5ml	4,90
66	AGROV PET SHOP ROSA EPP	70	Unid.	ESTIMULANTE RUMINAL – Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - Frasco 100ml	7,20
67	AGROV PET SHOP ROSA EPP	8	Unid.	Sorbitol 50g - Frasco 100ml	10,80
68	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	ESTIMULANTE DO RUMEM – Acetil tributil acetato - Frasco 150ml	38,70
69	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	LAXANTE – Bicarbonato de Sódio 50g; Magnésia Calcinada 25g; Carbonato de Cálcio 25g; Sulfato de Magnésio q.s.p. 500g - Pacote 500g	7,90
70	AGROP. REAL LTDA EPP	25	Unid.	MAGNÉSIO – hidróxido de magnésio 1200mg - Frasco 350 ml	11,20
71	AGROV PET SHOP ROSA EPP	50	Unid.	CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 ml - Frasco 200ml	8,90
72	MEDICVET MED. VET. ME	8	Unid.	FERRO - "Ferro elementar (sob a forma de hidróxido férrico em complexo dextrânico) 10g" - Frasco 50ml	5,94
73	MEDICVET MED. VET. ME	125	Unid.	ANTITÓXICO – antitóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicose 20g - Frasco 100ml	17,00
74	DESERTO	8	Unid.	DIUTÉTICO – Furosemida 10mg - Frasco 50ml	XXXXX
75	AGROV PET SHOP ROSA EPP	8	Unid.	DIUTÉTICO 10ml – Furosemida 10mg - Frasco 10ml	8,00
76	MEDICVET MED. VET. ME	3	Unid.	ATROPINA – Sulfato de atropina 10mg - Frasco 20ml	4,50
77	AGROV PET SHOP ROSA EPP	4	Unid.	PILOCARPINA – Pilocarpina Cloridrato 2g - Frasco 10ml	40,00
78	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	SORO ANTI-TETANICO – soro anti-tetânico liofilizado 5.000 UI - ampola liofilizada e diluente 5ml.	9,50
79	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	SORO ANTIOFIDICO – solução de imunoglobulinas específicas dos gêneros Bothrops e Crotalus - ampola liofilizada e diluente 50 ml.	60,00
80	AGROV PET SHOP ROSA EPP	10	Unid.	GLICOSE – Solução de Glicose 5% - Frasco 500ml	6,00
81	AGROV PET SHOP ROSA EPP	1	Unid.	BRONCODILATADOR – Cloridrato de Clenbuterol 0,0025% - Frasco 250ml	56,00
82	AGROV PET SHOP ROSA EPP	1	Unid.	BRONCODILATADOR 500 ml– Cloridrato de Clenbuterol 0,0025% - Frasco 500ml	89,00
83	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	BROMEXINA – Cloridrato de bromexina (300mg) - Frasco 50ml	15,90
84	AGROV PET SHOP ROSA EPP	6	Unid.	ESTRADIOL - Cipionato de Estradiol 2mg, Clorobutanol 5 mg - Frasco 10ml	10,30
85	MEDICVET MED. VET. ME	5	Unid.	OCITOCINA - Ocitocina Sintética Stantard Internacional (Correspondendo 10 U.I. = 1 mL) - Frasco 10ml	3,15
86	AGROV PET SHOP ROSA EPP	40	Unid.	PROSTAGLANDINA – D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) - Frasco 2ml	30,00
87	AGROV PET SHOP ROSA EPP	2	Unid.	ANTISSEPTICO CASCO – SULFATO DE ZINCO 5g; SULFATO DE COBRE 5g; ACETATO DE CHUMBO 10g; ÁCIDO ACÉTICO 6ML - Frasco 1L	58,90

88	DESERTO	2	Unid.	POMADA LARVICIDA 50G – Óxido de Zinco 20 g; Óleo de Pinho 5,0 g; Caulim 32,0 g; Xilol 6,0 g - Pote 50g	XXXXX
89	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	SORO DE VITAMINAS – Vitamina B1 3 mg, Vitamina B2 fosfato 20 mg, Vitamina B6 3 mg, Vitamina B12 2 mg, Nicotimida 240 mg, Dextrose Anidra 6000 mg, Cloreto de Sódio 400 mg, Cloreto de Potássio 50 mg, Cloreto de Cálcio 2 H2O 39,8 mg, Cloreto de Magnésio 6 H2O 34,2 mg, DL Metionina 600 mg, Cloreto de Colina 300 mg, Água para injetáveis q.s.p 100 ml - Frasco 500ml	8,60
90	AGROV PET SHOP ROSA EPP	50	Unid.	SORO VITAMINADO – Frutose 50,00 g, Cloreto de sódio 4,30 g, Cloreto de potássio 0,42 g, Cloreto de cálcio 0,12 g, Cloreto de magnésio 0,10 g, Bicarbonato de sódio 0,24 g, Vitamina B-1 0,02 g, Vitamina B-2 0,06 g, Vitamina B-6 0,03 g, Vitamina B-12 8.000 mcg, Nicotinamida 2.000 mg, Inositol 4.000 mg - Frasco 500ml	9,50
91	AGROV PET SHOP ROSA EPP	20	Unid.	SORO RL – 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - Frasco 1000ml	6,90
92	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	Borogluconato de cálcio 22,40g; Borogluconato de magnésio 6,75g; Cafeína 1,00g; Glicose 10,00g; Cianocobalamina (Vit. B12) 1.000,00mcg; Água para injeção q.s.p. 100,00ml - Frasco 500 ml	75,00
93	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	TESTE CMT – Púrpura de bromocresol 0,02 mg - Frasco 500ml	5,30
94	AGROV PET SHOP ROSA EPP	5	Unid.	DESINFETANTE – Cloreto de benzalcônio 15g - Frasco 1000ml	55,00
95	AGROV PET SHOP ROSA EPP	40	Unid.	IODO – Iodopovidona 10% - Frasco 1000ml.	17,00

Jaraguá do Sul, SC, 21 de julho de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 E PROCESSO 24/2016-FMS

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 e Processo 24/2016-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 67/2016 e Processo 24/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos produtos	Valor unitário litro R\$
01	AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	523.890	Litros	Óleo diesel S10	2,64
02	AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	58.210 10% do item 01	Litros	Óleo diesel S10	2,64
03	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA	272.880	Litros	Gasolina comum	3,25
04	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA	30.320 10% do item 03	Litros	Gasolina comum	3,25

Jaraguá do Sul, SC, 28 de julho de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 60/2016

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 60/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.947/2016 e Decreto nº 10.954/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 60/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia para ampliação de cobertura, reparos elétricos, colocação de piso e reforma na central de gás (área de 33,60m²) no C.M.E.I Rui Kroeger, localizado na Rua Verena Schunke Kroeger, 229 no Bairro Rio da Luz em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: VATTARO CONSTRUÇÕES, com o valor Global de R\$ 53.409,15 (cinquenta e três mil quatrocentos e nove reais e quinze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 26 de julho de 2016.

Ariano José Toassi

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 10.947/2016 e Decreto nº 10.954/2016

SAMAE - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 132/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 132/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que contratou com as entidades Hospital e Maternidade São José, Ortogin Serviços Médicos Ltda - EPP e Serviço de Anestesiologia Jaraguá Ltda; procedimento médico hospitalar proveniente de acidente de trabalho, no valor total de R\$ 13.210,00 (Treze mil, duzentos e dez reais).

Fundamento Legal: Art. 24, IV da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047 2106-9100.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 239/2016 AO 261/2016

EXTRATO DO CONTRATO 239/2016

Processo: Pregão nº 114/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Aeras Comercial Eireli - ME; Objeto: Parafusadeira; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 506,40 (quinhentos e seis reais e quarenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.02.4.406.3.3.90.39.99.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 03/08/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Erivelton Machado Ferreira.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 240/2016

Processo: Pregão nº 114/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda; Objeto: Alicates, Jogo de Chave, Motosserra e Esmerilhadeira; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 5.869,40 (cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.02.4.406.3.3.90.39.99.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais

- Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 03/08/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 241/2016

Processo: Pregão nº 114/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kafer Comércio Ltda. EPP; Objeto: Martelo, Cortador de Disco e Regulador de Pressão; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.705,47 (três mil, setecentos e cinco reais e quarenta e sete centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.02.4.406.3.3.90.39.99.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 03/08/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Oswaldo de Oliveira Cercal.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 242/2016

Processo: Pregão nº 114/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kiferro Comércio de Ferro e Aço Ltda.; Objeto: Arame de Solda; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 933,60 (novecentos e trinta e três reais e sessenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os itens dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria.; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 40 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.02.4.406.3.3.90.39.99.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 03/08/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Sebastião Decker.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2016
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 306/2015

Processo: Pregão 129/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Mecânica de Tratores Dois Antonio Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a

quantidade de horas inicialmente contratadas (Serviço de Manutenção de Caminhonetes e Caminhões a Diesel) no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato, correspondente a R\$ 24.187,50 (vinte e quatro mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); O reajuste baseia-se no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ivone Aparecida Pinheiro da Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 244/2016

Processo: Pregão nº 105/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Humana Saúde e Segurança Ocupacional Ltda. EPP; Objeto: Exame Eletrocardiograma; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.03.4.411.3.3.90.39.50.00.00.00 – 37 – Pagamento dos servidores - Divisão Esgoto; - 25.03.4.411.3.3.90.39.50.00.00.00 – 19 – Pagamento dos servidores - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Sandra Regina Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 245/2016

Processo: Pregão nº 113/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Corr Plastik Industrial Ltda.; Objeto: Tubo de PVC; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos itens dos lotes, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 09/08/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Francisco Luis Koch.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 246/2016

Processo: Pregão nº 113/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda.; Objeto: Curva 45º e Válvula de Retenção; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 18.258,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e oito reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos itens dos lotes, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria

foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 18/09/2016; Data da assinatura: 18/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Luis Carlos Koch.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 247/2016

Processo: Inexigibilidade 121/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gemü Indústria de Produtos Plásticos e Metalúrgicos Ltda; Objeto: Transmissor Elétrico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.377,83 (Dois mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que o objeto foi entregue e está de acordo com as especificações em orçamento previamente aprovado, em anexo a este edital, e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega do equipamento; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.26.00.00.00 – 40 – Manutenção patrimonial – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 19/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Andreas Muller.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 248/2016 3º ADITIVO AO CONTRATO 157/2013

Processo: Pregão 83/2013; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.; Objeto: Repactuar em 11,12% o valor unitário contratado no item 01 (Serviço de Vigilância Desarmada) do referido contrato, passando de R\$ 17.357,23 para R\$ 19.287,90 mensais. O reajuste baseia-se na letra “D” do Inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93; prorrogar o prazo de fornecimento do serviço até 02/08/2017; o presente termo aditivo tem efeito a partir de 03/08/2016; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 20/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Dilmo Wanderley Berger.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 249/2016

Processo: Pregão nº 119/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Figueira Toldos e Tendas Ltda.; Objeto: Toldo e Reforma de Toldo; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 9.830,00 (nove mil, oitocentos e trinta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria e o serviço foram entregues de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária,

consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2016 a saber: - 25.01.4.402.3.3.90.39.16.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; - 25.01.4.402.3.3.90.30.24.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; Data da assinatura: 20/07/2016; Prazo de Fornecimento: Até 20/08/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Helena Salete Gorges Vieira.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 250/2016

Processo: Pregão nº 117/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Nivetec Instrumentação e Controle Ltda.; Objeto: Transmissor de Pressão; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria e o serviço foram entregues de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.01.4.402.3.3.90.39.16.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; - 25.01.4.402.3.3.90.30.24.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; Prazo de Fornecimento: Até 19/09/2016; Data da assinatura: 20/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ary Dalton Mariano Brito.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 251/2016

Processo: Pregão nº 117/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Via d'Água Com. Produtos de Medição, Hidráulica e Saneamento Ltda.; Objeto: Redutor de Eixo; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria e o serviço foram entregues de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.01.4.402.3.3.90.39.16.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; - 25.01.4.402.3.3.90.30.24.00.00.00 – 07 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; Prazo de Fornecimento: Até 20/08/2016; Data da assinatura: 20/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Telma Elisa Carraro.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 252/2016

Processo: Pregão nº 113/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: LOT Metais Ltda.; Objeto: Bujão, Tampa e Hidrante; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 19.735,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e cinco reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos itens dos lotes, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente

Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 22/08/2016; Data da assinatura: 21/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Tiago do Amaral Pinto.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 472/2015

Processo: Pregão 188/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Prestadora de Serviços em Alvenaria H&G Ltda. EPP; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade de horas inicialmente contratadas (Serviço de Guindaste Hidráulico) no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato, correspondente a R\$ 6.000,00 (seis mil reais); O reajuste baseia-se no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 21/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hemerson Hanemann.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/2016

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 512/2015

Processo: Pregão 186/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Alido Hanemann Terraplanagem Ltda. EPP; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade de horas inicialmente contratadas (Serviço de caminhão truck para manutenção de redes e ramais de água) no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato, correspondente a R\$ 14.547,50 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); O reajuste baseia-se no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 21/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Martina Hanemann.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 518/2015

Processo: Pregão 186/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Wande Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade de horas inicialmente contratadas (Serviço de caminhão truck para manutenção de redes e ramais de esgoto) no item 04 da cláusula 2.1 do referido contrato, correspondente a R\$ 13.225,00 (treze mil, duzentos e vinte e cinco reais); O reajuste baseia-se no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 21/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Wanderlei Ademar Winter.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 256/2016

Processo: Dispensa de Licitação 126/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul;

Contratada: Vilson Bahr; Objeto: Locação de imóvel terreno, localizado na JGS 539, em área rural, no lugar Alto, em Santo Estevão, Jaraguá do Sul - SC, TI nº 36.110, para atender as necessidades do Samae para alocação de Estação de Tratamento de Água.; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais); O valor do aluguel será pago ao Locador, até o dia 10 (dez) de cada mês vencido, ou dia útil subsequente ao mês vencido, iniciando-se o pagamento, portanto, a partir de 10/08/2016, sob a forma de depósito; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.02.4.406.3.3.90.36.15.00.00.00 - 20 - Manutenção das Atividades Técnicas - Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 27/07/2017; Data da assinatura: 27/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Vilson Bahr.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 257/2016

Processo: Pregão nº 120/2016; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Arruela e Parafuso; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos itens dos lotes, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 26/09/2016; Data da assinatura: 27/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 258/2016

Processo: Pregão nº 120/2016; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: RD Comércio de Ferragens e Ferramentas - ME; Objeto: Cano Galvanizado e Curva Paralela; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos itens dos lotes, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 26/09/2016; Data da assinatura: 27/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rodrigo Decker.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 259/2016

Processo: Pregão nº 120/2016; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Via d'Água Com. Produtos de Medição, Hidráulica e Saneamento Ltda.; Objeto: Curva de Descarga; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.105,00 (dois mil, cento e cinco reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos itens dos lotes, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 26/09/2016; Data da assinatura: 27/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Telma Elisa Carraro.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 260/2016

Processo: Pregão 122/2016; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Montefab Indústria e Montagem de Máquinas Ltda.; Objeto: Substituição de Registros ETE Figueira; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais); O pagamento dar-se-á 10 dias após a execução total de todos os serviços descritos, mediante apresentação da Nota Fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2016: 25.03.4.412.3.3.90.39.16.00.00.00 - 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Entrega: Até 12/08/2016; Data da assinatura: 27/07/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Dirceu Antonio Matos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 261/2016

Processo: Pregão 115/2016; Entidade: Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Guaramex Comercial Ltda.; Objeto: Tampão de Polietileno; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 10.640,00 (dez mil, seiscentos e quarenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 40 - Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto; Data da assinatura: 28/07/2016; Prazo de Entrega: Até 20/08/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rosana de Fátima da Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

SEMED - PORTARIA Nº 491/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 491/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 084/2015, de 25.02.2015, que admitiu ELIZABETE CRISTINA CAVALHEIRO DA LUZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de INGLÊS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 492/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 492/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 051/2015, de 25.02.2015, que admitiu JANE CORREIA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 493/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 493/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos,

realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 091/2015, de 02.03.2015, que admitiu MÔNICA APARECIDA TODESCHINI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 494/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 494/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 090/2015, de 02.03.2015, que admitiu ROSANA MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 495/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 495/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 076/2015, de 23.02.2015, que admitiu NATASHA CAMPOS FAGUNDES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 496/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 496/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 068/2015, de 23.02.2015, que admitiu CLAUDIA MARIA COUTINHO STRINGARI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 497/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 497/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 106/2015, de 10.03.2015, que admitiu LITIANA CAROLINE JUNKES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 498/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 498/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos,

realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 093/2015, de 09.03.2015, que admitiu CAROLINA SALEM, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 499/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 499/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 105/2015, de 09.03.2015, que admitiu DARLENE MARINELLI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de INGLÊS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 500/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 500/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 099/2015, de 09.03.2015, que admitiu MARISETE REDMERSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016 e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 063/2016

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 063/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: LAURO SCHWEITZER SEBOLD

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.917,00 A SER LIBERADO EM 5 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 29 de julho de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

LAURO SCHWEITZER SEBOLD

Atleta de TÊNIS DE MESA

HOMOLOGAÇÃO PL 59/2016/PMJ - TP 15/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2016 - TP
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 61/2016 Processo de Licitação: 59/2016 Data do Processo: 30/06/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 59/2016
b) Licitação Nr.: 15/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/07/2016
e) Data da Adjudicação: 29/07/2016 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, para a construção de faixas elevadas, nas Ruas Felipe Schmidt e Salgado Filho, no Município de Joaçaba (SC).

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	-------------	----------------	---------------

ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI - ME (11542)

1 Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, para a construção de faixas elevadas, nas Ruas Felipe Schmidt e Salgado Filho, no Município de Joaçaba (SC).	VB	1	-	29.021,27	29.021,27
---	----	---	---	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 29.021,27

Total Geral: 29.021,27

Joaçaba, 29 de Julho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 15/2016 - TP**

Processo Administrativo: 61/2016
Processo de Licitação: 59/2016
Data do Processo: 30/06/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (145)

Joaçaba, 29 de Julho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 183/2016 - ELOI ADÃO NORA**

PORTARIA Nº 183 DE 29 DE JULHO DE 2016

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79 da Lei Complementar nº 099/2005 e suas alterações, e tendo em vista o que consta no processo nº 200 de 21 de julho de 2016, resolve,

Artigo 1º. Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, a ELOI ADÃO NORA, inscrito no CPF nº 221.117.009-91, portador do RG nº 11/C - 546.361, inscrito no PASEP sob o nº 106.24395.97-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista, Classe "C-I", lotado na Secretaria de Infraestrutura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.313, nos termos do artigo 22 da Lei Complementar nº 099/2005, c/c artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Artigo 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da última remuneração do servidor.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 099/2005.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 29 de julho de 2016
ELISABETH MARIA ZANELA SARTORI
Diretora/Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0008/2016 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2016

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0027/2016, na ata de julgamento de preços, homologada em 28/07/2016, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e emulsão asfáltica, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 A licitante registrada para os materiais cotados é a seguinte:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Empresa Vencedora
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ)	TN	250,00	235,8827	BRITAGEM GAS-
2	EMULSÃO ASFALTO RR - 1C	LITRO	1.200,00	1,6911	PAR LTDA

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0027/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º,

inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA DO MATERIAL

5.1 O material será retirado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo da Ata de Registro de Preços.

5.2 Será emitida Autorização de Retirada para os servidores do SIMAE retirarem o material nas dependências da empresa vencedora. O material deverá ser disponibilizado para retirada no prazo de até 3 dias úteis da Autorização de Retirada enviada pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE ao e-mail da empresa registrada.

5.3 Os quantitativos descritos em cada item (Anexo I) constituem mera estimativa, dimensionada pela demanda atualmente existente, podendo ocorrer acréscimos ou supressões, não ficando o SIMAE obrigado a executá-los.

5.4 O fornecimento dos materiais de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

5.5 O SIMAE reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

5.6 Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o SIMAE poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Fornecer o produto conforme estipulado nesta Ata de Registro de Preços e no Edital de Licitação;

b) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais;

c) Atender às especificações do Anexo I do presente Edital e executar de forma parcelada o objeto, durante a validade da Ata de Registro de Preços;

d) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

f) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato;

- g) Exigir do SIMAE, documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- h) Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetuado de acordo com o material retirado mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia do Empenho emitido pelo SIMAE de Joaçaba – SC. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.1.3 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 O SIMAE exigirá da empresa registrada que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.5 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.6 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação do serviço, constituindo-se na única remuneração devida.

9.7 Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela Contratada.

9.8 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante desta Ata de Registro de Preços ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2016, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.51.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à empresa registrada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão Presencial nº 0027/2016 e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências do Edital da Licitação e desta Ata de Registro de Preços;
- b) 10% (dez por cento) no caso de a empresa registrada não entregar os materiais no prazo fixado ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) R\$ 5,00 (cinco reais) por quilômetro, caso o SIMAE realize o deslocamento para retirada do produto e por qualquer motivo esse não possa ser fornecido. O valor será calculado com base na distância percorrida pelo SIMAE até a usina de asfalto (ida e volta), obtida do relatório de quilometragem preenchida pelo motorista.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (TRÊS) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 28 de julho de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

BRITAGEM GASPAR LTDA

Gerson de Borba Dias/ Sócio Proprietário

Testemunhas:

Wilian Sartor Sganzerla
Gerente SPCI

André Francisco Fiorin
Diretor Técnico

Lages

PREFEITURA

CONTAS PUBLICAS Nº01

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	528.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	528.000.000,00	
Receitas Realizadas		78.799.210,30	237.417.380,54	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	4.815.436,23	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	528.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	26.443.316,55	
Dotação Atualizada		—	554.443.316,55	
Despesas Empenhadas		64.274.600,43	333.031.992,91	
Despesas Liquidadas		86.315.956,16	228.536.189,45	
Superavit Orçamentário		—	8.881.191,09	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		64.274.600,43	333.031.992,91	
Despesas Liquidadas		86.315.956,16	228.536.189,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			410.549.078,71	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	17.632.192,13	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	17.632.192,13	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		16.725.380,00	-6.015.570,38	-35,97
Resultado Primário		9.746.200,00	10.955.887,85	112,41
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.897.532,08	640.860,98	4.451.559,09	805.112,01
EXECUTIVO	5.897.532,08	640.860,98	4.451.559,09	805.112,01
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.775.720,61	414.877,77	20.434.223,91	5.926.618,93
EXECUTIVO	26.775.720,61	414.877,77	20.434.223,91	5.926.618,93
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00
EXECUTIVO	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
EXECUTIVO	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
TOTAL:	33.140.612,10	1.186.799,93	25.222.081,23	6.731.730,94
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		35.525.353,61	25%	33,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		26.498.506,37	60%	90,38
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.784.162,40	4.615.837,60	
Despesa de Capital Líquida		25.437.403,37	77.817.917,45	

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Recetas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					20.665.420,01	15,00
Liquidadas					0,00	19,48
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES

, 29/07/2016

ELIZEU MATTOS

Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI

Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA

Contadora CRC/SC - 029908/O-3

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO N° 081/2016**

DECRETO N° 081/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo n° 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a convocação para a função de PEDREIRO constante no Decreto n° 063/2016, permanecendo inalterados os demais dispositivos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JULHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

ESCLARECIMENTO EDITAL DE PREGAO N°19 /2016 HMHL

ESCLARECIMENTO EDITAL DE PREGAO N°19 /2016 HMHL

PROCESSO N°19/2016 HMHL

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que a data de abertura do pregão presencial para contratação de empresa para fornecimento de medicamento e material medico para o Hospital Municipal Henrique Lage– SC, em conformidade com as especificações constantes neste Edital para o exercício de 2016, é 3 de agosto de 2016 às 08:30h, conforme publicação oficial do dial 19/07/2016, integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 29 de julho de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

RGF 1º SEM 2016

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	20.319.967,85	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	20.316.710,87	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	859,85	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.397,13	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	555.782,24	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	555.782,24	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	19.764.185,61	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.477.170,65	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	19.764.185,61	59,04
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	20.086.302,39	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	19.081.987,27	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	18.077.672,15	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.861.151,21	3.221.088,99	0,00
Dívida Mobiliária	45.232,49	39.433,46	0,00
Dívida Contratual	2.815.918,72	3.181.655,53	0,00
Interna	2.815.918,72	3.181.655,53	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.199.621,34	861.931,27	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.572.445,84	2.184.714,41	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	372.824,50	1.322.783,14	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	661.529,87	2.359.157,72	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	32.256.179,84	33.477.170,65	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,87%	9,62%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	2,05%	7,05%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	38.707.415,81	40.172.604,78	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	34.836.674,23	36.155.344,30	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.815.918,72	3.181.655,53	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.644.636,11	3.108.435,70	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.644.636,11	3.108.435,70	0,00
Previdenciárias	2.644.636,11	2.644.636,11	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	463.799,59	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	171.282,61	73.219,83	0,00
Interna	171.282,61	73.219,83	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	669.439,07	1.252.729,90	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	310.943,08	1.235.322,85	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	32.256.179,84	33.477.170,65	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	7.096.359,56	7.364.977,54	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	6.386.723,61	6.628.479,79	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	471.660,60	471.660,60
Parcelamentos de Dívidas	471.660,60	471.660,60
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	471.660,60	471.660,60
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	471.660,60	471.660,60
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.477.170,65	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	5.356.347,30	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.820.712,57	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.343.401,95	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	471.660,60	1,41

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00									
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Alienação de bens / Demais Secretarias CEX Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM Compensação Financeira Esforço Exportador - CEX CONFINANCIAMENTO ESTADUAL SERVIÇO DE PROTEÇÃO E Conv. Ministério Meio Ambiente Convênio Recursos da União - Hospital Convênio Transito - Militar Convênio Transito - Polícia - Civil Convênio Transito - Prefeitura Convênios Estado - Outros Estado - NASF FEA ALTA COMPLEXIDADE - ESPECIAL - INVESTIMENTO FEAATENÇAO BASICA - CUSTEIO FIA Imposto de Renda FNAS - BPC FNAS - PBVA/SCFV FNAS - PPD/APAE IGB-PBF - Bolsa Família IGD - SUAS Inc. Ações de Vig. e Prev. e Cont. DST/AIDS Infra Estrutura Urbana Piso Fixo Vig. Sanitária / FNS Piso Fixo Vigilância em Saúde / PFVS PNAE PNATE Rec. Conv. Saúde União - Hospital Recorta do CAPS	(56.150,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(56.150,00)	0,00	0,00	0,00
	551,58	0,00	0,00	0,00	38,23	513,35	0,00	0,00	0,00
	(336,87)	0,00	4.157,79	0,00	328,16	(4.822,82)	43.379,55	0,00	0,00
	6.281,52	0,00	0,00	0,00	0,00	6.281,52	0,00	0,00	0,00
	(945,42)	0,00	0,00	0,00	0,00	(945,42)	0,00	0,00	0,00
	147,23	0,00	0,00	0,00	0,00	147,23	0,00	0,00	0,00
	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	(4.083,00)	0,00	0,00	0,00
	23.639,74	0,00	0,00	0,00	81,45	23.558,29	0,00	0,00	0,00
	31.309,05	0,00	2.654,79	0,00	89,27	28.564,99	3.190,96	0,00	0,00
	4.260,68	0,00	960,00	0,00	205,80	3.094,88	9.321,84	0,00	0,00
	61.061,03	0,00	51.920,00	0,00	524,97	8.616,06	0,00	0,00	0,00
	152.919,31	0,00	936,08	0,00	12.285,47	139.697,76	1.000,00	0,00	0,00
	160,43	0,00	0,00	0,00	0,00	160,43	0,00	0,00	0,00
	8.243,56	0,00	0,00	0,00	0,00	8.243,56	0,00	0,00	0,00
	6.740,61	0,00	4.000,00	0,00	12,60	2.728,01	1.400,00	0,00	0,00
	1.038,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038,89	0,00	0,00	0,00
	10.676,03	0,00	1.910,76	0,00	(75,03)	8.840,30	5.739,15	0,00	0,00
	20,06	0,00	0,00	0,00	0,00	20,06	2.707,92	0,00	0,00
	11.924,24	0,00	39,25	0,00	0,00	11.884,99	62,15	0,00	0,00
	1.213,23	0,00	0,00	0,00	46,80	1.166,43	0,00	0,00	0,00
	14.537,24	0,00	0,00	0,00	0,00	14.537,24	0,00	0,00	0,00
	0,00	40.936,88	0,00	0,00	0,00	(40.936,88)	0,00	0,00	0,00
	7.332,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.332,46	0,00	0,00	0,00
	18.592,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.592,00	0,00	0,00	0,00
	44,60	720,00	20.523,34	0,00	0,00	(21.198,74)	9.521,52	0,00	0,00
	7.597,79	0,00	0,00	0,00	67,50	7.530,29	4.410,00	0,00	0,00
	82.716,01	0,00	2.081,98	0,00	1.801,01	78.833,02	0,00	0,00	0,00
	101.160,26	0,00	3.482,01	0,00	319,63	97.358,62	347,06	0,00	0,00

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos Convênio Estado / Manutenção	291.102,02	0,00	0,00	0,00	0,00	291.102,02	0,00	0,00
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	1.864.804,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.864.804,20	0,00	0,00
Salário Educação	1.840,06	500,00	64.347,92	0,00	(131,18)	(62.876,68)	26.556,05	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / Farmácia Básica Estado	(21.675,81)	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.675,81)	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Transferência de Convênios	(125.993,86)	0,00	50.513,32	0,00	2.089,83	(178.597,01)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / CONVÊNIO	(20.120,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.120,58)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / CRAS	(5.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / NASF	(45.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(45.000,00)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	3.237,53	(3.237,53)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / PMAQ	(16.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.000,00)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / Polícia Militar	(15.135,56)	0,00	300,00	0,00	69,45	(15.505,01)	1.987,55	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / SAMU	(37.195,34)	0,00	0,00	0,00	2.804,66	(40.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / VIG. SANITARIA/ANVISA	(12.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO CEX	(6.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO FUNDEB 60%	(46.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(46.000,00)	0,00	0,00
Transferência de Recursos do - FNDE	1.531,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.531,71	0,00	0,00
Transferência Direta do FNDE / Programa Brasil Carinhoso	1.861,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.861,95	0,00	0,00
Transferências Convênios - UNIÃO - Outros	561.550,32	213.905,37	0,00	114.716,90	0,00	232.928,05	402,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	127.182,00	0,00	19.937,54	0,00	0,00	107.244,46	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	80.551,76	954,09	0,00	1.804,03	619,77	77.173,87	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Transporte Escolar - Educação	752,65	0,00	0,00	0,00	29,85	722,80	35.858,96	0,00
Transferências do FUNDEF - 60%	(837.439,56)	0,00	108.126,40	0,00	132.738,19	(1.078.304,15)	99.548,45	0,00
Vigilância Sanitária - ANVISA	(25.348,28)	0,00	936,00	0,00	10,95	(26.295,23)	968,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.213.002,94	251.099,34	336.827,18	116.520,93	157.194,91	1.341.360,58	246.401,16	0,00
Atenção Básica - PAB FIXO	(15.002,56)	0,00	21.044,78	0,00	27.964,63	(64.011,97)	1.638,64	0,00
Atenção Básica - PACS	34.680,11	2.661,46	5.328,22	0,00	10.410,09	16.280,34	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal	48.766,99	0,00	1.208,95	0,00	67,88	47.490,16	2.475,06	0,00
Atenção Básica - Saúde da Família (ESF)	(215.595,71)	0,00	3.365,98	0,00	6.561,34	(225.523,03)	2.880,02	0,00

Continuação 2/4

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	
Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC - SUS	(132.322,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(132.322,00)	0,00
Contribuição de Interv.do Domínio Econômico - CIDE	0,11	0,00	0,00	0,00	277,90	(277,79)	33,70
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação - CO	3.103,08	0,00	1.497,99	0,00	688,14	916,95	95,85
Estado - Farmácia Básica	0,00	265,57	0,00	0,00	0,00	(265,57)	0,00
Estado - Farmácia Básica	0,00	0,00	1.675,65	0,00	0,00	(1.675,65)	0,00
Estado - Farmácia Básica	(8,05)	0,00	0,00	0,00	0,00	(8,05)	0,00
Estado - Farmácia Básica	25.568,23	0,00	0,00	0,00	0,00	25.568,23	0,00
Farmácia Básica - SUS União	149,17	0,00	0,00	0,00	0,00	149,17	0,00
FNAS - CRAS	19.955,43	0,00	4.013,11	0,00	11,51	15.930,81	0,00
Fundo Especial do Petróleo	1.020,52	127,26	5.807,23	0,00	438,87	(5.352,84)	7.746,86
PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - P	50.084,61	0,00	58.507,27	0,00	5.234,52	(13.657,18)	25.665,72
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	(1.214.003,95)	10.619,34	125.974,01	0,00	580.575,21	(1.931.172,51)	15.620,10
Recursos de Impostos p/IMDEF - 25%	(677.579,44)	2.603,04	101.893,78	0,00	107.048,92	(889.125,19)	164.695,70
Recursos Ordinários	135.125,95	38.082,80	339.822,90	5.875,53	174.998,66	(423.653,94)	32.436,56
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	83.641,74	0,00	226,45	0,00	9.681,68	73.733,61	611.820,64
Serviços de Saúde - Hospital	1.307.236,68	0,00	0,00	0,00	7.734,89	1.299.501,79	510,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / RECURSOS PRÓPRIOS	(496.353,34)	0,00	0,00	0,00	109.623,10	(605.976,44)	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / RECURSOS PRÓPRIOS SAUDE	(164.835,17)	0,00	0,00	0,00	39.256,03	(204.091,20)	0,00
SUS - Vigilância Sanitária	17.996,50	130,83	0,00	0,00	0,00	17.865,67	0,00
Transferências do FUNDEF - 40%	1.160.082,57	0,00	0,00	0,00	14.961,62	1.145.120,95	906,38
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(28.288,53)	54.490,30	670.366,32	5.875,53	1.095.534,99	(1.854.555,67)	866.525,23
TOTAL (III) = (I + II)	2.184.714,41	315.589,64	1.007.193,50	122.396,46	1.252.729,90	(513.195,09)	1.112.926,39
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 4/4
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		33.477.170,65	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		18.657.649,16	55,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		18.077.672,15	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		17.173.788,54	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		2.359.157,72	7,05
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		40.172.604,78	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		7.364.977,54	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		5.356.347,30	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.343.401,95	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.110.211,79	(489.492,95)

FONTE:

RREO 3º BIM 2016

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	43.409.909,00	43.409.909,00	6.027.480,02	13,89	16.765.730,18	38,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.931.509,00	32.931.509,00	5.919.525,77	17,98	16.574.770,77	50,33
IMPOSTOS	2.811.630,00	2.811.630,00	627.494,29	22,32	1.933.312,72	68,76
TAXAS	1.939.929,00	1.939.929,00	583.796,35	30,09	1.677.558,11	86,48
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	869.454,00	869.454,00	43.697,94	5,03	255.754,61	29,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.247,00	2.247,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	118.003,00	118.003,00	13.553,55	11,49	30.132,70	25,54
RECEITA PATRIMONIAL	118.003,00	118.003,00	13.553,55	11,49	30.132,70	25,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	137.350,00	137.350,00	27.680,45	20,15	89.412,59	65,10
RECEITA DE SERVIÇOS	137.350,00	137.350,00	27.680,45	20,15	89.412,59	65,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	106.800,69	176,33	236.782,28	394,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.415.706,00	29.415.706,00	5.077.284,23	17,26	14.072.481,62	47,84
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	28.878.300,00	28.878.300,00	4.683.185,49	16,22	13.668.382,88	47,33
TRANSF. DE PESSOAS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONV.	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	100,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	437.406,00	437.406,00	394.098,74	90,10	394.098,74	90,10
MULTAS E JUROS DE MORA	388.820,00	388.820,00	67.712,56	17,41	212.648,86	54,69
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	142.872,00	142.872,00	40.620,00	28,43	85.873,00	60,10
RECEITAS DIVERSAS	87.453,00	87.453,00	15.394,22	17,60	70.557,70	80,68
RECEITAS DE CAPITAL	158.495,00	158.495,00	11.698,34	7,38	56.218,16	35,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.478.400,00	10.478.400,00	107.954,25	1,03	190.959,41	1,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.478.400,00	9.478.400,00	107.954,25	1,14	190.959,41	2,01
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.409.909,00	43.409.909,00	6.027.480,02	13,89	16.765.730,18	38,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.409.909,00	43.409.909,00	6.027.480,02	13,89	16.765.730,18	38,62	26.644.178,82
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)							
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	27.054.220,69	5.820.455,10	18.440.543,41	28.167.147,08	17.433.349,91
DESPESAS CORRENTES	31.571.682,00	33.576.102,33	5.369.909,87	18.284.607,97	15.291.494,36	5.450.849,00	17.192.529,68	16.383.572,65	16.435.006,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.939.365,00	18.923.432,64	3.256.900,58	11.466.211,01	7.457.221,63	3.383.544,32	11.459.925,90	7.463.506,74	11.400.353,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.632.317,00	14.652.669,69	2.113.009,29	6.818.396,96	7.834.272,73	2.067.304,68	5.732.603,78	8.920.065,91	5.034.652,82
DESPESAS DE CAPITAL	11.738.227,00	12.931.588,16	343.560,20	1.268.861,83	11.662.726,33	369.606,10	1.248.013,73	11.683.574,43	998.343,36
INVESTIMENTOS	11.532.227,00	12.725.588,16	319.398,19	1.152.734,06	11.572.854,10	345.444,09	1.131.885,96	11.593.702,20	886.620,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	206.000,00	206.000,00	24.162,01	116.127,77	89.872,23	24.162,01	116.127,77	89.872,23	111.722,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	27.054.220,69	5.820.455,10	18.440.543,41	28.167.147,08	17.433.349,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	27.054.220,69	5.820.455,10	18.440.543,41	28.167.147,08	17.433.349,91
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	—	5.820.455,10	18.440.543,41	—	17.433.349,91

FONTE:

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00		0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00		0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)		Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00		0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00		0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.637.122,00	8.967.250,73		4.940.499,25	56,09
Pessoal e Encargos Sociais	4.576.688,00	4.993.779,20		2.843.938,77	56,95
Outras Despesas Correntes	4.060.434,00	3.973.471,53		2.096.560,48	52,76
DESPESAS DE CAPITAL	724.528,00	1.220.328,58		182.271,55	14,94
Investimentos	724.528,00	1.220.328,58		182.271,55	14,94
				4.765.984,77	53,15
				2.843.938,77	56,95
				1.922.046,00	48,37
				166.651,45	13,66
				166.651,45	13,66

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	724.528,00	1.220.328,58	182.271,55	14,94	166.651,45	13,66
Investimentos	724.528,00	1.220.328,58	182.271,55	14,94	166.651,45	13,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.361.650,00	10.187.579,31	5.122.770,80	50,28	4.932.636,22	48,42
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.206.650,00	4.828.488,11	1.963.815,27	38,34	1.938.376,39	39,30
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.508.780,00	3.128.235,25	1.666.509,28	32,53	1.643.038,40	33,31
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.697.870,00	1.700.252,86	297.305,99	5,80	295.337,99	5,99
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.206.650,00	4.828.488,11	1.963.815,27	38,34	1.938.376,39	39,30
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	5.155.000,00	5.359.091,20	3.158.955,53	61,66	2.994.259,83	60,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						2.994.259,83

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.703.380,00	10.708.324,43	5.387.208,08	99,38	5.198.041,50
Vigilância Sanitária	98.270,00	112.652,86	33.782,06	0,62	32.814,06
TOTAL	9.801.650,00	10.820.977,29	5.420.990,14	100,00	5.230.855,56

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(i+i)-(15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal	SORAYA CURCIO LIBRELATO Secret. de Adm. Finanças e Planejamento	ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 023922
---	--	---

Município de Lauro Muller - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	43.409.909,00
Previsão Atualizada		—	43.409.909,00
Receitas Realizadas		6.027.480,02	16.765.730,18
Déficit Orçamentário		—	1.674.813,23
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.232.138,10
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	43.409.909,00
Créditos Adicionais		—	3.197.781,49
Dotação Atualizada		—	46.607.690,49
Despesas Empenhadas		5.713.470,07	19.553.469,80
Despesas Liquidadas		5.820.455,10	18.440.543,41
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		5.713.470,07	19.553.469,80
Despesas Liquidadas		5.820.455,10	18.440.543,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			33.477.170,65
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	1.233.828,26
Resultado Primário		0,00	-1.648.098,05
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		237.564,13	0,00
EXECUTIVO		237.564,13	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		372.824,50	0,00
EXECUTIVO		372.824,50	0,00
TOTAL:		610.388,63	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.779.744,87	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.893.093,06	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.248.013,73	11.683.574,43

Continua 1/2

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
			Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	
					% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde			2.994.259,83		15,00	
Liquidadas			0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET

Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	100,00	5.820.455,10	18.440.543,41	28.167.147,00
Ação Legislativa	1.700.000,00	1.700.000,00	130.762,08	606.416,74	3,10	128.047,48	603.702,14	1.096.297,00
Administração	1.700.000,00	1.700.000,00	130.762,08	606.416,74	3,10	128.047,48	603.702,14	1.096.297,00
Administração Geral	5.147.790,00	5.235.876,76	1.016.159,28	2.847.688,57	14,56	966.031,99	2.675.607,63	2.560.269,00
Alimentação e Nutrição	4.075.000,00	4.163.066,76	868.855,98	2.441.987,10	12,49	818.414,80	2.321.227,44	1.841.869,00
E ensino Superior	462.780,00	462.780,00	97.832,86	314.987,27	1,61	98.576,05	276.517,99	186.262,00
Segurança Pública	610.000,00	610.000,00	49.470,44	90.714,20	0,46	49.041,14	77.862,20	532.137,00
Policimento	146.472,00	186.567,33	55.138,82	120.263,82	0,62	47.234,27	105.763,47	80.803,00
Assistência Social	146.472,00	186.567,33	55.138,82	120.263,82	0,62	47.234,27	105.763,47	80.803,00
Assistência Comunitária	2.513.527,00	2.670.712,67	155.976,18	608.475,73	3,11	176.155,65	469.253,01	2.201.459,00
Saúde	2.513.527,00	2.670.712,67	155.976,18	608.475,73	3,11	176.155,65	469.253,01	2.201.459,00
Atenção Básica	9.801.650,00	10.820.977,29	1.378.199,06	5.420.990,14	27,72	1.351.088,78	5.230.855,56	5.590.121,00
Vigilância Sanitária	9.703.390,00	10.708.324,43	1.372.185,36	5.387.208,08	27,55	1.346.023,08	5.198.041,50	5.510.282,00
Educação	98.270,00	112.652,86	6.013,70	33.782,06	0,17	5.045,70	32.814,06	79.838,00
E ensino Fundamental	11.571.908,00	11.947.068,05	1.610.054,21	5.940.898,70	30,38	1.897.507,45	5.741.182,30	6.205.885,00
Educação Infantil	7.401.908,00	7.468.222,41	895.401,11	3.500.792,76	17,90	1.110.683,10	3.306.403,37	4.161.819,00
Cultura	4.170.000,00	4.478.845,64	714.653,10	2.440.105,94	12,48	786.824,35	2.434.776,93	2.044.066,00
Urbanismo	340.000,00	375.000,00	14.821,78	88.882,64	0,45	11.431,02	42.155,74	332.844,00
Infra-Estrutura Urbana	340.000,00	375.000,00	14.821,78	88.882,64	0,45	11.431,02	42.155,74	332.844,00
Serviços Urbanos	3.968.575,00	4.918.045,96	234.488,63	1.227.321,01	6,28	260.579,83	1.152.593,18	3.765.452,00
Habituação	2.340.000,00	2.578.164,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.578.164,00
Habituação Urbana	1.628.575,00	2.339.881,71	234.488,63	1.227.321,01	6,28	260.579,83	1.152.593,18	1.187.288,00
Saneamento	920.000,00	920.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920.000,00
Saneamento Básico Urbano	920.000,00	920.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920.000,00
Agricultura	1.184.320,00	1.184.320,00	110.360,59	195.578,95	1,00	25.339,78	89.086,48	1.095.233,00
Extensão Rural	1.184.320,00	1.184.320,00	110.360,59	195.578,95	1,00	25.339,78	89.086,48	1.095.233,00
Indústria	1.411.677,00	1.448.260,11	109.193,09	433.500,02	2,22	90.079,53	382.074,57	1.067.185,00
Promoção Industrial	1.411.677,00	1.448.260,11	109.193,09	433.500,02	2,22	90.079,53	382.074,57	1.067.185,00
Comércio e Serviços	601.000,00	601.000,00	-75,00	6.000,00	0,03	0,00	6.000,00	595.000,00
Turismo	601.000,00	601.000,00	-75,00	6.000,00	0,03	0,00	6.000,00	595.000,00
	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00

Continua

1,00



,08

,86

,86

,13

,32

,01

,80

,86

,86

,66

,66

,73

,93

,80

,75

,04

,71

,26

,26

,78

,25

,53

,00

,00

,52

,52

,54

,54

,00

,00

,00

,00

,00

1/2

Continuação

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	100,00	27.054.220,69	5.820.455,10	18.440.543,41	100,00	28.167.147,7
Transporte	2.260.000,00	2.380.000,00	510.284,93	1.312.740,56	6,71	1.067.259,44	437.332,16	1.223.150,45	6,63	1.156.849,9
Transporte Rodoviário	2.260.000,00	2.380.000,00	510.284,93	1.312.740,56	6,71	1.067.259,44	437.332,16	1.223.150,45	6,63	1.156.849,9
Desporto e Lazer	983.000,00	1.233.000,00	278.519,73	550.770,22	2,82	682.229,78	304.685,53	532.586,44	2,89	700.413,7
Desporto Comunitário	983.000,00	1.233.000,00	278.519,73	550.770,22	2,82	682.229,78	304.685,53	532.586,44	2,89	700.413,7
Encargos Especiais	350.000,00	475.862,32	109.596,69	193.942,70	0,99	281.919,62	124.961,63	186.532,44	1,01	289.329,9
Outros Encargos Especiais	350.000,00	475.862,32	109.596,69	193.942,70	0,99	281.919,62	124.961,63	186.532,44	1,01	289.329,9
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.409.909,00	46.607.690,49	5.713.470,07	19.553.469,80	100,00	27.054.220,69	5.820.455,10	18.440.543,41	100,00	28.167.147,7

FONTE:

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/05

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

,08

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	TOTAL (JUL. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		2.846.303,04	3.110.279,32	3.081.399,79	2.932.477,39	2.982.054,18	3.813.281,07	2.761.542,49	3.124.341,49	2.794.972,18	3.366.165,15	3.386.310,49	3.263.202,63	37.455.829,22	37.417.195,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		187.819,33	219.592,62	214.393,07	188.261,48	265.581,57	223.129,35	112.452,15	171.278,19	331.954,24	690.133,85	452.845,83	174.648,46	3.232.453,14	2.811.630,00
IPTU		15.944,17	4.287,24	4.803,32	6.270,60	3.299,74	2.669,86	963,57	16.006,26	127.806,05	491.156,86	327.489,85	24.576,40	1.025.183,94	890.246,00
IRPJ		40.046,80	77.480,93	4.990,58	13.377,82	81.032,60	53.922,99	0,00	0,00	0,00	9.662,85	0,00	9.403,67	289.929,24	74.200,00
I.R.F.		84.411,85	98.020,39	165.467,32	138.746,61	107.325,94	124.437,97	77.348,84	115.589,03	66.746,29	110.043,06	98.970,22	88.181,12	1.276.280,64	877.580,00
I.S.S.		21.357,98	4.819,08	7.024,92	14.626,46	24.304,81	21.148,54	11.806,47	16.851,69	21.003,65	28.675,02	7.900,32	27.294,57	206.813,81	137.800,00
I.T.E.I.		26.058,53	35.344,98	32.296,93	14.239,99	48.618,48	20.946,99	22.333,27	22.882,29	116.365,05	50.595,06	18.505,24	25.182,70	434.263,51	871.701,00
Outras Receitas Tributárias		3.900,47	316,20	946,00	686,36	394,50	906,60	3.069,48	961,00	4.754,66	8.194,01	2.870,56	10.882,99	36.664,03	118.003,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.890,60	7.672,63	30.329,33	15.810,16	11.289,33	12.116,90	14.120,77	13.616,34	19.525,78	14.469,25	13.976,63	13.703,62	183.524,54	137.350,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		122.153,87	317.000,26	84.786,94	73.330,67	47.929,31	121.667,46	1.100,46	38.592,93	43.270,96	46.917,25	53.171,25	52.839,44	1.003.710,83	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.456.329,02	2.539.614,80	2.652.682,60	2.526.617,44	2.614.647,06	3.380.140,37	2.599.632,72	2.876.285,89	2.368.680,14	2.530.874,95	2.831.028,07	2.975.243,51	32.383.776,56	33.901.382,00
Cota-Parte do FPM		635.090,94	742.748,18	619.233,77	704.790,67	796.763,99	1.345.594,44	868.535,16	1.068.532,28	661.194,76	786.016,59	1.046.214,97	863.516,90	10.167.194,65	13.624.387,00
Cota-Parte do ICMS		630.759,94	656.931,92	622.389,83	643.543,42	647.405,82	632.014,22	875.425,35	716.738,70	724.894,72	745.300,04	720.911,84	712.256,88	8.318.561,73	7.757.334,00
Cota-Parte do IPVA		153.420,32	127.938,19	164.498,97	215.086,12	298.824,19	97.891,73	66.789,44	89.248,18	110.776,94	116.126,62	111.373,51	164.789,33	1.676.732,74	1.387.410,00
Cota-Parte do ITR		647	384,7	911,93	9.991,67	318,53	303,06	82,80	33,06	45,96	510,56	143,25	37,50	12.429,25	5.618,00
Outras Transferências Correntes		592.190,23	544.126,84	768.934,15	480.483,67	446.414,12	822.638,51	215.413,41	464.634,95	373.736,41	360.729,04	416.293,07	723.449,24	6.238.244,05	5.076.847,00
Transferências de LC 61/1990		8.987,27	9.562,86	9.535,71	11.060,66	8.893,33	9.950,64	13.869,84	10.756,83	10.502,06	10.776,02	12.237,04	8.338,28	104.470,56	93.259,00
Transferências de LC 87/1996		2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	34.462,26	34.387,00
Transferências do FUNDEB		443.219,76	455.594,25	434.465,15	461.007,14	495.342,98	468.867,68	555.455,70	505.282,26	484.479,66	506.355,26	521.794,77	499.795,71	5.791.681,32	5.921.860,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		52.209,75	25.652,79	98.669,65	118.771,08	52.242,42	75.318,37	31.166,92	21.507,14	16.696,40	75.575,94	31.417,95	36.294,61	635.713,12	388.820,00
DEDUÇÕES (II)		284.163,80	307.980,54	283.850,46	317.025,11	342.777,79	331.577,21	366.752,01	381.673,55	302.092,60	332.758,15	376.587,85	390.399,50	3.978.658,57	4.485.686,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		284.163,80	307.980,54	283.850,46	317.025,11	342.777,79	331.577,21	366.752,01	381.673,55	302.092,60	332.758,15	376.587,85	390.399,50	3.978.658,57	4.485.686,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.562.139,24	2.802.298,78	2.797.549,33	2.615.452,28	2.639.276,39	3.481.703,86	2.394.790,48	2.742.667,94	2.492.879,58	3.033.407,00	3.009.722,64	2.912.803,13	33.477.170,65	32.931.509,00
FONTE:															
Lauro Müller, 29/07/2016															
FABRÍCIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal															
ROSANA BENEDET Contadora CRCSC 028922/O-5															

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.861.151,21	3.240.846,05	3.221.088,99
DEDUÇÕES (II)	2.199.621,34	894.790,13	861.931,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.572.445,84	2.363.210,63	2.184.714,41
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	372.824,50	1.468.420,50	1.322.783,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	661.529,87	2.346.055,92	2.359.157,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	463.799,59	463.799,59
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	661.529,87	1.882.256,33	1.895.358,13

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	13.101,80	1.233.828,26

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.794.159,00	16.485.358,18	15.171.861,92
Receita Tributária	2.811.630,00	1.933.312,72	1.703.079,47
I.P.T.U.	850.249,00	988.109,01	792.223,04
I.S.S.	877.680,00	556.850,56	416.111,59
I.T.B.I.	137.800,00	113.532,02	76.154,99
I.R.R.F.	74.200,00	19.066,52	60.057,56
Outras Receitas Tributárias	871.701,00	255.754,61	358.532,29
Receita de Contribuição	118.003,00	30.132,70	51.841,93
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	118.003,00	30.132,70	51.841,93
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	137.350,00	89.412,59	181.918,04
(-) Aplicações Financeiras	137.350,00	89.412,59	181.918,04
Transferências Correntes	29.415.706,00	14.072.481,62	13.003.882,57
F.P.M.	10.994.935,00	4.251.210,28	4.324.912,14
I.P.V.A	1.109.928,00	528.883,05	497.105,42
I.C.M.S.	6.205.867,00	3.596.414,57	3.118.380,68
Convênios	437.406,00	394.098,74	131.665,32
Outras Transferências Correntes	10.667.570,00	5.301.874,98	4.931.819,01
Demais Receitas Correntes	448.820,00	449.431,14	413.057,95
Dívida Ativa	87.453,00	70.557,70	65.442,86
Diversas Receitas Correntes	361.367,00	378.873,44	347.615,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	10.478.400,00	190.959,41	98.687,08
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.478.400,00	190.959,41	98.687,08
Convênios	9.478.400,00	190.959,41	98.687,08
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.478.400,00	190.959,41	98.687,08
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	42.272.559,00	16.676.317,59	15.270.549,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.576.102,33	18.284.607,97	17.030.619,74	17.192.529,68	15.594.254,88
Pessoal e Encargos Sociais	18.923.432,64	11.466.211,01	9.680.724,91	11.459.925,90	9.680.724,91
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.652.669,69	6.818.396,96	7.349.894,83	5.732.603,78	5.913.529,97
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	33.576.102,33	18.284.607,97	17.030.619,74	17.192.529,68	15.594.254,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.931.588,16	1.268.861,83	1.008.898,08	1.248.013,73	1.005.398,08
Investimentos	12.725.588,16	1.152.734,06	869.208,36	1.131.885,96	865.708,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	206.000,00	116.127,77	139.689,72	116.127,77	139.689,72
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.725.588,16	1.152.734,06	869.208,36	1.131.885,96	865.708,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	46.401.690,49	19.437.342,03	17.899.828,10	18.324.415,64	16.459.963,24

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.129.131,49	-2.761.024,44	-2.629.279,10	-1.648.098,05	-1.189.414,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.232.138,10	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	1.232.138,10	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016(BIMESTRE MAIO - JUNHO)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
PODER/ÓRGÃO											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE											
Fundo municipal do Meio Ambiente											
GABINETE DO PREFEITO											
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME											
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES											
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO											
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO											
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE											
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):											
FONTE:											

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.149.702,00	1.149.702,00	1.191.265,25	103,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	937.702,00	937.702,00	1.058.666,71	112,90
1.1.1- IPTU	850.249,00	850.249,00	988.109,01	116,21
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	87.453,00	87.453,00	70.557,70	80,68
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	137.800,00	137.800,00	113.532,02	82,39
1.2.1- ITBI	137.800,00	137.800,00	113.532,02	82,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	74.200,00	74.200,00	19.066,52	25,70
1.4.1- IRRF	74.200,00	74.200,00	19.066,52	25,70
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.783.483,50	22.783.483,50	10.556.324,39	46,33
2.1- Cota-Parte FPM	13.505.465,50	13.505.465,50	5.314.012,66	39,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.505.465,50	13.505.465,50	5.314.012,66	39,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.757.334,00	7.757.334,00	4.495.517,58	57,95
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	34.397,00	34.397,00	18.357,72	53,37
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	93.259,00	93.259,00	66.480,09	71,29
2.5- Cota-Parte ITR	5.618,00	5.618,00	853,12	15,19
2.6- Cota-Parte IPVA	1.387.410,00	1.387.410,00	661.103,22	47,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.933.185,50	23.933.185,50	11.747.589,64	49,08
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	942.622,00	942.622,00	396.959,48	42,11
5.1- Transferências do Salário-Educação	700.000,00	700.000,00	304.427,84	43,49
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	1.040,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	161.980,00	161.980,00	66.992,00	41,36
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.642,00	80.642,00	24.499,64	30,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.000.000,00	2.000.000,00	85.846,24	4,29
6.1- Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	83.005,16	4,15
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	2.841,08	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	547.234,00	547.234,00	198.812,62	36,33
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.489.856,00	3.489.856,00	681.618,34	19,53
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.485.686,00	4.485.686,00	2.111.263,66	47,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.629.632,00	2.629.632,00	1.062.802,38	40,42
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.551.467,00	1.551.467,00	899.103,01	57,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.880,00	6.880,00	3.671,52	53,37
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.101,00	19.101,00	13.295,99	69,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.124,00	1.124,00	170,59	15,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	277.482,00	277.482,00	132.220,17	47,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.921.860,00	5.921.860,00	3.073.164,36	51,90
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.921.860,00	5.921.860,00	3.073.164,36	51,90
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.436.174,00	1.436.174,00	961.900,70	66,98
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.621.860,00	5.667.860,00	2.992.641,51	52,80	2.893.093,06	51,04
13.1- Com Educação Infantil	1.500.000,00	1.500.000,00	866.296,34	57,75	866.296,34	57,75
13.2- Com Ensino Fundamental	4.121.860,00	4.167.860,00	2.126.345,17	51,02	2.026.796,72	48,63
14- OUTRAS DESPESAS	310.000,00	310.000,00	122.410,78	39,49	121.504,40	39,19
14.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	16.337,66	8,17	15.761,28	7,88
14.2- Com Ensino Fundamental	110.000,00	110.000,00	106.073,12	96,43	105.743,12	96,13
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.931.860,00	5.977.860,00	3.115.052,29	52,11	3.014.597,46	50,43
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.014.597,46	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					94,14	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					3,95	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,91	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.983.296,38		5.983.296,38		2.936.897,41	49,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.170.000,00	2.043.245,76	64,46	2.037.918,75	64,29
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.986.860,00	5.032.860,00	2.823.641,20	56,10	2.703.726,82	53,72
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.231.860,00	4.277.860,00	2.232.418,29	52,19	2.132.539,84	49,85
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	755.000,00	755.000,00	591.222,91	78,31	571.186,98	75,65
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.156.860,00	8.202.860,00	4.866.886,96	59,33	4.741.645,57	57,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					961.900,70	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					=	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					=	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					961.900,70	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.779.744,87	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					32,17	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	705.000,00	705.000,00	412.764,18	58,55	386.208,13	54,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.520.048,00	2.849.208,05	537.929,80	18,88	497.660,84	17,47
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.225.048,00	3.554.208,05	950.693,98	26,75	883.868,97	24,87
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.381.908,00	11.757.068,05	5.817.580,94	49,48	5.625.514,54	47,85

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.603,04	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	2.603,04	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		51.186,96	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.073.164,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.860.317,98	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.860.317,98	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		264.033,34	0,00

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/05

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00			0,00	1.000.000,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	12.931.588,16	1.268.861,83	1.248.013,73	0,00	11.662.726,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.931.588,16	1.268.861,83	1.248.013,73	0,00	11.662.726,33
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.931.588,16	-1.268.861,83	-	-	-10.662.726,33

FONTE:

Lauro Muller, 29/07/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/05

Lebon Regis

PREFEITURA

RREO 3º BIMESTRE



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	27.423.030,00	27.423.030,00	4.598.517,20	16,77	12.579.641,81	45,87	14.843.388,19
RECEITAS CORRENTES	25.883.560,00	25.883.560,00	3.991.537,89	15,42	11.903.022,70	45,99	13.980.537,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	911.890,00	911.890,00	171.586,20	18,82	576.440,69	63,21	335.449,31
Impostos	731.200,00	731.200,00	133.462,69	18,25	422.489,20	57,78	308.710,80
Taxas	118.690,00	118.690,00	38.123,51	32,12	153.951,49	129,71	-35.261,49
Contribuição de Melhoria	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	248.500,00	248.500,00	59.498,13	23,94	171.824,67	69,14	76.675,33
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	248.500,00	248.500,00	59.498,13	23,94	171.824,67	69,14	76.675,33
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	21.210,00	21.210,00	49.051,76	231,27	125.697,74	592,63	-104.487,74
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	21.210,00	21.210,00	49.051,76	231,27	125.697,74	592,63	-104.487,74
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.525.960,00	24.525.960,00	3.680.305,24	15,01	10.932.349,91	44,57	13.593.610,09
Transferências Intergovernamentais	24.155.920,00	24.155.920,00	3.671.506,58	15,20	10.827.417,17	44,82	13.328.502,83
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	370.040,00	370.040,00	8.798,66	2,38	104.932,74	28,36	265.107,26
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PRÉCIO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)						
						Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES						Em Reais
Multas e Juros de Mora	176.000,00	176.000,00	31.096,56	17,67	96.709,69	54,95
Indenizações e Restituições	30.000,00	30.000,00	8.252,19	27,51	18.048,62	60,16
Recicla da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	120.000,00	120.000,00	10.233,44	8,53	32.354,00	26,96
Recitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	24.000,00	24.000,00	12.610,93	52,55	46.307,07	192,95
RECEITAS DE CAPITAL	1.539.470,00	1.539.470,00	606.979,31	39,43	676.619,11	43,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A alienação de Bens Móveis	35.000,00	35.000,00	99.780,00	285,09	169.419,80	484,06
Alienação de Bens Imóveis	35.000,00	35.000,00	99.780,00	285,09	169.419,80	484,06
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.470,00	4.470,00	507.199,31	11,346,74	507.199,31	11,346,74
Transferências Intergovernamentais	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instt. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	470,00	470,00	507.199,31	107,91	507.199,31	107,91
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.423.030,00	27.423.030,00	4.598.517,20	16,77	12.579.641,81	45,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	27.423.030,00	27.423.030,00	4.598.517,20	16,77	12.579.641,81	45,87
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	27.423.030,00	27.423.030,00	4.598.517,20	16,77	12.579.641,81	45,87
TOTAL (VIII) = (VII + VIII)	14.843.388,19	14.843.388,19	14.843.388,19	45,87	14.843.388,19	45,87

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Superávit Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
	(d)	(e)		No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.423.030,00	28.548.500,00	4.050.997,23	12.047.461,02	16.501.038,98	4.107.968,53	11.064.990,20	10.451.452,99	17.483.509,80	
DESPESAS CORRENTES	24.093.220,00	24.518.880,00	3.770.312,69	11.519.683,89	12.999.196,11	3.953.668,09	10.686.472,07	10.075.853,36	13.832.407,93	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.922.010,00	13.586.010,00	2.340.245,22	6.449.894,75	7.136.115,25	2.332.850,73	6.421.998,66	6.142.846,67	7.164.011,34	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	292.000,00	292.000,00	1.438,71	96.245,97	195.754,03	1.438,71	96.245,97	96.245,97	195.754,03	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.879.210,00	10.640.870,00	1.428.628,76	4.973.543,17	5.667.326,83	1.619.378,65	4.168.227,44	3.836.760,72	6.472.642,56	
DESPESAS DE CAPITAL	3.309.810,00	4.009.620,00	280.684,54	527.777,13	3.481.842,87	154.300,44	378.518,13	375.999,63	3.631.101,87	
INVESTIMENTOS	2.969.810,00	3.669.620,00	230.276,00	376.551,51	3.293.068,49	103.891,90	227.292,51	224.374,01	3.442.327,49	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	340.000,00	340.000,00	50.408,54	151.225,62	188.774,38	50.408,54	151.225,62	151.225,62	188.774,38	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.423.030,00	28.548.500,00	4.050.997,23	12.047.461,02	16.501.038,98	4.107.968,53	11.064.990,20	10.451.452,99	17.483.509,80	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.423.030,00	28.548.500,00	4.050.997,23	12.047.461,02	16.501.038,98	4.107.968,53	11.064.990,20	10.451.452,99	17.483.509,80	
SUPERÁVIT (XIII)							1.514.651,61			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.423.030,00	28.548.500,00	4.050.997,23	12.047.461,02	16.501.038,98	4.107.968,53	12.579.641,81	10.451.452,99	17.483.509,80	

FONTE: Sistema e-Pública (2212-1021-200). Unidade Responsável: Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:16.

Continua 3 / 4



MUNICIPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho



RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Continuação
Em Reais

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
LEGISLATIVA	27.423.030,00	28.548.500,00	4.050.997,23	12.047.461,02	100,00	4.107.968,53	11.064.990,20	100,00
Ação Legislativa	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	337.290,78	2,80	862.709,22	0,00	3,05
ADMINISTRAÇÃO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	337.290,78	2,80	862.709,22	0,00	3,05
Planejamento e Orçamento	1.938.740,00	1.938.740,00	444.399,10	1.283.992,66	10,66	654.747,34	1.235.070,31	11,16
Administração Geral	90.040,00	90.040,00	7.400,00	11.777,20	0,10	78.262,80	1.977,20	0,02
SEGURANÇA PÚBLICA	1.848.700,00	1.848.700,00	436.999,10	1.272.215,46	10,56	576.484,54	1.233.093,11	11,14
Policimento	143.020,00	143.020,00	5.645,63	55.075,94	0,46	87.944,06	9.960,37	0,38
Defesa Civil	113.000,00	113.000,00	5.645,63	54.678,38	0,45	58.321,62	42.006,16	0,38
ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.020,00	30.020,00	0,00	397,56	0,00	29.622,44	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	1.067.020,00	1.142.880,00	146.151,72	492.074,49	4,08	650.805,51	433.189,59	3,91
Assistência à Criança e ao Adolescente	23.000,00	23.000,00	0,00	17.400,00	0,14	5.600,00	17.400,00	0,16
Assistência Comunitária	342.000,00	342.000,00	32.398,65	141.883,63	1,18	200.116,37	117.883,63	1,07
SAÚDE	702.020,00	777.880,00	113.753,07	332.790,86	2,76	445.089,14	297.903,96	2,69
Atenção Básica	6.469.750,00	6.842.900,00	1.228.510,47	3.464.969,80	28,76	3.377.930,20	3.009.500,23	27,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.388.020,00	4.761.170,00	844.642,79	2.386.928,00	19,81	2.374.242,00	1.965.435,97	17,76
Suporte Profilático e Terapêutico	1.904.730,00	1.904.730,00	381.170,40	1.034.857,80	8,59	869.872,20	368.134,39	9,15
Vigilância Sanitária	100.000,00	100.000,00	-8,02	24.895,90	0,21	75.104,10	15.607,24	0,14
Vigilância Epidemiológica	13.000,00	13.000,00	0,00	444,90	0,00	12.555,10	444,90	0,00
EDUCAÇÃO	64.000,00	64.000,00	2.705,30	17.843,20	0,15	46.156,80	15.143,20	0,14
Alimentação e Nutrição	11.456.287,80	11.456.287,80	1.792.461,18	4.587.011,32	38,07	6.869.276,48	4.338.675,62	38,39
Ensino Fundamental	220.357,80	220.357,80	80.723,05	186.321,51	1,55	34.036,29	45.695,64	1,17
Ensino Superior	10.771.910,00	10.771.910,00	1.663.346,86	4.208.820,51	34,94	6.563.069,49	4.072.706,95	36,81
Educação Infantil	42.010,00	42.010,00	2.860,00	4.745,00	0,04	37.265,00	2.860,00	0,04
Educação de Jovens e Adultos	410.010,00	410.010,00	45.531,27	187.124,30	1,55	222.885,70	151.336,58	1,37
CULTURA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	53.632,20	53.632,20	4.050,00	5.660,00	0,05	47.972,20	5.660,00	0,05
URBANISMO	53.632,20	53.632,20	4.050,00	5.660,00	0,05	47.972,20	5.660,00	0,05
Infra-Estrutura Urbana	2.901.230,00	2.901.230,00	224.336,16	783.267,77	6,50	2.267.962,23	654.275,11	5,91
Serviços Urbanos	2.324.190,00	2.324.190,00	136.490,27	366.490,48	3,04	1.957.699,52	313.815,91	2,84
HABITAÇÃO	577.040,00	727.040,00	87.845,89	416.777,29	3,46	310.262,71	340.456,20	3,08
Habituação Urbana	20.040,00	20.040,00	0,00	0,00	0,00	20.040,00	0,00	0,00
	20.040,00	20.040,00	0,00	0,00	0,00	20.040,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
								% (d/total d)
SANEAMENTO	20.040,00	20.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	20.040,00	20.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	62.040,00	62.040,00	2.755,18	2.755,18	0,02	1.229,18	1.229,18	0,01
Preservação e Conservação Ambiental	62.040,00	62.040,00	2.755,18	2.755,18	0,02	1.229,18	1.229,18	0,01
AGRICULTURA	300.090,00	300.590,00	31.767,59	167.364,63	1,39	52.018,12	138.547,12	1,25
Extensão Rural	300.090,00	300.590,00	31.767,59	167.364,63	1,39	52.018,12	138.547,12	1,25
INDÚSTRIA	62.030,00	62.030,00	0,00	40.236,24	0,33	0,00	40.236,24	0,36
Promoção Industrial	62.030,00	62.030,00	0,00	40.236,24	0,33	0,00	40.236,24	0,36
COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00	1.407,50	1.407,50	0,01	1.407,50	1.407,50	0,01
Turismo	4.000,00	4.000,00	1.407,50	1.407,50	0,01	1.407,50	1.407,50	0,01
TRANSPORTE	602.020,00	1.127.980,00	61.317,20	400.313,66	3,32	123.867,65	393.844,05	3,56
Transporte Rodoviário	602.020,00	1.127.980,00	61.317,20	400.313,66	3,32	123.867,65	393.844,05	3,56
DESPORTO E LAZER	291.090,00	291.090,00	27.747,74	93.001,39	0,77	49.879,82	80.621,09	0,73
Desporto Comunitário	211.070,00	211.070,00	27.747,74	93.001,39	0,77	49.879,82	80.621,09	0,73
Lazer	80.020,00	80.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	812.000,00	812.000,00	80.447,76	333.039,66	2,76	80.447,76	333.039,66	3,01
Outros Encargos Especiais	812.000,00	812.000,00	80.447,76	333.039,66	2,76	80.447,76	333.039,66	3,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.423.030,00	28.548.500,00	4.050.997,23	12.047.461,02	100,00	4.107.968,53	11.064.990,20	100,00

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho



Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2179-6249-398). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:16.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho



ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses										R\$ 1,00
		Julho/2015	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016				
RECEITAS CORRENTES (I)												
Receita Tributária												
IPTU												
ISS												
ITBI												
IRRF												
Outras Receitas Tributárias												
Receitas de Contribuições												
Receita Patrimonial												
Receita Agropecuária												
Receita Industrial												
Receita de Serviços												
Transferências Correntes												
Cota-Parte FPM												
Cota-Parte do ICMS												
Cota-Parte do IPVA												
Cota-Parte do ITR												
Transferências da LC 87/1996												
Transferências da LC 61/1989												
Transferências do FUNDEB												
Outras Transferências Correntes												
Outras Receitas Correntes												
DEDUÇÕES (II)												
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência												
Compensação Financ. entre Regimes Previdência												
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)												



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho



Continuação
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maio/2016	Junho/2016	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	2.550.381,01	1.931.789,29	2.200.032,77	2.311.805,11	2.168.918,91	26.377.177,46	28.970.160,00
Receita Tributária	113.404,60	67.449,85	193.899,36	79.577,65	92.008,55	1.340.283,81	911.890,00
IPTU	52,05	12.046,50	112.446,02	23.139,34	16.121,10	356.310,19	180.000,00
ISS	23.448,38	18.817,01	22.014,38	17.596,17	25.663,78	281.280,28	250.000,00
ITBI	42.062,06	389,63	3.078,90	5.171,89	26.885,20	139.385,41	150.000,00
IRRF	6.108,12	1.865,92	2.061,80	1.811,40	1.891,55	288.795,92	150.000,00
Outras Receitas Tributárias	41.733,99	34.330,79	54.258,26	31.858,85	21.446,92	274.512,01	181.890,00
Receitas de Contribuições	55.199,82	27.732,42	29.394,30	29.188,77	30.309,36	277.293,47	248.500,00
Receita Patrimonial	17.856,35	20.833,46	22.475,47	23.180,39	25.871,37	234.051,41	212.100,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte FPM	2.351.781,40	1.799.119,34	1.937.326,65	2.164.893,72	2.004.597,65	24.088.739,53	27.612.560,00
Cota-Parte do ICMS	870.825,84	528.955,81	628.814,87	836.171,98	690.813,51	7.781.318,00	10.062.000,00
Cota-Parte do IPVA	390.687,03	395.127,30	406.255,47	392.961,74	388.244,03	4.623.252,43	4.800.000,00
Cota-Parte do ITR	37.202,03	62.894,07	58.944,66	61.507,88	62.236,54	592.987,82	600.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.445,78	767,04	314,40	128,81	0,00	214.795,92	109.000,00
Transferências da LC 61/1989	1.667,77	1.667,77	1.667,77	1.667,77	1.667,77	19.319,34	20.000,00
Transferências do FUNDEB	5.804,83	5.667,34	5.815,16	6.603,58	3.929,42	69.212,94	80.000,00
Outras Transferências Correntes	584.997,02	559.364,43	586.239,35	604.114,69	578.644,97	6.583.882,61	6.853.000,00
Outras Receitas Correntes	459.151,10	244.675,58	249.274,97	261.737,27	279.061,41	4.203.970,47	5.088.560,00
DEDUÇÕES (II)	12.138,84	16.654,22	16.976,99	14.964,58	16.131,98	436.809,24	176.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	261.526,46	199.015,62	220.362,26	259.808,12	229.378,01	2.660.174,72	3.086.600,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.61.526,46	1.99.015,62	2.20.362,26	2.59.808,12	2.29.378,01	2.660.174,72	3.086.600,00
	2.288.854,55	1.732.773,67	1.979.670,51	2.051.996,99	1.939.540,90	23.717.002,74	25.883.560,00

FONTE: Sistema e-Pública (1756-8053-624). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:17.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016



RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		Em Reais	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		1.500.000,00	0,00		1.500.000,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.049.620,00	633.149,86	388.438,18	244.711,68	3.416.470,14	
- Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
- Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.049.620,00	633.149,86	388.438,18	244.711,68	3.416.470,14	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	-	(c - f)	
	-2.549.620,00	-633.149,86			-1.916.470,14	

Fonte: Sistema e-Pública (2292-3581-407). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:22.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho



RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2015 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	604.111,44	645.452,88	588.133,51
Deduções (II)	1.802.695,50	3.461.811,79	3.900.650,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.199.583,52	3.428.285,12	3.866.723,50
Demais Haveres Financeiros	34.700,68	35.667,34	34.427,70
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	431.588,70	2.140,67	501,09
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-1.198.584,06	-2.816.358,91	-3.312.516,60
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-1.198.584,06	-2.816.358,91	-3.312.516,60

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-496.157,69	-2.113.932,54

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	253.594,11

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2015	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1439-5273-633). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:18.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SÉRGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Julho 2016



RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	25.862.350,00	13.398.127,17	20.143.236,84
Recitas Tributárias	911.890,00	631.807,37	964.625,56
IPTU	180.000,00	177.546,20	192.526,37
ISS	250.000,00	139.660,21	294.922,83
ITBI	150.000,00	83.778,51	138.471,16
IRRF	150.000,00	15.909,36	140.750,28
Outras Receitas Tributárias	181.890,00	214.913,09	197.954,92
Recitas de Contribuições	248.500,00	201.617,05	225.376,49
Recitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	248.500,00	201.617,05	225.376,49
Recita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	21.210,00	125.697,74	180.242,89
(-) Aplicações Financeiras	21.210,00	125.697,74	180.242,89
Transferências Correntes	24.525.960,00	12.423.854,80	18.652.922,32
FPM	8.082.000,00	3.629.991,97	6.284.016,17
ICMS	3.840.000,00	2.238.478,78	3.541.008,43
Convênios	370.040,00	106.414,03	469.947,85
Outras Transferências Correntes	12.233.920,00	6.448.970,02	8.357.949,87
Demais Receitas Correntes	176.000,00	140.847,95	300.312,47
Dívida Ativa	120.000,00	42.706,04	151.313,09
Diversas Receitas Correntes	56.000,00	98.141,91	148.999,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.539.470,00	789.719,11	100.000,00
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	35.000,00	182.519,80	0,00
Transferência de Capital	4.470,00	607.199,31	100.000,00
Convênios	470,00	507.199,31	100.000,00
Outras Transferências de Capital	4.000,00	100.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.470,00	607.199,31	100.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	25.866.820,00	14.005.326,48	20.243.236,84



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Julho 2016



Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.518.880,00	12.275.861,66	14.006.483,32	11.515.746,52	13.950.512,08	760.115,14	55.971,24
Pessoal e Encargos Sociais	13.586.010,00	6.449.805,77	7.832.963,70	6.435.571,37	7.832.949,12	14.234,40	14,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	292.000,00	156.411,20	83.322,22	137.015,80	83.322,22	19.395,40	0,00
Outras Despesas Correntes	10.640.870,00	5.669.644,69	6.090.197,40	4.943.159,35	6.034.240,74	726.485,34	55.956,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.226.880,00	12.119.450,46	13.923.161,10	11.378.730,72	13.867.189,86	740.719,74	55.971,24
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.049.620,00	633.149,86	1.599.014,55	388.438,18	1.598.647,55	244.711,68	367,00
Investimentos	3.709.620,00	478.942,19	1.132.099,80	234.230,51	1.131.732,80	244.711,68	367,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida (XIV)	340.000,00	154.207,67	466.914,75	154.207,67	466.914,75	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.709.620,00	478.942,19	1.132.099,80	234.230,51	1.131.732,80	244.711,68	367,00
Reserva de Contingência (XVI)	20.000,00						
Reserva RPPS (XVII)	0,00						
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.956.500,00	12.598.392,65	15.055.260,90	11.612.961,23	14.998.922,66	985.431,42	56.338,24
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.089.680,00	1.406.933,83	5.187.975,94	2.392.365,25	5.244.314,18		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	349.510,00	0,00	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência						VALOR CORRENTE	-924.210,00

FONTE: Sistema e-Pública (1623-5358-164). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:19.

Continua 2 / 3



MUNICIPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Julho 2016



RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO

3 / 3



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho



RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	874,02	430.714,68	11.444,19	419.643,42	501,09	118.088,42	118.088,42	0,00	10.830,38	11.331,47		
EXECUTIVO												
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon R	194,02	30.498,24	444,02	30.248,24	0,00	1.108,97	1.108,97	0,00	2.421,02	2.421,02		
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	0,00	154.022,80	10.855,90	143.166,90	0,00	8.065,29	8.065,29	0,00	3.420,90	3.420,90		
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio d	0,00	24.425,92	0,00	24.422,83	3,09	56.278,32	56.278,32	0,00	168,39	171,48		
Município de Lebon Régis	680,00	221.517,72	144,27	221.805,45	248,00	52.635,84	52.635,84	0,00	4.820,07	5.068,07		
Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Leb	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	874,02	430.714,68	11.444,19	419.643,42	501,09	118.088,42	118.088,42	0,00	10.830,38	11.331,47		

Fonte: Sistema e-Pública (1352-0569-852). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:20.

FONTE: Sistema e-Pública (1352-0569-852). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:20.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	880.000,00	880.000,00	472.891,82	53,74
1.1-Receita resultante do IPTU	290.000,00	290.000,00	203.474,36	70,16
1.1.1-IPTU	180.000,00	180.000,00	164.577,24	91,43
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	636,28	6,36
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	25.064,90	25,06
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	13.195,94	0,00
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	170.000,00	170.000,00	82.882,83	48,75
1.2.1-ITBI	150.000,00	150.000,00	82.881,99	55,25
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,84	0,01
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	270.000,00	270.000,00	159.725,58	59,16
1.3.1-ISS	250.000,00	250.000,00	159.152,81	63,66
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	420,99	4,21
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	121,77	1,22
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	0,00	0,00	30,01	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	150.000,00	150.000,00	15.877,16	10,58
1.4.1-IRRF	150.000,00	150.000,00	15.877,16	10,58
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	10.931,89	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	571,63	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	7.167,33	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	3.192,93	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	16.036.000,00	16.036.000,00	7.068.288,17	44,08
2.1-Cota Parte FPM	10.427.000,00	10.427.000,00	4.251.210,14	40,77
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	10.062.000,00	10.062.000,00	4.251.210,14	42,25
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.800.000,00	4.800.000,00	2.451.168,54	51,07
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	20.000,00	20.000,00	10.006,62	50,03
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	35.336,59	44,17
2.5-Cota-Parte ITR	109.000,00	109.000,00	14.084,55	12,92
2.6-Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	306.481,73	51,08
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	16.916.000,00	16.916.000,00	7.541.179,99	44,58
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	897,51	0,00
5-Transferências do FNDE	919.700,00	919.700,00	515.492,60	56,05
5.1-Transferências do Salário-Educação	668.500,00	668.500,00	400.833,88	59,96
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	168.500,00	168.500,00	76.576,00	45,45

1 / 4



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	70.000,00	70.000,00	27.250,48	38,93
5.5-Outras transferências do FNDE	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	6.200,00	6.200,00	10.832,24	174,71
6-Transferências de convênios	310.520,00	310.520,00	73.011,04	23,51
6.1-Transferências de convênios	302.010,00	302.010,00	71.958,00	23,83
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	8.510,00	8.510,00	1.053,04	12,37
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.230.220,00	1.230.220,00	589.401,15	47,91

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c = (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	3.086.600,00	3.086.600,00	1.413.656,31	45,80
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.980.000,00	1.980.000,00	850.241,87	42,94
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	960.000,00	960.000,00	490.233,13	51,07
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	800,00	800,00	2.001,30	250,16
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	4.000,00	4.000,00	7.067,33	176,68
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	21.800,00	21.800,00	2.816,86	12,92
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	120.000,00	120.000,00	61.295,82	51,08
11-Receitas recebidas do FUNDEB	6.861.510,00	6.861.510,00	3.567.663,36	52,00
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	6.853.000,00	6.853.000,00	3.556.299,91	51,89
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	8.510,00	8.510,00	11.363,45	133,53
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.766.400,00	3.766.400,00	2.142.643,60	56,89

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	4.999.572,40	4.999.572,40	2.589.707,46	51,80	2.589.707,46	51,80	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	4.999.572,40	4.999.572,40	2.589.707,46	51,80	2.589.707,46	51,80	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	1.861.937,60	1.861.937,60	679.999,84	36,52	628.765,77	33,77	0,00
14.1-Com Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	57.488,94	47,91	57.488,94	47,91	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	1.741.937,60	1.741.937,60	622.510,90	35,74	571.276,83	32,80	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	6.861.510,00	6.861.510,00	3.269.707,30	47,65	3.218.473,23	46,91	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	3.218.473,23
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	72,59
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	17,62
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	9,79
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²	0,00

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100		
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	4.229.000,00	4.229.000,00	1.885.295,00				44,58
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	328.000,00	328.000,00	129.615,36	39,52	100.586,73	30,67	0,00
23.1-Creche	328.000,00	328.000,00	129.615,36	39,52	100.586,73	30,67	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	120.000,00	120.000,00	57.488,94	47,91	57.488,94	47,91	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	208.000,00	208.000,00	72.126,42	34,68	43.097,79	20,72	0,00
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	9.641.210,00	9.641.210,00	3.683.647,08	38,21	3.572.074,45	37,05	0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	6.741.510,00	6.741.510,00	3.212.218,36	47,65	3.160.984,29	46,89	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	2.899.700,00	2.899.700,00	471.428,72	16,26	411.090,16	14,18	0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.969.210,00	9.969.210,00	3.813.262,44	38,25	3.672.661,18	36,84	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						2.142.643,60	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						11.363,45	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						0,00	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						144,27	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						2.154.151,32	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						1.518.509,86	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						20,14	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	670.000,00	670.000,00	369.025,03	55,08	360.527,39	53,81	0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	817.077,80	817.077,80	404.723,85	49,53	325.487,05	39,84	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	1.487.077,80	1.487.077,80	773.748,88	52,03	686.014,44	46,13	0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	11.456.287,80	11.456.287,80	4.587.011,32	40,04	4.358.675,62	38,05	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		144,27
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		144,27
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					64.090,09		0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					3.556.299,91		0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					3.029.500,15		0,00

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio-Junho

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	2.972.996,04	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	56.504,11	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.363,45	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	602.253,30	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1805-3061-451). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:20.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SÉRGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016



RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				Em Reais	
		RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	5.000,00	79.880,81	-74.880,81				
Alienação de Bens Móveis	5.000,00	79.880,81	-74.880,81				
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Investimentos	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))				SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)	
VALOR (III)	0,00	79.880,81				79.880,81	

FONTE: Sistema e-Pública (2102-6341-828). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:22.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2016



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	880.000,00	880.000,00	534.592,23	60,75
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	180.000,00	180.000,00	177.546,20	98,64
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	150.000,00	150.000,00	83.778,51	55,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	250.000,00	250.000,00	186.601,52	74,64
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	150.000,00	150.000,00	15.909,36	10,61
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	2.124,52	7,08
Dívida Ativa dos Impostos	120.000,00	120.000,00	42.706,04	35,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	25.926,08	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.671.000,00	15.671.000,00	7.756.271,12	49,49
Cota-parte FPM	10.062.000,00	10.062.000,00	4.537.489,74	45,10
Cota-parte ITR	109.000,00	109.000,00	14.084,55	12,92
Cota-parte IPVA	600.000,00	600.000,00	356.707,55	59,45
Cota-parte ICMS	4.800.000,00	4.800.000,00	2.798.097,68	58,29
Cota-parte do IPI - Exportação	80.000,00	80.000,00	39.884,98	49,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	10.006,62	50,03
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	10.006,62	50,03
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.551.000,00	16.551.000,00	8.290.863,35	50,09

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	3.371.520,00	3.371.520,00	1.844.618,32	54,71
Provenientes da União	2.882.030,00	2.882.030,00	1.085.724,55	37,67
Provenientes dos Estados	300.020,00	300.020,00	147.408,06	49,13
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	189.470,00	189.470,00	611.485,71	322,73
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.371.520,00	3.371.520,00	1.844.618,32	54,71

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	5.990.710,00	6.190.710,00	3.433.607,59	55,46	3.204.651,73	51,77	228.955,86
Pessoal e Encargos Sociais	3.165.000,00	3.165.000,00	1.678.293,81	53,03	1.678.293,81	53,03	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.825.710,00	3.025.710,00	1.755.313,78	58,01	1.526.357,92	50,45	228.955,86
DESPESAS DE CAPITAL	452.040,00	625.190,00	202.450,30	32,38	38.500,30	6,16	163.950,00
Investimentos	452.040,00	625.190,00	202.450,30	32,38	38.500,30	6,16	163.950,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.442.750,00	6.815.900,00	3.636.057,89	53,35	3.243.152,03	47,58	392.905,86

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	45.312,03	1,25	45.312,03	11,53	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.212.050,00	3.135.200,00	1.254.754,22	34,51	1.039.281,75	26,45	215.472,47
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.882.050,00	2.632.050,00	927.424,86	25,51	888.627,12	22,61	38.797,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2016

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	330.000,00	503.150,00	327.329,36	9,00	150.654,63	38,34	176.674,73
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.212.050,00	3.135.200,00	1.300.066,25	35,75	1.084.593,78	276,04	215.472,47
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.230.700,00	3.680.700,00	2.335.991,64	64,25	2.158.558,25	66,56	177.433,39

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIB x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **28,18**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶ **1.092.362,14**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	4.361.020,00	4.734.170,00	2.466.051,01	67,82	2.090.167,50	64,45	375.883,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.904.730,00	1.904.730,00	1.126.794,88	30,99	1.111.761,19	34,28	15.033,69
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	100.000,00	24.895,90	0,68	24.707,24	0,76	188,66

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2016

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	13.000,00	13.000,00	444,90	0,01	444,90	0,01	0,00
Vigilância Epidemiológica	64.000,00	64.000,00	17.871,20	0,49	16.071,20	0,50	1.800,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.442.750,00	6.815.900,00	3.636.057,89	100,00	3.243.152,03	100,00	392.905,86

FONTE: Sistema e-Pública (1818-8004-257). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:23.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestreSaldo Final.

LUDOVINO LABAS

PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS

TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SÉRGIO INHAIA

CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2016



RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2015 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		Saldo Total (c) = (a+b)				
		No bimestre	Até o bimestre(b)					
TOTAL DE ATIVOS								
Direitos Futuros								
Ativos Contabilizados na SPE								
Contrapartida para Provisões de PPP								
TOTAL DE PASSIVOS(I)								
Obrigações Não Relacionadas a Serviços								
Contrapartida para Ativos da SPE								
Provisões de PPP								
GARANTIAS DE PPP(II)								
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)								
PASSIVOS CONTINGENTES								
Contraprestações Futuras								
Riscos Não Provisionados								
Outros Passivos Contingentes								
ATIVOS CONTINGENTES								
Serviços Futuros								
Outros Ativos Contingentes								
DESPESAS DE PPP								
Do Ente Federado (IV)								
Das Estadais Não-dependentes								
TOTAL DAS DESPESAS								
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)								
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%) (VI)=(IV)/(V)								

FONTE: Sistema e-Pública (2093-9207-359). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:23.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2016



LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		27.423.030,00			
Previsão Atualizada		27.423.030,00			
Receitas Realizadas		14.313.544,02			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		349.510,00			
DESPESAS					
Dotação Inicial		27.423.030,00			
Créditos Adicionais		1.165.470,00			
Dotação Atualizada		28.588.500,00			
Despesas Empenhadas		12.909.011,52			
Despesas Liquidadas		11.904.184,70			
Despesas Pagas		11.446.976,22			
Superávit Orçamentário		2.409.359,32			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		12.909.011,52			
Despesas Liquidadas		11.904.184,70			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		13.523.824,91			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		253.594,11	-2.653.982,60	-1.046,55	
Resultado Primário		-924.210,00	2.392.365,25	-258,86	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		431.588,70	11.444,19	419.643,42	501,09
Poder Executivo		431.588,70	11.444,19	419.643,42	501,09
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		128.918,80	0,00	118.088,42	10.830,38
Poder Executivo		128.918,80	0,00	118.088,42	10.830,38
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		560.507,50	11.444,19	537.731,84	11.331,47
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		1.573.921,70	25,00	18,40	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.589.639,11	60,00	64,79	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito			0,00	1.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida			633.149,86	3.416.470,14	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Julho 2016

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação

Em Reais

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	79.880,81	-74.880,81	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.158.558,25	15,00	28,18
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1691-6974-006). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2016 e hora de emissão: 11:24.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUDOVINO LABAS
 PREFEITO MUNICIPAL
 CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
 SECRETARIA
 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
 TECNICO CONTABIL
 CRC/SC 16.115/O-7

SÉRGIO INHAIA
 CONTROLADOR
 CONTROLE INTERNO

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 075/2016

DECRETO Nº 075, DE 29 DE JULHO DE 2016.

"Decreta situação de emergência, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto."

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

Considerando o índice constitucional de comprometimento da Receita Corrente Líquida com gastos com Pessoal no âmbito do Poder Executivo do Município, acumulando até o mês de junho/2016 o percentual de 52,63%.

Considerando que em virtude da queda de arrecadação do município, foram tomadas medidas, no sentido de diminuir os gastos com pessoal, com corte e exoneração de servidores, os quais vem diminuindo desde dezembro de 2015;

Considerando que do Processo Seletivo nº 03/2015, válido para contratações durante o Ano Letivo de 2016, foram chamados todos os candidatos aprovados, esgotando-se a lista de chamada;

Considerando que houve servidores que solicitaram afastamento para tratamento de saúde e licenças, os quais não estavam previstos na programação da Secretaria, sendo que Educação é um serviço básico, indispensável, o qual o município não pode prejudicar o andamento do ano Letivo de algumas séries, por motivo de falta de professores em sala de aula, comprometendo o ano letivo dos alunos da rede municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada situação de emergência no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em razão da falta de professores em sala de aula, ocasionado por licenças solicitadas, devidamente justificadas, que não estavam previstas na programação da Secretaria.

Art. 2º O prazo deste decreto é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Fica autorizada a Contratação Emergencial por Excepcional Interesse Público de professor, até a homologação do Resultado Final de novo Processo Seletivo para contratação temporária de Professores para a rede municipal de ensino.

Art. 4º Fica determinado que a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, realize abertura imediata de novo Processo Seletivo, para seleção de professores para rede municipal de ensino.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de julho de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES A CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 076/2016

DECRETO Nº 076 DE 1º DE AGOSTO DE 2016

"Abre crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no Orçamento fiscal vigente"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1o. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por conta do provável excesso de arrecadação, de acordo com as especificações a seguir:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	133.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	133.000,00
Função	12	Educação	133.000,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	133.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	133.000,00
Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - EF	133.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	133.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	133.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	133.000,00

Fonte de Recursos/ Detalhamento	0.1.0069.335	Convênio Aquisição de Peças e Mão de Obra p/ Frota de Veículos	133.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	11.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	11.000,00
Função	26	Transporte	11.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	11.000,00
Programa	9	Revitalização das Estradas	11.000,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	11.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	11.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.000,00
Fonte de Recursos/ Detalhamento	0.1.0069.335	Convênio Aquisição de Peças e Mão de Obra p/ Frota de Veículos	11.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	6.000,00
Função	20	Agricultura	6.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	6.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	6.000,00
Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da SAMA	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recursos/ Detalhamento	0.1.0069.335	Convênio Aquisição de Peças e Mão de Obra p/ Frota de Veículos	6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			150.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte com as seguintes especificações:

Especificação Fonte/Detalhamento	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Convênio Aquisição de Peças e Mão de Obra p/ Frota de Veículos	0.1.0069.335	150.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		150.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de agosto de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.805/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 2.805/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.308/2015, de 10 de Dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 03 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 2.037 – Assistência a Criança e ao Adolescente - FIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0271 – Aplicações Diretas R\$ 11.559,80

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2015 dos Recursos do Fia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 20 de Julho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 233/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 233/2016, de 25 de Julho de 2016.
CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a partir de 25 de Julho de 2016, ao Servidor Público Municipal Lair Leal Vargas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, pelo período de 05 (cinco) dias, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 25 de Julho de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 222/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 222/2016, de 20 de Julho de 2016.
CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, a Professora Gêssica Otto, para exercer as funções do cargo de Professor, 20 horas semanais, por 06 (seis) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 20 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 223/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 223/2016, de 20 de Julho de 2016.
CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, o Professor Wilian Luiz Artmann, para exercer as funções do cargo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, por 07 (sete) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 20 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 224/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 160/2016, de 20 de Maio de 2016.
CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, a Professora Adelita Lúcia de Bona Cordasso, para exercer as funções do cargo de Professor, 20 horas semanais, por 07 (sete) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 20 de Maio de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 225/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 225/2016, de 20 de Julho de 2016.
CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, a Professora Leni Rossini Weber, para exercer as funções do cargo de Professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 20 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 226/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 226/2016, de 20 de Julho de 2016.
CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, a Professora Maria Campagnolo Sandi, para exercer as funções do cargo de Professor, 15 horas semanais, por 14 (quatorze) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 20 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 227/2016, de 22 de Julho de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Suzana Carla Giron, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 18 de Junho de 2014 a 17 de Junho de 2015, para gozo no período de 01 a 30 de Julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 22 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 228/2016, DE 22 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 228/2016, de 22 de Julho de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Delci Fátima Montac, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 15 de Janeiro de 2013 a 14 de Janeiro de 2014, para gozo no período de 01 a 30 de Julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 22 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 229/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 229/2016, de 25 de Julho de 2016.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido e por motivo de concessão de aposentadoria, a Servidora Pública Municipal Mari Lúcia Gasparotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 25 de Julho de 2016.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 0025/90, de 19 de Fevereiro de 1990 e 0127/91, de 28 de março de 1991.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 25 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 230/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 230/2016, de 25 de Julho de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Ivanete Adriana de Moura, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem do ESF, vinculada na Secretaria Municipal

de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 10 de março de 2015 a 09 de março de 2016, para gozo no período de 25 de julho de 2016 a 23 de Agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 25 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 231/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 231/2016, de 25 de Julho de 2016.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, combinado com o artigo 125 da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 10 (dez) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendidos entre os dias 25 de Julho de 2016 a 03 de Julho de 2016, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 02 de Maio de 2003 a 01 de Maio de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 25 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 232/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 232/2016, de 25 de Julho de 2016.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Antonio Carlos Vicente, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos e Posturas, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 07 (sete) dias de férias, a contar de 25 de Julho de 2016, relativas a Portaria nº 021/2016, de 21 de Janeiro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 066/2016, de 22 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 25 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 234/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 234/2016, de 29 de Julho de 2016.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido e por motivo de concessão de aposentadoria, a Servidora Pública Municipal Joice Salete Cason, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 01 de Agosto de 2016.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 302/92, de 23 de Novembro de 1992.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 235/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 235/2016, de 29 de Julho de 2016.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido e por motivo de concessão de aposentadoria, a Servidora Pública Municipal Sirlei Maria Cason Correia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista/Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 01 de Agosto de 2016.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 0112/91, de 28 de Março de 1991.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 236/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 236/2016, de 29 de Julho de 2016.
PRORROGA DURAÇÃO DE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e Lei Complementar nº 149/2010.
RESOLVE:

Prorrogar até 21 de Outubro de 2016, a Licença Gestação da Servidora Pública Municipal Dinara Signor Kiekow, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, com ônus para o Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 237/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 237/2016, de 29 de Julho de 2016.
PRORROGA DURAÇÃO DE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e Lei Complementar nº 149/2010.
RESOLVE:

Prorrogar até 08 de Outubro de 2016, a Licença Gestação da Servidora Pública Municipal Siméia Cristina Santin Pereira da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogada, vinculada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com ônus para o Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Julho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 134/16

PORTARIA Nº 134/16 de 27 de julho de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, SILVIA SCHEITEL, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em razão de remanejamento de servidora para outra Secretaria, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 003/2016 de 18 de março de 2016, homologado em 15 de abril de 2016, a partir de 27 de julho de 2016 até nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de julho de 2016.

Luzerna(SC), 27 de julho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

portaria 3536

PORTARIA N.º 3536/2016

"Determina remoção ao servidor que especifica."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 48, da Lei Complementar nº68, de 04/11/2014,

RESOLVE:

Determina a remoção, do Servidor Serjo Donato Serighelli, ocupante do cargo de motorista I, da Secretaria de Saúde, para, prestar seus serviços na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, para atendimento ao conselho Tutelar, com efeitos a partir de 01/08/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 29 de julho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3948

DECRETO Nº. 3948

DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA O DECRETO Nº. 3942/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016, QUE NOMEOU OS CONSELHEIROS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA – IPMM.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Ofício Nº 0170/2016 - IPMM de 17 de Junho de 2016;

DECRETA

Art. 1º - Altera o Decreto Nº 3942/2016, de 03 de Junho de 2016, que Nomeou os Conselheiros do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM:

a) REPRESENTANTES DA PREFEITURA TITULARES

JOÃO CARLOS LANDOSKI
ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO
PEDRO FERNANDO MARTINS SWARÇA
ALTAMIRO JOSÉ SEVERINO BAUER

SUPLENTES:

JAQUELINE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA
MÁRCIO FABIO DA SILVA
JOSILENE APARECIDA LINCOSKI
MARIA BEATRICE REYNAUD DOS SANTOS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 29 de Junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3949

DECRETO Nº. 3949

Data: 29.06.2016.

ALTERA O DECRETO Nº 3585 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município em conformidade com o Ofício Nº 0170/2016 – IPMM de 17 de junho de 2016;

DECRETA

Art. 1º Institui o Comitê de Investimentos dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM de acordo com a Portaria MPAS 519 nº 519 de 24/08/2011 e suas alterações.

Parágrafo Único - O Comitê de Investimentos previsto no caput, respeitada a exigência de que seus membros mantenham vínculo com o RPPS, na forma definida no § 4º do art. 2º da portaria 519/2011 e suas alterações.

Art. 2º Será de competência do Comitê de Investimentos dos Recursos do IPMM as seguintes atribuições:

I – Auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de Investimentos;

II – Acompanhar as avaliações das rentabilidades, cujas decisões serão registradas em ata.

III – Acompanhar a locação dos recursos de acordo com a política de investimento e a Resolução do Ministério da Previdência

IV – Realizar reuniões pelo menos trimestralmente;

V – Solicitar informações sobre os investimentos

VI – Avaliar riscos potenciais

VII – Analisar e julgar as propostas de credenciamento das instituições financeiras, observando os critérios constantes no Edital de Credenciamento, se convocado, considerando, no mínimo:

a) Atos de registro ou autorização do BACEN, CVM ou órgão competente;

b) O histórico de elevado padrão ético, sem restrições do BACEN, CVM ou órgãos competentes que desaconselhem relacionamento.

Art. 3º Os relatórios da política anual de investimentos e os pareceres acerca do plano anual de execução da política de investimento, emitidos pelo Comitê de Investimentos, deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 4º O comitê de investimento será composto por membros conforme exigência já citada, sendo que na primeira reunião do comitê será eleito o presidente para direcionar os trabalhos.

§ 1º Composição deverá constar pelo menos com 3 (três) membros, definidos dentre os servidores municipais ou autárquicos, conselheiros e/ou aqueles integrantes dos quadros cedidos ao Instituto indicados pelo ente federativo ou pela Unidade Gestora.

§ 2º Os servidores que vão compor o comitê de investimento serão nomeados por ato do Prefeito.

§ 3º A Vigência do mandato dos membros será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato, e posteriormente renovado pelo menos 1/3.

§ 4º As reuniões poderão ser realizadas na própria sede do IPMM.

Art. 5º Compõem o Comitê de Investimentos do IPMM, ficando desde já nomeados, os seguintes membros:

I – ELIANE GROSSI DERETTI

II – GISELE OLIVEIRA DA COSTA

III – NAILOR LIS

Art.6º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, com a presença da maioria absoluta dos membros e, deliberará por maioria simples dos presentes.

§1º O Comitê de Investimentos poderá ser convocado, extraordinariamente, pelo Diretor-Presidente e/ou pelo Gerente Financeiro do IPMM com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

Art. 7º Os membros do Comitê que possuírem a Certificação Profissional nos termos do artigo 2º da Portaria 519/MPS, farão jus ao recebimento de jetons.

§ 1º Os valores do jeton e condições para o recebimento deverão ser previamente definidos e deliberados pelo Conselho Administrativo do IPMM e após será regulamentado pelo Presidente do Instituto.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do instituto, suplementadas se necessário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 29 de Junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº. 3951

DECRETO Nº. 3951

DE 30 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, AS ÁREAS DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XVII do art. 68 e alínea 'd' do inciso I do art. 93, ambos da Lei Orgânica do Município de Mafra e com fundamento no Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941:

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área inserida no perímetro urbano, com uma superfície de 536.563,90 m² (quinhentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e três metros e noventa décimos quadrados), situado nesta cidade no Bairro Restinga, compreendido entre o lado ímpar da Rua Alípio Siqueira com o lado ímpar da Rua Cap. João Braz até a projeção do lado par da Rua Silvio Schultz, onde segue por linha seca no sentido nordeste até a A.P.P. do lado direito de um córrego existente, onde segue respeitando as faixas de preservação das nascentes do Arroio do Passo e suas concordâncias, disto segue pela A.P.P. da margem direita do referido Arroio, até encontrar o lado ímpar da Rua Alípio Siqueira, ficando excluído deste polígono as áreas do Loteamento Jardim Melissa, do loteamento reserva das Coníferas e as terras onde reside a família Petters, em

conformidade com mapa e memorial descritivo em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - A área descrita no art. 1º destina-se à criação do parque ambiental denominado "Parque Municipal do Passo".

Art. 3º - O expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, poderá proceder se alegar urgência, para efeito na prévia imissão na posse, de conformidade com o art. 15 do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei Federal nº. 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art. 4º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 30 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3952

DECRETO Nº. 3952

DE 04 DE JULHO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº. 3.941, DE 03 DE JUNHO DE 2016, QUE REGULAMENTA A LEI Nº. 2.595 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE AUTORIZA O PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mafra:

DECRETA

Art. 1º O inciso I do art. 5º do Decreto nº. 3.941, de 03 de junho de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

I - Juros de mora, no importe de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor do débito, contados a partir da data do vencimento do crédito, até a data da consolidação do parcelamento."

Art. 2º Revoga-se o art. 7º do Decreto nº. 3.941, de 03 de junho de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 04 de julho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: WILLNER PLUS LTDA

CNPJ Nº 04.217.643/0001-42

Valor Registrado: R\$ 36.678,55 (trinta e seis mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, cargas de gás e materiais de limpeza, destinados ao Departamento de Esportes, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Origem: Processo nº 108/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 036/2016.

Data de Assinatura: 21 de julho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 21 de julho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

Massaranduba

PREFEITURA

FMS ATA 12.2016 - TIRAS E LANCETAS DE HGT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao vigésimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SIMONE APARECIDA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 024.662.939-86, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve REGISTRAR os valores oferecidos referentes a AQUISIÇÃO DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS, COM FORNECIMENTO DE GLICOSÍMETROS A TÍTULO DE COMODATO, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CPF/CNPJ
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLEITON ANDRE WAGNER	00.802.002/0001-02
COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR LUIZ CARLOS DA ROSA	03.800.317/0001-09
MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.343.029/0001-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS, COM FORNECIMENTO DE GLICOSÍMETROS A TÍTULO DE COMODATO, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

ITEM	LICITANTE	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LANCETA DESCARTÁVEL, AUTOMÁTICA, RETRÁTIL, PARA PUNÇÃO DIGITAL, PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, ESTÉRIL POR RADIAÇÃO GAMA, COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRIFACETADA E DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA, NÃO NECESSITA DE CANETA LANCETADORA E ATENDE A NR/MT 32. O DIÂMETRO DA AGULHA É DE 25G/0,5MM.	UNID.	MEDILANCE PLUS/TKL	80.000	R\$ 0,30	R\$ 24.000,00
02	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TIRA TESTE PARA MEDIÇÃO QUANTITATIVA DE GLICOSE SANGUÍNEA, QUE UTILIZE SANGUE CAPILAR VENOSO, ARTERIAL E NEONATO COM AMOSTRA DE NO MÁXIMO 2,0UL, COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO ENTRE 10 A 600MG/DL. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE PARA MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO. CAIXAS COM 50 TIRAS, CONTENDO NÚMERO DE LOTE E VALIDADE DAS TIRAS. O MATERIAL DEVE CUMPRIR ASEXIGÊNCIAS DA RDC 16/2013 (QUE APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICO DE USO IN V...	UNID.	FREESTYLE H/ABBOTT	80.000	R\$0,687	R\$54.960,00
TOTAL GERAL DOS ITENS R\$ 78.960,00							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 78.960,00 (SETENTA E OITO MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses a partir da sua assinatura não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os itens desta ata de registro de preços deverão ser entregues pela licitante vencedora na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

4.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

4.1.2. Todos os itens entregues devem constar na embalagem a data de fabricação, prazo de validade e número do lote, quando for o caso. Considerando-se os prazos de validade, as datas de fabricação não deverão ultrapassar o prazo abaixo na data da entrega:

PRAZO DE VALIDADE	PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA APÓS FABRICAÇÃO
06 (seis) meses	30 (trinta) dias
18 (dezoito) meses	45 (quarenta e cinco) dias
24 (vinte e quatro) meses	60 (sessenta) dias
36 (trinta e seis) meses	90 (noventa) dias

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e penalidades previstas neste edital.

4.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

4.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas nesta ata, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá sob hipótese alguma pagamento antecipado.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.5. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos desta ata ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante desta ata. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. Aceitar acréscimos/supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.2. Entregar o objeto na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

6.2.1. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

6.2.2. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade e em perfeito estado de utilização.

6.2.3. Serão recusados os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.2.4. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem acarretar ônus ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

6.3. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

6.4. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.5. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

6.6. O item deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir sua segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá ser entregue juntamente ao mesmo.

6.7. Manter durante a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação exigidas neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

7.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

7.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

7.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se comprovadamente o atraso do atendimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a

ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 28 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE
COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
LUIZ CARLOS DA ROSA
CONTRATADA

FMS CO 46.2016 - COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATO Nº 46/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A EMPRESA COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SIMONE APARECIDA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 024.662.939-86, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, doravante denominados simplesmente de COMODATÁRIA, e do outro lado, a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tupy, número 1723, bairro Nova Brasília, município de Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09, neste ato representada por LUIZ CARLOS DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 359.062.869-34, doravante denominada simplesmente de COMODANTE, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato de comodato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO COMODATO

1.1. A comodante é a vencedora do item 02 do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, autorizada a ceder, por empréstimo, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), 180 (cento e oitenta) aparelhos glicosímetros.

1.2. A comodante é titular e legítima possuidora dos equipamentos cedidos via empréstimo, sendo que estes devem ser compatíveis com as tiras de teste cotadas, relacionadas no Anexo II do processo licitatório supracitado.

1.3. A comodante aceita ceder em comodato à comodatária, os aparelhos glicosímetros, os quais serão utilizados para leitura das tiras de testes para determinação quantitativa de glicose no sangue.

1.4. A comodatária recebe os glicosímetros para utilização exclusiva, nos termos deste instrumento contratual.

1.5. Os glicosímetros permanecerão nas Unidades Básicas de Saúde do município de Massaranduba (SC), ficando o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) responsável por informar à comodante, quando necessário, o local onde se encontram cada glicosímetro.

1.5.1. Qualquer mudança de endereço, a comodatária deverá comunicar à comodante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

2.1. O prazo de vigência deste contrato de comodato será conforme a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016.

2.2. A comodante não poderá rescindir unilateralmente o presente contrato de comodato, tampouco suspender o uso e gozo dos equipamentos emprestados, antes de findar o prazo de vigência deste instrumento.

2.3. Os glicosímetros não poderão ser cedidos ou transferidos para

unidades fora do município de Massaranduba (SC) sem a prévia autorização escrita da comodante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

3.1. A comodatária compromete-se a conservar os equipamentos emprestados, não podendo utilizá-los senão de acordo com o contrato de comodato ou a natureza deles, sob pena de dar causa à rescisão deste instrumento.

3.2. A comodatária obriga-se a operar e usar os glicosímetros conforme instruções fornecidas em manual e em treinamento pela comodante, respondendo pelos danos causados aos equipamentos, devido a má utilização, facultada a comodante a verificação dos equipamentos nas instalações da comodatária.

3.3. Na hipótese de má utilização, desaparecimento, perecimento, destruição, roubo, extravio dos glicosímetros, mesmo que em posse de terceiros, a comodatária deverá comunicar a ocorrência diretamente a comodante e encaminhar, no prazo de até 10 (dez) dias da comunicação, o seguinte:

3.3.1. O boletim de ocorrência, no caso de roubo.

3.3.2. Declaração de desgaste anormal, desaparecimento, perecimento ou destruição.

3.4. A comodatária estará obrigada a indenizar a comodante o valor dos glicosímetros inutilizados, nos termos do item anterior, constante da nota fiscal da remessa dos equipamentos, computada sua depreciação.

3.5. A comodatária não poderá locar, sublocar ou ceder qualquer glicosímetro, muito menos ceder este contrato de comodato, sob pena imediata de rescisão deste.

3.6. Os glicosímetros deverão ser devolvidos à comodante nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvados apenas os desgastes decorrentes da utilização normal dos equipamentos, independentemente de notificação, no prazo de até 07 (sete) dias úteis após a data do término de vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

4.1. Entregar os equipamentos emprestados acompanhados de manual de instruções de uso, em língua portuguesa, bem como nota fiscal de remessa, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos a contar do pedido emitido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

4.2. Arcar com os custos de transporte e seguro para entrega e retirada dos glicosímetros nas dependências da comodatária no município de Massaranduba (SC).

4.3. Oferecer treinamento sobre o manuseio dos glicosímetros para os profissionais que os utilizarão, caso necessário e mediante solicitação da comodatária, sem custo adicional.

4.4. Garantir à comodatária, durante todo o período de vigência do contrato de comodato, o uso e gozo dos bens emprestados.

4.5. Garantir à comodatária, durante todo o período de vigência do contrato de comodato, a troca dos equipamentos que apresentarem defeitos, troca de pilhas e manutenção necessária, sempre que solicitadas pela comodatária, sem que para isso seja cobrado custo adicional.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES

5.1. A comodatária sujeita-se a cumprir todas as obrigações

elencadas neste contrato de comodato e a sofrer as penalidades previstas no edital e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016 oriundas do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

6.2. Este contrato foi confeccionado nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de

lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 28 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

CONTRATANTE

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

LUIZ CARLOS DA ROSA

CONTRATADA

PMM ATA 34.2016 - PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA FROTA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao vigésimo sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES

CPF/CNPJ

JOACABA PNEUS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR MAURO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS
84.587.245/0010-48

IGF COMÉRCIO PNEUS LTDA ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR IVERSON BORDIGNON
03.805.667/0001-50

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

ITEM	LICITANTE	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	IGF COMÉRCIO PNEUS LTDA ME	PNEU 17.5/25 BORRACHUDO 12 LONAS, PARA RETRO-ESCAVADEIRA JCB, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 25MM, CERTIFICADO PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA, ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 1 ANO DE FABRICAÇÃO.	UNID.	TITAN-E-ARTHMOVER TRA	6	R\$ 2.540,00	R\$ 15.240,00
4	IGF COMÉRCIO PNEUS LTDA ME	CÂMARA 23,1/26 12 P.R, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID.	QBOM-TR218A	20	R\$ 340,00	R\$ 6.800,00
5	IGF COMÉRCIO PNEUS LTDA ME	CÂMARA 7,50, ARO 16, PARA D-40, NOVA, BICO LONGO DE FERRO, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID.	QBOM-TR75	20	R\$ 45,00	R\$ 90,00
6	IGF COMÉRCIO PNEUS LTDA ME	CÂMARA 7,5, ARO 16, PARA TRATOR AGRÍCOLA, BICO CURTO DE BORRACHA, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID.	QBOM-TR15	20	R\$ 40,00	R\$ 80,00
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR R\$ 23.740,00							
1	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU 215/75 ARO 17.5 126/124L DSR 165, MISTO/TRACÇÃO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 13MM, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID.	FG85 PIRELLI	10	R\$ 835,00	R\$ 8.350,00
3	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU DIANTEIRO TRATOR, NOVO, 750 X 16, 10 LONAS COM 3 FRISOS, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID.	TD500 PIRELLI	4	R\$ 415,00	R\$ 1.660,00
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR R\$ 10.010,00							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 33.750,00 (TRINTA E TRÊS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.4. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora nos locais determinados pela Prefeitura de Massaranduba (SC) no prazo MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS após a solicitação/recebimento da ordem de compra.

4.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas em requisições a serem fornecidas pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

4.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

4.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas neste edital e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.2. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.3. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.4. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. A licitante vencedora obriga-se:

6.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Entregar o objeto da licitação no local determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS após a solicitação/recebimento da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

6.1.2.1. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem, quando for o caso.

6.1.2.2. Serão recusados os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.1.2.3. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem acarretar ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

6.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

6.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.6. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

6.1.7. O item deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir sua segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá ser entregue juntamente ao mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

7.1.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

7.1.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

7.1.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços,

sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 26 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE
JOACABA PNEUS LTDA
MAURO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS
CONTRATADA
IGF COMÉRCIO PNEUS LTDA ME
IVERSON BORDIGNON
CONTRATADA

PMM ATA 37.2016 - TROCA DE MOLEJOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao vigésimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016, homologado pelo Prefeito, resolve registrar os valores oferecidos referentes à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCAS DE MOLEJOS DA FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CPF/CNPJ
POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCELO LARGURA	00.804.148/0001-89

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE TROCAS DE MOLEJOS DA FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

ITEM	LICITANTE	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TOCO DIANTEIRO	UNID.	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	30	R\$ 36,00	R\$ 1.080,00
02	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TOCO TRASEIRO	UNID.	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	30	R\$ 64,00	R\$ 1.920,00
03	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TRUCK DIANTEIRO	UNID.	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
04	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TRUCK TRASEIRO	UNID.	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
05	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE ÔNIBUS DIANTEIRO	UNID.	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	55	R\$ 65,00	R\$ 3.575,00
06	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE ÔNIBUS TRASEIRO	UNID.	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	55	R\$ 85,00	R\$ 4.675,00
TOTAL GERAL DOS ITENS R\$ 14.750,00							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 14.750,00 (CATORZE MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.4. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A licitante deverá realizar os serviços da licitação em no MÁXIMO 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após a solicitação/emissão da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

4.1.1. A prestação dos serviços serão parceladas, conforme a necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

4.4. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas sobre quaisquer serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.4.1. Decorrido o prazo estipulado acima sem que tenha sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.2. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.3. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.4. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. A licitante vencedora obriga-se:

6.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Realizar os serviços da licitação em no MÁXIMO 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após a solicitação/emissão da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

6.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços.

6.1.4. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.5. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante.

6.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.8. A licitante somente poderá cobrar o deslocamento para socorro quando o serviço acontecer nos interiores do município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

7.1.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

7.1.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços.

7.1.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades

enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta e não assinar a ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal:

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 28 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE
POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP
MARCELO LARGURA
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO 90.2016 PP 56.2016 (PMM) - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PROCON DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 12/08/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 12/08/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 01 de agosto de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº355-2016

PORTARIA n.º 355/2016

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, a servidora KATIUCIA CARRADORE SQUIZIATO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº356-2016

PORTARIA n.º 356/2016.

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora TAYSE CONTI, no cargo de Agente administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2015, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº357-2016

PORTARIA n.º 357/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora KARINI MARTIGNAGO DA ROSA, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº358-2016

PORTARIA n.º 358/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor MARCOS ANDRÉ FERNANDES, do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº359-2016

PORTARIA n.º 359/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, a servidor pública municipal JAQUELINE MARTINS WALNIER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 05 de Março de 2009 a 03 de Março de 2014, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº360-2016

PORTARIA n.º 360/2016

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, a servidora LUCILENA ZAVARIZ, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº361-2016

PORTARIA n.º 361/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, a servidor pública municipal LUCILENA ZAVARIZ, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Julho de 2010 a 29 de Julho de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº362-2016

PORTARIA n.º 362/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, a servidor pública municipal MARCIA APARECIDA DA ROCHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº363-2016

PORTARIA n.º 363/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LELIANI PERUCHI SCARPARI, para cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 30 (trinta) dias, para substituir à servidora MARCIA APARECIDA DA ROCHA, em virtude de licença prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº364-2016

PORTARIA n.º 364/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, a servidor pública municipal EDNA APARECIDA STRADIOTO SILVÉRIO, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Abril de 2010 a 30 de Março de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº365-2016

PORTARIA n.º 365/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CLAUDIA CASAGRANDE GONÇALVES, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Colégio das Irmãs – Pato Donald, em substituição à servidora EDNA APARECIDA STRADIOTO SILVÉRIO, em virtude de licença prêmio, até o retorno da mesa.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº366-2016

PORTARIA n.º 366/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, a servidor pública municipal MARGARIDA ZEGERINO GOMES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº367-2016

PORTARIA n.º 367/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LUCIANA DE OLIVEIRA SIMONI, para cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 30 (trinta) dias, para substituir à servidora MARGARIDA ZEFERINO GOMES, em virtude de licença prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº368-2016

PORTARIA n.º 368/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO - E.S.F POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares n.º 027/2009, nº 032/2010 e nº 034/2011, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor RAFAEL BRANDENBURG FERNANDES para ocupar o cargo de Médico – E.S.F, para exercer suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº369-2016

PORTARIA nº 369/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE LAVADOR/ENGRAXADOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor MAURICIO SANTOS DE OLIVEIRA, para o cargo de Lavador/Engraxador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº370-2016

PORTARIA nº 370/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias a servidora pública municipal PATRICIA SARTOR BAESSO – matrícula 1161 ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº371-2016

PORTARIA n.º 371/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ADRIANA DE JESUS MARCELINO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº372-2016

PORTARIA n.º 372/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SHIRLEY MICHELS BENEDET DA BOIT, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº373-2016

PORTARIA n.º 373/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora DIANDRA FELISBERTO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº374-2016

PORTARIA n.º 374/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIVALDA TESSA MARTINS FOGAÇA, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº375-2016

PORTARIA n.º 375/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LUCIA DA GLORIA ZEFERINO CARVALHO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº376-2016

PORTARIA n.º 376/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora VANDERLEIA REGINA EYNG MEZARI, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº377-2016

PORTARIA n.º 377/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010,

de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ANIELLE FABRIS, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº378-2016

PORTARIA n.º 377/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ANIELLE FABRIS, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº379-2016

PORTARIA n.º 379/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ARILDES BONFANTE SALVALAIO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº380-2016

PORTARIA n.º 380/2016
TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CLAIR DE PRÁ GHELLERE, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº381-2016

PORTARIA n.º 381/2016
TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora KATIA PERDOSO CARDOSO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº382-2016

PORTARIA n.º 382/2016
TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LORIZETE BECKER ARIGONI, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº383-2016

PORTARIA n.º 383/2016
TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SIRLEI DE FATIMA POSSAMAI PAGNAN, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº384-2016

PORTARIA n.º 384/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ELIZANDRA DAL PONT, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº385-2016

PORTARIA n.º 385/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIA DIRLENE PEREIRA IZE, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº386-2016

PORTARIA n.º 386/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ESTER DA SILVA, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº387-2016

PORTARIA n.º 387/2016

TRATA DA CONTRATATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora BRUNA POSSAMAI PAGNAN, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº388-2016

PORTARIA n.º 388/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CRISTIANE CRISTOFOLINI, para ocupar o cargo de Professora ACT para apoio pedagógico, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, do 1º ao 5º ano na E. E. B. M. Inês Tonelli Nápole.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº389-2016

PORTARIA n.º 389/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSANE BRISTOT PIAZZA, para ocupar o cargo de Professora ACT para apoio pedagógico, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, do 1º ao 5º ano na E. E. B. M. Inês Tonelli Nápole.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº390-2016

PORTARIA n.º 390/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ALINI VIEIRA FISCHER, para o cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº391-2016

PORTARIA n.º 391/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor CLENIO BORGES, para o cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº392-2016

PORTARIA n.º 392/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSELI PEREIRA FRANCISCO, para o cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 - Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças**PORTARIA Nº393-2016**

PORTARIA n.º 393/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor JEAN CARLOS DA ROSA NICHELE, para o cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 – Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças**PORTARIA Nº394-2016**

PORTARIA n.º 394/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ZENIR FELISBERTO PEREIRA STRELOW, para o cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 – Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças**PORTARIA Nº395-2016**

PORTARIA n.º 395/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor EMERSON RICARDO FREITAS DA SILVA, para o cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 – Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

AVISO RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTAS TP Nº. 14/2016

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇOS Nº. 014/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 319/2016, de 20 de junho de 2016, após análise das propostas, torna público o resultado do julgamento de propostas de preços da Tomada de Preços nº. 014/2016, cujo objeto é a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação e reperfilagem asfáltica nas Ruas Adolfo Fritz, Konrad Bader, Ricardo Bruggemann, Daniel Muller e Primavera, com área total de 5.578,58m² (cinco mil, quinhentos e setenta e oito vírgula cinquenta e oito metros quadrados), conforme Proposta Transferência 0000018099 – Programa Transferência 2016006232 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina [...].

Após a análise, a(s) proposta(s) apresentada(s) fora(m) desclassificada(s) por apresentar(em) valor acima do máximo estipulado pelo Edital Convocatório.

Para apresentação de recurso a estes resultados, considerar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei n. 8.666/93). Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC.

Mondaí – SC, 29 de julho de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Lei n. 8.666/93). Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC.

Mondaí – SC, 29 de julho de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 031/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 031/2016

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Contratação de serviços para a realização de dedetização/desinsetização/desratização/fumacê em unidades de saúde e ruas da cidade de Mondaí– SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 14h55min do dia 11 de agosto de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 11 de agosto de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 29 de julho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

AVISO RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTAS TP Nº. 16/2016

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇOS Nº. 016/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 319/2016, de 20 de junho de 2016, após análise das propostas, torna público o resultado do julgamento de propostas de preços da Tomada de Preços nº. 016/2016, cujo objeto é a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica na Rua Alegre, no perímetro urbano da cidade de Mondaí/SC, com extensão de 308,64 m (trezentos e oito vírgula sessenta e quatro metros) e área de 2.918,89 m² (dois mil, novecentos e dezoito vírgula oitenta e nove metros quadrados) conforme Proposta Transferência 0000017908 – Programa Transferência 2016005996 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina e Convênio nº. 2016TR1323 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Mondaí [...].

Após análise, foi declarada vencedora a empresa:

- Gaia Rodovias Ltda.

Para apresentação de recurso a estes resultados, considerar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea "b", da

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 063/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 063/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de troféus esportivos, destinados para premiação de competições esportivas organizadas pela Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 12 de agosto de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 12 de agosto de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 29 de julho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO DISTRATO CONTRATO N° 008/2016
FMS**

EXTRATO DISTRATO DO CONTRATO N.º 008/2016

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

DISTRATADO: CHEILA DENISE BARTH

OBJETO: Fica distratado, conforme solicitação o contrato nº 008/2016 oriundo do Processo Licitatório nº 021/2016, cujo objeto é a contratação de monitor com formação em Artes Plásticas para atuar junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Edital de Pregão n.º 015/2016

VIGÊNCIA: A partir de 01 de agosto de 2016.

Mondaí SC, 28 de julho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2016 - PR Processo Administrativo: 38/2016 Processo de Licitação: 38/2016 Data do Processo: 18/07/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir Da rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 38/2016
b) Licitação Nr.: 29/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/07/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Aquisição de bomba injetora recuperada completa com mão de obra de instalação, destinada para reposição no veículo Peugeot Boxer 2.8 a serviço na Secretaria Municipal de Saúde de Mondai - SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

DIESEL IPORA COMERCIO DE PECAS PARA BOMBAS INJETOR (11346)

1 Bomba injetora recuperada completa com valvulas, elementos, reparos, bicos injetores, esfera e mão de obra para instalação, garantia mínima de 6 meses. - Marca: BOSCH	UN.	1,00	0,0000	6.040,00	6.040,00
Total do Fornecedor:					6.040,00
Total Geral:					6.040,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.058.3.3.90.00.00.00.00 (27) Saldo: 11.780,76

Lenoir Da rocha
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2016, DE 28 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 042/2016, DE 28 DE JULHO DE 2016.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2016 – MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL”.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada a revogação do processo licitatório nº 97/2016, na modalidade Pregão Presencial, sob nº 074/2016, que visa a aquisição de uniformes escolares para os alunos das escolas municipais.

Art. 2º. A revogação se fundamenta em razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, conforme Recomendação nº 19/2016 da Controladoria Interna Municipal e Parecer Jurídico nº 38/2016.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 28 de julho de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 032/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 032/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ONTOLOGIA E EQUIPAMENTOS, conforme anexo I. Data: 11/08/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DECISÃO DE RECURSO PREGÃO 78/2016 PMN LAO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016 PMN

Aos 28 dias de julho de 2016, às 10h20m, reuniram-se a Pregoeira e a equipe de apoio, designadas pela Portaria número 377 de 29 de fevereiro de 2016, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital do Pregão Presencial nº 78/2016, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA INSTALAÇÃO NAS NOVAS UNIDADES CONSUMIDORAS REGISTRADAS E TAMBÉM PARA SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE ENCONTRAM-SE DANIFICADOS E COM DEFEITOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC, protocolado pela empresa LAO INDÚSTRIA LTDA - CNPJ: 00.946.219/0001-88.

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a Equipe de apoio, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 21/07/2016. Em síntese, manifesta-se a empresa LAO INDÚSTRIA LTDA, através de recurso, arguindo ser irregular o credenciamento da empresa no processo licitatório pelos motivos a seguir expostos: Não há uma única lei que determine a obrigação das empresas procederem a consolidação de seu contrato social, para fins de prova de sua regular existência jurídica.

Sendo que, o não credenciamento foi uma providência excessiva, prejudicando seriamente os interesses públicos.

Requer a reconsideração da decisão, anulando a sessão de lances do pregão, designando nova data para seu refazimento, considerando credenciado o representante da LAO Indústria.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital item 3.1:

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento far-se-á através do Instrumento público de procuração com plenos poderes para representar a outorgante no referido Certame ou Instrumento particular com firma reconhecida, devidamente acompanhado do contrato social com última alteração consolidado, estatuto, ata de reunião dos sócios (AUTENTICADOS – neste caso não precisará repetir a apresentação do mesmo na habilitação).

É importante lembrar que todos os princípios foram respeitados pela administração, citando em especial o Princípio da Publicidade, onde todos os atos foram publicados, estando à disposição de todos os licitantes.

Por este motivo, também é dever desta administração, obediência ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório, estando esta, estritamente vinculada ao edital, devendo ser cumpridos todos os requisitos por ele exigidos. Sendo este um dos princípios básicos da licitação, conforme prevê o art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos no edital solicitado. É o que prevê o item 9.1 e 9.1.1 do edital:

9.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

9.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Diante do que foi exposto, mantém-se a decisão que descredenciou a empresa licitante LAO INDÚSTRIA LTDA

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 28 de julho de 2016.

CARLA CLAUDINO
Pregoeira

FRANCIELE JUSTINO
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

MIROSLAVA MARIN

TATIANA DE ALENCAR CARLINI

RATIFICANDO

NÁDIA BRAZ BINS
Secretária de Administração.

ATA JULGAMENTO AMOSTRAS PREGÃO 54-2016 PMN JR

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 54/2016 que a EMPRESA COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME, não apresentou as amostras dos itens 15,18,26,54 e 78 em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que os itens, não foi apresentado conforme especificações do edital.

NAVEGANTES 15 DE JUNHO DE 2016

Jonas de Souza
Secretário de Obras.

ATA JULGAMENTO AMOSTRAS PREGÃO 54-2016 PMN LINEAR

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 54/2016 que a EMPRESA LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA apresentou as amostras dos itens 7,8,9,10,11,13,14,16,17,20,21,23,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39, 40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,58,59,60,61,63,64,65,66,67,69,70, 71,72,74,75,76,77,79,80,81,82,84,85,86,87,88,91,92 e 93 em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todo os itens foram aprovados conforme especificações do edital.

NAVEGANTES 15 DE JULHO DE 2016

Jonas de Souza
Secretário de Obras

ATA JULGAMENTO AMOSTRAS PREGÃO 54-2016 PMN TANAKO

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 54/2016 que a EMPRESA TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO apresentou as amostras dos itens 1,2,3,4,5,6,12,19,22,24,29,50,51,52,53,55,56,57,62,68,73,83,89,90 e 94, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todo os itens foram aprovados conforme especificações do edital.

NAVEGANTES 15 DE JULHO DE 2016

Jonas de Souza
Secretário de Obras

ATA JULGAMENTO AMOSTRAS PREGÃO 70-2016 PMN KOHLER

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 70/2016 que a EMPRESA TERAPLENAGEM KOHLER LTDA. inscrito no CNPJ sob nº. 83 602,300 /001 - 78 apresentou a (s) amostra (s) dos itens 5 e 11 em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

NAVEGANTES 22 DE JULHO DE 2016

Jonas de Souza
Secretário de Obras.

ATA PREGÃO 22/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016 FMS

J. C. B. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI - EPP (13549), TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA (16579).

ABERTO O CERTAME NO DIA 22 DE JULHO DE 2016, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES TCA TRANSFORMAÇÕES E J.C.B MAQUINAS . TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E APENAS A EMPRESA TCA NÃO SE ENQUADRAM COM ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. COM A PRESENÇA DO COMANDANTE RICARDO LUIZ DA SILVA E PRESIDENTE SILVANA APARECIDA DA SILVA DO CORPO DE BOMBOIROS VOLUNTARIOS DE NAVEGANTES.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTAS ONDE SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DO VEÍCULO CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Comissão de Licitação

ATA PREGÃO 55/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 PMN

CIA ULTRAGAZ S/A (8847), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831).

ABERTO O CERTAME NO DIA 26 DE JULHO DE 2016, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES PJ E COMPANHIA ULTRAGAS . TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E APENAS A EMPRESA PJ SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTAS ONDE SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Pregoeira: Carla Claudino

Pregoeira: Franciele Justino

Membros: Josezite dos Santos

Miroslava Marin

Tatiana De Alencar Carlini

ATA PREGÃO 78/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016 PMN

A V S IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (13732), SAGA MEDICAO LTDA (16567).

ABERTO O CERTAME NO DIA 18 DE JULHO DE 2016, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES AVS, SAGA, A EMPRESA FAE NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL E A EMPRESA LAO NÃO APRESENTOU A ULTIMA ALTERAÇÃO CONSOLIDADA AS DUAS SENDO DESCREDENCIADAS. APENAS A EMPRESA AVS E SAGA SE

CREDENCIARAM. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. COM A PARTICIPAÇÃO DO SECRETARIO DE SANEAMENTO BASICO WILSON PARIZOTTO E DO DIRETO DE SANEAMENTO BASICO HUMBERTO GALVEZ JUNIOR.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTAS E VERIFICOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL. SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR ATESTAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME.

Pregoeira: Carla Claudino
Membros: Josezite dos Santos
Miroslava Marin

AVISO – ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº 176/2015 PMN.

AVISO – ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº 176/2015 PMN.

O Município de Navegantes informa da data para abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas na Tomada de Preço nº 176/2015 PMN.

Data: 03/08/2016 – 09h00min.

Local: Auditório Prefeitura Municipal de Navegantes.

Comissão de Licitação.

CONTRATOS 149 - 148 - 150 - 151 - 152 - 153 - 154 - 155 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES / SC
PUBLICAÇÕES DE CONTRATOS

CONTRATO: 149/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CAROLINE CARVALHO

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 1.000,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 148/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO INCUBADORA DENG DENG

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 2.000,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 150/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: COMPANHIA MUTUA TEATRO & ANIMAÇÃO

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL

LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 2.000,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 151/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ASSOSSIAÇÃO ERANOS CIRCULO DE TEATRO

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 2.200,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 152/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: GRUPO TEATRAL PORTO CENICO

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 3.700,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 153/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ASSOSSIAÇÃO RISCO DE TEATRO

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 1.500,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 154/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: LAURA OSORIO LAINDES

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 3.700,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

CONTRATO: 155/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ANCHIETA ARTE CENICA

OBJETO: ESPETACULOS ARTISTICOS E PALESTRAS DE INCENTIVO A LEITURA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 4º FESTIVAL LITERARIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 2.200,00

VIGÊNCIA: 14/07/2016 até 31/12/2016(ACONDICIONADO AO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO)

Navegantes, 29 de julho de 2016 - Roberto Carlos de Souza (Prefeito)

CONVOCAÇÃO APRESENTAÇÃO AMOSTRAS 2º COLOCADO PREGÃO 54 2016 - PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO 2º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016 - PMN, CONFORME SEGUE:		
ITENS		2º COLOCADO
15		TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP
18		TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP
26		FRACASSOU
54		FRACASSOU
78		FRACASSOU
NAVEGANTES, 18 JULHO DE 2016		

DECRETO Nº 113 DE 29 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 113 DE 29 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 284.500,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial

2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial

Fonte de Recursos – 013802 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

99 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar

2.107 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar

Fonte de Recursos – 013802 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

105 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 265.000,00

T O T A L R\$ 284.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial

2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial

Fonte de Recursos – 013802 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

98 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar

2.107 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar

Fonte de Recursos – 013802 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

103 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 265.000,00

T O T A L R\$ 284.500,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 29 de Julho de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de Julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 134/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 134/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 26/11/2016.

Valor: R\$ 955.748,23 (novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos).

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Concorrência nº 45/2016.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, VALAS DE INFILTRAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DA OBRA, PARTE DO "PROJETO ORLA" QUE COMPETE AO MUNICÍPIO, TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A RUA CARLOS HENRIQUE MELCHIER E RUA FRANCISCO SCHIMIDT, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 45/2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 158/2016 FMS.

Extrato Contratual nº 158/2016

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA

CNPJ: 07.506.752/0007-63.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE COLECISTECTOMIA EM CARÁTER EMERGENCIAL DO PACIENTE SALVADOR DE PAULO AFIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO JUDICIAL Nº 0300971-90.2016.8.24.0135, QUE TRÂMITA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC, conforme DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 21/2016.

Valor: R\$ 23.985,00

VIGÊNCIA: (90 dias). – 18/10/2016.

Recursos: 2.093 3.3.90.00

*FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, Lei de Licitações 8.666/93.

Navegantes, 20 de julho de 2016.

JULGAMENTO RECURSO PREGÃO 176/2015 PMN - AMP

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE

TOMADA DE PREÇO Nº 176/2015 PMN

Aos 26 dias de julho de 2016, às 08h30m, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1024 de 13/04/2016, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Tomada de Preço nº 176/2015, cujo OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL (INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA) E ELABORAÇÃO DE LAUDOS NA ÁREA DO "ANTIGO LIXÃO" DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., LOCALIZADA NA RODOVIA BR 470, COORDENADAS 26º 52'2. 13"S E 48º 40'14. 36", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC, protocolado pela empresa AMP ENGENHARIA FLORETA LTDA ME – CNPJ: 20.403.452/0001-21.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 21/07/2016.

Em síntese, manifesta-se a empresa AMP ENGENHARIA FLORESTAL, através de recurso, arguindo ser ilegal a inabilitação da empresa no

processo licitatório pelos motivos a seguir expostos:

1. O contrato social foi apresentado no credenciamento e não foi questionado sobre o seu objeto, sendo a empresa credenciada. O objeto da empresa vai de encontro com o objeto da licitação, conforme estabelece a Cláusula Terceira do Contrato Social, onde consta: serviços técnicos de engenharia florestal na elaboração e gestão de projetos e inspeções técnicas.
2. O Atestado de Capacidade Técnica está de acordo com o edital, estando ele de acordo com o objeto da licitação.
3. O vínculo de empregatício do biólogo Daniel Luis Lepka pode ser comprovado, com isso envia em anexo o contrato da prestação do serviço.
4. Incoerência da comissão em inabilitar pelo fato de ter sido apresentada Certidão Negativa de Débitos ao invés de alvará, já que edital pede somente inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, mas, para esclarecer envia em anexo a cópia do alvará.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos no edital solicitado.

É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Passando à análise das questões apresentadas pela recorrente, vejamos:

1. Ao verificar o objeto previsto no Contrato Social apresentado pela empresa na fase de habilitação, constatou-se que o objeto condiz com o objeto da licitação, sendo acolhido o pedido.
2. O atestado de capacidade técnica não está de acordo com o edital, esta comissão ao analisar os documentos verificou que o mesmo não está de acordo com o item 5.4.3 do edital, que dispõe:

5.4.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, com a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa de direito público ou privado devidamente registrados nas entidades profissionais competentes;

Ou seja, a empresa não cumpriu com o item quando exige que os atestados deveriam estar devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, neste caso, o CREA, por este motivo o pedido NÃO merece ser acolhido.

3. O vínculo empregatício do biólogo Daniel Luis Lepka não foi comprovado, e o edital previa no item 5.4.4.1 as formas de comprovação do vínculo do profissional com a empresa, conforme segue:

5.4.4.1 O profissional deverá fazer parte do quadro da proponente na data prevista para a entrega da proposta, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) se prestador de serviços: através de Contrato de prestação de serviço;
- c) se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial;
- d) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução da obra.

Neste caso, o edital previa no seu item 5.5.5 que a falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital implicaria a inabilitação da empresa licitante, não sendo possível a apresentação posterior destes documentos, por este motivo o pedido NÃO merece ser acolhido.

4. A empresa apresentou Certidão Negativa de Débitos para comprovar sua Inscrição de Contribuinte Municipal, mas, o documento apresentado não cumpriu com o item 5.2.2 do edital que diz:

.

5.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Ex: www.sintegra.gov.br). (grifo nosso)

Na certidão apresentada não apresenta a atividade compatível com o objeto contratual, não sendo esta comprovante de inscrição municipal.

Diante do que foi exposto, mantém-se a inabilitação da licitante AMP ENGENHARIA FLORESTAL

.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 26 de julho de 2016.

ELLINTON PEDRO DE SOUZA

Presidente

Membros:

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

LEILA MENGARDA

PEDRO PAULO DA COSTA

BARBARA ANDRESSA GARCIA

Ratificando:

NADIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 1750/2016 EXONERA

PORTARIA N º 1750 DE 28 DE JULHO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora MEILA MAUREN VELHO DE SOUZA, do cargo de PROFESSOR MAG.II, 20 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 01/08/2016

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JULHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1751/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1751 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1626 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1752/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1752 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1627 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1753/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1753 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1628 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1754/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1754 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1629 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1755/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1755 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1630 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1756/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1756 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1631 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1757/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1757 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1632 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1758/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1758 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1633 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1759/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 1759 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1634 DE 29 DE JUNHO DE 2016 para Apurar responsabilidades por multas infligidas aos veículos que especifica.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1760/2016 - PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

PORTARIA N º 1760 DE 29 DE JULHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n º 1438 DE 23 DE MAIO DE 2016 para Apurar possível irregularidade no ato de efetivação do servidor W.N.S.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/7/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 545/2016

PORTARIA Nº 545/ 2016

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal IVANILDE RAISER MAFFEZOLI, matrícula nº 151, concursada no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 13 de julho de 2016 a 22 de julho de 2016, conforme resultado pericial datado de 20/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 546/2016

PORTARIA Nº 546/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 397/2016, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal ANA MIRIA CIPRIANI MARCHI, matrícula nº 1041, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro e 20 (vinte) horas semanais (Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 22 de julho de 2016 a 19 de outubro de 2016, conforme resultado pericial datado de 25/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 547/2016

PORTARIA Nº 547/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 397/2016 "B", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, JANETE MACHADO, matrícula nº 6999, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 22 de julho de 2016 a 19 de outubro de 2016, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada Conforme Portaria nº 546/2016 (Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JANETE MACHADO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Augusto Inacio Mafezzoli, nº 1655, Bairro Carmelo, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 732.345.169-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE

EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada Conforme Portaria nº 546/2016 (Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de julho de 2016 a 19 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Janete Machado
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de julho de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 548/2016

PORTARIA Nº 548/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 397/2016 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, LUCIANA MARIA CADORIN PIAZZA, matrícula nº 7011, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 22 de julho de 2016 a 19 de outubro de 2016, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada Conforme Portaria nº 546/2016 (Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIANA MARIA CADORIN PIAZZA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Cadorin, nº 133, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 023.834.819-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO

POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada Conforme Portaria nº 546/2016 (Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (hum mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de julho de 2016 a 19 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Luciana M. Cadorin Piazza

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de julho de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 549/2016

PORTARIA Nº 549/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 227/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, MARIA NAZARETE CIPRIANI, matrícula nº 1056, concursada no cargo de Professor Nível III, Referência E (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de julho de 2016 a 30 de julho de 2016, conforme resultado pericial datado de 27/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 550/2016

PORTARIA Nº 550/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 234/2016 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, JUCIANE SILVANO ZANDONAI, matrícula nº 7012, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na

Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de julho de 2016 a 30 de julho de 2016, em substituição a titular Maria Nazaret Cipriani, afastada Conforme Portaria nº 549/2016 (Licença para Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JUCIANE SILVANO ZANDONAI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz Zandonai, nº 160, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 740.303.109-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria Nazaret Cipriani, afastada Conforme Portaria nº 549/2016 (Licença para Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (hum mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de julho de 2016 a 30 de julho de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações

do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Juciane Silvano Zandonai
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de julho de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

LEI 539/2016

Lei nº 539 de 29 de julho de 2016

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS PÚBLICOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL EM FUNÇÃO DA INSERVIBILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 82 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa de Bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal em função da inservibilidade. Sendo os bens descritos a seguir:

1- um rádio power pack expm 836, registrado no patrimônio sob nº 4347;

2- uma impressora hp deskjet 5550, registrado no patrimônio sob nº 1668;

3- um no break ragtech, registrado no patrimônio sob nº 2675;

4- uma cadeira fixa em ferro preto assento estofado em tecido azul, registrado no patrimônio sob nº 1464;

5- um roteador engenius router ieee 802 11 big registrado no patrimônio sob nº 4124;

6- uma impressora Lexmark e 120, registrado no patrimônio sob nº 2137;

7- um monitor lg studioworks 550ª, registrado no patrimônio sob nº 4246;

8- uma balança mecânica filizora ate 150 kg c/régua de medição, registrado no patrimônio sob nº 4197;

9- uma balança mecânica welmy até 150 kg, registrado no patrimônio sob nº 1247;

10- um micro Pentium dual core e6500 2.93 ghz 4.00 gb, registrado no patrimônio sob nº 3278;

11- um armário em mdf branco c/2 portas e chave, registrado no patrimônio sob nº 1499;

12- UM AUTO CLAVE CRISTOFOLI VITALE 12, registrado no patrimônio sob nº 4268;

13- UM FORNO ELÉTRICO DELICCI AUTOLIMPANTE MUELLER, registrado no patrimônio sob nº 3879;

14- UM ARMÁRIO EM FORMICA C/2 PORTAS DE CORRER COM VIDRO, registrado no patrimônio sob nº 759;

15- UMA ESTANTE EM AÇO CIZA C/6 PRATELEIRAS, registrado no patrimônio sob nº 1106;

16- UMA ESTANTE EM AÇO CIZA C/6 PRATELEIRAS, registrado no patrimônio sob nº 1112;

17- UMA ESTANTE EM AÇO CIZA C/6 PRATELEIRAS, registrado no patrimônio sob nº 1111;

18- UMA ESTANTE EM AÇO CIZA C/6 PRATELEIRAS, registrado no patrimônio sob nº 1107;

19- UM ARMÁRIO EM FORMICA C/PÉS EM FERRO, 2 PORTAS E CHAVE, registrado no patrimônio sob nº 3583;

20- UMA MESA PRE ESCOLAR EM FERRO E FORMICA BRANCA FORMATO QUADRADO, registrado no patrimônio sob nº 1288;

21- UMA CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FÓRMICA, registrado no patrimônio sob nº 36;

22- UMA CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO E FÓRMICA, registrado no patrimônio sob nº 187;

23- UMA CAMA ELÁSTICA, registrado no patrimônio sob nº 3570;

24- UMA CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO E FÓRMICA, registrado no patrimônio sob nº 233;

25- UMA CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FÓRMICA, registrado no patrimônio sob nº 2862;

26- UMA CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO E FÓRMICA, registrado

no patrimônio sob nº 1304;

27- UMA CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL, registrado no patrimônio sob nº 1511;

28- UM MONITOR SAMSUNG 732N, PLUZ 17 POL, registrado no patrimônio sob nº 2291;

29- UM NO BREAK RAGTECH, registrado no patrimônio sob nº 2675;

30- UMA CALCULADORA DE IMPRESSÃO PROCALC LP45 12 DÍGITOS, registrado no patrimônio sob nº 4913.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, adotar todas as medidas pertinentes e legais para proceder a baixa dos bens móveis inservíveis, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 29 de julho de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

LEI 540/2016

PROJETO DE LEI Nº 006/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito especial por Anulação de Dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados: 50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE.

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 2.022 – Manutenção do Fundo de Habitação
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 163.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.015 – Manutenção do Ensino Médio

Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 115.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.022 – Manutenção do Fundo de Habitação

Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 48.000,00

Total
.....R\$ 163.000,00

Art. 3º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 483.000,00 (quatrocentos e oitenta e três mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados:

30.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
30.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Atividade 2.003 – Manutenção da Administração Geral
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00
Elementos de Despesa – 4.6.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 100.000,00

Atividade 2.005 – Contribuição para o Pasep
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 30.000,00

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade 2.009 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 35.000,00
Atividade 2.011 – Manutenção Central da Secretaria de Educação
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0001 – Aplicações Diretas
.....R\$ 50.000,00
Atividade 2.014 – Manutenção da Educação Infantil
Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0001 – Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE
50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Atividade 2.020 – Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 25.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE
50.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 2.028 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 150.000,00

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.01 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
Atividade 2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 45.000,00
Elementos de Despesa – 3.1.91 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 8.000,00

TOTAL
..... R\$ 483.000,00

Art. 4º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 483.000,00 (quatrocentos e oitenta e três mil reais)

30.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
30.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Atividade 2.004 – Manutenção de Entidades Municipais

Elementos de Despesa – 3.3.50 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 70.000,00

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade 2.015 – Manutenção do Ensino Médio
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 35.000,00
Atividade 2.016 – Manutenção do Ensino Superior
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 78.000,00

Atividade 2.018 – Manutenção da Cultura
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 80.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT, OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE
50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Atividade 2.021 – Manutenção, Planejamento e Serviços Municipais
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 24.000,00

Atividade 1.005– Apoio na Implantação de Indústrias
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 6.000,00
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 12.000,00

Atividade 1.006– Construção de Pontes e Pontilhões
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 12.000,00

Atividade 1.023– Manutenção do Departamento de Transportes
Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 50.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE
50.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 1.012 – Manutenção do Programa de Poços Artesianos
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 12.000,00

Atividade 2.026 – Manutenção do Programa de Destoques e Açudes
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 12.000,00

Atividade 2.028 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 24.000,00

Atividade 2.029 – Manutenção do Programa Patrulha Mecanizada
Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 24.000,00
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 24.000,00

Atividade 2.009 – Apoio na Ampliação de Telefonia Rural
Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 483.000,00

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder

as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 05 de julho de 2016

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 06/2016

Excelentíssimo senhor Presidente e demais Vereadores e Vereadoras

Tenho a honra de encaminhar para deliberação desta Egrégia Casa o Projeto de Lei 006/2016 que autoriza o poder executivo municipal a abrir, de acordo com a nova contabilidade pública municipal PCASP, crédito especial por Anulação de Dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais) e autoriza ainda o executivo municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 483.000,00 (quatrocentos e oitenta e três mil reais), relativos a dotações necessárias para: manutenção da administração geral, pagamento de contribuições patronais, manutenção do programa de merenda escolar e da educação infantil, manutenção da iluminação pública, melhorias na malha viária do município e nos programas de assistência social.

O crédito especial solicitado nos artigos 1 e 2 será utilizados para empenhamento de recuperação e construção de unidades habitacionais, as quais não serão incorporadas no patrimônio público, por isso a necessidade do elemento 3.3.90, de acordo com a nova contabilidade PCASP.

Expostas as razões determinantes da minha iniciativa, renovo a Vossa Excelência e demais Legisladores os protestos de minha alta consideração.

Novo Horizonte SC, 05 de julho de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 007/2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 007/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a aquisição de camisetas para divulgação das campanhas outubro rosa, novembro azul para os servidores das Unidades de Saúde, Farmácia Básica e SAMU. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 10/08/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 29/07/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro Verde

PREFEITURA

PORTARIA Nº 100

PORTARIA N.º 0100/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Ronaldo Pratto, Lotada junto a Secretária Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 01/07/2012 a 31/06/2013, que serão gozadas no período de 01/08/2016 a 30/08/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 31/08/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de Julho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº 101

PORTARIA N.º 0101/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Cleonice Oliveira da Luz Tirelli, Lotada junto a Secretária Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2014 a 11/03/2015, que serão gozadas no período de 01/08/2016 a 30/08/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 31/08/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de Julho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº 102

PORTARIA N.º 0102/2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/2015.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares a servidora pública Municipal Sra. Eliane Aparecida Ramos, referente ao cargo efetivo de Professora 20:00 hs. Semanais, no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de Julho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Palhoça

PREFEITURA

CONTRATO Nº 146-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº146/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESGOJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de tanque e equipamento Hidrojateador combinado com Vácuo, incluindo montagem e instalação sobre chassi do caminhão fornecido pela Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE. VALOR: R\$370.000,00 (trezentos e setenta mil reais). Data: 01/07/2016.

CONTRATO Nº 147-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº147/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JMALUCCELLI EQUIPAMENTOS S/A. OBJETO: aquisição de Miniescavadeira para Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE. VALOR: R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais). Data: 05/07/2016.

CONTRATO Nº 148-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº148/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de Minicarregadeira para a Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE. VALOR: R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais). Data: 05/07/2016.

CONTRATO Nº 149-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Reforma da cobertura do Grupo Escolar Professora Maria Luzia de Souza na Passagem do Maciambu (lote 01) e Reforma do telhado do CEI José Miguel Ferreira no bairro Guarda do Cubatão (lote 02). VALOR: R\$ 97.287,58 (noventa e sete mil duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). Data: 05/07/2016.

CONTRATO Nº 152-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº152/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SIMONE CAMPOS & CAMPOS TELEFONIA, SEGURANÇA E

SINALIZAÇÃO LTDA ME. OBJETO: a aquisição de cones de trânsito para utilização nas ações operacionais de fiscalização e policiamento de trânsito, através da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. VALOR: R\$ 29.950,00 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta reais). Data: 07/07/2016.

CONTRATO Nº 160-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº160/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HIGRA INDUSTRIAL LTDA. OBJETO: aquisição de bombas (aeradores) turbo, misturador, submerso para aeração em ranque de tratamento de efluentes urbanos na estação de Tratamento de esgoto Sanitário do bairro Madri. VALOR: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais). Data: 12/07/2016.

CONTRATO Nº 165-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº165/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização de Área de Lazer localizada no bairro Pontal. VALOR: R\$ 189.963,76 (cento e oitenta e nove mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos). Data: 13/07/2016.

CONTRATO Nº 170-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº170/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº222/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 222/2015, o veículo Hyundai Tucson GL 20L, placa MFQ9975, ano/modelo 2008/2009, cor preta, combustível gasolina, Renavam nº147714842, Chassi nºKMHJM81BP9U028718, de uso exclusivo da Secretaria de Infraestrutura. Data: 18/07/2016.

CONTRATO Nº 170-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº170/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº222/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 222/2015, o veículo Hyundai Tucson GL 20L, placa MFQ9975, ano/modelo 2008/2009,

cor preta, combustível gasolina, Renavam nº147714842, Chassi nºKMHJM81BP9U028718, de uso exclusivo da Secretaria de Infra-estrutura. Data: 18/07/2016.

CONTRATO Nº 172-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº172/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização de Área Pública localizada na Avenida Rio Grande - bairro Rio Grande. VALOR: R\$ 72.208,39 (setenta e dois mil duzentos e oito reais e trinta e nove centavos). Data: 20/07/2016.

CONTRATO Nº 173-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº173/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lonh com a Rua Jacob Weingartner, Centro (LOTE 01) e Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lonh com a Avenida Rio Grande, Centro (LOTE 02). VALOR: R\$ 997.952,63 (novecentos e noventa e sete mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos). Data: 20/07/2016.

CONTRATO Nº142-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUMPRESI

CONTRATO Nº142/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CESAR RAFAEL WILKE EPP. OBJETO aquisição de equipamentos de ginástica para suprir as necessidades do Corpo de Bombeiros. VALOR: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais). Data: 29/06/2016.

CONTRATO Nº145-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº145/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº222/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 222/2015, o caminhão FORD/CARGO 816 S, placa QHV5425, ano/fab 2016/2017, cor Branca, combustível Diesel, Renavam nº1090005455, Chassi nº9BFVEADS5HBS95952, de uso exclusivo da Diretoria de Nutrição e Alimentação pertencente à Secretaria de Educação. Data: 01/07/2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 043, DE 22 DE JULHO DE 2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 043, DE 22 DE JULHO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça/SC e a empresa SRF Construtora – SPE LTDA.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo Secretário de Infraestrutura, Senhor EDUARDO FRECCIA, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, a empresa SRF CONSTRUTORA – SPE LTDA., inscrita no CNPJ/MF 22.600.930/0001-19, localizada na Avenida Governador Irineu Bornhausen, nº 3378, Bairro Agrônômica, Florianópolis, representado pelo Senhor SYRIACO ATHERINO KOTZIAS, inscrito no CPF/MF 378.376.309-63, RG 201.551, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio de Cooperação Técnica, nos termos da legislação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Tem por objeto o presente Convênio, a cooperação, mediante contrapartida social, a fim de afim de promover o bem estar e compensar os impactos ocasionados por empreendimento imobiliário, a título de doação, sem ônus para o município, a DOAÇÃO de 5 latas de Tinta Branca Acrílica Premium, para a pintura de praças e equipamentos públicos do bairro Nova Palhoça, a ser entregue na garagem e depósito da Prefeitura de Palhoça, localizado na Rua Raulina Angélica Weingartner.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O ônus, eventualmente ocasionado pelo presente instrumento correrá a conta da empresa SRF Construtora. O poder Executivo não sofrerá ônus.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e o objeto deverá ser cumprido em 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA:

Para a consecução do objeto deste Convênio de Cooperação Técnica o MUNICÍPIO se compromete a executar os serviços com o material cedido.

CLÁUSULA QUINTA:

Mediante Termo Aditivo, poderão ser feitas alterações, a qualquer tempo, ao Convênio de Cooperação Técnica, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente termo de cooperação é firmado de forma irrenunciável e irretratável, tendo em vista a sua finalidade social, na forma de contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 22 de julho de 2016.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura

SYRIACO ATHERINO KOTZIAS
Representante da Empresa SRF Construtora – SPE LTDA.

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 044, DE 29 DE JULHO DE 2016

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 044, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça/SC e a empresa KOSKI EMPREENDIMENTOS LTDA-ME.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo Secretário de Infraestrutura, Senhor EDUARDO FRECCIA, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, a empresa KOSKI EMPREENDIMENTOS LTDA-ME., inscrita no CNPJ/MF 09.688.761/0001-52, localizada na Avenida dos Lagos, nº 41, Sala 131, Bairro Pedra Branca, neste Município, representado pelo Senhor DANIEL IANKOSKI, inscrito no CPF/MF 030.972.389-21, RG 4.061.693-2, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio de Cooperação Técnica, nos termos da legislação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Tem por objeto o presente Convênio, a cooperação, mediante contrapartida social, a fim de afim de promover o bem estar e compensar os impactos ocasionados por empreendimento imobiliário, a título de doação, sem ônus para o município, a DOAÇÃO E INSTALAÇÃO de 1 Parque Infantil conforme modelo anexo a ser instalado em local definido pela Prefeitura de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O ônus, eventualmente ocasionado pelo presente instrumento correrá a conta da empresa Koski Empreendimentos Ltda ME. O poder Executivo não sofrerá ônus.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e o objeto deverá ser cumprido em 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA:

Para a consecução do objeto deste Convênio de Cooperação Técnica o MUNICÍPIO se compromete a manter o equipamento instalado pela empresa.

CLÁUSULA QUINTA:

Mediante Termo Aditivo, poderão ser feitas alterações, a qualquer tempo, ao Convênio de Cooperação Técnica, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente termo de cooperação é firmado de forma irrenunciável e irrevogável, tendo em vista a sua finalidade social, na forma de contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 29 de julho de 2016.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura

DANIEL IANKOSKI
Representante da Empresa KOSKI EMPREENDIMENTOS LTDA-ME

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Anexo

Modelo do Parque Infantil

Parque infantil fabricado com estrutura principal em eucalipto roliço tratado com toras entre 12cm a 15cm, com ferragens galvanizadas com pintura eletrostática. Contendo: 01 - Torre medindo 1,00m x 1,00m com cobertura em fibra de vidro medindo 1,22 x 1,22cm; 01 - Escada de ferro com degraus de madeira medindo 2,00m de comprimento por 0,74cm de largura; 01 - Rampa de cordas medindo 2,20m de comprimento por 0,79cm de largura, traçada com cordas de 14mm 100% poliéster; 01 - Balanço colorido com 03 lugares, suportes em formato de x, correntes Galvanizadas e assentos de madeira, acoplado na torre com proteções; 01 - Escorregador com 2,50m de comprimento por 0,40cm de largura em fibra de vidro.

PORTARIA Nº. 2401/2016

PORTARIA Nº. 2401/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1674 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CELIA REGINA DE MIRANDA,

no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/06/2016 a 28/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2402/2016

PORTARIA Nº. 2402/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0887 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SUELLEN KAROLINE HEINZ, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/05/2016 a 29/06/2016, face ao impedimento da titular Janaina Aparecida da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2403/2016

PORTARIA Nº. 2403/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2137 de 03 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor VICTOR ANTONIO BASTA RACHER DE MIRANDA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/06/2016 a 13/07/2016, face ao impedimento da titular Elenice Fernandes Camargo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2404/2016

PORTARIA Nº. 2404/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2103 de 03 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor ALINE KRUGER HACHAMANN, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/06/2016 a 15/06/2016, face ao impedimento da titular Raquel Mara Martins Weiss, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2405/2016

PORTARIA Nº. 2405/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2102 de 03 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor ALINE KRUGER HACHAMANN, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/06/2016 a 13/07/2016, face ao impedimento da titular Elenice Fernandes Camargo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2406/2016

PORTARIA Nº. 2406/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0986 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor ANGELA SCHMITZ DE QUADROS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/05/2016 a 25/08/2016, face ao impedimento da titular Ana Beatriz Zacchi, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2407/2016

PORTARIA Nº. 2407/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VANESSA PIRES DE SOUZA, Matrícula 3760965-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2408/2016

PORTARIA Nº. 2408/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AUGUSTO SILVA DE ARAUJO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SMAS/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Programa Bolsa Família da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/06/2016 a 03/06/2017.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2409/2016

PORTARIA Nº. 2409/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
251769-2	Andre Luis de Souza Fernandes	80%
251745-4	Maria Cristina Pacheco Costa Fortuna	80%
260086-2	Maria Cristina Riesinger Pereira	80%

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2410/2016

PORTARIA Nº. 2410/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para EDIVANE LUCIA VERARDI DUTRA, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de junho de 2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2411/2016

PORTARIA Nº. 2411/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Responsável pelo PAEFI a servidora AMANDA DRI LIMA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2412/2016

PORTARIA Nº. 2412/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100763-1	Amanda Dri Lima	R\$ 490,00	R\$ 1400,00
100352-1	Artur Martinhago Aguiar	R\$ 1400,00	R\$ 490,00

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2413/2016

PORTARIA Nº. 2413/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0204 de 22 de janeiro de 2016, que Concedeu Estabilidade a servidora SANDRA CRISTINA CLARINDO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 30/05/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2414/2016

PORTARIA Nº. 2414/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
370902-1	Thatiany Rodolfo dos Santos	20%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
3745643-1	Ximena Cabral Rodrigues	80%	60%

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2415/2016

PORTARIA Nº. 2415/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Edineia Maria da Rosa	40	20	01/06/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2416/2016

PORTARIA Nº. 2416/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2016.

ANEXO I

NOME	DE
Leonardo Beserra da Silva	20%
Kauanne Lobas Pinto	80%

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2417/2016

PORTARIA Nº. 2417/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SUELI EMIDIA HENNING, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VERA REGINA LUCIO
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2418/2016

PORTARIA Nº. 2418/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEVANE MOURA GRIMAUTH LOPES, matrícula nº. 126437-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/08/2001 a 14/08/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/06/2016 à 03/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2419/2016

PORTARIA Nº. 2419/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Comissão de registro e Acompanhamento do Patrimônio Público Municipal.

Artigo 2º - A Comissão será coordenada pela Diretoria Geral de Controle Interno.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de maio de 2016.

NOME	SECRETARIA
Carlos Figueiredo do Nascimento	Superintendente da SAMAE
Cintia Morh	Centro Administrativo Municipal
Cristina da Silva	Faculdade Municipal de Palhoça
Fabiane Irma Martins	Secretaria de Assistência Social
Jackson Lee Simas	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Joyce Rejane de Souza	Secretaria de Educação
Lucas Pereira Carvalho	Secretaria de Administração e Seguridade Social
Osvaldo Bossolan Neto	Secretaria de Governo
Tatiani Grun Lemos	Secretaria de Educação
Vitor Sodré Dias	Secretaria de Saúde
Zenilde Maria de Souza	Secretaria de Governo

Artigo 4º - Revogam-se as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2420/2016

PORTARIA Nº. 2420/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação do Estágio Probatório" da Secretaria de Assistência Social, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de maio de 2016.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Chefe da Unidade	Secretaria de Assistência Social	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria de Administração	Membro
Maria Aparecida da Silva Martins	Secretaria de Assistência Social	Membro
Rosilene da Silva Kuhnen	Secretaria de Administração	Presidente
Gabriel Alvarez	Secretaria de Assistência Social	Vice Presidente
Patrícia de Mello	Secretaria de Assistência Social	Membro
Eliane Mara Dransfeld	Secretaria de Assistência Social	Secretária

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2421/2016

PORTARIA Nº. 2421/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1692 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor ANA LUCIA PRUDENCIO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 31/05/2016 a 29/11/2016, face ao impedimento da titular Janaina Farias, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2422/2016

PORTARIA Nº. 2422/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0864 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor LETICIA DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/05/2016 a 26/06/2016, face ao impedimento da titular Stela Maris dos Santos Gonçalves, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2423/2016

PORTARIA Nº. 2423/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402264-3	Adriana Hessmann	R\$ 500,00
3745093-1	Aline Maria Venancio de Simas	R\$ 600,00
124357-4	Ana Beatriz Silveira Zacchi	R\$ 585,00
370201-6	Silvane Rodrigues	R\$ 289,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
401293-1	Adriana Zelir Cesário	R\$ 400,00	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2424/2016

PORTARIA Nº. 2424/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR DAIANA BORGES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2425/2016

PORTARIA Nº. 2425/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR ELIANA PEREIRA DA SILVA BRANCO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2426/2016

PORTARIA Nº. 2426/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR DANIELA DE ANDRADE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2427/2016

PORTARIA Nº. 2427/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR CASSIANA LUCIA DA MOTTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2428/2016

PORTARIA Nº. 2428/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR ANA AGDA DA SILVA VIEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2429/2016

PORTARIA Nº. 2429/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR EVERGISTA LUIZA CORREA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2430/2016

PORTARIA Nº. 2430/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR ALBA CARMEM DO CARMO COSTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2431/2016

PORTARIA Nº. 2431/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR ADENIRA RODRIGUES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2432/2016

PORTARIA Nº. 2432/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR GELITA CHIMANSKI LEÃO ANDRE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2433/2016

PORTARIA Nº. 2433/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR GISELLI MARTINS DA SILVA CUNHA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2434/2016

PORTARIA Nº. 2434/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR LENI TEREZINHA BERNARDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2435/2016

PORTARIA Nº. 2435/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR TATIANA CLAUDIA CAMPOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2436/2016

PORTARIA Nº. 2436/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR SANDRA REGINA MAINCHEIN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2437/2016

PORTARIA Nº. 2437/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR VALDETE DE BITENCOURT, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2438/2016

PORTARIA Nº. 2438/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR NEUZA MARIA ANDRADE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2439/2016

PORTARIA Nº. 2439/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR SILVIA CRISTINA DA ROSA MADEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2440/2016

PORTARIA Nº. 2440/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR ROSANA APARECIDA PINHEIRO SALMORIA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2441/2016

PORTARIA Nº. 2441/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA AUGUSTA MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2442/2016

PORTARIA Nº. 2442/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR LUCIMAR OLINDINA DOS SANTOS VIDAL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2443/2016

PORTARIA Nº. 2443/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EMILIA APARECIDA DA SILVA MATTOS MACHADO, matrícula nº. 800242-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 13/05/2006 a 13/05/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/06/2016 à 22/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2444/2016
PORTARIA Nº. 2444/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GILSON FORTUNATO, matrícula nº. 128750-1, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 18/10/2010 a 18/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/06/2016 à 13/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2445/2016
PORTARIA Nº. 2445/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANA ULMER DIAS, matrícula nº. 801813-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/07/2016 à 02/08/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2446/2016
PORTARIA Nº. 2446/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAM DA SILVA, matrícula nº. 801562-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2016 à 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2447/2016
PORTARIA Nº. 2447/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor MARCOS ROBERTO DE MELO, matrícula nº. 500250-2, titular do cargo de Técnico em Edificações, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 11654/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2448/2016
PORTARIA Nº. 2448/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA ROSA DE OLIVEIRA PIRES, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de

2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Frei Damião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/06/2016 a 08/06/2017.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2449/2016

PORTARIA Nº. 2449/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0076 de 08 de janeiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROSIMERI MARIA MARTINS, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2450/2016

PORTARIA Nº. 2450/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3597 de 03 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANDREIA LEONEL VIEIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/12/2014 a 30/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2451/2016

PORTARIA Nº. 2451/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0750 de 06 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora AMANDA DANNIELY LUIZ RAMOS, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2016 a 30/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2452/2016

PORTARIA Nº. 2452/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO SCHMITZ, matrícula nº. 500371-4, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 26/02/1997 a 26/02/2002, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 13/06/2016 à 13/08/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2453/2016

PORTARIA Nº. 2453/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA CRUZ DA SILVA, matrícula nº. 800543-3, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/11/1998 a 02/11/2003, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/08/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2454/2016

PORTARIA Nº. 2454/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402345-2	David de Medeiros	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2455/2016

PORTARIA Nº. 2455/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOSEANE JOKOSKI, Matrícula 3760789-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2456/2016

PORTARIA Nº. 2456/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
260093-2	Carolina Bernardes Bena	60%
3760911-1	Joel da Silva Rodrigues	20%
3760922-1	Suzana Pereira da Cruz	20%

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2457/2016

PORTARIA Nº. 2457/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ELISANGELA DIAS, matrícula nº 3761072-1, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2458/2016

PORTARIA Nº. 2458/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SHEILA IOLANDA COELHO MAURICIO, matrícula nº. 121764-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2010 a 02/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/06/2016 à 20/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2459/2016

PORTARIA Nº. 2459/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3760876-1	Débora Regina S. Napolini	30%

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2460/2016

PORTARIA Nº. 2460/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79,

II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1686 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CRISTIANE APARECIDA SOUZA KRUG, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2016 a 06/07/2016, face ao impedimento da titular Michelle Paula Santiago, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2461/2016

PORTARIA Nº. 2461/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GIDELE GOMES CARDOSO DIRCKSEN, matrícula nº. 122278-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (seis) meses, a contar de 08/06/2016, de acordo com às folhas 59.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2462/2016

PORTARIA Nº. 2462/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta

Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora EDNA KASZUBA, matrícula nº. 800926-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 07 (sete) meses, a contar de 01/06/2016, de acordo com às folhas 21.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2463/2016

PORTARIA Nº. 2463/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA MARIA DA SILVA SELL, matrícula nº. 801172-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 08/06/2016, de acordo com às folhas 40.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2464/2016

PORTARIA Nº. 2464/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora SOLANGE MARIA FURTADO, matrícula nº. 800329-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 08/06/2016, de acordo com às folhas 05.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2465/2016

PORTARIA Nº. 2465/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina com ônus ressarcidos a origem, o servidor RICARDO LUCIANO SCHMITT NEVES, matrícula nº. 300168, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 171, 172 e 173 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2466/2016

PORTARIA Nº. 2466/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no NAEP o servidor ZEZINHO TORQUATO FERNANDES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2467/2016

PORTARIA Nº. 2467/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no NAEP a servidora ISABEL LUZIA KRETZER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2468/2016

PORTARIA Nº. 2468/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para a Delegacia de Polícia da Comarca de Palhoça, com ônus para origem, o servidor ILSON LAURENTINO GUIMARÃES, matrícula nº. 401596-1, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 25/2013, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2469/2016

PORTARIA Nº. 2469/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR TAMARY CARLA LEMES PONCIANO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2470/2016

PORTARIA Nº. 2470/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUCILEIA DOS SANTOS SCHIESSL, matrícula nº. 400980-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 30 de maio de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 15/2016 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 15/2016. Modalidade: Dispensa de Licitação 09/2016. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE ATENDIMENTO - UBA, NO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE SANTA LÚCIA, NESTE MUNICÍPIO. Valor: R\$ 9.480,00. Contratada: CLAUDECIR JOSE RIGONI. Palmitos, 28 de Julho de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 16/2016 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 16/2016. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 05/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE PALMITOS. Data da entrega dos envelopes: 12/08/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 12/08/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 29 de Julho de 2016. Tânia de Fátima Henchen – Gestora do Fundo.

PROCESSO 80/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 80/2016. Modalidade: Dispensa de Licitação 15/2016. OBJETO: FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE AÇO PARA FIXAÇÃO DE PAINEL DE LED. Valor: R\$ 7.700,00. Contratada: MELANI & SCHATTE MARKETING VISUAL LTDA ME. Palmitos, 29 de Julho de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2016 REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2016 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2016 REGISTRO DE PREÇOS.

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais para procedimentos de enfermagem. Tipo: Menor Preço Unitário e Eletrônico; Recebimento das Propostas: Das 08:00 hs do dia 08 de agosto de 2016 até as 08:30hs do dia 12/08/2016; Início da disputa de lances: Às 09:10hs do dia 12/08/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 2519 de 05 de março de 2015 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos sites www.papanduva.sc.gov.br , www.bll.org.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 29 de julho de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Paraíso

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO

Página: 1/5
Processo Nº.: 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2016

No dia 29 do mês de Julho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICÍPIO PARAÍSO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2016, Processo Licitatório nº. 34/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, DESTINADOS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA SOLICITANTE.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6062	MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME	85.256.287/0001-78		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, DESTINADOS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA SOLICITANTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6062 - MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DA SEDE DO MUNICÍPIO PARA O INTERIOR E DO INTERIOR PARA A SEDE E EVENTUALMENTE PARA FORA DO MUNICÍPIO, PARA CONserto OU OUTRA NECESSIDADE. VIAGEM COM DISTÂNCIA DE ATÉ 60 KM	SV	MECANICA FF	60,000	260,0000	15.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/5
Processo Nº.: 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/5
Processo Nº.: 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/5
Processo Nº.: 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuárias da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/5
Processo Nº.: 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 29 de Julho de 2016.

ERNI GIACOMINI
PREFEITO MUNICÍPIO PARAÍSO

Empresas Participantes:

MECÂNICA FRONTEIRA LTDA - ME

CNPJ: 85.256.287/0001-78 _____

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÕES 05/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PROCESSO Nº 025/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: Aquisição de arados e batedeira de cereais para uso da Secretaria de Agricultura do Município de Paulo Lopes. Contrato de Repasse nº 792689/2013/Ministério do Desenvolvimento Agrário
Processo nº 2625.1010075-69/2013
Fornecedor: CASA DO PICA-PAU LTDA
Valor Total R\$ 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais).
Data de homologação 04/05/2016
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 027/2016
TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2016
Tipo: Menor Preço global
Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção de Creche, Ginásio e Torre de Caixa d'água na Comunidade de Morro Agudo conforme projetos anexos.
Fornecedor: CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELE
Valor Total = R\$ 918.258,77 (novecentos e dezoito mil duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos)
Data de homologação 13/05/2016
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 028/2016
CARTA CONVITE Nº. 07/2016
Tipo: Menor Preço global
Objeto: Contratação de empresa especializada em construção de duas casas de madeira com banheiro de alvenaria conforme especificações constantes do projeto básico.
Fornecedor: RAFAELA SANTOS ME
Valor Total = R\$ 59.980,60 (noventa e nove mil e novecentos e oitenta reais e sessenta centavos)
Data de homologação 20/05/2016
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 030/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2016
Tipo: Menor Preço Global
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública com acesso simultâneo de usuários e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descrito no edital e no seu anexo I.
Fornecedor BETHA SISTEMAS LTDA:
Valor Total = R\$198.125,00 (cento e noventa e oito mil cento e vinte e cinco reais)
Data de homologação: 13/05/2016
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÕES 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PROCESSO Nº 023/2016
PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: Aquisição de medicamentos de farmácia básica, pronto atendimento e de uso contínuo e controlado, estimados para o período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações constantes no anexo I (termo de referência).
Fornecedores:
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor Total: R\$ 39.633,87 (trinta e nove mil seiscentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos).

DIMASTER COM.DE PROD. HOSPITALARES LTDA
Valor Total: R\$ 104.007,80 (cento e quatro mil e sete reais e oitenta centavos).

CENTERMEDI COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor Total: R\$ 71.578,00 (setenta e um mil quinhentos e setenta e oito reais).

DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Valor Total: R\$ 59.895,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e noventa e cinco reais).

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
Valor Total: R\$ 62.049,07 (sessenta e dois mil quarenta e nove reais e sete centavos).

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
Valor Total: R\$ 5.902,00 (cinco mil novecentos e dois reais).

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA
Valor Total: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA Valor Total: R\$ 12.240,00 (doze mil duzentos e quarenta reais)

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
Valor Total: R\$ 32.360,00 (trinta e dois mil trezentos e sessenta reais).

S & R DISTRIBUIDORA LTDA
Valor Total: R\$ 116.237,59 (cento e dezesseis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove reais).

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor Total: R\$ 23.471,60 (vinte e três mil quatrocentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor Total: R\$ 72.065,45 (setenta e dois mil sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

LM FARMA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor Total: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA Valor Total: R\$

135.983,90 (cento e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e noventa centavos).

DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor Total: R\$ 31.738,80 (trinta e um mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA

Valor Total: R\$ 59.056,60 (cinquenta e nove mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

ILG COMERCIAL LTDA

Valor Total: R\$ 38.408,02 (trinta e oito mil quatrocentos e oito reais e dois centavos).

VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor Total: R\$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais).

ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA Valor Total: R\$ 12.785,00 (doze mil setecentos e oitenta e cinco reais).

FERNAMED LTDA

Valor Total: R\$ 8.471,00 (oito mil quatrocentos e setenta e um reais)

M.U BACKES E CIA LTDA ME

Valor Total: R\$ 31.994,50 (trinta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Valor Total R\$ 944.828,20 (novecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

Data de homologação 08/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 029/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de caminhão novo zero quilometro 4x2 conforme Termo de Referência anexo ao Edital.

Fornecedor R.F COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA

Valor Total = R\$187.900,00 (cento e oitenta e sete mil e novecentos reais)

Data de homologação: 16/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 032/2016

LEILÃO Nº. 04/2016

Tipo: Maior lance

Objeto: Alienação de bens móveis declarados inservíveis para a administração no estado em que se encontra avaliado e discriminado, conforme o anexo I do Edital.

Arrematantes:

AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA

Valor Total = R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)

ADELMO WILL

Valor Total = R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

LEANDRO DA SILVA

Valor Total = R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)

Data de homologação 02/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 033/2016

TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2016

Tipo: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de parte da Rua Heleodoro Serafim Schmidt no Bairro Ribeirão (Estaca 123 + 0,00 à estaca 138+ 10,00), Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico.

Fornecedor: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA

Valor Total = R\$ 305.910,09 (trezentos e cinco mil novecentos e dez reais e nove centavos)

Data de homologação 10/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 034/2016

TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016

Tipo: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de parte da Rua Heleodoro Serafim Schmidt - GRP- 10 no Bairro Ribeirão (Estaca 57 + 0,00 à estaca 100+ 0,00), Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico.

Fornecedor: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA

Valor Total = R\$ 914.075,87 (novecentos e quatorze mil setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos)

Data de homologação 21/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 035/2016

CARTA CONVITE Nº. 08/2016

Tipo: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa para executar Pavimentação com lajotas e Drenagem da Rua Severo Calistro de Souza, no Bairro Nova Belém, município de Paulo Lopes.

Fornecedor: MAURICIO SAVULSKI DE MATOS

Valor Total = R\$ 102.001,33 (cento e dois mil um reais e trinta e três centavos)

Data de homologação 22/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 036/2016

CARTA CONVITE Nº. 09/2016

Tipo: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa de serviços técnicos profissionais especializados para o assessoramento e subsídios a fiscalização de obras de edificação e pavimentação de vias no município de Paulo Lopes conforme projeto básico.

Fornecedor: MS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES EIRELE- ME

Valor Total = R\$ 47.472,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais)

Data de homologação 22/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 037/2016

CARTA CONVITE Nº. 10/2016

Tipo: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa para executar Pavimentação Asfáltica e Drenagem da 2ª etapa da Rua Juvêncio Rodrigues , no Bairro Freitas, município de Paulo Lopes.

Fornecedor: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA

Valor Total = R\$ 75.555,82 (setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)

Data de homologação 22/06/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÕES 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PROCESSO Nº 038/2016

DISPENSA Nº. 03/2016

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de sinalização de trânsito com fornecimento de materiais conforme orçamento.

Fornecedor: GP SINALIZAÇÃO- INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

Valor Total: R\$ 14.340,00 (quatorze mil trezentos e quarenta reais)

Data de homologação 20/07/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 039/2016

CARTA CONVITE Nº. 11/2016

Tipo: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa para executar Pavimentação e Drenagem de Trecho da Rua Euclides de Souza Goularte, no Bairro Penha Município de Paulo Lopes, conforme especificações constantes do projeto básico.

Fornecedor: JARLEX TEIXEIRA ME

Valor Total = R\$ 139.221,17 (cento e trinta e nove mil duzentos e vinte e um reais e dezessete centavos)

Data de homologação 15/07/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 041/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de coletor compactador de lixo com capacidade de 10m³, conforme termo de referência em anexo.

Fornecedor: TRUCAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Valor Total R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Data de homologação 15/07/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2016

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de coletor compactador de lixo com capacidade de 10m³, conforme termo de referência em anexo.

Fornecedor: KALLU MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME

Valor Total R\$ 248.695,00 (duzentos e quarenta e oito mil seiscientos e noventa e cinco reais).

Data de homologação 18/07/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 06/2016

PORTARIA Nº. 06/16

TOBIAS MANOEL RAUPP, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar a servidora comissionada, JULIANA SILVA BORGES, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 01 de Agosto de 2016 a 30 de Agosto de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 01 de Agosto de 2016.

Tobias Manoel Raupp

Presidente

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2016.

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 127/2016-PMP

1º Termo aditivo nº 127/2016-PMP
Ao contrato nº 142/2015 PMP

Licitação: Processo administrativo N.º 47/2015 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 05/2015 - PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 127/2016-PMP ao Contrato Administrativo 142/2015-PMP, para execução de serviço de aluguel, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa lado Nelson João Cunha Filho, portador do CNPJ/CPF n.º 458.531.429-68, residente à Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 08, Bairro Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula primeira do contrato administrativo nº 142/2015- PMP fica prorrogada até o dia 30.07.2017 a contar do dia 31.07.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do contrato fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), passando o valor mensal para R\$: 2.068,04 (dois mil, sessenta e oito reais e quatro centavos) e com o valor anual de R\$: 24.816,48 (vinte quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

Dotação Orçamentaria

Órgão: 05 – SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTOS ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.007 – Funcionamento e Manutenção do Departamento administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000– Aplicações Diretas

Código reduzido: 000019

CLAUSULA QUARTA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Julho de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO Nº 126/2016 - PMP

3º Termo aditivo nº 127/2016-PMP
Ao contrato nº 126/2013 PMP

Licitação: Processo Adm. nº 36/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 04/2013 – PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Eugênio Krause, nº 3780, Armação, Penha/SC.

Pelo presente instrumento do 3º Termo Aditivo nº 126/2016-PMP ao Contrato Administrativo 126/2013-PMP, para execução de serviço de aluguel, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa EVERALDO LOURIVAL FRANCISCO, portador do CNPJ/CPF Nº 871.722.249-49, residente à Rua Salvador Mateus, nº 133, Armação, Penha/SC, neste ato representado pelo Sr. Everaldo Lourival Francisco, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada à execução de obras de infraestrutura, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula primeira do contrato administrativo nº 126/2013- PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2016 a contar do dia 01.08.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do contrato fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), passando o valor mensal para R\$: 5.049,80 (cinco mil, quarenta e nove reais e oitenta centavos) e com o valor correspondente de 2 (dois) meses de R\$: 10.099,60 (dez mil, noventa e nove reais e sessenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

Dotação Orçamentaria

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino

Funcional: 12.365.0009 – Educação Infantil

Projeto/Atividade: 2024 – Funcionamento e Manutenção do ensino Infantil/Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00611– Aplicações Diretas

Código reduzido: 000080

CLAUSULA QUARTA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Julho de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO TP10/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2016 - PMP

Objeto: – Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para construção de uma Creche, loteamento Recanto do Arvoredo, Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Motivo: A licitação está suspensa para análise de recurso pela Procuradoria Jurídica

Coordenação do Processo: Maikil Gileno Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 29 de julho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 125/2016 - PMP

CONTRATO ADM. DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MESTRE DE CERIMÔNIA E LOCUÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 125/206-PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2016-PMP

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa ANTONIO PAULO SILVEIRA ME.”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ANTONIO PAULO SILVEIRA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro Armação, Rua Inácio Francisco de Souza, nº 1703, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.531.689/0004-95, neste ato representada Antonio Paulo Silveira, CPF: n.º 382.486.890-34, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustados, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 49/2016 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 31/2016 - PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma prestar serviços para a PREFEITURA, por meio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a especificação a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	Contratação de serviços de mestre de cerimônia e locução em eventos oficiais.	Mensal	12	1.800,00	21.600,00
	TOTAL			R\$:	21.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$: 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), a ser pago no Banco do Bradesco, Agência n.º: 2835, Conta Corrente n.º: 8480-8 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO até sua totalidade ou parcialmente até 12 meses, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 05 – SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 19

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecedor devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha - SC, 29 de Julho de 2016.

PREFEITO
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
ANTONIO PAULO SILVEIRA ME

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE S.DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 398/2016 PMP

CONTRATO Nº 398/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem,

de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JUCÉLIA PACÍFICO DE SANTANA, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 7234.63.299-91, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nilo Anastácio Vieira nº 720, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 977,49 (novecentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/08/2016 até 31/08/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JUCÉLIA PACÍFICO DE SANTANA
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 405/2016 PMP

CONTRATO Nº 405/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 002/98, alterada pela lei complementar nº 007/03, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ALICE ZIMMERMANN, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 714.121.589-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Narciza Fausta Marçal, nº 305, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Pedagogia, atividade Professor I, Artes -prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03, firma o presente Contrato Administrativo de

Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Educação e Cultura, na CEI Dona Belinha, numa jornada de trabalho de 20 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em horário a ser fixado pelo Estabelecimento de Ensino ou Secretaria da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 1.067,83 (um mil e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/08/2016 até 16/12/2016, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

10 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino
2.031 -	Funcionamento e Manutenção do Fundef 60% - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Professor(a), através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIA ALICE ZIMMERMANN
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 406/2016 PMP

CONTRATO Nº 406/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 002/98, alterada pela lei complementar nº 007/03, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JUCÉLIA TEREZINHA MARTINS DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 004.171.619-13, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Joaquim Ludgero Vieira, nº 119, Praia Alegre, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Pedagogia, atividade Professor I, Artes -prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Educação e Cultura, na CEI Dona Belinha, numa jornada de trabalho de 20 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em horário a ser fixado pelo Estabelecimento de Ensino ou Secretaria da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 1.067,83 (um mil e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/08/2016 até 16/12/2016, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

10 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino
2.031 -	Funcionamento e Manutenção do Fundef 60% - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.0018 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Professor(a), através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JUCÉLIA TEREZINHA MARTINS DA SILVA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 407/2016 PMP

CONTRATO Nº 407/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 002/98, alterada pela lei complementar nº 007/03, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ERINÉIA ANACLETO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 022.194.189-44, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Vereador João Manoel Bento, nº 2336, São Cristovão, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Pedagogia, atividade Professor I, Artes -prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Educação e Cultura, na CEI Dona Belinha, numa jornada de trabalho de 20 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em horário a ser fixado pelo Estabelecimento de Ensino ou Secretaria da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 1.067,83 (um mil e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/08/2016 até 16/12/2016, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

10 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino
2.031 -	Funcionamento e Manutenção do Fundef 60% - Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 -

Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Professor(a), através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ERINÉIA ANACLETO
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 408/2016 PMP

CONTRATO Nº 408/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 002/98, alterada pela lei complementar nº 007/03, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ELISABETE SCHINEIDER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 196.362.508-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Clara M. Emmerich Pereira, nº 90, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Pedagogia, atividade Professor I, Artes -prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Educação e Cultura, na CEI Dona Belinha, numa jornada de trabalho de 20 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em horário a ser fixado pelo Estabelecimento de Ensino ou Secretaria da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 1.067,83 (um mil e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/08/2016 até 16/12/2016, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

10 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino
2.031 -	Funcionamento e Manutenção do Fundef 60% - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Professor(a), através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ELISABETE SCHINEIDER
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 2748/2016

DECRETO Nº 2748/16

NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar nº 02/98, alterada pela Lei Complementar nº 063/13.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeada a Sra. GABRIELA CORRADI DE PAULA, para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, da Creche Municipal João Batista da Cruz, percebendo uma gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração no primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 291/2016

PORTARIA Nº 291/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 73 da Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03,

RESOLVE:

BAIXAR: a pedido, a carga horária da Professora GABRIELA CORRADI DE PAULA, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais. Revogando a Portaria nº 42/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de julho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 292/2016

PORTARIA Nº 292/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 73 da Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 018/2010,

RESOLVE:

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora SIRLENE APARECIDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2016 a 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, no primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 293/2016

PORTARIA Nº 293/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: MARIA LUIZA DOS SANTOS, aprovada no Concurso Público, Edital nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSOR de Educação Infantil, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, no primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO ADITIVO Nº 399/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 399/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 266/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 399/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 266/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), LÚCIA DE SANTANA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 042.115.309-17, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Ver. João Manoel Bento, s/nº, São Cristovão, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Creche Municipal “Maria Lúcia Floriano”, no período de 01/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA CONTRATADO (A)

LÚCIA DE SANTANA DA SILVA

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 400/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 400/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 320/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 400/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 320/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), MURIEL FERNANDO KRAISCH, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 082.242.459-26, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, TV Cerutti, nº 784, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Grupo Escolar Municipal "Raquel Figueredo de Assis" no período de 01/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MURIEL FERNANDO KRAISCH
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 401/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 401/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 244/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 401/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 244/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), LEILA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 214.751.052-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Tem. Nildo Batista, nº 12, Centro, neste ato denominado (a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Grupo Escolar Municipal "Raquel Figueredo de Assis" no período de 01/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LEILA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 402/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 402/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 257/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 402/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 257/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), SCHEILA MARIA DE MELO BEZERRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 071.650.969-57, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Vereador João Manuel Bento, nº 2560, São Cristovão, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Creche Municipal "Maria Lúcia Floriano" no período de 01/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SCHEILA MARIA DE MELO BEZERRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 403/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 403/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 278/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 403/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 278/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), VERA LUCIA DE SOUZA SINESTRI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 004.496.519-24, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Juscelino Kubitschek Oliveira, nº 409, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Creche Municipal "Maria Lúcia Floriano" no período de 01/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 01 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VERA LUCIA DE SOUZA SINESTRI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 404/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 404/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 347/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 404/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 347/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a), CARLOS JOSÉ SERPA FILHO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 065.247.259-13, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tijucas, nº 53, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na "Projeto Contra Turno" no período de 01/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 01 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CARLOS JOSÉ SERPA FILHO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 64/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 17/2016, Pregão Presencial nº 09/2016

Objeto: Aditar ao contrato original nº 35/2016 para aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2016.

Valor: R\$ 40,90 (Quarenta reais e noventa centavos).

Dados do Contrato: Contrato nº 64/2016 1º Aditivo ao Contrato 35/2016

CNPJ: 00.070.364/0001-48

Contratado: MERCADO POLIANE LTDA

Data de Vigência: 27/07/2016 à 05/09/2016

Município de Peritiba – SC em 27 de Julho de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 65/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 17/2016, Pregão Presencial nº 09/2016

Objeto: Aditar ao contrato original nº 36/2016 para aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 2º quadrimestre de 2016.

Valor: R\$ 112,90 (Cento e doze reais e noventa centavos).

Dados do Contrato: Contrato nº 65/2016 1º Aditivo ao Contrato 36/2016

CNPJ: 03.536.050/0001-86

Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA

Data de Vigência: 27/07/2016 à 05/09/2016

Município de Peritiba – SC em 27 de Julho de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

TC040_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.:	040/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	JULIANA PAULA VIVIAN CHIARELLO MEI
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Valor :	R\$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 031/2016
Vigência :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 29 de Julho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

TC041_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.:	041/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Valor :	R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 031/2016
Vigência :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 29 de Julho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

TC042_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.:	042/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Valor :	R\$ 21.125,00 (vinte um mil cento e vinte cinco reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 031/2016
Vigência :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 29 de Julho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 007 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 007 / 2016

Processo Administrativo n.º 014 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CARDIOVERSORES BI-FÁSICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM A FINALIDADE DE OFERECER MELHOR ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS USUÁRIOS SUS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 2016TR000938, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE POMERODE / SC. Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 12/08/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 12/08/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 29 de Julho de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

09/07/2017.

Valor aluguel mensal – reajuste abaixo índice INPC para o período – R\$2.170,00 (dois mil e cento e setenta reais).

Valor total – 12 meses – R\$26.040,00 (vinte e seis mil e quarenta reais).

Pomerode/SC, 27 de Junho de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

A Comissão Processante do Processo Administrativo nº 001/2014, instituída por ato do Procurador-Geral do Município de Pomerode, Sr. Gilmar Jonas Voigtlaender, datado de 09 de junho de 2014 e, tendo em vista o disposto no Art. 256, I e § 3º do Código de Processo Civil, usado subsidiariamente nos processos administrativos (art. 15, CPC), CITA, pelo presente edital, o representante da empresa VILLAMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, Sr. SIEGMAR ZECH, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste, comparecer na Rua 15 de Novembro, 525, Centro, CEP 89.107-000, Pomerode - SC, a fim de acompanhar e apresentar defesa no processo administrativo nº 001/2014, instaurado para apurar supostas irregularidades quanto aos estímulos econômicos concedidos à empresa.

Pomerode (SC), 30 de junho de 2016.

Vivian Hardt
Membro

Bernadete Lorenzi
Membro

Jaime Eduardo Jensen
Membro

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 013 / 2013.

Dispensa de Licitação n.º 001 / 2013.

Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Locadora: STEFANIE BAHR.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA HEINRICH KAMCHEN, N.º 48 – CENTRO, POMERODE/SC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU DE POMERODE/SC.

Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses – Prazo final

Ponte Serrada

PREFEITURA

OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO CP 001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO

OITAVO Chamamento do Concurso Público 001/2015

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2015, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

CONTROLADOR INTERNO

1º	ANDRE GALLI	256045
----	-------------	--------

PSICOLOGO 40 HORAS

2º	PAULINE LANGARO	253547
----	-----------------	--------

Ponte Serrada – SC, 29 de Julho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- RG e CPF - Cópia
- Título Eleitor Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- 01 Foto 3x4
- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Conta Salário Banco Bradesco
- Exame Médico Admissional
- Declaração Bens
- Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Comprovante de Endereço
- CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

Porto União

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 011/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 147/2016

Inexigibilidade de Licitação n.º 011/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar o Hospital Associação de Proteção à Maternidade e à Infância com a finalidade de prestação de serviços de consultas, exames e procedimentos pediátricos.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação do Hospital Associação de Proteção à Maternidade e à Infância com a finalidade de prestação de serviços de consultas, exames e procedimentos pediátricos.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o Hospital Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, inscrito no CNPJ 81.644.718/0001-12, tendo em vista que é o único da região que possui UTI Neonatal.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 100,00 (cem reais) por consulta e os exames e procedimentos serão cobrados com base na Tabela CBHPM 2010, num total máximo de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) anuais.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2106 – Média e Alta Complexidade Saúde

Modalidade 3390-3170 – Aplicações diretas

Cód. 209

Complemento 33903950 – Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, caput, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 29 de julho de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE APOSTILA 01/2016 AO CONTRATO 32/2016

EXTRATO DE APOSTILA 01 AO CONTRATO Nº 32/2016

CONTRATANTE:	O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	COMPRETUDO SUPERMERCADO LTDA
OBJETO:	A presente apostila tem por objeto o reajuste de 65,11 % sobre o valor inicial do contrato, no prego do item 25 "Leite tipo semi desnatado UHT longa vida, tipo C, acondicionado em embalagem aluminizada, a ser entregue em embalagem de 1 lt.", argumentado que, o preço do litro foi reajustado pelo fornecedor, efetivamente, assim os comprova mediante documentação legal, fiscal e contábil juntamente ao referido expediente.
VALOR ATUAL:	R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)
VIGÊNCIA:	13/07/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DE APOSTILA 02/2016 AO CONTRATO 26/2016

EXTRATO DE APOSTILA 02 AO CONTRATO Nº 26/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	A presente apostila tem por objeto o reajuste de 16,67 % sobre o valor inicial do contrato, no prego do medicamento Metildopa 500mg, argumentado que, o preço do medicamento foi reajustado pelo fornecedor, efetivamente, assim os comprova mediante documentação legal, fiscal e contábil juntamente ao referido expediente.
VALOR ATUAL	R\$ 0,21 (vinte e um centavos)
VIGÊNCIA:	28/07/2016 à 31/12/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09h00min (nove horas), do dia 15 (quinze) de agosto de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução (material e mão-de-obra) de uma cabeceira em concreto armado para apoio de ponte pré-fabricada, sobre o Rio Rancho Grande, sito na Comunidade de Linha Divisa, interior do Município de Presidente Castello Branco, conforme projeto especificações e quantitativos constantes no Anexo I do presente Edital em regime de empreitada global. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 28 DE JULHO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

SUSPENSÃO DE EDITAL DE CP Nº 0001/2016 - PMRA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

SUSPENSÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2016-PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados a suspensão do Processo Licitatório nº 0041/2016 - PMRA na modalidade de Concorrência Pública nº 0001/2016-PMRA, com o seguinte objeto: concessão remunerada de uso de espaço físico edificado, com área de 35m²., no Ginásio de Esportes "Nelson Lenardt", no Município de Rio das Antas-SC, para instalação e exploração dos serviços de bar/lanchonete. Demais especificações do edital completo. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas-SC, 29 de julho de 2016/Alcir Jose Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/16

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Edson Silvio Barth	Xxx.348. 479-xx	154591
Rosemeri Bagatoli	Xxx.160.729-xx	158700

Rio do Sul, 29 de Julho de 2016
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
ROSALIA HOFFMANN	XXX.725. 739-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 28 – COMISSÃO IPTU
MARLI MARIA BOSCO LADEWIG	XXX.681. 849-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 25 – COMISSÃO IPTU
JOSEFINA GIACOMINI	XXX.575. 849-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 26 – COMISSÃO IPTU
ROSIANE BALDES-SARI	XXX.710. 719-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 26 – COMISSÃO IPTU
ARLINDO DE SOUZA	XXX.286. 709-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 26 – COMISSÃO IPTU

Rio do Sul, 29 de julho de 2016
PATRICIA SOARES
MEMBRO E SECRETÁRIA DA COMISSÃO

RONALDO DA ROCHA
MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

INEXIGIBILIDADE 004/2016 - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 004/2016/FMAS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social, Sr. Sido Strey, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: serviços de aulas de capoeira para usuários da Política de Assistência Social.

R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Contratada: Jonas Capitani.

Prazo: 264 aulas

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016

SIDO STREY

Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 0867/RH

PORTARIA Nº. 0867/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ROSI VILKE, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de julho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA Nº 0868/RH

PORTARIA Nº. 0868/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ANA CAROLINA MEES, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de

Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 0873/RH PORTARIA Nº. 0873/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 0874/RH PORTARIA Nº. 0874/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ROSIMEIRE DE SOUZA ALVES VITAL, para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 0880/RH PORTARIA Nº. 0880/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, CRISTIAN GREIN BUENO, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 0892/RH PORTARIA Nº. 0892/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0727/2016/RH de 15/06/2016, a qual nomeia MARLITE MARIAN para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40h, em virtude da desistência (anexa), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 0903/RH PORTARIA Nº. 0903/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0729/2016/RH de 15/06/2016, a qual nomeia PATRICIA DA COSTA OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo ASSISTENTE SOCIAL, 40h, em virtude da desistência (anexa), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 869/RH
PORTARIA Nº. 0869/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, CAROLINE FRAINER, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - ANA CAROLINA MEES
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANA CAROLINA MEES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0868/RH de 21/07/2016, publicada em 01/08/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - CAROLINE FRAINER
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CAROLINE FRAINER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0869/RH de 21/07/2016, publicada em 01/08/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - CRISTIAN GREIN BUENO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CRISTIAN GREIN BUENO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0880/RH de 26/07/2016, publicada em 01/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - ROSI VILKE

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSI VILKE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0867/RH de 20/07/2016, publicada em 01/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - ROSIMEIRE DE SOUZA ALVES VITAL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSIMEIRE DE SOUZA ALVES VITAL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0874/RH de 25/07/2016, publicada em 01/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS

Senhor(a) SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0873/RH de 25/07/2016, publicada em 01/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é

que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CALUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS, nomeado (a) pela Portaria n. 0746/RH, de 23/06/2016, publicada no DOM na data de 27/06/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 08/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de julho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - DANIELLE FERREIRA DE ARAUJO**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DANIELLE FERREIRA DE ARAUJO, nomeado (a) pela Portaria n. 0731/RH, de 15/06/2016, publicada no DOM na data de 08/07/2016, para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/07/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 21 de julho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - SANDRA APARECIDA SEBOLD**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SANDRA APARECIDA SEBOLD, nomeado (a) pela Portaria n. 0677/RH, de 07/06/2016, publicada no DOM na data de 09/06/2016, para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 25/07/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de julho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

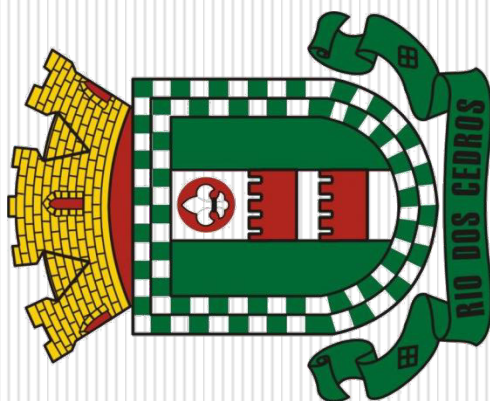
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Rio dos Cedros

PREFEITURA

RELATÓRIO FINANCEIRO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DA SAÚDE COMPETÊNCIA 1º TRIMESTRE 2016

Audiência Pública Art. 12 da Lei Federal n. 8689/94



Relatório Financeiro Trimestral das Atividades da Saúde

Competência 1º Trimestre 2016

(ART. 9º da LRF)

1. Demonstrativo Receitas -Acumulado

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Abril 2016 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.187.360,00	2.187.360,00	1.008.194,34	46,09
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	937.125,00	937.125,00	672.655,32	71,78
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	154.350,00	154.350,00	51.015,72	33,05
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	694.575,00	694.575,00	173.867,53	25,03
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	288.855,00	288.855,00	81.111,22	28,08
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	13.230,00	13.230,00	4.796,09	36,25
Dívida Ativa dos Impostos	60.637,50	60.637,50	17.379,82	28,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	38.587,50	38.587,50	7.368,64	19,10
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.765.166,25	16.765.166,25	5.158.976,27	30,77
Cota-Parte FPM	8.423.100,00	8.423.100,00	2.724.224,65	32,34
Cota-Parte ITR	18.191,25	18.191,25	11.213,95	61,64
Cota-Parte IPVA	870.975,00	870.975,00	270.493,44	31,06
Cota-Parte ICMS	7.276.500,00	7.276.500,00	2.113.252,48	29,04
Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	31.357,83	23,70
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.100,00	44.100,00	8.433,92	19,12
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.100,00	44.100,00	8.433,92	19,12
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.952.526,25	18.952.526,25	6.167.170,61	32,54

2 - Demonstrativo Receitas Adicionais

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Abril 2016 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.972.923,75	1.972.923,75	497.871,36	25,24
Provenientes da União	1.689.581,25	1.689.581,25	426.939,16	25,27
Provenientes dos Estados	259.087,50	259.087,50	46.473,00	17,94
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	24.255,00	24.255,00	24.459,20	100,84
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	111.073,35	111.073,35	75.581,63	68,05
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.083.997,10	2.083.997,10	573.452,99	27,52

3. Gastos com Pessoal Pago

Mês	Fundo de Saúde	Consolidado	%
Janeiro	R\$ 216.276,49	R\$ 779.059,56	27,76%
Fevereiro	R\$ 222.026,22	R\$ 830.323,90	26,73%
Março	R\$ 206.362,50	R\$ 926.549,89	22,27%
Total	R\$ 644.665,21	R\$ 2.535.933,35	

4. Demonstrativo Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (f)	% (f/e) x 100	Até Abril (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	4.759.244,69	5.208.673,62	1.995.144,04	38,30	1.836.864,73	35,27
Juros e Encargos da Dívida	2.648.487,81	2.673.374,30	911.101,90	34,08	911.101,90	34,08
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	2.110.756,88	2.535.299,32	1.084.042,14	42,76	925.762,83	36,51
Inversões Financeiras	855.229,87	860.229,87	8.350,26	0,97	5.910,26	0,69
Amortização da Dívida	800.104,87	805.104,87	8.350,26	1,04	5.910,26	0,73
	55.125,00	55.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.614.474,56	6.068.903,49	2.003.494,30	33,01	1.842.774,99	30,36

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (h)	% (h/IVf)x 100	Até Abril (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.013.773,75	2.476.589,18	473.758,85	23,65	325.056,19	17,64
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.974.083,75	2.436.899,18	473.758,85	23,65	325.056,19	17,64
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	39.690,00	39.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	2.013.773,75	2.476.589,18	473.758,85	23,65	325.056,19	17,64
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.600.700,81	3.592.314,31	1.529.735,45	76,35	1.517.718,80	82,36
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	24,61
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIb) / 100)]	592.643,21
---	------------

6. Demonstrativo Despesas com Saúde

(Por Subfunção)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Abril (I)	% (I/ total I) x 100	Até Abril (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	5.333.750,50	5.645.923,80	1.965.971,53	97,42	1.807.504,61	97,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	187.425,00	206.955,95	37.488,05	1,86	37.488,05	2,03
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	109.836,56	240.947,74	14.573,72	0,72	6.090,33	0,33
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.631.012,06	6.093.827,49	2.018.033,30	100,00	1.851.082,99	100,00

7 - Licitações 1º Trimestre

Mod.	Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor Adjudicado/ Contratado
	Número	Data	Número	Data Original			
PR	44/2014	08/04/2014	1 TA	26/01/2016	CLARO S/A	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MÉDICOS Emp: 5 / 2016	3.900,00
PR	44/2014	08/04/2014	1 TA	26/01/2016	CLARO S/A	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MÉDICOS Emp: 6 / 2016	200,00
PR	84/2015	01/12/2015	1	02/01/2016	POSTO CAMINHO DOS LAGOS LTDA	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM PROCESSAMENTO DE DADOS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DATASUS, SENDO: SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL (SIA), CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES) Emp: 7 / 2016	4.926,95
PR	84/2015	01/12/2015	1	02/01/2016	POSTO CAMINHO DOS LAGOS LTDA	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM PROCESSAMENTO DE DADOS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DATASUS, SENDO: SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL (SIA), CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES) Emp: 8 / 2016	4.375,28
PR	84/2015	01/12/2015	1	02/01/2016	POSTO CAMINHO DOS LAGOS LTDA	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM PROCESSAMENTO DE DADOS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DATASUS, SENDO: SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL (SIA), CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES) Emp: 9 / 2016	1.315,55
PR	84/2015	01/12/2015	4 TA	22/01/2016	DYSPEF COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 10 / 2016	83,40
PR	84/2015	01/12/2015	4 TA	22/01/2016	DYSPEF COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 11 / 2016	2.865,00
PR	84/2015	01/12/2015	4 TA	22/01/2016	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 12 / 2016	195,74
PR	84/2015	01/12/2015	4 TA	22/01/2016	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 13 / 2016	940,44
PR	84/2015	01/12/2015	2 TA	01/02/2016	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	LICENÇA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE - SOFTWARE Emp: 14 / 2016	1.360,20

Pag 2 / 6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS

Prestação de Contas

Rol de Licitações e/ou Contratos - Período: Janeiro à Março



Mod.	Licitação		Número	Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor Adjudicado/ Contratado
	Numero	Data		Data Original	Data Aditivo			
			1	02/01/2016		NESTOR PAULO GASPAROTTO 38607530968	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM PROCESSAMENTO DE DADOS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DATASUS, SENDO: SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL (SIA), CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES) Emp: 15 / 2016	7.560,00
PR	44/2014	08/04/2014	1 TA	26/01/2016		CLARO S/A	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MÉDICOS Emp: 16 / 2016	14,98
PR	44/2014	08/04/2014	1 TA	26/01/2016		CLARO S/A	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MÉDICOS Emp: 17 / 2016	404,22
PR	5/2015	14/01/2015				IPM SISTEMAS LTDA	SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA Emp: 18 / 2016	845,00
DL	2/2015	11/03/2015	1 TA	26/01/2016		CAMPESTRINI IMOVEIS LTDA ME	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MÉDICOS Emp: 19 / 2016	300,00
DL	1/2016	06/01/2016				MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	CONTRATAÇÃO SEGURO VOYAGE OHN-0850 Emp: 28 / 2016	176,36
PR	48/2015	03/06/2015				CARLITO JOEL CAMPREGHER - ME	RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/ TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA. Emp: 32 / 2016	22,50
DL	39/2015	14/05/2015				ITAMAR DE SOUZA MARTINS	CREDECENCIAMENTO DE TAXISTAS Emp: 33 / 2016	151,73
PR	26/2015	07/04/2015				SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACOZINHA Emp: 38 / 2016	9,29
PR	26/2015	07/04/2015				SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACOZINHA Emp: 41 / 2016	67,00
PR	26/2015	07/04/2015				BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACOZINHA Emp: 42 / 2016	72,30
PR	50/2015	05/06/2015				JOACABA PNEUS LTDA	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS Emp: 50 / 2016	740,00
PR	48/2015	03/06/2015				CARLITO JOEL CAMPREGHER - ME	RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/ TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA. Emp: 61 / 2016	22,50
PR	48/2015	03/06/2015				CARLITO JOEL CAMPREGHER - ME	RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/ TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA. Emp: 62 / 2016	174,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1131101-377-SAVRQ-202991351 - Emitido por: EDUARDO OSTI

07/06/2016 09:29


FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS

Prestação de Contas

Rol de Licitações e/ou Contratos - Período: Janeiro à Março

Pág 3 / 6

Mod.	Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor Adjudicado/ Contratado
	Número	Data	Número	Data Original			
DL	3/2012	08/05/2012	4 TA	22/01/2016	LABORATORIO SEIBEL S/S LTDA	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 72 / 2016	10.609,30
DL	3/2012	08/05/2012	4 TA	22/01/2016	JOSE CESLAU FRAGA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 76 / 2016	6.933,96
PR	33/2015	28/04/2015			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 120 / 2016	52,40
CV	3/2011	02/03/2011	2 TA	01/02/2016	IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA	LICENÇA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE - SOFTWARE Emp: 124 / 2016	700,00
			124/2015	20/07/2015	GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE Emp: 126 / 2016	449,53
PR	5/2015	14/01/2015			IPM SISTEMAS LTDA	SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA Emp: 128 / 2016	845,00
PR	33/2015	28/04/2015			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 129 / 2016	25,65
PR	6/2016	15/01/2016			GENTE SEGURADORA S.A	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DA FROTA MUNICIPAL Emp: 130 / 2016	16.496,00
PR	6/2016	15/01/2016			GENTE SEGURADORA S.A	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DA FROTA MUNICIPAL Emp: 131 / 2016	2.299,00
PR	14/2011	21/02/2011			TPA TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CESSÃO DE USO DE INTERNET Emp: 139 / 2016	1.738,00
PR	14/2011	21/02/2011			TPA TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CESSÃO DE USO DE INTERNET Emp: 140 / 2016	40,00
PR	26/2015	07/04/2015			SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA Emp: 148 / 2016	67,00
DL	2/2015	11/03/2015	1 TA	26/01/2016	CAMPESTRINI IMOVEIS LTDA ME	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MEDICOS Emp: 151 / 2016	900,00
			077/2015	18/05/2015	FLORIANI SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTOS DOS SERVIÇOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Emp: 171 / 2016	270,00
DL	39/2015	14/05/2015			ITAMAR DE SOUZA MARTINS	CREDECIAAMENTO DE TAXISTAS Emp: 192 / 2016	147,36
DL	3/2012	08/05/2012	4 TA	22/01/2016	LABORATORIO SEIBEL S/S LTDA	CREDECIAAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 203 / 2016	22.114,79
DL	39/2015	14/05/2015			ITAMAR DE SOUZA MARTINS	CREDECIAAMENTO DE TAXISTAS Emp: 247 / 2016	169,75

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1131101-377-SAVRO-202991351 - Emitido por: EDUARDO OSTI

07/06/2016 09:29

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS

Prestação de Contas

Rol de Licitações e/ou Contratos - Período: Janeiro à Março



Mod.	Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor Adjudicado/ Contratado
	Número	Data	Número	Data Original			
CV	3/2011	02/03/2011	2 TA	01/02/2016	IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA	LICENÇA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE - SOFTWARE Emp: 257 / 2016	700,00
PR	26/2015	07/04/2015			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACCOZINHA Emp: 262 / 2016	144,60
PR	33/2015	28/04/2015			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 263 / 2016	19,20
PR	5/2015	14/01/2015			IPM SISTEMAS LTDA	SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA Emp: 264 / 2016	940,56
PR	48/2015	03/06/2015			CARLITO JOEL CAMPREGHER - ME	RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/ TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA. Emp: 268 / 2016	87,00
PR	14/2011	21/02/2011			TPA TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CESSÃO DE USO DE INTERNET Emp: 269 / 2016	40,00
PR	14/2011	21/02/2011			TPA TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CESSÃO DE USO DE INTERNET Emp: 270 / 2016	1.738,00
PR	18/2016	15/02/2016			TPA TELECOMUNICACOES LTDA	CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO Emp: 282 / 2016	9.600,00
PR	18/2016	15/02/2016			TPA TELECOMUNICACOES LTDA	CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO Emp: 283 / 2016	1.200,00
PR	18/2016	15/02/2016			FLORIANI SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO Emp: 284 / 2016	3.600,00
PR	18/2016	15/02/2016			FLORIANI SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO Emp: 285 / 2016	1.350,00
PR	84/2015	01/12/2015			POSTO CAMINHO DOS LAGOS LTDA	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2016 Emp: 288 / 2016	5.188,50
PR	84/2015	01/12/2015			POSTO CAMINHO DOS LAGOS LTDA	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2016 Emp: 289 / 2016	28.145,62
PR	84/2015	01/12/2015			POSTO CAMINHO DOS LAGOS LTDA	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2016 Emp: 290 / 2016	32.877,80
DL	2/2015	11/03/2015	1 TA	26/01/2016	CAMPESTRINI IMOVEIS LTDA ME	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MÉDICOS Emp: 306 / 2016	900,00
PR	26/2015	07/04/2015			SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACCOZINHA Emp: 310 / 2016	24,98
PR	33/2015	28/04/2015			SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 319 / 2016	87,50

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1131101-377-SAVRQ-202991351 - Emitido por: EDUARDO OSTI

07/06/2016 09:29

Pág 5 / 6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS

Prestação de Contas
Rol de Licitações e/ou Contratos - Período: Janeiro à Março



Mod.	Licitação Número	Data	Número	Contrato Data Original	Data Aditivo	Adjudicatário	Objeto	Valor Adjudicado/ Contratado
PR	33/2015	28/04/2015				COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 320 / 2016	217,50
PR	33/2015	28/04/2015				LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 321 / 2016	246,30
PR	33/2015	28/04/2015				JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 322 / 2016	33,00
PR	33/2015	28/04/2015				JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 323 / 2016	788,32
PR	33/2015	28/04/2015				BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 324 / 2016	100,00
PR	33/2015	28/04/2015				AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE Emp: 325 / 2016	420,00
PR	48/2015	03/06/2015				CARLITO JOEL CAMPREGHER - ME	RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/ TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA. Emp: 328 / 2016	22,50
PR	48/2015	03/06/2015				CARLITO JOEL CAMPREGHER - ME	RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/ TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA. Emp: 329 / 2016	22,50
PR	26/2015	07/04/2015				SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACUZINHA Emp: 337 / 2016	67,00
PR	26/2015	07/04/2015				BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPACUZINHA Emp: 338 / 2016	72,30
DL	3/2012	08/05/2012	4 TA	22/01/2016		JOSE CESLAU FRAGA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME	CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 343 / 2016	17.192,11
DL	39/2015	14/05/2015				ITAMAR DE SOUZA MARTINS	CREDENCIAMENTO DE TAXISTAS Emp: 345 / 2016	183,65
			077/2015	18/05/2015	18/05/2015	FLORIANI SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTOS DOS SERVIÇOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Emp: 359 / 2016	270,00
DL	3/2012	08/05/2012	4 TA	22/01/2016		LABORATORIO SEIBEL S/S LTDA	CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS Emp: 362 / 2016	23.175,26
DL	39/2015	14/05/2015				ITAMAR DE SOUZA MARTINS	CREDENCIAMENTO DE TAXISTAS Emp: 373 / 2016	228,18
PR	14/2011	21/02/2011				TPA TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CESSAÇÃO DE USO DE INTERNET Emp: 419 / 2016	784,90
PR	14/2011	21/02/2011				TPA TELECOMUNICACOES LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CESSAÇÃO DE USO DE INTERNET Emp: 420 / 2016	18,06
PR	49/2015	03/06/2015				IVETE DADAM ME	GLP - GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO Emp: 427 / 2016	51,50

Identificador: WPR1131101-377-SAVRO-202991351 - Emitido por: EDUARDO OSTI

IPM Sistemas Ltda

07/06/2016 09:29

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS**

Prestação de Contas

Rol de Licitações e/ou Contratos - Período: Janeiro à Março

Pag 6 / 6

Mod.	Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor Adjudicado/ Contratado
	Número	Data	Número	Data Original			
PR	26/2015	07/04/2015			SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	PRODUTOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA COPACUZINHA Emp: 433 / 2016	67,00
Modalidades							
(CV) Convite						(CC) Concorrência	
(CO) Concurso						(PR) Pregão	
(DL) Dispensa de Licitação							
(TD) Tomada de Preços							
(LE) Leilão							
(IL) Inexigibilidade							

FABIO EDUARDO CASTELLAIN
Secretário de Saúde

REJANE SUSAN FRARE SOMMER
Contador(a)
CPF: 003.894.729-30
CRC: 029775/O-5/SC

EDUARDO OSTI
Agente de Controle Interno

8- Demonstrativo das Contas Bancárias



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS

Prestação de Contas

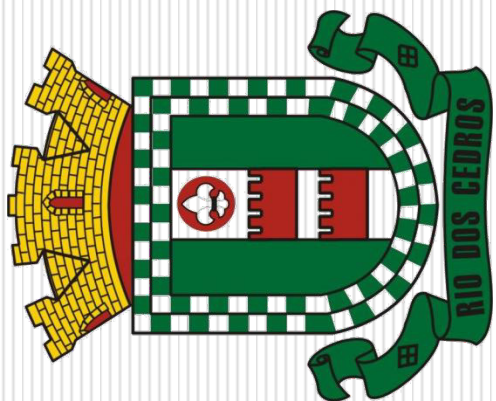
AN TC-02 Demonstrativo das Contas Bancárias

Período: Março de 2016

Pág 1 / 1

Recurso Ordinário					
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil C/car.nutr. N. 6079-	6079-8	5548	111111900011400	424,77
BANCO DO BRASIL	Aplic. financ.- Bco. Brasil C/mo/	12083-9	5568	111115099011200	37.505,01
Total Recurso					37.929,78

Recurso Vinculado					
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil C/movto. N. 6717-2	6717-2	5549	111111900011500	10.814,26
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil - C/fns Blatb-pab N.	11198-1	5534	111111900022800	354,19
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil - C/vigilancia Sanita	11200-3	5535	111111900022900	2.431,22
BANCO DO BRASIL	Bco.brasil -cofin.saúde Fam C/i	505036-7	5555	111111900023400	68,00
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.b.b. Fms -fns Binv	13530-5	5558	111115002020400	8.103,10
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.br C/far.basica	74730-0	5559	111115099022200	38.814,38
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.b.s.aux.saú C/c	505267-X	5560	111115099022300	297,15
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/fns	11198-8	5561	111115099022400	276.014,85
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/vig	11200-3	5562	111115099022500	158.968,26
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/far	11197-X	5563	111115099022600	38.251,83
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/mc	11199-6	5564	111115099022700	31.097,94
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco.brasil -cofin.s	505036-7	5565	111115099022800	141.942,57
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bb Mac Estadual	14062-7	5566	111115099022900	11.693,01
Total Recurso					718.850,76
Total Geral					756.780,54



Audiência Pública

Art. 12 da Lei Federal nr. 8689/94

Relatório Financeiro Trimestral das
Atividades da Saúde

Competência 1º Trimestre 2016

Agradecemos a Presença

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

RGF 1º SEMESTRE DE 2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2016

		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	10.086.757,40	10.409.789,31	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.219.086,63	2.290.153,65	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.997.177,97	2.061.138,28	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.409.789,31	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.665.566,29	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.499.009,66	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	728.685,25	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		10.409.789,31
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR	% SOBRE A RCL
	5.600.572,86	53,80
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	6.245.873,59	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	5.933.579,91	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
	-1.815.778,08	-17,44
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.491.747,17	120,00
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.290.153,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.665.566,29	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	728.685,25	7,00
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	3.688.615,34	1.407.825,11
Valor Total		

FONTE:

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		10.409.789,31	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.135.295,32	49,33
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		5.621.286,23	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		5.340.221,92	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.815.778,08	-17,44
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		12.491.747,17	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.290.153,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.665.566,29	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		728.685,25	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		3.661.963,29	1.368.991,26

FONTE:

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.135.295,32	0,00
Pessoal Ativo	4.672.756,32	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	462.539,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.135.295,32	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	10.409.789,31	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	5.135.295,32	49,33
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.621.286,23	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.340.221,92	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.059.157,60	48,60
FONTE:		

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.600.572,86	0,00
Pessoal Ativo	5.138.033,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	462.539,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.600.572,86	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	10.409.789,31	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	5.600.572,86	53,80
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.245.873,59	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.933.579,91	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.621.286,23	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	106.944,38	15.277,70	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	106.944,38	15.277,70	0,00
Interna	106.944,38	15.277,70	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.030.021,51	1.831.055,78	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.040.851,93	2.281.617,67	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.830,42	450.561,89	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.923.077,13	-1.815.778,08	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.086.657,40	10.409.789,31	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,06%	0,15%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-19,07%	-17,44%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	12.103.988,88	12.491.747,17	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	10.893.589,99	11.242.572,45	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	106.944,38	15.277,70	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	106.944,38	15.277,70	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	16.721,20	16.721,20	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	44.309,94	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.218.369,39	4.067.536,07	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RREO 3º BIMESTRE DE 2016

Município de Santa Terezinha do Progresso - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	14.655.000,00
Previsão Atualizada		—	14.916.414,89
Receitas Realizadas		2.170.085,80	5.783.582,28
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	111.112,24
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	14.655.000,00
Créditos Adicionais		—	998.053,48
Dotação Atualizada		—	15.653.053,48
Despesas Empenhadas		2.039.774,30	8.876.024,63
Despesas Liquidadas		1.980.062,74	5.187.409,29
Superavit Orçamentário		—	596.172,99
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.039.774,30	8.876.024,63
Despesas Liquidadas		1.980.062,74	5.187.409,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			10.409.789,31
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-300.000,00	198.965,73
Resultado Primário		-1.310.845,10	583.723,49
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.218.369,39	0,00	837.844,23
EXECUTIVO	1.218.369,39	0,00	837.844,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.830,42	0,00	10.830,42
EXECUTIVO	10.830,42	0,00	10.830,42
TOTAL:	1.229.199,81	0,00	848.674,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.494.837,08	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		297.949,83	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida		301.486,16	3.894.127,54

Continua 1/2

Município de Santa Terezinha do Progresso - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00		60.000,00	
				0,00		61.000,00	
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	
						% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				912.017,36		15,00	
Liquidadas				0,00		18,16	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)				0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	244.940,68	244.940,68	213.461,11	87,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.377,86	31.377,86	38.498,26	122,69
1.1.1- IPTU	24.176,84	24.176,84	29.018,57	120,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.459,70	3.459,70	324,56	9,38
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.395,82	2.395,82	7.765,05	324,11
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.345,50	1.345,50	1.390,08	103,31
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.906,59	20.906,59	24.298,20	116,22
1.2.1- ITBI	20.906,59	20.906,59	24.298,20	116,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	77.247,09	77.247,09	70.622,57	91,42
1.3.1- ISS	75.957,41	75.957,41	70.579,12	92,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	551,89	551,89	43,45	7,87
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	331,50	331,50	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	406,29	406,29	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.409,14	115.409,14	80.042,08	69,36
1.4.1- IRRF	115.409,14	115.409,14	80.042,08	69,36
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.226.541,26	10.226.541,26	4.809.361,13	47,03
2.1- Cota-Parte FPM	6.845.460,37	6.845.460,37	3.188.407,58	46,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.845.460,37	6.845.460,37	3.188.407,58	46,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.182.334,09	3.182.334,09	1.520.895,05	47,79
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	11.422,29	11.422,29	6.208,14	54,35
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	46.455,89	46.455,89	21.922,79	47,19
2.5- Cota-Parte ITR	1.352,42	1.352,42	136,95	10,13
2.6- Cota-Parte IPVA	139.516,20	139.516,20	71.790,62	51,46
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.471.481,94	10.471.481,94	5.022.822,24	47,97
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	211.200,00	211.200,00	106.872,55	50,60
5.1- Transferências do Salário-Educação	113.838,77	113.838,77	54.208,72	47,62
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.481,04	3.481,04	1.980,00	56,88
5.3- Transferências Diretas - PNAE	21.502,77	21.502,77	9.884,00	45,97
5.4- Transferências Diretas - PNATE	61.440,56	61.440,56	25.195,84	41,01
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.936,86	10.936,86	15.603,99	142,67
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	1.810,81	928,52	51,28
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.810,81	1.810,81	928,52	51,28
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.266.377,47	1.266.377,47	213.711,55	16,88
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.479.388,28	1.479.388,28	321.512,62	21,73
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.996.216,18	1.996.216,18	961.870,99	48,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	637.681,33	48,31
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	636.466,82	636.466,82	304.178,47	47,79
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.284,46	2.284,46	1.241,58	54,35
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	9.291,18	9.291,18	4.384,52	47,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	270,48	270,48	27,38	10,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	27.903,24	27.903,24	14.357,71	51,46
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.075.771,24	1.075.771,24	436.127,83	40,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.072.194,93	1.072.194,93	432.703,79	40,36
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.576,31	3.576,31	3.424,04	95,74
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-924.021,25	-924.021,25	-529.167,20	57,27
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	765.771,24	766.891,27	297.949,83	38,85	297.949,83	38,85
13.1- Com Educação Infantil	45.000,00	45.000,00	36.624,01	81,39	36.624,01	81,39
13.2- Com Ensino Fundamental	720.771,24	721.891,27	261.325,82	36,20	261.325,82	36,20
14- OUTRAS DESPESAS	310.000,00	310.000,00	250.909,55	80,94	136.684,27	44,09
14.1- Com Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	3.879,13	38,79	1.462,62	14,63
14.2- Com Ensino Fundamental	300.000,00	300.000,00	247.030,42	82,34	135.221,65	45,07
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.075.771,24	1.076.891,27	548.859,38	50,97	434.634,10	40,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						1.120,03
17.1 - FUNDEB 60%						1.120,03
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						1.120,03
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						433.514,07
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						68,06
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						31,34
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,60
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						1.120,03
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						1.120,03
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.617.870,49		2.617.870,49		1.255.705,56	47,97
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	260.500,00	260.500,00	82.670,37	31,74	74.451,63	28,58
23.1- Creche	115.000,00	115.000,00	27.974,96	24,33	24.600,50	21,39
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	115.000,00	115.000,00	27.974,96	24,33	24.600,50	21,39
23.2- Pré-escola	145.500,00	145.500,00	54.695,41	37,59	49.851,13	34,26
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	40.503,14	73,64	38.086,63	69,25
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	90.500,00	90.500,00	14.192,27	15,68	11.764,50	13,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.853.330,22	1.869.450,25	1.132.346,35	60,57	895.706,32	47,91
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.020.771,24	1.021.891,27	508.356,24	49,75	396.547,47	38,81
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	832.558,98	847.558,98	623.990,11	73,62	499.158,85	58,89
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	75.000,00	69.020,00	69.020,00	100,00	31.988,00	46,35
28- OUTRAS	98.781,50	93.781,50	91.012,36	97,05	44.700,14	47,66
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.287.611,72	2.292.751,75	1.375.049,08	59,97	1.046.846,09	45,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-529.167,20
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						3.424,04
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						1.064,03
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-524.679,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.494.837,08
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						29,76
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	170.000,00	170.000,00	169.086,00	99,46	68.216,00	40,13
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	115.000,00	214.097,83	87.375,90	40,81	46.081,02	21,52
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.194.388,28	1.201.029,52	1.043.485,50	86,88	67.155,89	5,59
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.479.388,28	1.585.127,35	1.299.947,40	82,01	181.452,91	11,45
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.767.000,00	3.877.879,10	2.674.996,48	68,98	1.228.299,00	31,67

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.120,03	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		432.703,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		402.050,58	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		402.050,58	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.424,04	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		35.197,28	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	465.277,54	0,00
Pessoal Ativo	465.277,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	465.277,54	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.409.789.310,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	465.277,54	0,00
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	624.587.358,60	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	593.357.990,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	562.128.622,74	5,40
FONTE:		

Santa Terezinha do Progresso, 29/07/2016

ARNO ADELIR ARNT
PRESIDENTE

ADAGIR FREITAS
TESOUREIRO

ELIANE LAURA ROHDEN KLUGE
CONTADORA/ CRC- SC 033624/O-7

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 12/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 09/2016.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de uniformes para os profissionais da Unidade Básica de Saúde de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 11 de agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 11 de agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 28 de julho de 2016.
PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE
ASSESSOR DE SECRETARIA

EDITAL 57/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 67/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 57/2016.
Objeto: Aquisição de material didático/expediente para uso no desenvolvimento dos trabalhos e nas oficinas dos serviços executados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11 de agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11 de agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 28 de julho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 151/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 15 de agosto de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, PROTEÇÃO, COPA E COZINHA, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)36316163 ou retirar o Edital completo através do site www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2016.

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1406/2016

DECRETO Nº 1406, DE 29 DE JULHO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação Ensino Fundamental

(162) 3.3.90.39.00.00.00 0001 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação Ensino Fundamental

(166) 3.3.91.39.00.00.00 0001 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3700/2016

LEI Nº 3700, DE 29 DE JULHO DE 2016.

ALTERA AS LEIS Nº 1678, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006 (CÓDIGO DE PARCELAMENTO DE SOLO), E Nº 1681, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006 (CÓDIGO DE ZONEAMENTO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 29 da Lei nº 1678, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29

.....

..

I - Possuir todas as vias de circulação com os seguintes equipamentos urbanos:

a) Pavimentação asfáltica, blocos de concreto intertravados (pavers) ou outra forma de pavimentação a ser indicada e aprovada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

.....

..

.....

.

§ 8º As obras de pavimentação, mesmo quando realizadas pelo poder público municipal, deverão ser precedidas pela implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços.” (NR)

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 1681, de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a inclusão do seguinte § 3º:

“Art. 8º

.....

..

§ 3º Para fins de implantação de Loteamentos e de Condomínios Horizontais Fechados no Município de São Bento do Sul, fica o interessado obrigado realizar meio-fio e pavimentação de todas as vias do loteamento e do condomínio horizontal fechado.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3701/2016

LEI Nº 3701, DE 29 DE JULHO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2980, DE 20 DE MARÇO DE 2012, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do §3º. do art. 1º da Lei nº 2980, de 20 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§ 3º

II - 25% (vinte e cinco por cento) ficará à disposição do Gestor, para ações e atividades no âmbito da Atenção Básica de Saúde, podendo esse percentual ser utilizado para benfeitorias da unidade, melhoria nas condições de trabalho das equipes, investimento em educação permanente e aquisição de insumos, equipamentos e materiais, após autorização da Comissão de Monitoramento.

.....".(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3702/2016

LEI Nº 3702, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DENOMINA DE CARLOS FÜRST FILHO RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de CARLOS FÜRST FILHO, Rua do Município, com extensão de 75,00 metros e largura de 12,00 metros, lateral da rua Carlos Fürst, bairro Serra Alta, conforme croqui em anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016

Pregão Presencial nº 41/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 41/2016

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 12 de agosto de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: aquisição de vidrarias, reagentes e materiais de consumo para o Laboratório da ETA do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 164, DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 164, de 27 de julho de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei

Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GERALDO POKRIWIECKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 25/07/2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 165, DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 165, de 27 de julho de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor DIRCEU FERREIRA DA TRINDADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 01/08/2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 166, DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 166, de 27 de julho de 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor SIDNEI JOSÉ NENEVE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 01/08/2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

Art.1º - CONCEDER à servidora IVONETE TEREZINHA VIERNE GONÇALVES DE LIMA, matrícula 146, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO II, lotada nesta Autarquia desde 22/06/1987, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE 40 PARA 20 HORAS SEMANAIS, de acordo com artigo 7º, da Lei Municipal nº 2966, de 29 de fevereiro de 2012 e seus anexos e do Processo SAMAE nº 149/2016.

Art. 2º - Ficam reduzidos proporcionalmente os proventos, em virtude da redução da jornada de trabalho;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais de 08 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 167, DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 167, de 27 de julho de 2016.

“CONCEDE LICENÇA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor LUIZ CARLOS GELINSKI PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta na lei 228 de 28/12/2001, subseção IV – artigo 98.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2009/2013, com efeitos a partir de 01/08/2016 a 30/08/2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 163, DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 163, de 27 de julho de 2016.

“CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

RESOLVE

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 055/2016

DECRETO Nº 0055/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHOS, ADOTA MEDIDAS DE REDUÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

Considerando que, até o 2º bimestre do exercício de 2016, a Receita realizada da Administração Direta alcançou a importância de R\$ 8.429.807,90 (oito milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e sete reais e noventa centavos), resultando em uma arrecadação média mensal de R\$ 2.107.451,98 (dois milhões, cento e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos) apresentando queda de arrecadação comparativamente a previsão da Lei Orçamentária nº 1789/2015 que estimou arrecadar até o 2º bimestre de 2016, R\$ 8.800.000,24 (oito milhões e oitocentos mil reais e vinte e quatro centavos);

Considerando que a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo, até o 2º bimestre representou 48,76% da Receita Corrente Líquida, ou seja, acima de 90,00% do limite legal previsto na alínea "b" do inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, que corresponde a 48,60%;

Considerando que, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar n.º 101/2000 se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, e em conformidade com o art. 59 § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, segundo os critérios fixados no artigo 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.771/2015, adequando-se a fixação das despesas às receitas realizadas, conforme previsão nos artigos 14 e 38:

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Parágrafo único - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais previstas nas emendas constitucionais nº 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

DECRETA:

Art. 1º. - Para fins de limitação de empenhos conforme Lei Orçamentária nº 1789 de 21 de dezembro de 2015, fica bloqueado o valor correspondente 20% (vinte por cento) do saldo atualizado das dotações a partir de Agosto/2016, para todas as Secretarias Municipais correspondentes às despesas, dispostas no art. 14 da Lei Municipal nº 1771/2015, excetuadas as despesas correspondentes ao parágrafo único do mesmo artigo.

Parágrafo único. O percentual definido poderá ser revisto, a critério da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, se houver alteração significativa no ingresso das receitas dos referidos recursos em relação à projeção de arrecadação estabelecida para o Exercício.

Art. 2º. - São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, os Secretários Municipais.

Parágrafo único. As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º. - Os contratos não serão cancelados, porém, aqueles considerados não essenciais ao funcionamento público, terão sua redução baseada nos limites legais da Lei 8.666/83, com anulação parcial de seus empenhos.

Art. 4º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cancelar os saldos dos empenhos a pagar e empenhá-los novamente de acordo com a arrecadação das receitas do Município.

Art. 5º. - A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 6º. - Os Servidores Públicos Municipais ficam impedidos de realizarem horas extras para a execução de serviços e tarefas até o completo equilíbrio orçamentário e financeiro.

Parágrafo único – Excepcionalmente, a Secretaria de Saúde poderá autorizar a realização de horas extras para seus servidores, devidamente justificadas, as quais serão compensadas nos dias subseqüentes.

Art. 7º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 29 de julho de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 2364, DE 22 DE JULHO DE 2016. DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2364, DE 22 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; e pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando que a servidora pública municipal Claudete Inêz Hennerich Lammel, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV matrícula 92, com a carga horária de 20 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria (NB 162.755.605-0 espécie 57), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

· Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, onde dispõe que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1255, na data de 21 de julho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Professor PD/D-IV, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por Tempo de Contribuição (Professor espécie 57) - NB 162.755.605-0, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, à servidora pública municipal Claudete Inêz Hennerich Lammel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor PD/D-IV, 20 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias, nº 1614, de 26 de maio de 2014; nº 1030, de 10 de fevereiro de 2011; nº 1139, de 10 de outubro de 2011; 836, de 05 de março de 2010, 130, de 08 de abril de 2008; todas no que diz respeito à servidora.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos, nº 349, de 03 de novembro de 2005; nº 069, de 19 de março de 2004; nº PAN 3.432 de 10 de novembro de 2000; todos no que diz respeito à servidora.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

DECRETO Nº 2365, DE 22 DE JULHO DE 2016. DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2365, DE 22 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; e pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando que a servidora pública municipal Claudete Inêz Hennerich Lammel, ocupante do cargo de Professor PD/C-III matrícula 1722, com a carga horária de 20 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria (NB 162.755.605-0 espécie 57), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

· Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, onde dispõe que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1255, na data de 21 de julho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Professor PD/C-III, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por Tempo de Contribuição (Professor espécie 57) - NB 162.755.605-0, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, à servidora pública municipal Claudete Inêz Hennerich Lammel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor PD/C-III, 20 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir desta data.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

DECRETO Nº 2370, DE 27 DE JULHO DE 2016. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE VÍNCULO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

DECRETO Nº 2370, DE 27 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012, e Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de

Pessoal protocolo nº 1291, na data de 27 de julho de 2016, através do qual a servidora Lucinéia Rodrigues, solicita dispensa do cargo de Professor PD/B-II (Educação Infantil), deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Lucinéia Rodrigues, ocupante do cargo de Professor PD/B-II (Educação Infantil), 20 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data;

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 033/2016 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Lucinéia Rodrigues, admitida em caráter temporário (ACT);

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 27 de julho de 2016.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

**DECRETO Nº 2371, DE 27 DE JULHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EFETIVO
DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

DECRETO Nº 2371, DE 27 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1290, na data de 27 de julho de 2016, através do qual o servidor Rogério Galetti solicita exoneração do cargo de Motorista deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Rogério Galetti do cargo efetivo de Motorista deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 28 de julho de 2016.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1846, de 02 de outubro de 2015, no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de julho de 2016.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

**PORTARIA Nº 1994, DE 13 DE JULHO DE 2016.
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO
RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 1994, DE 13 DE JULHO DE 2016.

Designa servidora pública municipal como responsável pelas publicações oficiais do município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei nº 1708, de 22/01/2013, e:

- Considerando a exoneração, a pedido, da servidora municipal Audrey Hofmann;
- Considerando que a referida servidora era responsável pela publicação e controle dos atos administrativos;
- Considerando a exoneração, a pedido, da servidora Ana Claudia Barizon Fontana da Luz, do cargo comissionado de Secretária Municipal de Administração e Fazenda;
- Considerando a demanda dos serviços de publicações oficiais do município;
- Considerando os princípios que regem a administração pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel, ocupante do cargo público de Assessor de Secretaria, como responsável pela publicação e controle dos atos administrativos deste município, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de julho de 2016.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1998, DE 18 DE JULHO DE 2016. CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 1998, DE 18 DE JULHO DE 2016

Concede afastamento legal a servidor público municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

- Considerando certidão de óbito apresentado no Setor de Pessoal nesta data;
- Considerando o disposto no art. 80, letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 07/07/2016 a 11/07/16, por motivo de falecimento de sua irmã, ao Servidor Público Municipal, Paulo Fernandes Lisboa, ocupante do Cargo Público de Agente de Construção e Conservação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 18 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

PORTARIA Nº 2000, DE 18 DE JULHO DE 2016. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 2000, DE 18 DE JULHO DE 2016

Concede licença maternidade à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0032, de 03/09/2011; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

- Considerando Atestado Médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora pública municipal Andréia de Fátima de Deus, ocupante do cargo público de Assessor de Secretaria, no período compreendido entre 04 de julho de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

PORTARIA Nº 2001, DE 19 DE JULHO DE 2016. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 2001, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Rozeli Ribeiro de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	26/06/15 a 25/06/16	07	19/07/16 a 25/07/16
Paulo Jung	Assistente Financeiro	17/05/15 a 16/05/16	30	01/08/16 a 30/08/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel

Responsável pelas Publicações Oficiais

PORTARIA Nº 2002, DE 20 DE JULHO DE 2016. DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 2002, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Designa servidor público municipal como responsável pelo Setor de Compras do Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando a concessão de férias à servidora Adriana Lucia Pretto, responsável pelo Setor de Compras do Município;

· Considerando os princípios que regem a administração pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Mateus Eduardo Cenci Pereira, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, para responder sem acréscimo de remuneração, pelo Setor de Compras deste Município, no período de 20/07/16 a 29/07/16, podendo para tanto praticar todos os atos inerentes a função.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 20 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel

Responsável pelas Publicações Oficiais

PORTARIA Nº 2003, DE 21 DE JULHO DE 2016. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 2003, DE 21 DE JULHO DE 2016.

Concede férias a servidores e empregados públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidores e empregados públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGADO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Roseli da Silva Severgnini	Auxiliar de Serviços Gerais	04/05/14 a 03/05/15	10	21/07/16 a 30/07/16

Angelina da Aparecida Walendorff	Agente Comunitário de Saúde	12/02/14 a 11/02/15 12/02/15 a 11/02/16	15 30	25/07/16 a 08/08/16 09/08/16 a 07/09/16
----------------------------------	-----------------------------	--	----------	--

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

PORTARIA Nº 2004, DE 25 DE JULHO DE 2016. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 2004, DE 25 DE JULHO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a empregada pública municipal Célia Lurdes de Oliveira, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, a partir do dia 25 de julho de 2016 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações Oficiais

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 098/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 098/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 029/2016, exclusiva para Micro Empresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 15 de agosto de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC.. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Lei Complementar n. 123/06; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 26 de julho de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2016 DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO Nº. 1/2016

EDITAL Nº. 1/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO SUL, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Concurso Público, torna público que no período de 08 a 22 de agosto de 2016, estarão abertas pré-inscrições on-line, através do endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, conforme disposições previstas no Edital nº. 001/2016 – Concurso Público nº. 001/2016, que objetiva o preenchimento de vagas existentes no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul/SC.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 28 de julho de 2016 nos seguintes locais:

1. No site de internet da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul/SC: (www.cmsaojoaodosul.sc.gov.br);
2. No site de internet oficial das inscrições: (www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul);
3. No Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul;
4. No Mural Público da Prefeitura Municipal de São João do Sul.

São João do Sul/SC, em 28 de julho de 2016.

CLAUDIA CILENE EMERIM

Presidente da Comissão de Concurso Público

MIGUEL DA SILVA TEIXEIRA

Presidente do Poder Legislativo do Município de São João do Sul/SC

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 213/2016

DECRET O Nº 213/2016

“QUE REMANEJA SALDO ENTRE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE, CONFORME ART. 4º DA LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 4.383/2015, 23/12/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

(21)3.3.90.00.00.00.00.2.043-0024 – Aplicações Diretas 14.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 14,000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito aberto no Artigo anterior, serão utilizados os recursos pelo remanejamento de saldo da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO

03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

(20)3.3.50.00.00.00.00.2.043-0024 – Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Luc. 14.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 14,000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 214/2016

DECRET O Nº 214/2016

“QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO URBANO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 237, datado de 13/07/2016; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por TEREZINHA DE FATIMA RAMOS NUNES e ELSON LIMA PEREIRA, de um imóvel urbano de terras, situado nas Ruas Dom Pero Fernandes Sardinha e Rua Joaquim Anacleto Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano

Proprietários: Terezinha de Fatima Ramos Nunes e Elson Lima Pereira

Endereço: Rua Dom Pero Fernandes Sardinha e a Rua Joaquim Anacleto Rodrigues no Bairro Jardim Bandeira

Município: São Joaquim SC

Matrícula: Nº 7832 e Nº 8064

- Memorial Descritivo referente às matrículas acima citada que serão desmembrados 120,00 m² da matrícula nº 8064 que ficará com uma área remanescente de 360,00 m² e depois a área de 120,00 m² será unificada com 450,30 m² da matrícula nº 7832, formando uma matrícula nova com 570,30 m².

MATRÍCULA Nº 8064

PROPRIETÁRIOS: ELSON LIMA PEREIRA E TEREZINHA DE FATIMA RAMOS NUNES

ÁREA: 480,00 m²

- Um terreno urbano (lote) de nº 67, situado nesta cidade de São Joaquim SC, no Loteamento das Camélias, medindo 12,00mts de frente

por igual metragem de fundos e 40,00mts de comprimento por ambos os lados ou sejam, 480,00mts², confrontando na frente com a Rua Joaquim anacleto Rodrigues, fundos com o lote 66 de Alzina Vieira Martorano, dividindo de um lado com o lote nº 65 de propriedade de AlzinaVieira Martorano, e pelo outro lado com os lotes nº 71, 72 e 73 todos de propriedade de Alzina Vieira Martorano.

ÁREA DESMEMBRADA

MATRÍCULA Nº 8064

PROPRIETÁRIO: TEREZINHA DE FATIMA RAMOS NUNES

ÁREA: 120,00 m²

- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 3, situado no limite com o lote de Elso Lima Pereira e Tito Pereira de Souza Neto. Do vértice 3 segue confrontando com o lote de Tito Pereira de Souza Neto com azimute de 339°30'0" e distância de 10,00 m até o vértice 4. Do vértice 4 segue confrontando com o lote de José Artismo com azimute de 69°30'0" e distância de 12,00 m até o vértice 5. Do vértice 5 segue confrontando com o lote de Jodir Bett com azimute de 159°30'0" e distância de 1,00 m até o vértice 6. Do vértice 6 segue confrontando com o lote de Terezinha de Fatima Ramos Nunes com azimute de 159°30'0" e distância de 9,00 m até o vértice 7. Do vértice 7 segue confrontando com o lote de Elso Lima Pereira com azimute de 249°30'0" e distância de 12,00 m até o vértice 3, ponto final da descrição deste perímetro.

ÁREA REMANESCENTE

MATRÍCULA Nº 8064

PROPRIETÁRIO: ELSON LIMA PEREIRA

ÁREA: 360,00 m²

- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com o lote de Terezinha Mendes e a Rua Joaquim Anacleto Rodrigues. Do vértice 1 segue confrontando com a Rua Joaquim Anacleto Rodrigues com azimute de 249°30'0" e distância de 12,00 m até o vértice 2. Do vértice 2 segue confrontando com o lote de Tito Pereira de Souza Neto com azimute de 339°30'0" e distância de 30,00 m até o vértice 3. Do vértice 3 segue confrontando com o lote de Terezinha de Fatima Ramos Nunes com azimute de 69°30'0" e distância de 12,00 m até o vértice 7, deste segue com azimute de 159°30'0" e distância de 17,00 m até o vértice 9. Do vértice 9 segue confrontando com o lote de Terezinha Mendes com azimute de 159°30'0" e distância de 13,00 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro.

Obs.-Lote localizado no lado ímpar da Rua Joaquim Anacleto Rodrigues e a 34,00 m da esquina com a Rua Dom Pero Fernandes Sardinha.

ÁREA UNIFICADA

MATRÍCULA Nº 7832

PROPRIETÁRIO: TEREZINHA DE FATIMA RAMOS NUNES

ÁREA: 570,30 m²

- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 10, situado no limite com o lote de Jodir Bett e a Rua Dom Pero Fernandes Sardinha. Do vértice 10 segue confrontando com a Rua Dom Pero Fernandes Sardinha com azimute de 160°23'33" e distância de 13,00 m até o vértice 11.

Do vértice 11 segue confrontando com o lote de Terezinha de Fatima Ramos Nunes com azimute de 249°30'0" e distância de 34,50 m até o vértice 8.

Do vértice 8 segue confrontando com o lote de Elso Lima Pereira com azimute de 339°30'0" e distância de 4,00 m até o vértice 7, deste segue com azimute de 249°30'0" e distância de 12,00 m até o vértice 3.

Do vértice 3 segue confrontando com o lote de Tito Pereira de Souza Neto com azimute de 339°30'0" e distância de 10,00 m até o vértice 4.

Do vértice 4 segue confrontando com o lote de José Artismo com azimute de 69°30'0" e distância de 12,00 m até o vértice 5.

Do vértice 5 segue confrontando com o lote de Jodir Bett com azimute de 159°30'0" e distância de 1,00 m até o vértice 6, deste segue com azimute de 69°30'0" e distância de 34,60 m até o vértice 10, ponto final da descrição deste perímetro.

Obs.-Lote localizado no lado par da Rua Dom Pero Fernandes Sardinha e a 41,00 m da esquina com a Av. Ledo Coto.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Julho de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 215/2016

DECRET O Nº 215/2016

"QUE EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Autos n. 0000340-33.2005.8.24.0063/03 e por Determinação Judicial; Fica EXONERADO o servidor JADER PROCHNOW NUNES, ocupante do Efetivo de Técnico Administrativo, para o qual havia sido Admitido através da C.T.P.S. Nº 68.793 – Série 00003/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 306/2016

PORTARIANº 306/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS ao seguinte funcionário: - MARCELO CARDOSO DA SILVA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 06/07/2016 à 04/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Julho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 307/2016

PORTARIANº 307/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS a seguinte funcionária: - MARIA AMELIA SILVEIRA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/07/2016 à 09/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Julho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 308/2016

PORTARIANº 308/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS a seguinte funcionária: - VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 18/07/2016 à 16/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Julho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 309/2016

PORTARIANº 309/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, no dia 18/07/2016. – GABRIEL ALMEIDA DA SILVA, ocupante da Função de Professor, por 02 (dois) dias, no dia 18/07/2016. – LUCIANA ZANDONADI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/07/2016. – JULIANO CARVALHO DA CRUZ, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem (SAMU), por 01 (um) dia, no dia 18/07/2016. – REGINA CORREA GONÇALVES, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 18/07/2016. – JESSICA TAVARES MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/07/2016. – RAFAELA LUCIANO COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/07/2016. – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/07/2016. – LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por meio dia, no dia 20/07/2016. – MICHELE CASSÃO MUNIZ, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 20/07/2016. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a contar do dia 20/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 310/2016

PORTARIANº 310/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 18/07/2016. – VANUZA APARECIDA PINTO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 21/07/2016. – ISABELA CHIODELLI, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, por 02 (dois) dias, a contar do dia 21/07/2016. – RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 20/07/2016. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 21/07/2016. – ALINE SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 22/07/2016. – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, no período Vespertino, do dia 22/07/2016. – CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do Cargo de Veterinário, no período Vespertino, do dia 22/07/2016. – CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 22/07/2016. – SIMONE DE FATIMA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 22/07/2016. – CLEBISON JOSE CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 25/07/2016, e o retorno de acordo com o INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Julho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 09/2016 – CMSJ**

EXTRATO DE CONTRATO 09/2016 – CMSJ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09//2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

CONTRATO Nº 09/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o Processo Licitatório sob n.º 07/2016 para a Celebração de Contrato com a Empresa Prommer Tecnologia LTDA - CNPJ: 13.954.686/0001-00, sito na Rua Pinheiro Machado, nº 1663, Centro, Taquara - RS, no valor de R\$ 12.144,00 (doze mil cento e quarenta e quatro reais) a ser pagos em até 30 dias, contados da data da entrega do serviço com a nota fiscal/fatura, para prestação de serviço de telefonia móvel com acesso à Internet e cessão de 10 linhas de telefonia móvel pela operadora VIVO para uso pelos Vereadores, com respectivos aparelhos e aplicativo de gerenciamento das linhas com cobertura de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do território Municipal, com validade de 08(oito) meses, podendo ser renovado anualmente até o limite de 60 (sessenta) meses.

São Joaquim, 23 de junho de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 077/2016 – CC 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 077/2016 – CC 002/2016 – Processo 098/2016 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA OBRA DA POLICLÍNICA DE FORQUILHINHAS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de assinatura. Valor: R\$ 999.984,14 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos). Data da Assinatura do Contrato: 01 de julho de 2016.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 013/2016. Contratado: ELEC. IND. E COM. DE EQUIP. DE MEDIÇÃO LTDA. Objeto: "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ELC. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CALIBRAÇÃO E VERIFICAÇÃO INMETRO COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ETILÔMETRO DE PROPRIEDADE DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 2.618,00 (dois mil, seiscentos e dezoito reais). Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO E HOMOLOGAÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 90.2016 - Contrato Nº: 77.2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 54/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO NA NOVA GARAGEM DE MÁQUINAS DOMUNICÍPIO (CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA), LOCALIZADA NA RUA HERMÍNIO CONTE, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS OBJETOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS.

Aditivo Nº : 92.2016 - Contrato Nº: 22.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Valor : 251,03 (duzentos e cinquenta e um reais e três centavos)

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 18/07/2016

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 55/2015

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE ENSINO DO DISTRITO DE PADRE RÉUS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO", devido a alterações necessárias na obra para adequação do projeto global, conforme parecer e orçamento anexo.

Contrato Nº.: 93/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: AMEOSC

Valor : 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO QUE ACONTECERÁ NO DIA 03 (TRÊS) DE SETEMBRO DE 2016, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, DO QUADRO GERAL DE SERVIDORES, CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE.

Contratada...: AMEOSC

Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Contrato Nº.: 94.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: JCV CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

Valor : 165.033,22 (cento e sessenta e cinco mil e trinta e

três reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 13/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 75/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO DE ALVENARIA EM ESTRUTURA PRÉMOLDADA, PARA ABRIGAR PROJETOS RELATIVOS A AGRICULTURA FAMILIAR, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME

PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL.

Contrato Nº.: 95.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: DEBORA ALMEIDA SCHOLL 07156398970

Valor : 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM OFICINA DE ARTESANATO E PINTURA, PARA APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL, VISANDO A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E HUMANO-CIDADÃO, e CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, VISANDO O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL, NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E SOCIABILIDADES.

Contrato Nº.: 96.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: JUNGES E CAROSSO LTDA - ME

Valor : 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM OFICINA DE ARTESANATO E PINTURA, PARA APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL, VISANDO A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E HUMANO-CIDADÃO, e CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, VISANDO O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL, NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E SOCIABILIDADES.

Contrato Nº.: 100.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ROBERT ANDREO DIAS BARBOSA - ME

Valor : 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 26/07/2016 Término: 30/11/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2016

Objeto : LOCAÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR DE SOLO PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, VISANDO SUPRIR A GRANDE DEMANDA DOS SERVIÇOS COM ESTE EQUIPAMENTO, TENDO EM VISTA QUE O EQUIPAMENTO DO MUNICÍPIO (PM-13368) ESTÁ DANIFICADO.

Aditivo Nº : 97.2016 - Contrato Nº: 3.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL CIGA

Valor : 2.189,45 (dois mil cento e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza: Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simpl

Contratada...: CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Contrato Nº...: 98.2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA ESPORTE CLUBE REAL

Valor : 0,01 (um centavo)

Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 15/07/2017

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 78/2016

Objeto : CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DAS INSTALAÇÕES CONSTANTES NO MÓDULO ESPORTIVO, SENDO ESPECIFICAMENTE A QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, O CAMPO DE FUTEBOL E DEMAIS INSTALAÇÕES, PARA ORGANIZAÇÕES/ ENTIDADES/ ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, QUE ATUAM NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 99.2016 - Contrato Nº: 77.2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/08/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE DESPORTO E LAZER DO DISTRITO DE PADRE RÉUS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSO PROVENIENTE DO

FUNDAM - FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

Aditivo Nº : 101.2016 - Contrato Nº: 113.2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Vigência : Início: 26/07/2016 Término: 30/07/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 62/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO Nº2014TR001184, ASSINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 102.2016 - Contrato Nº: 11.2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Vigência : Início: 28/07/2016 Término: 30/10/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 123/2014

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada, conforme objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS OBJETOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS

ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO FUNDAM - FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

Aditivo Nº : 103.2016 - Contrato Nº: 77.2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Valor : 1.779,92 (um mil setecentos e setenta e nove reais e

noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 28/07/2016 Término: 28/07/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 54/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO NA NOVA GARAGEM DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO (CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA), LOCALIZADA NA RUA HERMÍNIO CONTE, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS OBJETOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS

ANEXOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2016

PROCESSO Nº 77/2016 HOMOLOGAÇÃO: 05/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E EDUCAÇÃO, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016

PROCESSO Nº 79/2016 HOMOLOGAÇÃO: 08/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NOS CONCERTOS DIVERSOS EM PONTES, PONTILHÕES, BOCAS DE LOBO, CALÇADAS, MEIO FIOS, CALÇAMENTO E ASFALTO DO MUNICÍPIO e AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS E PEDESTAIS PARA IMPLANTAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES NOS NOVOS LOTEAMENTOS.

CONTRATADO: ELEMAR JOSE JUNGES-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.417,50 (dezoito mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e

quinhentos reais)

CONTRATADO: PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO E INCORP. LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

CONTRATADO: ROCHA BRITAGEM LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 52.250,00 (cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: MLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.500,00 (doze mil quinhentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 75/2016

PROCESSO Nº 75/2016 HOMOLOGAÇÃO: 13/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO DE ALVENARIA EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, PARA ABRIGAR PROJETOS RELATIVOS A AGRICULTURA FAMILIAR, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL.

CONTRATADO: JCV CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 165.033,22 (cento e sessenta e cinco mil e trinta e três reais e vinte e dois centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

PROCESSO Nº 81/2016 HOMOLOGAÇÃO: 13/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA USO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UMA IMPRESSORA PARA USO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.058,00 (quatro mil e cinquenta e oito reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016

PROCESSO Nº 64/2016 HOMOLOGAÇÃO: 14/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO NAS MÁQUINAS, TRATORES, CAMINHÕES, ONIBUS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE.

CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 166.694,00 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2016

PROCESSO Nº 82/2016 HOMOLOGAÇÃO: 14/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM OFICINA DE ARTESANATO E PINTURA, PARA APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL, VISANDO A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E HUMANO-CIDADÃO, e CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR

AULAS DE DANÇA PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, VISANDO O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL, NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E SOCIABILIDADES.

CONTRATADO: DEBORA ALMEIDA SCHOLL 07156398970
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: JUNGES E CAROSI LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2016

PROCESSO Nº 83/2016 HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, DISTRITO DE MARIFLOR E DISTRITO DE PADRES RÉUS, DE ACORDO COM A PORTARIA 2914/11 E A RESOLUÇÃO CONAMA 357 e AQUISIÇÃO DE GÁS CLORO PARA USO NO TRATAMENTO DA ÁGUA POTÁVEL NA "ETA" (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA), E POÇOS SUBTERRÂNEOS DO "SEMAE" DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

CONTRATADO: TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LT

VALOR DA DESPESA: R\$ 113.390,00 (cento e treze mil trezentos e noventa reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2016

PROCESSO Nº 85/2016 HOMOLOGAÇÃO: 26/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR DE SOLO PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, VISANDO SUPRIR A GRANDE DEMANDA DOS SERVIÇOS COM ESTE EQUIPAMENTO, TENDO EM VISTA QUE O EQUIPAMENTO DO MUNICÍPIO (PM-13368) ESTÁ DANIFICADO.

CONTRATADO: ROBERT ANDREO DIAS BARBOSA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016

PROCESSO Nº 86/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO E MANUTENÇÃO DO 1º GBM DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAS MENIN LTDA -ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.903,20 (um mil novecentos e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.955,00 (quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.197,80 (cinco mil cento e noventa e

sete reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.756,70 (um mil setecentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016
PROCESSO Nº 14/2016 HOMOLOGAÇÃO: 05/07/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.045,80 (dez mil e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.569,25 (dois mil quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.833,00 (sete mil oitocentos e trinta e três reais)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.568,50 (sete mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016
PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 07/07/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 277,00 (duzentos e setenta e sete reais)

CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.997,30 (quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e trinta centavos)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais)

CONTRATADO: PIOVESAN & ROVANI LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 416,50 (quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 503,00 (quinhentos e três reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
PROCESSO Nº 18/2016 HOMOLOGAÇÃO: 08/07/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO MINIVAN PARA USO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA e UM VEICULO TIPO PICK-UP PARA USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e

quinhentos reais)

CONTRATADO: BREGOMAR VEICULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 70.500,00 (setenta mil quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016
PROCESSO Nº 15/2016 HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO COBALT PLACA MKY 2644 E PARA O VEICULO CORSA PLACA MKZ 5704, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016
PROCESSO Nº 19/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/07/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.814,00 (nove mil oitocentos e quatorze reais)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COM.DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais)

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.434, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.434, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 .3.3.90.00.00.00.00.0.1.0038	25	Aplicações Diretas	R\$ 33.0000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 .4.4.90.00.00.00.00.0.1.0038	29	Aplicações Diretas	R\$ 33.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de julho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 468, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 468, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 468, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V56, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9660, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 469, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 469, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 469, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572695C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9558, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 470, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 470, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 470, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572740F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9559, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 471, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 471, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 471, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y35, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9561, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 472, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 472, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 472, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726C7V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9562, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 473, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 473, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 473, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726T4V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9563, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 474, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 474, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 474, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726W6E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9564, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 475, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 475, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 475, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Z92, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9565, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 476, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 476, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 476, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726H9K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9566, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 477, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 477, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 477, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726P83, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9567, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 478, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 478, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 478, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572692X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9568, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 479, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 479, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 479, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726932, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9569, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 480, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 480, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 480, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572690N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9570, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 481, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 481, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 481, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572705S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9571, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 482, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 482, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 482, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572704N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9572, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 483, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 483, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 483, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726R4P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9573, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 484, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 484, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 484, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726B4D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9574, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 485, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 485, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 485, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y4A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9575, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 486, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 486, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 486, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726R3K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9576, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 487, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 487, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 487, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726T7A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9577, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 488, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 488, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 488, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X9W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9578, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 489, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 489, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 489, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572769U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9579, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 490, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 490, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 490, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572768P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9580, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 491, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 491, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 491, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726XON, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9581, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 492, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 492, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 492, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V6B,, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9582, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 493, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 493, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 494, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X8R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9583, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 494, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 494, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 494, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726W0K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9584, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 495, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 495, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 495, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V7G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9585, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 496, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 496, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 496, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X47, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9586, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 497, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 497, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 497, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726C95, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9595, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 498, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 498, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 498, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726C80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9596, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 499, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 499, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 499, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5727230, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9597, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 500, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 500, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 500, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726W44, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9587, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 501, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 501, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 501, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572762V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9588, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 502, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 502, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 502, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572709C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9589, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 503, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 503, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 503, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572696H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9590, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 504, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 504, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 504, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572691S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9591, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 505, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 505, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 505, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572697M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9592, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 506, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 506, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 506, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V1M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9593, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 507, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 507, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 507, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572689T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9594, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 29 de julho de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO 28/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2016.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua São Luiz, 210, Centro inscrito no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, neste ato representado pelo Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF N.º 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e WILLIAM DILL ARENHARDT, CREA/SC 117981-7, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Francisco, nº. 51, Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 077.820.929-65, RG 4.550.290, doravante denominado de CONTRATADA, ajustam pelas seguintes cláusulas, conforme edital do processo de dispensa de licitação nº 44/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de serviços profissionais em engenharia sanitária e ambiental, conforme descritivo, quantidade e valor citados abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descritivo	R\$ total
01	01	Serv.	1º Consultoria técnica geral, incluindo orientação e acompanhamento pratico; 2º Orientação ao fiscal da vigilância sanitária, adequação da estrutura, estratégia de fiscalização e métodos de análise de água; 3º Suporte e orientação ao setor jurídico a respeito da concessão dos poços para associações; 4º Cumprir as exigências e responder o TAC firmado com o M.P, nº. 06.2010.00000975-3 e prestar todas as informações para a ARIS, expondo proposta e estratégia de ações.	2.850,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pela execução do objeto a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir do ato de sua assinatura até dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos itens descritos no objeto deste contrato será efetuado, por meio de depósito bancário, até o dia 12 do mês subsequente ao termino dos serviços, emissão de nota fiscal e apresentação de relatório das atividades desenvolvidas.

CLAÚSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os serviços mencionados neste contrato serão processados no setor contábil do Município, conforme legislação em vigor e correrão por conta da Modalidade de de:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.004 - manutenção das atividades da Administração Geral.	339000000	Aplicação direta.

CLÁUSULA SÉXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se:

- I – Prestar todos os serviços narrados na Clausula Primeira deste Contrato, sob pena de não receber o valor contratado;
- II – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- III – Fornecer ao Município, sempre que solicitado, informação ou esclarecimento sobre os andamentos dos serviços;
- IV – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, dentre outros, derivados desta contratação;
- V – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros;
- VI – É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, em qualquer esfera;
- VII – Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório das atividades desenvolvidas;
- IX – Ficam fazendo parte integrante deste contrato o edital de dispensa de licitação nº 44/2016.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I – Transmitir por escrito, determinações sobre possíveis modificações;
- II – Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;
- III – Fiscalizar e controlar o horário de trabalho e a execução do objeto contratado, através do Secretario Municipal de Administração e Fazenda de São Miguel da Boa Vista aqui nominado fiscal do contrato;
- IV – Cumprir as condições de pagamento.
- V – Aplicar as sanções cabíveis e prevista neste termo contratual, por intermédio da fiscalização do contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

A comunicação da vontade de rescindir, para a contratada, deverá ser comunicada com antecedência de no mínimo 30 dias, por documento devidamente assinado.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei 8666/93, consolidada, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido à multa de 30% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices iniciais.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa dos demais.

E, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, assinam o presente na presença de duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista – SC, 27 de julho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	WILLIAM DILL ARENHARDT CPF: 077.820.929-65

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessoria Jurídica

Testemunhas

SILVIO RICHARDT
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2016.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO CONTRATO 56/2015.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ N.º 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF N.º 469.398.579-15, RG N.º. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, estabelecida na Avenida Anita Garibaldi, 340, sala: 04, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 05.245.502/0001-04 inscrição Estadual N.º 254.436.722 neste ato representado por seu sócio gerente Sr. PATRICK CANTON, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Maravilha, inscrito no CPF 023.318.399-05, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem promover o reequilíbrio financeiro do contrato administrativo 56/2015, de acordo com o edital do processo licitatório n.º 46/2015, pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo de reequilíbrio financeiro tem como finalidade promover o aumento para recomposição do preço unitário em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme solicitação e juntada de documentos comprobatórios por parte da contratada, conforme cláusula 2º contrato administrativo 56/2015 (DO REAJUSTE); "Os preços somente poderão serem reajustados, ao final de cada ano, pelo INPC médio acumulado dos últimos 12 meses", considerando que a empresa não solicitou ao final do ano de 2015, sendo concedido no mês de julho a partir da solicitação. O reequilíbrio corresponde a um percentual de 7,74%, perfazendo os seguintes valores, considerando a média acumulada entre os meses de julho de 2015 e junho de 2016:

O valor total do objeto mencionado passou de R\$ 22.800,00 para R\$ 24.564,72, sendo R\$ 2.047,06 mensais.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato nº. 56/2015, sendo que o presente Termo tem vigência e produzida os efeitos legais a partir do dia 01 de agosto de 2016.

JUSTIFICATIVA: Este Termo de reequilíbrio tem a finalidade de ajustar os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto ora contratado, conforme termos do edital nº 46/2015, contrato nº 56/2015 e solicitação da Contratada.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 01 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI CNPJ nº. 05.245.502/0001-04 Representante Legal
---	---

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessoria Jurídica

Testemunhas

SILVIO RICHARDT
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO N. 85/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 85/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 51/2016

OBJETO: Aquisição de tintas e demais, serviços de mão de obra destinados para a manutenção e conservação da pintura da 13ª Ciretran, conforme Convênio de Trânsito nº 2016TN1765, Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o edital.

VALOR: R\$ 5.321,20

CONTRATADO: 27/07/2016

VIGÊNCIA: 27/09/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: QUIMICASOL LTDA EPP

São Miguel do Oeste, SC., 27 de julho de 2016.

CONTRATO N. 86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 86/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 51/2016

OBJETO: Aquisição de tintas e demais, serviços de mão de obra destinados para a manutenção e conservação da pintura da 13ª Ciretran, conforme Convênio de Trânsito nº 2016TN1765, Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o edital.

VALOR: R\$ 2.950,00

CONTRATADO: 27/07/2016

VIGÊNCIA: 27/09/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: SANDRO MARCOS OLINSKI
03571127927

São Miguel do Oeste, SC., 27 de julho de 2016.

DECRETO Nº 8.689/2016-APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 16-C MATRICULADO NO ORISMO SOB N. 31.799, DE PROPRIEDADE DE ERICO DOMINGOS PERASSOLI E APROVA REMEMBRAMENTO À PARTE DA CHÁCARA 16 MATRICULADO NO ORISMO SOB N. 40.167, DE PROPRIEDADE DE ADRIANO PERASSOLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.689/2016.

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 16-C MATRICULADO NO ORISMO SOB N. 31.799, DE PROPRIEDADE DE ERICO DOMINGOS PERASSOLI E APROVA REMEMBRAMENTO À PARTE DA CHÁCARA 16 MATRICULADO NO ORISMO SOB N. 40.167, DE PROPRIEDADE DE ADRIANO PERASSOLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do lote urbano n. 16-C,

com área de 1.620,586m², matriculado no ORISMO sob n. 31.799, localizado, Bairro Agostini, Perímetro Urbano, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – DESDOBRAMENTO: Parte do lote urbano nº 16-C, com área de 435,77m², sendo 273,45m² (Edificável) e 162,32m², (Não Edificável), confrontando: Ao norte, com parte da chácara nº 15, por linha seca medindo 11,18metros; Ao leste, com parte da chácara nº 16, por linha seca medindo de 38,56metros; Ao sul, com parte da chácara nº 16, por linha seca de 11,00m; Ao oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 16-C, por linha seca medindo 40,67metros.

II – REMEMBRAMENTO: Parte do lote urbano nº 16-C, com área de 435,77m², sendo 273,45m² (Edificável) e 162,32m², (Não Edificável) e parte da chácara nº 16, com área de 10.990,554m², sendo, 7.350,163m² (Edificável) e 3.640,391m² (Não Edificável - APP), perfazendo um total de 11.426,324m², sendo 7.623,613m², (Edificável) e 3.802,711m², (não Edificável - APP), confrontando em conjunto: Ao norte, com o lote urbano nº 16-C, por linha seca medindo 50,00metros; Ao oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 16-C, por linha seca de 40,67metros; Novamente ao norte e ao nordeste, com parte das chácaras nº 15 e 17, por linha seca medindo 11,18metros e por uma sanga afluente do Lajeado Guamerin; Ao sul, com parte das chácaras nº 08 e 09, por uma sanga afluente do Lajeado Guamerin; Novamente ao oeste, com o lote urbano nº 16-D, por linha seca medindo de 51,00metros; Novamente ao sul, com o lote urbano nº 16-D, por linha seca medindo 50,00metros; Novamente ao oeste, com a Rua Lazaro da Costa, numa extensão de 10,00m.

III - REMANESCENTE: Parte do lote urbano nº 16-C, com área de 1.184,816m², sendo 1.091,556m² (Edificável) e 93,26m², (Não edificável), confrontando: Ao norte, com o lote urbano nº 16-B, por linha seca medindo 31,50metros; Ao oeste, com o lote urbano nº 16-B e com parte do lote urbano nº 16-A, por linha seca medindo 14,21metros; Novamente ao norte, com parte da chácara nº 15, por linha seca medindo 7,62metros; Ao leste, com parte do mesmo lote urbano nº 16-C, por linha seca medindo 40,67metros; Ao sul, com parte da chácara nº 16, por linha seca medindo 39,00metros; Ao oeste, com a Rua Lazaro da Costa, numa extensão de 28,08m.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,

Em, 29 de julho de 2016.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

Julio Antonio Bagetti

Advogado OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2016-ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS QUINTO E SEXTO DO ARTIGO 107 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2011 QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2016

ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS QUINTO E SEXTO DO ARTIGO 107 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2011 QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta os §5º e §6º ao artigo 107 da LC 005/2011, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107. A afixação de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, escritórios, consultórios ou gabinetes, casas de diversões ou qualquer tipo de estabelecimento, depende de licença da Municipalidade, mediante requerimento dos interessados.

§ 1º Incluem-se nas exigências do presente artigo, os letreiros, painéis, tabuletas, emblemas, placas, avisos e faixas.

§ 2º As prescrições do presente artigo, abrangem os meios de publicidade com propaganda afixada, suspensa ou pintada em paredes, muros e tapumes.

§ 3º Depende, ainda, de licença da Municipalidade, a distribuição de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda escrita.

§ 4º Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora fixados em terrenos próprios ou de condomínio privado, forem visíveis de locais públicos.

§ 5º Os anúncios de que trata o caput, além daqueles destinados a promoções de eventos de todas as espécies, sejam esportivos, informativos ou de lazer, deverão constar a indicação visível de número telefônico e o nome do respectivo responsável.

§ 6º Os anúncios referidos no parágrafo anterior, necessariamente deverão ser retirados por seus promotores e/ou responsáveis no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento da respectiva promoção ou evento, sob pena de aplicação da multa prevista no 106 desta Lei Complementar.

Art.2º. – Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 28 de julho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.301/2016-APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE COSMO INCORPORADORA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.301/2016

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE COSMO INCORPORADORA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de Parte da Chácara nº 35, com área de 8.185,19m², de propriedade de COSMO INCORPORADORA LTDA, matriculado no Registro de Imóveis sob o n. 41.262, confrontando-se: Ao Norte: com Parte do Lote Rural nº 110, por linha seca de 86,91m; Ao Oeste: com Parte da Chácara nº 36, por linha seca de 85,60 m; Ao Sul: com Parte da mesma Chácara nº 35, por linha seca de 71,14m edificáveis e 10,00m não edificáveis; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 115,48 m.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

I – 8.185,19m², referente a área total do empreendimento;

II – 3.794,82m², referente a área de lotes vendáveis;

III – 2.830,57m², referente a área de vias públicas;

IV – 491,11m², destinados a área de uso institucional;

V – 520,00m², referente a área verde;

VI – 548,69m², referente a área não edificável.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de “LOTEAMENTO NOVA CASA”.

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I - Lote Urbano nº 01 do Loteamento Nova Casa, com área de 459,856m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 14, por linha seca de 30,29m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 21,27m; Ao Sul: com o Lote nº 02, por linha seca de 28,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada “A”, numa extensão de 11,00m.

II - Lote Urbano nº 02 do Loteamento Nova Casa, com área de 327,750m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 01, por linha seca de 28,50m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 11,50m; Ao Sul: com o Lote nº 03, por linha seca de 28,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada “A”, numa extensão de 11,50m.

III - Lote Urbano nº 03 do Loteamento Nova Casa, com área de 327,750m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 02, por linha seca de 28,50m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 11,50m; Ao Sul: com o Lote nº 04, por linha seca de 28,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada “A”, numa extensão de 11,50m.

IV - Lote Urbano nº 04 do Loteamento Nova Casa, com área de 327,750m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 03, por linha seca de 28,50m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 11,50m; Ao Sul: com o Lote nº 05, por linha seca de 28,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada “A”,

numa extensão de 11,50m.

V - Lote Urbano nº 05 do Loteamento Nova Casa, com área de 327,750m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 04, por linha seca de 28,50m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 11,50m; Ao Sul: com o Lote nº 06, por linha seca de 28,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 11,50m.

VI - Lote Urbano nº 06 do Loteamento Nova Casa, com área de 327,750m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 05, por linha seca de 28,50m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 11,50m; Ao Sul: com o Lote nº 07, por linha seca de 28,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 11,50m.

VII - Lote Urbano nº 07 do Loteamento Nova Casa, com área de 340,775m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 06, por linha seca de 28,50m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 12,15m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 23,50m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "A", por linha curva de 7,854m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 7,15m.

VIII - Lote Urbano nº 08 do Loteamento Nova Casa, com área de 329,714m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 09, por linha seca de 28,70m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 11,50m; Ao Sul: com Parte da Chácara nº 35, por linha seca de 28,64m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 11,50m.

IX - Lote Urbano nº 09 do Loteamento Nova Casa, com área de 327,574m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 10, por linha seca de 28,77m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 11,40m; Ao Sul: com o Lote nº 08, por linha seca de 28,70m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 11,40m.

X - Lote Urbano nº 10 do Loteamento Nova Casa, com área de 328,294m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 11, por linha seca de 28,83m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 11,40m; Ao Sul: com o Lote nº 09, por linha seca de 28,77m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 11,40m.

XI - Lote Urbano nº 11 do Loteamento Nova Casa, com área de 369,857m², edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 12, por linha seca de 28,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,89m; Ao Sul: com o Lote nº 10, por linha seca de 28,83m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 12,73m.

XII - Lote Urbano nº 12 do Loteamento Nova Casa, com área de 491,11m², Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 13, por linha seca de 29,10m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 18,14m; Ao Sul: com o Lote nº 11, por linha seca de 28,90m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 15,79m.

XIII - Lote Urbano nº 13 do Loteamento Nova Casa, com área de 520,000m², Área Verde, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 14, por linha seca de 18,04m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 24,26m; Ao Sul: com o Lote nº 12, por linha seca de 29,10m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 5,56m; Ao Noroeste: com o Lote nº 15, por linha seca de 19,33m.

XIV - Lote Urbano nº 14 do Loteamento Nova Casa, com área de 479,57m², Área Não Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte do Lote Rural nº 110, por linha seca de 76,26m; Ao

Leste: com o prolongamento da Rua Willy Barth, numa extensão de 6,90m; Ao Sul: com o Lote nº 15, Lote nº 13, com a Rua Projetada "A" e com o Lote nº 01, por linha seca de 76,07m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 6,48m.

XV - Lote Urbano nº 15 do Loteamento Nova Casa, com área de 69,12m², Área Não Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 14, por linha seca de 12,86m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 13, por linha seca de 19,33m; Ao Oeste: com parte da Chácara nº 36, por linha seca de 10,74m.

Art. 5º A área destinada às ruas passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante a terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, bem como para o cumprimento do registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 28 de julho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.302/2016- APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ALM INCORPORADORA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.302/2016

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ALM INCORPORADORA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de Parte do Lote Rural n. 03, com área de 56.889,98m², de propriedade de ALM INCORPORADORA LTDA, matriculado no Registro de Imóveis sob o n. 30.152, confrontando-se: Ao Norte: com Parte do Lote Rural nº 04, por linha seca de 198,691m; Ao Sudeste: com Parte do mesmo Lote Rural nº 03, por linha seca de 74,886m; Ao Leste: com Parte

do mesmo Lote Rural nº 03, numa extensão de 153,652m; Novamente ao Norte: com Parte do mesmo Lote Rural nº 03, por linha seca de 35,156m; Novamente ao Leste: com Parte do mesmo Lote Rural nº 03, por linha seca de 41,308m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 02, por linha seca de 373,392m; Ao Noroeste: em dois ângulos, com Parte do mesmo Lote Rural nº 03, por uma estrada e com a faixa de domínio da BR 386, numa extensão de 270,331m, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

- I – 56.889,98m² referente a área total do empreendimento;
- II – 33.863,956m² referente a área de lotes vendáveis;
- III – 613,733m² referente a lotes não edificáveis;
- IV – 16.146,165 m² referente a área de ruas;
- V – 2.106,126m² destinados a área de uso institucional;
- VI – 4,160,00m² referente a área verde.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO PORTO BELO".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano nº 01, com área de 137,54m², Área Não Edificante, confrontando-se: Ao Norte com parte do Lote Rural nº 04, por linha seca de 1,424m; Ao Noroeste com a faixa de domínio da SC 386, numa extensão de 140,420m; Ao Sudeste com a Rua Projetada "A", numa extensão de 141,461m.

II - Lote Urbano nº 02, com área de 476,193m², Área Não Edificante, Passagem de Pedestres, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Rural nº 04, por linha seca de 117,742m; Ao Leste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 4,428m; Ao Sul: com os Lotes nº 03, nº 05, nº 06, nº 07, nº 08 e nº 09, por linha seca de 120,354m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 6,024m.

III - Lote Urbano nº 03, com área de 348,808m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 31,918m; Ao Leste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 13,285m; Ao Sul: com o Lote nº 04, por linha seca de 26,217m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 05, por linha seca de 12,00m.

IV - Lote Urbano nº 04, com área de 426,096m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 03, por linha seca de 26,217m; Ao Leste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 17,829m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", por linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,718m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,143m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 05, por linha seca de 21,193m.

V - Lote Urbano nº 05, com área de 409,460m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com os Lotes nº 03 e nº 04, por linha seca de 33,193m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,143m; Ao Oeste: com o Lote nº 06, por linha seca de 35,050m.

VI - Lote Urbano nº 06, com área de 431,476m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 05, por linha seca de 35,050m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,143m; Ao Oeste: com o Lote nº 07, por linha seca de 36,907m.

VII – Lote Urbano nº 07, com área de 454,031m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 06, por linha seca de 36,907m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,143m; Ao

Oeste: com o Lote nº 08, por linha seca de 38,764m.

VIII – Lote Urbano nº 08, com área de 1.650,336m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 41,479m; Ao Leste: com o Lote nº 07, por linha seca de 38,764m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 38,421m; Ao Oeste: com os Lotes nº 09 e nº 24, por duas linhas de 44,776m e 1,827m.

IX - Lote Urbano nº 09, com área de 392,626m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 10,957m; Ao Leste: com o Lote nº 08, por linha seca de 15,783m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 24, por linha seca de 14,769m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 10, por linha seca de 20,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,884m.

X - Lote Urbano nº 10, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 09, por linha seca de 20,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 23 e nº 24, por linha seca de 15,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 11, por linha seca de 20,00m.

XI - Lote Urbano nº 11, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 10, por linha seca de 20,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 22 e nº 23, por linha seca de 15,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 12, por linha seca de 20,00m.

XII – Lote Urbano nº 12, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 11, por linha seca de 20,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 21 e nº 22, por linha seca de 15,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 13, por linha seca de 20,00m.

XIII - Lote Urbano nº 13, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 12, por linha seca de 20,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 20 e nº 21, por linha seca de 15,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 14, por linha seca de 20,00m.

XIV – Lote Urbano nº 14, com área de 303,920m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,196m; Ao Nordeste: com o Lote nº 13, por linha seca de 20,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 19 e nº 20, por linha seca de 15,196m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 15 e parte do nº 17, por linha seca de 20,00m.

XV – Lote Urbano nº 15, com área de 301,010m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 15,500m; Ao Nordeste: com parte do Lote nº 14, por linha seca de 19,420m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 17, por linha seca de 15,500m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 16, por linha seca de 19,420m.

XVI – Lote Urbano nº 16, com área de 318,313m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,365m; Ao Nordeste: com o Lote nº 15, por linha seca de 19,420m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 17, por linha seca de 13,512m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 14,142m; Ao Oeste: com as Ruas Projetadas "D" e "A", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 9,568m.

XVII – Lote Urbano nº 17, com área de 322,385m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com os Lotes nº 15 e nº 16, por linha seca de 29,012m; Ao Nordeste: com parte dos Lotes nº 14 e

nº 19, por linha seca de 12,000m; Ao Sudeste: com o Lote nº 18, por linha seca de 24,719m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,742m.

XVIII – Lote Urbano nº 18, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com o Lote nº 17, por linha seca de 24,719m; Ao Nordeste: com parte do Lote nº 19, por linha seca de 13,580m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,353m; Ao Sul: com as Ruas Projetadas "B" e "D", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 6,136m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 10,857m.

XIX - Lote Urbano nº 19, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com parte do Lote nº 14, por linha seca de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 20, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 18 e parte do nº 17, por linha seca de 25,00m.

XX - Lote Urbano nº 20, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 14 e nº 13, por linha seca de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 21, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 19, por linha seca de 25,00m.

XXI -Lote Urbano nº 21, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 13 e nº 12, por linha seca de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 22, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 20, por linha seca de 25,00m.

XXII -Lote Urbano nº 22, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 12 e nº 11, por linha seca de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 23, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 21, por linha seca de 25,00m.

XXIII -Lote Urbano nº 23, com área de 352,444m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 11 e nº 10, por linha seca de 16,195m; Ao Nordeste: com o Lote nº 24, por linha seca de 25,353m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 22, por linha seca de 25,00m

XXIV -Lote Urbano nº 24, com área de 468,227m², sendo 51,430m² não edificáveis e 416,797m² edificáveis, confrontando-se: Ao Noroeste: com parte do Lote nº 10 e com o Lote nº 09, por linha seca de 25,769m; Ao Leste: com parte do Lote nº 08, por duas linhas de 28,993m e 1,827m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 23, por linha seca de 25,353m.

XXV -Lote Urbano nº 25, com área de 448,450m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Rural nº 04, por linha seca de 27,677m; Ao Sudeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 23,876m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 26, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m.

XXVI - Lote Urbano nº 26, com área de 340,125m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 25, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 13,605m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 27, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 13,605m.

XXVII - Lote Urbano nº 27, com área de 500,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 26, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 20,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 28, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 20,00m

XXVIII - Lote Urbano nº 28, com área de 4.160,00m², Área Verde, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 27, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 17,406m; Ao Sul: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 19,056m; Novamente ao Sudeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 21,481m; Ao Leste: com parte do Lote Rural nº 03, por duas linhas secas de 13,20m e 14,175m; Novamente ao Nordeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 18,735m; Novamente ao Sudeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha curva de 13,932m; Novamente ao Leste: com parte do Lote Rural nº 03, por cinco linhas curvas de 11,30m, 10,005m, 6,668m, 10,408m e 4,203m; Novamente a Nordeste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha curva de 10,489m; Ao Norte: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 35,156m; Novamente ao Leste: com parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 13,035m; Novamente ao Sul: com o Lote nº 52, por linha seca de 58,558m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "E", por uma curva, numa extensão de 18,281m; Ao Oeste: com o Lote nº 51, por linha seca de 24,00m; Novamente ao Sul: com parte do Lote nº 51, por linha seca de 13,10m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 43, por linha seca de 19,560m; Novamente ao Oeste e Sudoeste: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 46,521m; Novamente ao Oeste: como Lote nº 42, por linha seca de 26,00m; Novamente ao Sul: com os Lotes nº 42, nº 41, nº 40 e nº 39, por linha seca de 57,49m; Ao Noroeste: com parte do Lote nº 35 e o Lote nº 34, por linha seca de 10,00m; Novamente ao Norte: com os Lotes nº 33, nº 32, nº 31, nº 30 e nº 29, por linha seca de 72,00m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 29, por linha seca de 25,00m; Novamente ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,867m.

XXIX - Lote Urbano nº 29, com área de 600,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 28, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 30, por linha seca de 25,00m.

XXX - Lote Urbano nº 30, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 29, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 31, por linha seca de 25,00m.

XXXI - Lote Urbano nº 31, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 30, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 32, por linha seca de 25,00m.

XXXII - Lote Urbano nº 32, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 31, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 33, por linha seca de 25,00m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 32, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 34, por linha seca de 25,00m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34, com área de 393,409m², Edificável,

confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", por linha curva, numa extensão de 7,774m; Ao Leste: com o Lote nº 33, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 8,666m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 35, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 15,323m.

XXXV - Lote Urbano nº 35, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 34, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 28 e nº 39, por linha seca de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 36, por linha seca de 25,00m.

XXXVI - Lote Urbano nº 36, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 35, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 39, por linha seca de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 37, por linha seca de 25,00m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com o Lote nº 36, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 39, por linha seca de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 38, por linha seca de 25,00m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38, com área de 424,958m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,348m; Ao Nordeste: com o Lote nº 37, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 39, por linha seca de 4,318m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 24,588m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "B" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 12,080m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39, com área de 611,298m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com os Lotes nº 38, nº 37, nº 36 e parte no Lote nº 35, por linha seca de 39,151m; Ao Norte: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 8,876m; Ao Leste: com o Lote nº 40, por linha seca de 26,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 38,147m.

XL - Lote Urbano nº 40, com área de 312,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 41, por linha seca de 26,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 39, por linha seca de 26,00m.

XLI - Lote Urbano nº 41, com área de 312,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 42, por linha seca de 26,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 40, por linha seca de 26,00m.

XLII - Lote Urbano nº 42, com área de 624,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 28, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 28, por linha seca de 26,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 41, por linha seca de 26,00m.

XLIII - Lote Urbano nº 43, com área de 302,025m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 16,187m; Ao Leste: com o Lote nº 28, por linha seca de 19,560m; Ao Sul: com parte dos Lotes nº 50 e nº 51, por linha seca de 14,20m; Ao Oeste: com o Lote nº 44, por linha seca de 25,00m.

XLIV - Lote Urbano nº 44, com área de 600,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 43, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nº 48, nº 49 e nº 50, por linha seca

de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 45, por linha seca de 25,00m.

XLV - Lote Urbano nº 45, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 44, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nº 47 e nº 48, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 46, por linha seca de 25,00m.

XLVI - Lote Urbano nº 46, com área de 307,135m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 7,50m; Ao Leste: com o Lote nº 45, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 47, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,00m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "C" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m.

XLVII - Lote Urbano nº 47, com área de 301,835m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 46 e parte do nº 45, por linha seca de 12,80m; Ao Leste: com o Lote nº 48, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 7,80m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "C" e "E", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 19,00m;

XLVIII - Lote Urbano nº 48, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nº 45 e nº 44, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 49, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 47, por linha seca de 24,00m.

XLIX - Lote Urbano nº 49, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 44, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 50, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 48, por linha seca de 24,00m.

L - Lote Urbano Lote nº 50, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nº 44 e nº 43, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 51, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 49, por linha seca de 24,00m.

LI - Lote Urbano nº 51, com área de 612,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nº 43 e nº 28, por linha seca de 25,50m; Ao Leste: com o Lote nº 28, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 25,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 50, por linha seca de 24,00m.

LII - Lote Urbano nº 52, com área de 2.106,126m², Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 28, por linha seca de 58,558m; Ao Leste: com Parte do Lote Rural nº 03, por linha seca de 28,274m; Ao Sul: com os Lotes nºs 20, 19, 18, 17 e parte do nº 16, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 91,698m; Ao Oeste: com o Lote nº 53, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "E", por uma curva, numa extensão de 35,326m.

LIII - Lote Urbano nº 53, com área de 607,500m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 24,30m; Ao Leste: com o Lote nº 52, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 16, nº 15 e parte do nº 14, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 24,30m; Ao Oeste: com o Lote nº 54, por linha seca de 25,00m.

LIV - Lote Urbano nº 54, com área de 312,500m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 53, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 14 e 13, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 55, por

linha seca de 25,00m.

LV - Lote Urbano Lote nº 55, com área de 312,500m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 54, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 13 e 12, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 56, por linha seca de 25,00m.

LVI - Lote Urbano nº 56, com área de 338,294m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 8,746m; Ao Leste: com o Lote nº 55, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com o Lote nº 11 e parte do nº 12, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 13,746m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,00m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "C" e "E", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m.

LVII - Lote Urbano nº 57, com área de 384,932m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 10,612m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "C" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m; Ao Leste: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,00m; Ao Sul: com o Lote nº 69, por linha seca de 15,612m; Ao Oeste: com o Lote nº 58, por linha seca de 25,00m.

LVIII - Lote Urbano nº 58, com área de 312,500m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 57, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com o Lote nº 68, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 59, por linha seca de 25,00m.

LIX - Lote Urbano nº 59, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 58, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com o Lote nº 67, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 60, por linha seca de 25,00m.

LX - Lote Urbano nº 60, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 59, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com o Lote nº 66, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com os Lotes nº 61 e nº 62, por linha seca de 25,00m.

LXI - Lote Urbano nº 61, com área de 315,178m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "B" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 5,346m; Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 17,878m; Ao Leste: com parte do Lote nº 60, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 62, por linha seca de 27,920m; Novamente ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 11,866m.

LXII - Lote Urbano nº 62, com área de 374,522m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 13,686m; Ao Norte: com o Lote nº 61, por linha seca de 27,920m; Ao Leste: com parte do Lote nº 60, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com os Lotes nº 63, nº 64 e nº 65, por linha seca de 34,501m.

LXIII - Lote Urbano nº 63, com área de 369,268m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 18,928m; Ao Norte: com parte do Lote nº 62, por linha seca de 9,501m; Ao Leste: com o Lote nº 64, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 14,266m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "B" e "E", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 10,362m.

LXIV - Lote Urbano nº 64, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 62, por linha seca

de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 65, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 63, por linha seca de 24,00m.

LXV - Lote Urbano nº 65, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 62, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 66, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 64, por linha seca de 24,00m.

LXVI - Lote Urbano nº 66, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 60, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 67, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 65, por linha seca de 24,00m.

LXVII - Lote Urbano nº 67, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 59, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 68, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 66, por linha seca de 24,00m.

LXVIII - Lote Urbano nº 68, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 58, por linha seca de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 69, por linha seca de 24,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 67, por linha seca de 24,00m.

LXIX - Lote Urbano nº 69, com área de 369,320m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 57, por linha seca de 15,612m; Ao Leste: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 19,00m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "C" e "E", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 10,612m; Ao Oeste: com o Lote nº 68, por linha seca de 24,00m.

LXX - Lote Urbano nº 70, com área de 307,135m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 7,50m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "C" e "E", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m; Ao Leste: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 10, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 71, por linha seca de 25,00m.

LXXI - Lote Urbano nº 71, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 70, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 10 e 09, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 72, por linha seca de 25,00m.

LXXII - Lote Urbano nº 72, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 71, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 09, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 73, por linha seca de 25,00m.

LXXIII - Lote Urbano nº 73, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 72, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 09 e 08, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 74, por linha seca de 25,00m.

LXXIV - Lote Urbano nº 74, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 73, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 08 e 07, do Loteamento Porto

Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 75, por linha seca de 25,00m.

LXXV - Lote Urbano nº 75, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 74, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 07 e 06, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 76, por linha seca de 25,00m.

LXXVI - Lote Urbano Lote nº 76, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 75, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 06 e 05, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 77, por linha seca de 25,00m.

LXXVII - Lote Urbano nº 77, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 76, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 05 e 04, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 78, por linha seca de 25,00m.

LXXVIII - Lote Urbano nº 78, com área de 468,750m², Edificável, confrontando-se: Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "B" e "E", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 5,346m; Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 9,04m; Ao Leste: com o Lote nº 77, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com o Lote nº 03 e parte do nº 04, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 25,663m; Novamente ao Noroeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 25,552m.

LXXIX - Lote Urbano nº 79, com área de 340,204m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com as Ruas Projetadas "A" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 6,14m; Ao Nordeste: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 19,158m; Ao Sudeste: com o Lote nº 89 e parte do Lote nº 90, por linha seca de 14,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 80, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 10,877m.

LXXX - Lote Urbano nº 80, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 79, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 90 e nº 91, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 81, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXI - Lote Urbano nº 81, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 80, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 91 e nº 92, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 82, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXII - Lote Urbano nº 82, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 81, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 92 e nº 93, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 83, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXIII - Lote Urbano nº 83, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 82, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 93 e nº 94, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 84, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXIV - Lote Urbano nº 84, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 83, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 94 e nº 95, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 85, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXV - Lote Urbano nº 85, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 84, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 95 e nº 96, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 86, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXVI - Lote Urbano nº 86, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 85, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte dos Lotes nº 96 e nº 97, por linha seca de 12,50m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 87, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LXXXVII - Lote Urbano nº 87, com área de 319,175m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 86, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 97, por linha seca de 12,767m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 88, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,767m.

LXXXVIII - Lote Urbano nº 88, com área de 471,379m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 87, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com parte do Lote nº 97, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 02, por linha seca de 28,513m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 25,710m.

LXXXIX - Lote Urbano nº 89, com área de 319,635m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 20,00m; Ao Leste: com as Ruas Projetadas "B" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,854m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 8,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 90, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte do Lote nº 79, por linha seca de 13,00m.

XC - Lote Urbano nº 90, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 89, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 91, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 80 e nº 79, por linha seca de 12,00m.

XCI - Lote Urbano nº 91, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 90, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 92, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 81 e nº 80, por linha seca de 12,00m.

XCII - Lote Urbano nº 92, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 91, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 93, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 82 e nº 81, por linha seca de 12,00m.

XCIII - Lote Urbano nº 93, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 92, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 94, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 83 e nº 82, por linha seca de 12,00m.

XCIV - Lote Urbano nº 94, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 93, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 95, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 84 e nº 83, por linha seca de 12,00m.

XCV - Lote nº 95, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 94, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 96, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 85 e nº 84, por linha seca de 12,00m.

XCVI - Lote Urbano nº 96, com área de 300,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 95, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com o Lote nº 97, por linha seca de 25,00m; Ao Noroeste: com parte dos Lotes nº 86 e nº 85, por linha seca de 12,00m.

XCVII - Lote Urbano nº 97, com área de 560,297m², Edificável, confrontando-se: Ao Nordeste: com o Lote nº 96, por linha seca de 25,00m; Ao Sudeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 15,836m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 02 e com o Lote nº 01, do Loteamento Porto Seguro, por linha seca de 28,513m; Ao Noroeste: com os Lotes nº 88, nº 87 e parte do nº 86, por linha seca de 29,267m.

Art. 5º A área destinada às ruas passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante a terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, bem como para o cumprimento do registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 28 de julho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.303/2016-DISPÕE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DAS RUAS INSTITUIDAS PELAS LEIS N. 6.571/2011, 6.585/2011, 6.592/2011, 6.673/2012, 6.674/2012, 6.680/2012, 6.681/2012, 6.762/2013, 6.809/2013 E 6.862/2013, NOS BAIRROS PROGRESSO E SÃO GOTARDO.

LEI Nº 7.303/2016

DISPÕE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DAS RUAS INSTITUIDAS PELAS LEIS N. 6.571/2011, 6.585/2011, 6.592/2011, 6.673/2012, 6.674/2012, 6.680/2012, 6.681/2012, 6.762/2013, 6.809/2013 e 6.862/2013, NOS BAIRROS PROGRESSO E SÃO GOTARDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam consolidadas as localizações das ruas instituídas pelas leis n. 6.571/2011, 6.585/2011, 6.592/2011, 6.673/2012, 6.674/2012, 6.680/2012, 6.681/2012, 6.762/2013, 6.809/2013 e 6.862/2013, nos Bairros Progresso e São Gotardo, passando as ruas, a se localizarem nas seguintes localidades:

I – A RUA BELILDE TREVISOL ORO, localizada no loteamento Belfin II, tendo início junto a Rua Nadir José Bertuol, seguindo na direção leste, pertence ao Bairro Progresso;

II - A RUA LEONYR BERNARDI, localizada no loteamento Belfin II, tem início junto a Rua Helio Anjos Ortiz e finda-se, quando se encontra com a Rua Nadir José Bertuol, pertence ao Bairro Progresso;

III - A RUA ODILON CAIRO DE OLIVEIRA, localizada no loteamento Belfin II, tendo início junto a Rua Lairton Scheffer, seguindo sentido sul, pertence:

- a) Ao Bairro São Gotardo, desde o seu início até o cruzamento com a Rua Arno Eric Schwanbach;
- b) Ao Bairro Progresso, a partir da altura do cruzamento com a Rua Arno Eric Schwanbach, seguindo sentido sul;

IV - A RUA ERWINO HAMMES, localizada no loteamento Belfin II, tem início com o cruzamento da Rua Belilde Trevisol Oro, seguindo na direção Sul, pertence ao Bairro Progresso;

V - A RUA NADIR JOSÉ BERTUOL, localizada no loteamento Belfin II, tem início junto a Rua Lairton Scheffer, seguindo na direção sul, até encontrar a Rua Leonyr Bernardi, pertence:

- a) Ao Bairro São Gotardo, desde o seu início, até encontrar com a Rua Arno Eric Schwanbach;
- b) Ao Bairro Progresso, ao cruzar com a Rua Arno Eric Schwanbach, seguindo sentido sul, até o encontro com a via Leonyr Bernardi;

VI - A RUA CLAUDIONOR SARTURI, localizada na área industrial, tem início junto a Rua Mathilde Ida Barichelo e segue na direção Oeste, pertence ao Bairro São Gotardo;

VII - A RUA ULDERICO VESPERTINO FOPPA, tendo início com o cruzamento da Rua Nadir José Bertuol e segue em direção Leste, localizada no loteamento Belfin II, na área industrial, pertence ao Bairro São Gotardo;

VIII – A RUA MATHILDE IDA BARICHELO, localizada no loteamento Belfin II, se inicia junto à Rua Claudionor Sarturi, seguindo em direção Norte, pertence ao Bairro São Gotardo;

IX – A RUA DR. LAIRTON SCHEFFER, localizada no loteamento Belfin II, tem início junto a Rua Odilon Cairo de Oliveira, seguindo na direção Noroeste, pertence ao Bairro São Gotardo;

X – A RUA OCTILIA ROGOSKI, localizada no loteamento Belfin II, tem início junto a Rua Arno Eric Schwanbach, seguindo na direção Norte, pertence ao Bairro Progresso;

Art. 2º. Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a proceder os registros necessários ao fiel cumprimento da presente Lei;

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 28 de julho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.304/2016-DENOMINA DE "PREFEITO AVELINO DE BONA" A ZONA INDUSTRIAL "TUPANCI", SITUADO NA LINHA TUPANCI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.304/2016

DENOMINA DE "PREFEITO AVELINO DE BONA" A ZONA INDUSTRIAL "TUPANCI", SITUADO NA LINHA TUPANCI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de "PREFEITO AVELINO DE BONA" a Zona Industrial "Tupanci", localizado na Linha Tupanci, Município de São Miguel do Oeste, podendo ter seguimento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da Municipalidade autorizados a proceder todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 28 de julho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº7.300/2016-DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO AFRO DESCENDENTES DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC - AFRODESMO, LOCALIZADO NO CENTRO, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.300/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO AFRO DESCENDENTES DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC - AFRODESMO, LOCALIZADO NO CENTRO, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO AFRO DESCENDENTES DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC - AFRODESMO", com sede no Centro, foro e comarca neste Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa Jurídica no Cartório de Registros Civil, Títulos e Documentos, no livro A-14, às fls. 079, sob o nº 4623, em 16/07/2015, protocolado sob o nº 3452, em 16/07/2015 na Comarca do Município de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ nº 22.908.267/0001-14.

Art. 2º Ficam os Setores competentes da Prefeitura Municipal, autorizados a procederem todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei, correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 27 de julho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 061/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ALDECIO FORSTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 031.026.139-26, residente a Rua Geral Rio Forquilhas, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/08/2016, findando no dia 16/12/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº. 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ALDECIO FORSTER

CONTRATADO

Testemunhas:

PORTARIA N.º 250/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 250/2016

Concede férias a servidora JANICE DE FREITAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 01/08/2016 a 18/08/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de julho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 251/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 251/2016

Dispõe sobre alteração de carga horária do servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar nº. 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar a carga horária do servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, de vinte e quatro para dezesseis horas semanais, a partir de 01/08/2016, conforme solicitação protocolada sob nº 211/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 253/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 253/2016

Nomeia CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES para o Cargo em Comissão de Assessora Adjunta de Gabinete.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES do Cargo em Comissão de Assessora Adjunta de Gabinete.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 254/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 254/2016

Concede Função Gratificada a Servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora Adjunta de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Revoga a Portaria nº 079/2016.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 255/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 255/2016

Admite em Caráter Temporário ALDÉCIO FORSTER para o cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALDÉCIO FORSTER para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 061/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

TERMO DE POSSE DA SRA. CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA ADJUNTA DE GABINETE.

TERMO DE POSSE DA SRA. CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA ADJUNTA DE GABINETE.

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sra. Charlene Aparecida Raquel Junkes, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Assessora Adjunta de Gabinete, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 01 de agosto de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES

Empossada

Schroeder

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE ITEM 153 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,
CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Ata de Registro de Preços nº. 14/2016-FMS
Processo de licitação nº. 35/2016 – FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2016 – FMS

CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do item 153 - OXCARBAZEPINA 600MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS, referente a Ata de Registro de Preços nº. 14/2016, Processo de licitação nº. 35/2016 – FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2016 – FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, ao longo de 12 meses, vencido pela empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 94.516.671/0001-53, a qual solicitou cancelamento do item, o qual foi deferido, conforme Parecer nº 101/2016-PROJUR.

Schroeder, 29 de julho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.823/2016 DE 27 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 3.823/2016 de 27 de julho de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família 3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Obrigacoes Patronais R\$ 6.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Auxilio-Alimentacao R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família 3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 11.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de julho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.628/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº. 6.628/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Bruna Campregher, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de julho de 2016.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.629/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº6.629/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016

REESTRUTURA A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a Comissão Especial de Licitação para obras e serviços de engenharia no Município de Schroeder, para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data, de acordo com o art. 51, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

- Ivandra de Souza – Presidente
- Daniela Samulescki – Secretária
- Andreia Nass Friedemann – Membro Titular
- Walter Egidio Mukai – Membro Titular
- Cezar Santos de Jesus – Membro Titular
- Natália Kersten Brumuller – Membro Suplente
- Valderi Rocha de Camargo – Membro Suplente
- Ilmar José Pereira Borges Filho – Membro Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de julho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.630/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016
PORTARIA Nº6.630/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016

REESTRUTURA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a Comissão Permanente de Licitações, para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data, de acordo com o Art. 51, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

EFETIVOS:

- Ivandra de Souza – Presidente
- Valderi Rocha de Camargo - Membro
- Andreia Nass Friedemann – Membro
- Eloir José Wendt – Membro

SUPLENTES:

- Diego Guilherme Lasta
- Natália Kersten Brumuller

SECRETÁRIA:

- Daniela Samulescki – Secretária

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de julho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.631/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016
PORTARIA Nº6.631/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,
RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR a servidora DANIELA SAMULESCKI, inscrita no CPF sob o nº053.350.739-18 e portadora da Carteira de Identidade nº 46058303, como PRIMEIRO PREGOEIRO do Município de Schroeder para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data.

Art. 2º DESIGNAR os servidores VALDERI ROCHA DE CAMRGO, inscrito no CPF sob o nº301.633.589-15 e portador da Carteira de Identidade nº1.789.396/SSP/PR, IVANDRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 047.563.299-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 8.369.638-9, ELOIR JOSÉ WENDT, inscrito no CPF sob o nº845.494.249-15 e portador da Carteira de Identidade nº2.852.269 e ANDREIA NASS FRIEDEMANN, inscrita no CPF sob o nº003.769.879-60 e portadora da Carteira de Identidade nº3.378.170, para comporem a Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

Art. 3º DELEGAR COMPETÊNCIA ao PREGOEIRO, para praticar os ATOS previstos no Art. 11, do Decreto Municipal nº1.781/2007 e aos preceitos da Lei nº10.520/2002, de 17/7/2002.

Art. 4º ESCLARECER, que nos impedimentos do PREGOEIRO, este será substituído pela servidora IVANDRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 047.563.299-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 8.369.638-9, como 2º PREGOEIRO, o qual terá as mesmas atribuições do 1º PREGOEIRO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de julho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 60/2016-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 60/2016 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 115/2016 Data do Processo: 21/06/2016

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 114/2016 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de Instituição Financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC, sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme ANEXO II - Termo de Referência deste instrumento

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do envelope de habilitação da empresa BANCO BRADESCO S.A. protocolados dentro do prazo estipulado na ata 111/2016 (sequência 01) do dia 25 de julho de 2016, sendo assim fica marcado para o dia 01 de agosto de 2016 às 10h30min a sequência da sessão com a abertura do envelope de habilitação da empresa BANCO BRADESCO S.A.. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante.

Schroeder, 29 de Julho de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumüller	- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 20/2016-FMS

Página: 1/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 29/07/2016		Válido até: 29/07/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bacia redonda em aço inoxidável, diâmetro 35cm, capacidade 4.700ml.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Famita	0	123,0000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	FAVA	0	157,3800	2
2	Cuba redonda para assepsia e aço inoxidável, diâmetro 13,5cm, capacidade 530ml.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Fami	0	13,7900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Famita	0	15,7600	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	FAVA	0	24,5000	3
3	Cuba redonda para assepsia e aço inoxidável, diâmetro 8cmx4cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Fami	0	8,1400	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Famita	0	9,2900	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	FLEXINOX	0	12,4500	3
4	Cuba Rim em aço inoxidável, diâmetro 26cmx12cm, capacidade 700ml.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Fami	0	25,0500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Famita/Inox Ne	0	28,6200	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	FLEXINOX	0	32,4000	3
5	Estajo perfurado para autoclave, aço inoxidável, diâmetro 20cmx10cmx05cm.	UN	MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	FLEXINOX	0	46,7300	1

Página: 2/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016 Data do Registro: 29/07/2016 Válido até: 29/07/2017						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Fami	0	56.9500
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Famita/Inox Ne	0	65.4900
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Fami	0	110.2000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Famita/Inox Ne	0	124.4100
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	FAVA	0	158.3000
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	ABC	0	4.4000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	4.9200
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	7.7600
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	6.2200
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	7.7600
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	8.5400
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	30.6900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2016

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 29/07/2016		Válido até: 29/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretária de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Pinça Peikmann em aço inoxidável, 24cm.	UN	MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	41,1300	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	41,2800	3
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	ABC	0	7,3500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	82,3000	2
12	Pinça Anatômica dissecação em aço inoxidável, 25cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	20,0200	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	20,6000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	21,4900	3
13	Tesoura de Baliu em aço inoxidável, 20cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	65,0600	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	69,8600	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	72,5500	3
14	Pinça Halstead mosquito curva em aço inoxidável, 12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	11,6200	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	17,6000	2

Página: 4/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016 Data do Registro: 29/07/2016 Válido até: 29/07/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	17,7600	3
15	Pinça Cushing com dente em aço inoxidável, 18cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	21,2700	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	21,7500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	22,8400	3
16	Pinça Cushing com serilha em aço inoxidável, 18cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	19,7700	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	20,5500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	21,2200	3
17	Tesoura Cirúrgica reta F/F em aço inoxidável, 15cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	15,7400	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	17,2600	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	17,8000	3
18	Tesoura Mayo Stille reta em aço inoxidável, 15cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	23,8900	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	23,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 15/2016 Data do Registro: 29/07/2016 Válido até: 29/07/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	26,3400	3
19	Pinça Anatômica dissecação em aço inoxidável, 12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	5,6300	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	7,1000	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	8,2500	3
20	Tesoura para Iris ou Gengiva reta em aço inoxidável, 12cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	14,5100	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	15,9500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	16,2600	3
21	Tesoura para iris ou Gengiva curva em aço inoxidável, 12cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	14,5100	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	15,9500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	16,2600	3
22	Tesoura Metzenbaum reta em aço inoxidável, 15cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	16,4800	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	26,3500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 29/07/2016		Válido até: 29/07/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Pinça Anatômica dissecação em aço inoxidável, 14cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	26,7700	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	5,8000	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	8,2500	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	8,2500	3
24	Pinça Adson com dente 1x2 em aço inoxidável, 15cm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	29,7700	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	ABC	0	30,8500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ABC	0	31,9700	3
25	Pinça Adson com serrilha em aço inoxidável, 15cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	16,5800	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	28,7700	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	ABC	0	29,8500	3
26	Pinça Adson com dente 1x2 em aço inoxidável, 12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	9,6000	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	10,2600	2

Página: 7/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016 **Data do Registro: 29/07/2016** **Válido até: 29/07/2017**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	10,3000	3
27	Pinça Adson com sentilha em aço inoxidável, 12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	6,4500	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	9,6800	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	9,7500	3
28	Pinça Crile reta em aço inoxidável, 14cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	13,2600	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	19,8000	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	20,2700	3
29	Pinça Halstead mosquito curva em aço inoxidável, 12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	11,6000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	17,6000	2
30	Pinça Halstead mosquito reta em aço inoxidável, 12cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	11,6000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	17,6000	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	17,7600	3

Página: 8/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 29/07/2016		Válido até: 29/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Pinça Halstead mosquito reta em aço inoxidável, 10cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	14,5000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	19,3500	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	19,6000	3
32	Pinça Halstead mosquito curva em aço inoxidável, 10cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	14,5000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	19,3500	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	19,6000	3
33	Porta Agulha Mayo Hegar, em aço inoxidável, 14cm.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Richards	0	12,4500	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	18,4000	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABC	0	18,7600	3
34	TESOURA SPENCER	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	Mughal	0	17,8400	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	GOLGRAN	0	24,2000	2

Página: 9/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 29/07/2016		Válido até: 29/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	ABCABCBC/	0	27,5300	3

Página: 10/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 29/07/2016		Válido até: 29/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material cirúrgico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016
PROCESSO Nº 47/2016

- (10674) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (11821) - MF DE ALMEIDA E CIA LTDA
- (13381) - STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP

Schroeder, 29 de Julho de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 035/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	035/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto	E.M INFORMÁTICA LTDA. A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços descritos no ITEM Nº 01, conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "D" do edital. Referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS EXISTENTES NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 035/2016, juntamente com seus anexos.
Valor	Receberá a CONTRATADA pela prestação dos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 9.750,00 (Nove mil, setecentos e cinquenta reais), sendo distribuído em 05 parcelas mensais de R\$ 1.950,00 (Hum mil, novecentos e cinquenta reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento.
Vigência....	01/08/2016 á 31/12/2016. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões) do orçamento vigente:
Dotação	03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO 2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00
SERRA ALTA, 01 de Agosto de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA Nº. 061/2016 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº 035/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	035/2016		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRE- TIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS EXISTENTES NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.		
EMPRESA:	E.M INFORMÁTICA LTDA		
CNPJ Nº:	00.710.029/0001-67		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	783
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração de Desenv. Econômico		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	DELMAR FRANTZ		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		

CPF:	607.108.969-72	MATRÍCULA:	784
LOTAÇÃO:	Secretaria de Planejamento e Finanças		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Agosto de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 183/2016

DECRETO Nº 0183 DE 27 DE JULHO DE 2016

FICA RETIFICADO O DECRETO 0159/2016 DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CIRLEI MARIA DEMBINSKI ALBANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o Decreto 0159/2016, onde consta o cargo de Assessor de Transportes, com Lotação Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, pelo motivo de erro de digitação do cargo e lotação do mesmo, da Servidora Pública Municipal Cirlei Maria Dembinski Albani, sendo o correto ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 21.06.2016 a 25.07.2016, conforme benefício do INSS sob nº 6136819175, em anexo com efeitos a partir de 21.06.2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 27 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

DECRETO 184/2016

DECRETO Nº 0184 DE 28 DE JULHO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CIRLEI MARIA DEMBINSKI ALBANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Cirlei Maria Dembinski Albani, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes pelo período de 25.07.2016 a 30.09.2016, conforme benefício do INSS sob nº 6136819175, em anexo com efeitos a partir de 25.07.2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 28 de julho de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Timbé do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 61/2016; CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 61, DE 29 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido à servidora abaixo identificada, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 1º/08/2016 até 30/08/2016.

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo
Talita da Rosa Goulart	2534	Contador	15/07/2015 a 14/07/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 29 de julho de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA INEXIGIBILIDADE N.º 58 2016 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2016 - PMT

Às dezesseis horas, do vigésimo oitavo dia, do mês de julho de dois mil e dezesseis, na Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, para análise dos documentos constantes do Processo da Inexigibilidade de Licitação nº 58/2016 – PMT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de Inexigibilidade de fls. 011/034 (abaixo relacionados) apresentados pela empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME:

Ato constitutivo e 1ª Alteração Contratual	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia do Contrato de Credenciamento nº 2015/23-01 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para pavimentação de vias-processo licitatório nº 23/2015	
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Positiva de Débitos Estaduais com efeito de Negativa	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise dos documentos, a Comissão entende que para dar prosseguimento à contratação, necessário anexar ao procedimento/processo de inexigibilidade a apresentação da Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal) atualizada.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 140716

EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 140716

POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA

- NÃO ENVIO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL

A Fazenda Municipal de Timbó, na competência atribuída pelo art. 106 e art. 168, inciso II, da Lei Complementar nº 142/98 (Código Tributário Municipal) notifica os contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal, abaixo relacionados, da autuação de infração por descumprimento de obrigação tributária acessória, especificamente, por deixarem de enviar à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração a Declaração de Informações Fiscais (DIF) referente serviços prestados em uma ou mais competências entre o período dezembro/2013 a abril/2016 conforme determinado pelo § 1º do art. 280 da LC nº 142/98 e pelos arts. 1º, 3º e 4º, inciso I, art.14 e art. 15, § 1º, do Decreto nº 661/2006.

Ficam os contribuintes autuados sujeitos ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) UFM, conforme previsto no art. 198, inciso II, alínea "a" da LC nº 142/98 c/c art. 17, inciso I, do Decreto nº 661/2006, estando intimados para, no prazo de 30 (trinta) dias corridos e da publicação deste edital contados, recolher ao Município o valor da multa aplicada ou apresentar sua defesa por escrito ao Secretário Municipal da Fazenda e Administração.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE	COMPETÊNCIA(S) PENDENTE(S)	AUTO DE INFRAÇÃO
9075	E.W & C.A EMPREENDIMENTOS LTDA	Dezembro/2014 a Abril/2016	14/2016
12291	T2 CONSTRUTORA LTDA ME	Junho/2015 a Abril/2016	11/2016

11330	WA SPORTS AGENCIAMENTO LTDA.	Dezembro/2013, de Julho/2014 a Abril/2016	12/2016
-------	------------------------------	---	---------

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2016.

Daniela Rosália Witthoeft Krambeck	Elisa Menestrina Fachini
Fiscal de Tributos - Matr. 9652	Fiscal de Tributos - Matr. 275140

JULGAMENTO DE RECURSO - CONCORRÊNCIA N.º 09 2016 - FCT

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2016 - FCT
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: Concessão de uso de espaço público para a instalação e exploração de parque de diversões junto aos eventos "26ª Festa do Imigrante" que acontecerá no período de 07 à 12 outubro , e "Natal Mais Encantado 2016" que acontecerá no período de 20 de novembro à 22 de dezembro, ambos no Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul" disponibilizando toda estrutura, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra (inclusive para venda de tíquetes) e limpeza do local.

RECORRENTE: TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Toys Park Entretenimento, onde, no entanto, não apresentou alegações e tão somente apresentou documentos que estariam faltando no envelope de habilitação.

Nesse sentido, importante destacar o exposto na Ata da Comissão Permanente de Licitações do dia 30/06/2016, onde:

Em análise dos documentos de Habilitação das empresas participantes, não tenderam às exigências do edital, como segue:

1 – TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA ME:

- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da licitante está vencida, (item 6.1.2 "d");
- b) Não apresentou Nota Fiscal autenticada ou outro documento que comprove a execução do serviço, conforme exigido no item 6.1.5 "a" do edital;
- c) Não consta carimbo da Junta Comercial nos demonstrativos Contábeis, conforme parecer contábil emitido pela contadora, e;
- d) Não foi discriminada a quantidade de equipamentos do parque de diversões no Atestado de Capacidade Técnica, conforme exigido no item 6.1.5 "a" do edital.

(...)

Ou seja, na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação verificou que a empresa em questão não atendeu às exigências do edital, deixando de apresentar os referidos documentos, motivo pelo qual a mesma foi inabilitada no certame, tudo em conformidade com o item 5.2 do Edital:

5.2 - Não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta, sendo sumariamente inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar todos os documentos necessários, ou desclassificadas as propostas em desacordo com o edital, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

No mesmo sentido é o §3º do artigo 43 da Lei nº. 8.666/1993:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Nesta feita, haja vista a empresa não ter apresentado os documentos exigidos pelo edital no momento da abertura do envelope de habilitação, correta é a sua inabilitação no certame.

Ante o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório, considerando os fatos apresentados e demais fundamentos, NEGO PROVIMENTO ao recurso apresentado pela empresa TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA ME, mantendo a sua inabilitação no certame.

Ademais, tendo em vista que todas as empresas foram inabilitadas e, buscando zelar pela regularidade procedimental/legal e interesse público municipal, considerando a urgência no atendimento da necessidade pública que motivou a abertura do certame, entendemos necessária a aplicação da faculdade estabelecida pelo artigo 48, §3º, onde:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Assim sendo, determino aos licitantes a possibilidade de apresentarem nova documentação (escoimadas das causas que geraram a inabilitação), no prazo de 08 (oito) dias úteis, nos moldes do dispositivo legal acima exposto.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 29 de julho de 2016.

JORGE R. FERREIRA

Presidente Fundação Cultural de Timbó

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2016 FUMTRAN

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 06/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRÂNSITO, VERTICAL E HORIZONTAL, NAS PRINCIPAIS VIAS DO MUNICÍPIO DE

TIMBO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, sofreu alterações/inclusões relacionadas ao Termo de Referência – Anexo I, conforme segue:

- no item 3 - PELÍCULA PRETO FOSCO, PADRÃO MUNSELL, ROLO COM 10 METROS, N.º 05, fica incluída a largura mínima de 61cm e comprimento 20 metros (rolo), conforme NBR 14644/2013, tipo IV;

- aplicar-se-á o padrão Munsell aos itens 3 a 7 (películas), conforme tabela abaixo:

Cor	Padrão	Código
Branca	Munsell	N 9,5
Preta	Munsell	N 0,5
Azul	Munsell	5 PB 2/8
Amarela	Munsell	10 YR 7,5/14
Vermelha	Munsell	7,5R 4/14

- todas as películas deverão atender à NBR 14644/2013;

- as películas mencionadas nos itens 04 a 07 deverão ser retrorrefletivas tipo I, conhecidas comercialmente como "grau técnico ou grau engenharia", constituídas por microesferas de vidro ou micropismas.

- a largura mínima a ser exigida para as películas retrorrefletivas deverá ser de 1,02 metros em rolo de no mínimo 20 metros de comprimento;

- os laudos solicitados na Habilitação deverão ser emitidos em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à apresentação, atestando que os materiais atendem aos padrões estabelecidos pela NBR 14644/2013.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 12/08/2016 as 14h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 14h40min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 29/07/2016

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016.

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, I c/c art. 23, I, "a", da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão do valor dos serviços ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas a contratada demonstrou possuir capacidade para a realização da tarefa perseguida pela Câmara Municipal de Timbó.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Compatível com os praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO:

Adquirir e instalar cobertura para os brises do pavimento térreo, lado norte do prédio, no total de 17m², para bloquear o sol que incide nas salas que ficam nesta parte do prédio, especialmente nos meses de inverno.

CONTRATADO:

MW Serralheria Ltda - ME, inscrita no CPNJ nº 22.745.612/0001-46, com sede na Rua Canadá, nº 70, Bairro das Nações, Timbó (SC). CEP: 89.120-000

VALOR:

O valor estimado da contratação é R\$ 2.370,00 (dois mil e trezentos e setenta reais).

Timbó (SC), 26 de julho de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 024/2016

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal em vigor e em conformidade com o edital do Concurso Público nº 01/2015, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO para provimento do quadro de pessoal efetivo do Município, conforme resultado final do Concurso Público.

Os convocados deverão comparecer durante o período de 29 de julho a 11 de agosto de 2016 das 13:30 horas às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Três Barras, situada à Avenida Santa Catarina, nº 616, Centro, Três Barras/SC, para apresentação e entrega dos documentos constantes do item 10.2.1 do Edital do Concurso Público nº 01/2015.

O não comparecimento do candidato no local e data acima designadas acarretará na renúncia tácita ao direito de ingresso no serviço público.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 29 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO I

CUIDADOR	
Classificação	Candidato
06	LETICIA FRANIELE DOS SANTOS
07	DEISY CRUZ

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 116/2016

PORTARIA Nº 116/16 DE 22 DE JULHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regular ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Rúbia Lopes	18/02/2015 a 17/02/2016	25/07/2016 a 08/08/2016	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 22 DE JULHO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 117/2016

PORTARIA N. 117/2016 de 29 de julho de 2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nas leis complementares municipais 40/2011 e 69/2014,

CONSIDERANDO a necessidade de análise da documentação acostada aos autos, com relação a notícia de falta grave cometida, em tese, pela servidora E. B. C, contratada como Agente Comunitária de Saúde na data de 01 de outubro de 2013, no desempenho de suas funções;

CONSIDERANDO a produção de provas, tendo em vista o relatório apresentado pela Secretaria de Saúde, que envolveu o levantamento de 184 famílias atendidas pelo PSF, o que torna o processo bastante complexo;

CONSIDERANDO a necessidade da Comissão em analisar os fatos de forma mais apurada,

RESOLVO:

Art. 1º. Determinar a prorrogação de prazo para o processamento deste Processo Administrativo por até 60 (sessenta) dias, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar nº 69/2014.

Art. 2º. Determino a citação do interessado do teor da referida portaria, para todos os efeitos legais.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Treze Tílias/SC, 29 de julho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA 118

PORTARIA Nº 118/16 DE 29 DE JULHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 31 de julho de 2016, o Sr. LEOCIR ANTÔNIO CARNEIRO, CPF nº 712.722.329-72, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de CONSULTOR JURÍDICO, conforme Portaria de nomeação nº 006/13 de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 29 DE JULHO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 119/2016

PORTARIA nº. 119/16 de 29 de julho de 2016

ALTERA DATA DE AUDIÊNCIA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nas leis complementares municipais 40/2011 e 69/2014 e,

CONSIDERANDO a instauração do processo administrativo disciplinar para apurar os fatos e aplicar, se comprovados, as penalidades cabíveis, em função de notícia de falta grave cometida, em tese, pelo servidor A. J. M. N., matriculado sob o nº. 622, no desempenho de suas funções;

RESOLVO:

Art. 1º. Determinar a alteração do artigo 5º da Portaria nº 104/2016, e designar nova data para audiência, a ser realizada no dia 31 de agosto de 2016, às 14 horas, na sala de reuniões do prédio da Prefeitura de Treze Tílias, quando serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo município, e o servidor acusado, sendo que, após a primeira assentada, o acusado terá a oportunidade de arrolar suas testemunhas que serão ouvidas, da mesma forma, em audiência de instrução.

Art. 2º. Determino a citação do interessado do teor da referida portaria, para todos os efeitos legais.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Treze Tílias/SC, 29 de julho de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA 120

PORTARIA Nº 120/16 DE 29 DE JULHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, no dia 31 de julho de 2016, a Sra. MARTINA BORBA, CPF nº 031.227.849-71 e identidade nº 4.434.772, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Portaria de Nomeação nº 027/16 de 26 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 29 DE JULHO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

RREO 3 BIMESTRE 2016

Município de TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	26.000.000,00	26.000.000,00	5.457.631,14	20,99	16.407.883,28	9.592.116,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.983.210,00	25.983.210,00	4.623.303,98	17,79	14.584.105,28	11.399.104,72
IMPOSTOS	1.978.934,88	1.978.934,88	480.944,91	24,30	1.941.235,83	37.699,05
TAXAS	1.662.844,00	1.662.844,00	331.806,86	19,95	1.654.990,71	7.853,29
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	224.460,88	224.460,88	146.544,91	65,29	277.961,62	-53.500,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	91.630,00	91.630,00	2.593,14	2,83	8.283,50	83.346,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	350.812,00	350.812,00	150.958,00	43,03	395.509,94	-44.697,94
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	0,00	0,00	76.719,05	0,00	174.431,57	-174.431,57
RECEITA PATRIMONIAL	350.812,00	350.812,00	74.238,95	21,16	221.078,37	129.733,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	127.925,00	127.925,00	68.591,31	53,62	176.750,60	-48.825,60
RECEITA DE SERVIÇOS	83.442,80	83.442,80	0,00	0,00	176.750,60	-83.442,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.055.249,32	23.055.249,32	3.752.683,60	16,28	11.121.271,91	11.933.977,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	23.049.749,32	23.049.749,32	3.733.781,45	16,20	11.070.420,84	11.979.328,48
TRANSF. DE CONV.	5.500,00	5.500,00	18.902,15	343,68	50.851,07	-45.351,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	386.846,00	386.846,00	170.126,16	43,98	949.337,00	-562.491,00
MULTAS E JUROS DE MORA	377.683,00	377.683,00	104.001,09	27,54	272.138,20	105.544,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.117,34	0,00	20.057,69	-20.057,69
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.927,00	3.927,00	11.147,42	283,87	38.532,86	-34.605,86
RECEITAS DIVERSAS	5.236,00	5.236,00	53.860,31	1.028,65	618.608,25	-613.372,25
RECEITAS DE CAPITAL	16.790,00	16.790,00	834.327,16	4.969,19	1.823.778,00	-1.806.988,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	615.152,16	30.757,61	1.206.275,51	-1.204.275,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000,00	2.000,00	615.152,16	30.757,61	1.206.275,51	-1.204.275,51
ALIENAÇÃO DE BENS	13.090,00	13.090,00	0,00	0,00	0,00	13.090,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	13.090,00	13.090,00	0,00	0,00	0,00	13.090,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.700,00	1.700,00	219.175,00	12.892,65	617.502,49	-615.802,49
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.700,00	1.700,00	219.175,00	12.892,65	617.502,49	-615.802,49
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.000.000,00	26.000.000,00	5.457.631,14	20,99	16.407.883,28	9.592.116,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de TREZE TILOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.000.000,00	26.000.000,00	5.457.631,14	20,99	16.407.883,28	9.592.116,72
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	26.000.000,00	26.000.000,00	5.457.631,14	20,99	16.407.883,28	9.592.116,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	611.216,80	—	—	253.642,64	—
Superávit Financeiro	—	611.216,80	—	—	253.642,64	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	12.356.036,38	5.364.005,19	15.063.771,42	14.251.110,31	14.438.470,89
DESPESAS CORRENTES	24.572.413,00	25.687.069,43	4.315.509,74	14.767.255,43	10.919.814,00	4.235.950,34	12.913.414,09	12.773.655,34	12.309.039,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.335.225,51	13.249.625,51	2.234.728,67	6.478.127,91	6.771.497,60	2.241.749,55	6.476.127,95	6.773.497,56	6.280.864,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	143.000,00	15.000,00	6.286,56	11.216,28	3.783,72	6.286,56	11.216,28	3.783,72	11.216,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.094.187,49	12.422.443,92	2.074.494,51	8.277.911,24	4.144.532,68	1.987.914,23	6.426.069,86	5.996.374,06	6.016.958,78
DESPESAS DE CAPITAL	1.417.587,00	3.617.812,30	1.143.510,38	2.191.589,92	1.426.222,38	1.128.054,85	2.150.357,33	1.467.454,97	2.129.431,14
INVESTIMENTOS	897.587,00	2.969.812,30	1.092.830,78	2.117.139,49	852.672,81	1.077.375,25	2.075.906,90	893.905,40	2.054.980,71
INVERSOES FINANCEIRAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	20.000,00	148.000,00	50.679,60	74.450,43	73.549,57	50.679,60	74.450,43	73.549,57	74.450,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	12.356.036,38	5.364.005,19	15.063.771,42	14.251.110,31	14.438.470,89

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de TREZE TILOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	12.356.036,38	5.364.005,19	15.063.771,42	14.251.110,31	14.438.470,89
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.344.111,86	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	—	5.364.005,19	16.407.883,28	—	14.438.470,89

FONTE:

Município de TREZE TILAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.530.454,42	2.225.083,44	2.248.701,13	2.314.516,90	2.540.765,89	2.640.610,11	2.651.726,95	2.620.388,18	3.037.261,96	2.949.361,83	2.752.825,66	2.534.375,98	31.050.608,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	247.905,45	159.388,25	184.062,08	153.811,54	227.239,28	137.630,38	133.118,36	182.753,73	832.593,33	311.832,90	242.013,50	238.831,33	3.051.143,01
I.P.T.U.	56.310,59	9.786,73	3.366,26	3.781,13	7.457,91	7.336,52	761,57	84.225,34	654.100,29	67.977,14	61.582,20	6.045,97	964.737,65
I.R.P.F.	42.146,41	42.275,00	41.641,42	40.197,18	90.252,85	16.595,09	22.903,96	16.409,56	26.988,03	72.164,45	26.012,82	24.050,66	461.617,53
I.S.S.	64.594,54	53.563,26	86.574,25	66.322,26	52.888,63	54.865,05	57.880,36	45.609,43	38.842,76	60.490,50	58.801,63	48.886,96	682.859,67
I.T.E.I.	20.579,26	20.202,56	24.022,71	10.767,80	32.013,22	21.787,32	15.269,66	5.800,00	22.900,00	57.607,23	51.260,00	23.179,73	305.419,46
Outras Receitas Tributárias	62.294,85	33.050,69	28.447,44	30.713,17	44.546,67	36.502,61	30.509,40	89.668,25	53.593,16	43.356,63	136.887,99	606.506,48	480.191,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.765,88	51.076,61	43.419,21	35.083,60	90.482,11	70.567,08	72.090,65	55.651,61	58.518,12	58.291,56	86.427,71	64.530,29	739.804,43
RECEITA PATRIMONIAL	67.326,27	43.827,85	42.695,55	24.540,56	51.275,69	107.893,93	13.529,11	28.121,91	36.866,61	26.541,66	35.092,93	33.486,36	514.753,75
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	6.886,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.886,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.122.466,48	1.928.118,54	1.899.452,31	1.972.365,91	2.017.779,12	2.217.860,23	2.344.221,79	2.294.487,88	1.937.700,19	2.090.650,02	2.282.530,32	2.134.080,94	25.341.703,78
Cota-Parte do FPM	450.762,43	445.848,92	371.540,26	422.874,40	477.469,38	807.350,66	521.172,09	653.119,36	386.716,85	471.611,14	627.129,00	516.110,14	6.164.042,63
Cota-Parte do ICMS	886.694,62	853.694,48	891.025,11	921.310,52	926.539,66	904.805,92	1.150.356,24	936.729,55	950.406,92	977.176,80	945.200,96	933.063,40	11.283.063,61
Cota-Parte do IPVA	125.037,26	112.188,42	105.707,16	107.596,42	85.612,17	47.233,07	55.303,37	98.029,21	89.279,02	111.350,46	124.480,09	138.000,26	1.200.023,91
Cota-Parte do ITR	15,09	0,00	3.385,06	8.286,65	122,08	126,72	8,13	10,86	170,70	52,91	44,50	47,80	12.285,50
Outras Transferências Correntes	321.524,43	170.420,64	196.857,50	160.063,75	190.170,62	102.051,37	197.159,25	222.995,96	137.677,99	150.052,97	183.298,75	172.828,00	2.205.211,23
Transferências da LC 61/1999	12.356,37	13.690,42	13.651,53	15.834,65	14.426,78	14.245,78	18.261,82	14.103,51	13.769,47	14.123,64	16.044,22	9.547,03	170.569,81
Transferências da LC 87/1996	3.842,61	3.842,61	3.842,61	3.842,61	3.842,61	3.842,61	4.011,53	4.011,53	4.011,53	4.011,53	4.011,53	4.011,53	47.124,84
Transferências do FUNDEB	316.723,67	328.643,05	313.430,08	332.554,91	329.106,52	338.225,18	397.403,56	361.487,95	345.864,71	362.255,57	373.301,27	357.562,78	4.159.359,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.990,74	41.692,09	78.761,98	128.717,29	147.102,88	110.660,29	86.767,04	58.353,00	170.044,71	462.046,09	106.771,12	63.395,04	1.493.330,27
DEDUÇÕES (II)	262.298,31	265.810,78	277.830,75	295.949,26	301.700,18	303.854,90	348.931,61	342.000,62	290.871,27	315.668,12	343.183,87	320.713,79	3.708.813,46
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	262.298,31	265.810,78	277.830,75	295.949,26	301.700,18	303.854,90	348.931,61	342.000,62	290.871,27	315.668,12	343.183,87	320.713,79	3.708.813,46
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.268.156,11	1.959.272,66	1.970.870,38	2.018.567,64	2.239.065,71	2.340.755,21	2.302.795,34	2.278.387,56	2.746.390,69	2.633.693,71	2.409.641,79	2.213.662,19	25.583.210,00
FONTE													

PRÉO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	12.356.036,38	5.364.005,19	100,00	14,2
Ação Legislativa	818.552,00	818.552,00	49.806,37	255.636,71	562.915,29	54.057,45	1,59	5
Administração	818.552,00	818.552,00	49.806,37	255.636,71	562.915,29	54.057,45	1,59	5
Administração Geral	3.561.063,94	3.516.951,94	520.869,08	2.099.175,10	1.417.776,84	599.861,18	11,69	1,7
	3.560.063,94	3.464.451,94	488.339,08	2.066.645,10	1.397.806,84	599.861,18	11,69	1,7
Administração Financeira	1.000,00	52.500,00	32.530,00	32.530,00	19.970,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	621.756,00	621.756,00	46.467,19	210.196,79	411.559,21	97.684,37	1,36	4
Defesa da Ordem Jurídica	621.756,00	621.756,00	46.467,19	210.196,79	411.559,21	97.684,37	1,36	4
Assistência Social	1.423.598,20	1.614.848,52	224.474,23	766.596,65	848.251,87	227.477,27	4,62	9
Assistência à Criança e ao Adolescente	152.000,00	166.709,38	2.800,00	11.845,10	154.864,28	2.800,00	0,08	1
Assistência Comunitária	921.598,20	1.098.139,14	167.036,38	612.592,95	485.546,19	170.039,42	3,59	5
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	350.000,00	350.000,00	54.637,85	142.158,60	207.841,40	54.637,85	0,94	2
Saúde	5.054.186,00	5.378.297,85	872.739,47	2.844.428,65	2.533.869,20	918.697,67	17,55	2,7
Atenção Básica	5.030.624,00	5.349.735,85	868.713,94	2.818.469,92	2.531.265,93	914.546,44	17,40	2,7
Vigilância Sanitária	23.562,00	28.562,00	4.025,53	25.958,73	2.603,27	4.151,23	0,16	
Educação	6.924.570,00	7.439.563,29	1.587.350,96	3.903.836,21	3.535.727,08	1.554.912,34	24,90	3,6
Ensino Fundamental	3.575.809,00	4.007.797,13	878.015,05	2.106.813,66	1.900.983,47	896.968,26	13,60	1,9
Ensino Superior	563.000,00	563.000,00	124.451,89	305.507,47	257.492,53	124.873,41	2,02	2
Educação Infantil	2.442.505,00	2.516.410,16	498.709,27	1.289.054,25	1.227.355,91	477.942,84	8,28	1,2
Educação de Jovens e Adultos	287.356,00	287.356,00	43.641,87	151.257,84	136.098,16	45.649,95	0,89	1
Educação Especial	55.900,00	65.000,00	42.532,88	51.202,99	13.797,01	9.487,88	0,11	
Cultura	622.200,00	794.564,76	61.070,82	254.621,77	539.942,99	82.057,57	1,15	6
Difusão Cultural	622.200,00	794.564,76	61.070,82	254.621,77	539.942,99	82.057,57	1,15	6
Urbanismo	1.164.912,00	1.234.587,10	367.947,76	1.077.390,97	157.196,13	455.136,44	5,34	4
Serviços Urbanos	1.164.912,00	1.234.587,10	367.947,76	1.077.390,97	157.196,13	455.136,44	5,34	4
Habituação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	
Habituação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	50.000,00	1.144,80	1.144,80	48.855,20	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	50.000,00	1.144,80	1.144,80	48.855,20	0,00	0,00	
Agricultura	1.114.400,00	1.534.450,47	55.066,27	1.215.514,69	318.935,78	118.854,42	7,78	3
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	
								C

R\$ 1,00

DO
(a-d)

51.110,31

79.670,01

79.670,01

55.250,40

02.750,40

52.500,00

16.272,39

16.272,39

19.547,26

54.864,28

56.841,58

07.841,40

34.187,62

29.010,05

5.177,57

88.993,90

59.834,33

59.025,15

69.643,33

52.749,08

47.742,01

20.940,48

20.940,48

30.005,01

30.005,01

1.000,00

1.000,00

50.000,00

50.000,00

61.870,48

5.000,00

ontinua 1/2

Conti

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	12.356.036,38	5.364.005,19	15.063.771,42	14,2
Agricultura	1.114.400,00	1.534.450,47	55.056,27	1.215.514,69	318.935,78	118.854,42	1.172.579,99	3
Extensão Rural	1.109.400,00	1.529.450,47	55.056,27	1.215.514,69	313.935,78	118.854,42	1.172.579,99	3
Indústria	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	5
Promoção Industrial	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	5
Comércio e Serviços	774.400,00	774.400,00	7.637,91	358.288,55	416.131,45	55.471,91	214.766,55	5
Turismo	774.400,00	774.400,00	7.637,91	358.288,55	416.131,45	55.471,91	214.766,55	5
Transporte	3.024.161,86	4.640.709,80	1.558.624,76	3.724.821,81	915.887,99	1.118.183,02	3.189.623,14	1,4
Transporte Rodoviário	3.024.161,86	4.640.709,80	1.558.624,76	3.724.821,81	915.887,99	1.118.183,02	3.189.623,14	1,4
Desporto e Lazer	395.200,00	395.200,00	105.830,50	247.212,65	147.987,35	81.611,55	212.547,35	1
Desporto Comunitário	395.200,00	395.200,00	105.830,50	247.212,65	147.987,35	81.611,55	212.547,35	1
TOTAL (III) = (I + II)	26.000.000,00	29.314.881,73	5.459.020,12	16.958.845,35	12.356.036,38	5.364.005,19	15.063.771,42	14,2

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 2/2

DO
(a-d)

251.110,31

61.870,48

56.870,48

00.000,00

00.000,00

59.633,45

59.633,45

51.086,66

51.086,66

82.652,65

82.652,65

251.110,31

Município de TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	13.090,00	0,00	13.090,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	13.090,00	0,00	13.090,00
TOTAL	13.090,00	0,00	13.090,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	13.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.090,00
Investimentos	13.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.090,00
TOTAL	13.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.090,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.670.080,00	1.670.080,00	1.591.713,83	95,31		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	939.800,00	939.800,00	874.686,51	93,07		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	187.187,00	187.187,00	176.016,62	94,03		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	371.756,00	371.756,00	311.592,06	83,82		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	164.101,00	164.101,00	198.708,58	121,09		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.618,00	2.618,00	3.663,92	139,95		
Dívida Ativa dos Impostos	2.618,00	2.618,00	16.536,60	631,65		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	10.466,54	524,83		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.107.399,99	21.107.399,99	9.811.852,43	46,49		
Cota-Parte FPM	7.662.221,48	7.662.221,48	3.188.407,58	41,61		
Cota-Parte ITR	1.973,02	1.973,02	334,90	16,97		
Cota-Parte IPVA	1.073.380,00	1.073.380,00	616.459,41	57,43		
Cota-Parte ICMS	11.994.142,49	11.994.142,49	5.896.726,87	49,16		
Cota-Parte IPI-Exportação	374.374,00	374.374,00	85.854,49	22,93		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.309,00	1.309,00	24.069,18	1.838,75		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.309,00	1.309,00	24.069,18	1.838,75		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	22.777.479,99	22.777.479,99	11.403.566,26	50,07		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.390.186,00	1.390.186,00	747.579,46	53,78		
Provenientes da União	1.301.146,00	1.301.146,00	693.195,71	53,28		
Provenientes dos Estados	89.040,00	89.040,00	54.383,75	61,08		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	11.679,42			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.390.186,00	1.390.186,00	759.258,88	54,62		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.032.624,00	5.110.104,46	2.695.920,01	52,76	2.498.019,59	48,88
Pessoal e Encargos Sociais	2.943.000,00	2.943.000,00	1.488.722,37	50,59	1.488.722,37	50,59
Outras Despesas Correntes	2.089.624,00	2.167.104,46	1.207.197,64	55,71	1.009.297,22	46,57
DESPESAS DE CAPITAL	21.562,00	268.193,39	148.508,64	55,37	146.090,64	54,47
Investimentos	21.562,00	268.193,39	148.508,64	55,37	146.090,64	54,47

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	21.562,00	268.193,39	148.508,64	55,37	146.090,64	54,47
Investimentos	21.562,00	268.193,39	148.508,64	55,37	146.090,64	54,47
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.054.186,00	5.378.297,85	2.844.428,65	52,89	2.644.110,23	49,16
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.302.146,00	1.626.257,85	688.176,38	24,19	663.804,36	25,11
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.301.146,00	1.416.138,65	548.306,19	19,28	523.934,17	19,82
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.000,00	210.119,20	139.870,19	4,92	139.870,19	5,29
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.302.146,00	1.626.257,85	688.176,38	24,19	663.804,36	25,11
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.752.040,00	3.752.040,00	2.156.252,27	75,81	1.980.305,87	74,89
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,37
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						269.770,93

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2014		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.030.624,00	5.349.735,85	2.818.469,92	99,09	2.620.725,80	99,12
Vigilância Sanitária	23.562,00	28.562,00	25.958,73	0,91	23.384,43	0,88
TOTAL	5.054.186,00	5.378.297,85	2.844.428,65	100,00	2.644.110,23	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(l+i)-(15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

TREZE TILIAS, 27/07/2016

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000,00	1.206.275,51			-1.204.275,51
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.617.812,30	2.191.589,92	2.150.357,33	0,00	1.426.222,38
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.617.812,30	2.191.589,92	2.150.357,33	0,00	1.426.222,38
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.615.812,30	-985.314,41	-	-	-2.630.497,89

FONTE:

Município de TREZE TILOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de TREZE TILOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TREZE TILOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2016		2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECEITAS REALIZADAS	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	835.617,88	820.970,40	1.385.442,96
DEDUÇÕES (II)	3.565.692,61	4.286.253,93	4.323.175,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.620.919,41	5.357.479,02	4.951.752,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	55.226,80	1.071.225,09	628.577,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.730.074,73	-3.465.283,53	-2.937.732,05
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.730.074,73	-3.465.283,53	-2.937.732,05

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	527.551,48	-207.657,32

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	291.604,66

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	25.855.285,00	14.407.354,68	13.613.494,13
Receita Tributária	1.978.934,88	1.941.235,83	1.784.162,90
I.P.T.U.	939.800,00	874.698,51	750.390,43
I.S.S.	371.756,00	311.592,06	307.060,35
I.T.B.I.	187.187,00	176.016,62	149.592,99
I.R.R.F.	164.101,00	198.709,58	246.451,48
Outras Receitas Tributárias	316.090,88	380.219,06	330.667,65
Receita de Contribuição	350.812,00	395.509,94	309.823,06
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.812,00	395.509,94	309.823,06
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	127.925,00	176.750,60	191.161,02
(-) Aplicações Financeiras	127.925,00	176.750,60	191.161,02
Transferências Correntes	23.055.249,32	11.121.271,91	10.743.177,64
F.P.M.	6.040.162,61	2.550.726,25	2.594.947,36
I.P.V.A	858.704,00	493.167,96	486.965,05
I.C.M.S.	9.847.382,49	4.717.382,03	4.588.914,76
Convênios	5.500,00	50.851,07	103.831,55
Outras Transferências Correntes	6.303.500,22	3.309.144,60	2.968.518,92
Demais Receitas Correntes	470.288,80	949.337,00	776.330,53
Dívida Ativa	3.927,00	38.532,86	33.196,94
Diversas Receitas Correntes	466.361,80	910.804,14	743.133,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	16.790,00	1.823.778,00	0,00
Operações de Crédito (III)	2.000,00	1.206.275,51	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	13.090,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.700,00	617.502,49	0,00
Convênios	1.700,00	617.502,49	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.700,00	617.502,49	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	25.856.985,00	15.024.857,17	13.613.494,13

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.687.069,43	14.767.255,43	13.872.024,59	12.913.414,09	12.096.527,52
Pessoal e Encargos Sociais	13.249.625,51	6.478.127,91	6.140.379,86	6.476.127,95	6.136.875,23
Juros e Encargos da Dívida (IX)	15.000,00	11.216,28	250,05	11.216,28	250,05
Outras Despesas Correntes	12.422.443,92	8.277.911,24	7.731.394,68	6.426.069,86	5.959.402,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.672.069,43	14.756.039,15	13.871.774,54	12.902.197,81	12.096.277,47
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.617.812,30	2.191.589,92	1.330.464,09	2.150.357,33	998.797,76
Investimentos	2.969.812,30	2.117.139,49	1.328.849,30	2.075.906,90	997.182,97
Inversões Financeiras	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	148.000,00	74.450,43	1.614,79	74.450,43	1.614,79
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.469.812,30	2.117.139,49	1.328.849,30	2.075.906,90	997.182,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	29.151.881,73	16.873.178,64	15.200.623,84	14.978.104,71	13.093.460,44

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.294.896,73	-1.848.321,47	-1.587.129,71	46.752,46	520.033,69
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	253.642,64	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	253.642,64	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	3.330,00

RRRO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	26.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	26.000.000,00	
Receitas Realizadas		5.457.631,14	16.407.883,28	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	253.642,64	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	26.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	3.314.881,73	
Dotação Atualizada		—	29.314.881,73	
Despesas Empenhadas		5.459.020,12	16.958.845,35	
Despesas Liquidadas		5.364.005,19	15.063.771,42	
Superavit Orçamentário		—	1.344.111,86	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.459.020,12	16.958.845,35	
Despesas Liquidadas		5.364.005,19	15.063.771,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			27.340.795,39	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	291.604,66	-207.657,32	-71,21	
Resultado Primário	3.330,00	46.752,46	1.403,98	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	632.920,29	25.892,27	577.902,06	29.125,96
EXECUTIVO	632.920,29	25.892,27	577.902,06	29.125,96
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	55.226,80	0,00	51.949,89	3.276,91
EXECUTIVO	55.226,80	0,00	51.949,89	3.276,91
TOTAL:	688.147,09	25.892,27	629.851,95	32.402,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.468.310,90	25%	21,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.615.181,77	60%	73,06
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.206.275,51	-1.204.275,51	
Despesa de Capital Líquida		2.150.357,33	1.467.454,97	

Continua 1/2

Município de TREZE TILIAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						13.090,00 13.090,00	
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício % Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				1.980.305,87		15,00 17,37	
Liquidadas				0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)				0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.670.080,00	1.670.080,00	1.591.713,83	95,31
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	943.418,00	943.418,00	885.572,77	93,87
1.1.1- IPTU	939.800,00	939.800,00	874.698,51	93,07
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.309,00	1.309,00	611,71	46,73
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.309,00	1.309,00	6.789,90	518,71
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	3.472,65	347,27
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	187.187,00	187.187,00	176.016,62	94,03
1.2.1- ITBI	187.187,00	187.187,00	176.016,62	94,03
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	375.374,00	375.374,00	331.414,86	88,29
1.3.1- ISS	371.756,00	371.756,00	311.592,06	83,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.309,00	1.309,00	3.062,21	233,17
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.309,00	1.309,00	9.746,70	744,59
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	7.023,89	702,39
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	164.101,00	164.101,00	198.709,58	121,09
1.4.1- IRRF	164.101,00	164.101,00	198.709,58	121,09
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.107.399,99	21.107.399,99	9.811.852,43	46,49
2.1- Cota-Parte FPM	7.662.221,48	7.662.221,48	3.188.407,58	41,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.662.221,48	7.662.221,48	3.188.407,58	41,61
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.994.142,49	11.994.142,49	5.896.726,87	49,16
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	1.309,00	1.309,00	24.069,18	1.838,75
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	374.374,00	374.374,00	85.854,49	22,93
2.5- Cota-Parte ITR	1.973,02	1.973,02	334,90	16,97
2.6- Cota-Parte IPVA	1.073.380,00	1.073.380,00	616.459,41	57,43
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.777.479,99	22.777.479,99	11.403.566,26	50,07
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	631.850,00	631.850,00	342.544,23	54,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	450.000,00	450.000,00	256.130,26	56,92
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	136.850,00	136.850,00	55.851,34	40,81
5.4- Transferências Diretas - PNATE	45.000,00	45.000,00	19.810,63	44,02
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	10.752,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	197.388,80	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	197.388,80	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	58.555,00	58.555,00	149.669,59	255,61
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	690.405,00	690.405,00	689.602,62	99,88
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.037.032,97	4.037.032,97	1.962.369,28	48,61
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.622.058,87	1.622.058,87	637.681,33	39,31
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.146.760,00	2.146.760,00	1.179.344,84	54,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	15.708,00	15.708,00	4.813,80	30,65
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	37.437,40	37.437,40	17.170,91	45,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	392,70	392,70	66,95	17,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	214.676,00	214.676,00	123.291,45	57,43
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.650.000,00	3.650.000,00	2.210.693,17	60,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.650.000,00	3.650.000,00	2.197.675,84	60,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	13.017,33	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-387.032,97	-387.032,97	235.306,56	-60,80
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.507.842,50	2.507.842,50	1.615.181,77	64,41	1.615.181,77	64,41
13.1- Com Educação Infantil	1.207.842,50	1.207.842,50	765.595,72	63,39	765.595,72	63,39
13.2- Com Ensino Fundamental	1.300.000,00	1.300.000,00	849.586,05	65,35	849.586,05	65,35
14- OUTRAS DESPESAS	1.206.120,00	1.206.120,00	539.068,94	44,69	539.068,94	44,69
14.1- Com Educação Infantil	650.120,00	650.120,00	274.189,82	42,18	274.189,82	42,18
14.2- Com Ensino Fundamental	556.000,00	556.000,00	264.879,12	47,64	264.879,12	47,64
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.713.962,50	3.713.962,50	2.154.250,71	58,00	2.154.250,71	58,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.154.250,71
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						73,06
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						24,38
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.694.370,00		5.694.370,00	2.850.891,57	50,07	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.442.505,00	2.433.405,00	1.273.625,29	52,34	1.231.337,87	50,60
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.900.350,00	3.054.008,87	1.518.368,11	49,55	1.485.296,92	48,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.856.000,00	1.856.000,00	1.114.465,17	60,05	1.114.465,17	60,05
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.044.350,00	1.208.008,87	403.902,94	33,44	370.831,75	30,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.342.855,00	5.487.413,87	2.791.993,40	50,79	2.716.634,79	49,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						235.306,56
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						13.017,33
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						248.323,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.468.310,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						21,65
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	478.006,00	829.840,42	470.852,51	56,74	470.852,51	56,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	478.006,00	829.840,42	470.852,51	56,74	470.852,51	56,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.820.861,00	6.327.254,29	3.262.845,91	51,57	3.187.487,30	50,38

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		93.343,15	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.197.675,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.165.276,43	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.125.985,66	0,00
49.2 Restos a Pagar		39.290,77	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.017,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		138.759,89	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Trombudo Central

PREFEITURA

1918

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.918 DE 26 DE JULHO DE 2016.

ACRESCENTA § 5º NO ARTIGO 92 NA LEI COMPLEMENTAR 1594 DE 05 DE JUNHO DE 2009 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TROMBUDO CENTRAL/SC.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º: Acrescenta o § 5º ao Artigo 92 da Lei Complementar 1594 passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 92. [...]

§ 5º O presente artigo não se aplica aos imóveis que ficam às margens das vias públicas, onde as vagas sejam públicas e rotativas, desde que já edificadas quando da edição desta Lei, e diante da impossibilidade de adequação ao número de vagas segundo o caput deste artigo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Trombudo Central, 26 de julho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Tunápolis

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2016

Dispensa de Licitação nº 12/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 115/2016

Objeto: Essa dispensa tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

Fundamento: Artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Valor: R\$ 10.420,00(dez mil quatrocentos e vinte reais)

Empresa: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD)

Tunápolis, SC, aos 28 de julho de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 116/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 89/2016

Processo de Compra Nº.: 116/2016

Pregão Presencial nº: 89/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de refeições (marmitas) e gêneros alimentícios destinados para alimentação dos servidores municipais que se deslocam para realização de serviços no interior do município, conforme autoriza a Lei Municipal nº 01041/2011.

Entrega das propostas e Credenciamento até 8h do dia 11/08/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 29 de julho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N°170/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 170/2016/FMS

Data de assinatura: 28/07/2016

Processo de Licitação: 27/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ALPHA COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA

CNPJ/CPF: 05.682.647/0001-64

Objeto: fornecimento parcelado de oxigênio medicinal.

Valor Global: R\$ 16.680,00

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 106/2016 A Nº 112/2016

EXTRATO DE CONTRATOS nº 106/2016 a nº 112/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 6.936,00 (seis mil novecentos e trinta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 106/2016. Vargeão, SC, 29 de julho de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MERCADO KA & KA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 6.486,00 (seis mil quatrocentos e oitenta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 107/2016. Vargeão, SC, 29 de julho de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DIEGO RIBEIRO LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 8.763,00 (oito mil setecentos e sessenta e três reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 108/2016.

Vargeão, SC, 29 de julho de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 17.965,50 (Dezessete mil novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 109/2016.

Vargeão, SC, 29 de julho de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 4.495,50 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 110/2016.

Vargeão, SC, 29 de julho de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC

VALOR: R\$ 15.044,00 (quinze mil quarenta e quatro reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 111/2016.

Vargeão, SC, 29 de julho de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VANDERLEI PAVAN - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 24.415,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e quinze reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 16/2016, processo licitatório 27/2016 e Contrato nº 112/2016.

Vargeão, SC, 29 de julho de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 130/2016

Contrato nº: 130/2016

Data de Assinatura: 29.07.2016

Contratada....: IPM Sistemas Ltda.

Valor : R\$ 174.136,00

Licitação : Pregão Presencial nº 66/2016 – PMV

Vigência : Início: 01.08.2016 Término: 31.07.2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, PROCURADORIA E PROTOCOLO, EM AMBIENTE WEB, PROVIMENTO DE DATACENTER E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER DEMANDA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

HOMOLOGAÇÃO PR 66/2016-PMV

O Município de Videira no mês 07/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

PROCESSO Nº 90/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/07/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, PROCURADORIA E PROTOCOLO, EM AMBIENTE WEB, PROVIMENTO DE DATACENTER E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER DEMANDA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: IPM SISTEMAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 174.136,00 (cento e setenta e quatro mil cento e trinta e seis reais)

Videira, 29/07/2016

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016 FMAS

AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita sob CNPJ Nº 05.919.156/0001-94 apresentou amostras dos produtos referentes ao lote 01, conforme previsto no edital, nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	OBSERVAÇÃO
01	Pacote	Farinha de trigo especial – primeira qualidade. Composição mínima do produto: organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Primeira qualidade. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 1kg.	Fidalga	Aprovada
02	Pacote	Arroz parboizado, longo, fino, tipo 1. Composição mínima do Produto: o produto deverá obedecer a portaria nº 269, de 17/11/88 E anexos do ministério da agricultura - m. A., para arroz, Beneficiado e polido do tipo i, para efeito de classificação e Deverá ser da safra corrente. Deverá se apresentar em bom Estado de conservação, isento de fermentação e mofo, de Odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde. Características organolépticas: aspecto: grãos; cor: Característica; odor: característico; sabor: característico. O Produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem, Deverá apresentar-se com grãos inteiros e cozimento uniforme. Embalagem contendo identificação do produto, marca do Fabricante, prazo de validade, peso líquido - embalagem mínima De 1 kg.	Minutinho	Aprovada

03	Pacote	Açúcar branco refinado. Composição mínima do produto: Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; Sabor: próprio. Embalagem contendo identificação do produto, Marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido Embalagem mínima de 1 kg	Doce sabor	Aprovada
04	Pacote	Feijão preto. Composição mínima do produto: tipo 1, in natura, Novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria Terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem contendo identificação do Produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso Líquido. embalagem mínima de 1 kg.	Rei da mesa	Aprovada
05	Pacote	Biscoito água e sal. Composição mínima do produto: em sua Composição apresenta entre outros ingredientes farinha de Trigo fortificada com ferro e ácido fólico, embalagem de 400g Contendo identificação do produto, marca do fabricante, Prazo de validade, peso líquido.	Prodasa	Aprovada
06	Pacote	Biscoito doce sabor leite. Composição mínima do produto: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de Massa preparada com: farinha de trigo, açúcar, amido de milho, Sal refinado, gordura vegetal hidrogenada, e outras Substâncias alimentícias que caracterizem o produto - Embalagem contendo identificação do produto, marca do Fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima De 400 gramas	Prodasa	Aprovada
07	Pacote	Farinha de milho. Composição mínima do produto: fabricada a Partir de matérias-primas sãs e limpas. Produto obtido pela Ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou não, livre De matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e Vegetais. Não podendo estar fermentado, rançoso e ter no Máximo, 14%p/p de umidade. Embalagem contendo identificação Do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso Líquido, embalagem mínima de 01 kg.	Zanin	Aprovada
08	Pacote	Alimento achocolatado em pó instantâneo. Composição mínima Do produto: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, sal, Emulsificantes lecitina de soja e aromatizante. Embalagem Contendo identificação do produto, marca do fabricante, Prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 Gramas	Dorati	Aprovada
09	Pacote	Massa com ovos, tipo espaguete nº5. Composição mínima do Produto: seca, com ovos; fabricada a partir de matéria-prima Selecioneada, sã, limpa e boa qualidade; enriquecido com ferro E ácido fólico, embalagem resistente e termossoldado, de boa Qualidade, embalagem contendo identificação do produto, Marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, Embalagem mínima de 500 gramas	Bortolini	Aprovada
10	Pote	Margarina cremosa . Composição mínima do produto: com sal, Teor lipídico de 65% a 85%. Não deve conter em sua composição Gordura do tipo trans. Embalada em pote plástico resistente De 500g, com proteção interna pós tampa (lacre). No seu rótulo Deve conter prazo de validade/ lote e informação nutricional. Embalagem contendo identificação do produto, marca do Fabricante, prazo de validade, peso líquido.	Coamo	Aprovada
11	Pote	Doce de leite em pasta. Composição mínima do produto: leite Pasteurizado e açúcar. O doce de leite deverá ser fabricado Com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, Parasitos, e em perfeito estado de conservação. Não será Permitida a adição de amido. Deve apresentar selo do sif/sie E/ou sim. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Características Sensoriais (organolépticas): consistência cremosa ou pastosa, Sem cristais perceptíveis sensorialmente; cor castanho Caramelado proveniente da reação de maillard; sabor e odor Doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa Hermeticamente fechada com lacre de proteção. Embalagem Contendo identificação do produto, marca do fabricante, Prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 Gramas.	Docito	Aprovada

12	Unid	Óleo de soja de primeira qualidade composição mínima do Produto: obtido de espécie vegetal, isento de ranço e Substâncias estranhas; características organolépticas: Própria; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: Próprio. Embalagem contendo identificação do produto, marca Do fabricante, prazo de validade, peso líquido ,embalagem Mínima de 900 ml	Cocamar	Aprovada
13	Unid	Café solúvel granulado. Composição mínima do produto: café Para preparo instantâneo, facilmente solúvel em água quente. Acondicionado em vasilhame de vidro, plástico ou metal, com Tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura. Embalagem contendo identificação do produto, marca do Fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem Lacrada mínima de 200 gramas.	Ouro	Aprovada
14	Pacote	Sal refinado iodado. Composição mínima do produto: cloreto De sódio extrato de fontes naturais, recristalizadas, com teor Mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, Adicionado de anti-umectante e iodo. Características Organolépticas: aparência: cristais de granulação uniforme, Não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; sabor: Característico (salino). Embalagem contendo identificação do Produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, Embalagem mínima de 1 kg.	Garça	Aprovada

Desta forma, após conferência, APROVAMOS as amostras apresentadas pela empresa acima citada.

Videira, 28 de Julho de 2016.

Ademar Gaedke
Membro da Comissão

Sonia Rita Gheller
Membro da Comissão

Rogério Antonio Kunze
Membro da Comissão

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº RH- AJG 231/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 231/2016

REVOGA PORTARIA Nº RH-AJG 137/2016 E CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, em exercício, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, "I", dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, "a), para o Senado (V, "a") e para Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa (VI): I) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE:

REVOGAR a partir de 02 de julho a Portaria nº RH-AJG 137/2016 e CONCEDER a pedido, licença para atividade política, assegurado o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal o Sr. ENIOIVAN MARQUES, nacionalidade brasileiro, estado civil casado, Portador da CI nº 2024241982 e CPF nº 895.592.740-15, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - SC. nomeado conforme Decreto nº AM 010/04, no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 01006/2016, datado de 30/03/2016, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 02/07/2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de julho de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA 0052/2016

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO nº 100/2016

PREGÃO nº 052/2016 - TIPO PRESENCIAL

OBJETO: Decisão Administrativa referente Processo Licitatório nº 100/2016

PREGÃO nº 052/2016 - TIPO PRESENCIAL

Trata-se de análise de regularidade/legalidade referente Processo Licitatório em referência, levando em conta irregularidade insanável no procedimento.

Submetido à análise pelo Setor Jurídico, sobreveio parecer no sentido de Anulação do Processo.

Para fins de não se incorrer em tautologia, adoto como razão os argumentos lançados no parecer exarado pela Procuradoria-geral do Município de Xaxim.

Isso posto, REVOGO o item "Lixeiras coloridas" do Procedimento Licitatório na modalidade Pregão Presencial, instaurado pelo EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 100/2016, PREGÃO PRESENCIAL nº 052/2016, em homenagem ao princípio da legalidade e do interesse público, consubstanciado na irregularidade insanável, qual seja, a divergência entre o Projeto aprovado junto ao Governo Estadual e o Edital Licitatório, tocante ao preço unitário e ao quantitativo do item, de acordo com o artigo 49 da Lei 8666/93.

Xaxim/SC, 27 de julho de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

DECRETO 278

DECRETO Nº 278/2016

NOMEIA FISCAL DO CONTRATO VINCULADO AO EDITAL 0079/2016 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 0041/2016.

O Senhor Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando a exoneração do servidor Daniel Toniazzo, matrícula 6241,

DECRETA:

Art. 1º fica nomeada, pelo presente Decreto, a servidora municipal SIMONE MICHELON, inscrita no CPF no 057.429.729-46, para atuar como fiscal do contrato vinculado ao edital 0079/2016 – Pregão Presencial n. 041/2016.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim/SC, 29 de Julho de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Administrativo

Zortéa

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 013/2016

MUNICÍPIO DE ZORTÉA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 013/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, o Pregoeiro e a Equipe Permanente de Licitação designada pela Decreto Nº 009/2016, comunica aos interessados que a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 013/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, MATERIAL PERMANENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, UM VEÍCULO E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, CONFORME PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 12139.961000/1160-01, está suspensa em virtude de adequação do Edital, por tempo indeterminado. Informações pelo endereço eletrônico compras@zortea.sc.gov.br. Zortéa - SC, 29 de Julho de 2016. Analu Chiamolera Schimit – Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 027/2016

MUNICÍPIO DE ZORTÉA – SC

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 027/2016

O Prefeito Municipal, o Pregoeiro e a Equipe Permanente de Licitação designada pela Decreto Nº 004/2016, comunica aos interessados que a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 027/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 833586/2016/MAPA/CAIXA, PROCESSO Nº 2633.1033397-54/2016, está suspensa em virtude de adequação do Edital, por tempo indeterminado. Informações pelo endereço eletrônico compras@zortea.sc.gov.br. Zortéa - SC, 29 de Julho de 2016. Paulo José Franceski. Prefeito Municipal.

Associações

EGEM

ADITIVO DO EDITAL Nº 56.2016

ADITIVO AO EDITAL Nº 56/2016 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE ESOCIAL

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso sobre eSocial, a realizar-se em São Miguel do Oeste de acordo com o edital nº 56/2016 publicado em 20/07/2016.

Cidade/Local	São Miguel do Oeste/SC Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC Rua Padre Aurélio Canzi, 1628 CEP: 89.900-000
Período das inscrições	até 11/09/2016
Vencimento do boleto de cobrança	12/09/2016
Período de realização	12/09/2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	60

Florianópolis, 29 de julho de 2016.

EDITAL Nº 58.2016 - ESOCIAL_AMARP

EDITAL Nº 58/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre eSocial

1. OBJETIVO DO CURSO

Orientar os órgãos públicos quanto aos procedimentos e medidas que devem ser tomadas antes do início da obrigatoriedade do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelo esocial. E esclarecer quanto ao funcionamento do esocial, quais setores que serão envolvidos e da necessidade do envolvimento dos gestores.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais das áreas de Departamento de Pessoal, Recursos Humanos, Contábil, TI, Fiscal, Jurídica e demais interessados no tema.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Videira/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP Rua Manoel Roque, 99 CEP: 89560-000
Período das inscrições	até 13/09/2016
Vencimento do boleto de cobrança	14/09/2016
Período de realização	14/09/2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores filiados a AMARP	Gratuita
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> • O QUE É ESOCIAL • QUEM ESTA OBRIGADO • LEGISLAÇÃO E VIGÊNCIA • COMO IMPLANTAR O ESOCIAL • ARQUIVOS DO ESOCIAL (EVENTOS) • O QUE MUDA COM ESOCIAL (DECLARAÇÕES, PAGAMENTOS) • PENALIDADES • IDENTIFICADORES • QUALIFICAÇÃO CADASTRAL • TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> • ANALISE DOS LAYOUTS (CADASTRO INICIAL) • EFD REINF • DCTF WEB

7. PALESTRANTE

LUIS FERNANDO RAMOS

Contador, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Rio dos Sinos, pós graduado em perícia e auditoria pela PUC/RS, pós graduado em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera – rede LFG, certificado CPA-10 e CPA-20 pela ANBIMA. Consultor e instrutor de cursos pelo IGAM, nas áreas fiscal, contábil e tributária. Escritor do Eboock Retenção previdenciárias nas contratações do Setor Público publicado pela Editora Revolução Eboock.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 59.2016 - ESOCIAL_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 59/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre eSocial

1. OBJETIVO DO CURSO

Orientar os órgãos públicos quanto aos procedimentos e medidas que devem ser tomadas antes do início da obrigatoriedade do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelo esocial. E esclarecer quanto ao funcionamento do esocial, quais setores que serão envolvidos e da necessidade do envolvimento dos gestores.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais das áreas de Departamento de Pessoal, Recursos Humanos, Contábil, TI, Fiscal, Jurídica e demais interessados no tema.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS Rua Candido Ramos, 250 CEP: 88090-800
Período das inscrições	até 15/09/2016

Vencimento do boleto de cobrança	16/09/2016
Período de realização	16/09/2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none">• O QUE É ESOCIAL• QUEM ESTA OBRIGADO• LEGISLAÇÃO E VIGÊNCIA• COMO IMPLANTAR O ESOCIAL• ARQUIVOS DO ESOCIAL (EVENTOS)• O QUE MUDA COM ESOCIAL (DECLARAÇÕES, PAGAMENTOS)• PENALIDADES• IDENTIFICADORES• QUALIFICAÇÃO CADASTRAL• TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none">• ANALISE DOS LAYOUTS (CADASTRO INICIAL)• EFD REINF• DCTF WEB

7. PALESTRANTE

LUIS FERNANDO RAMOS

Contador, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Rio dos Sinos, pós graduado em perícia e auditoria pela PUC/RS, pós graduado em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera – rede LFG, certificado CPA-10 e CPA-20 pela ANBIMA. Consultor e instrutor de cursos pelo IGAM, nas áreas fiscal, contábil e tributária. Escritor do Eboock Retenção previdenciárias nas contratações do Setor Público publicado pela Editora Revolução Eboock.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 60.2016 - SEFISC_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 60/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE O SEFISC PASSO A PASSO – DE ACORDO COM O AINF 3.0.1

1. OBJETIVO DO CURSO

Treinar os auditores e fiscais tributários municipais para a fiscalização do Simples Nacional, apresentando os corretos procedimentos a serem aplicados e eliminando as dúvidas relacionadas à matéria.

2. PÚBLICO-ALVO

Auditores fiscais e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – Sala 1201 CEP: 88070-800
Período das inscrições	até 24/08/2016
Vencimento do boleto de cobrança	25/08/2016
Período de realização	25 e 26/08/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores municipais	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia

MÓDULO I: REGRAS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

1. O QUE E COMO AUTUAR. Resoluções CGSN nos 94/2011 e 125/2015;
2. PARTE DOCUMENTAL: notificações e intimações, autos de infração e guias de recolhimento. Quais modelos utilizar?
3. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ISS. Deduções possíveis. Multas sancionatórias e encargos moratórios aplicáveis à autuação. Existe "fiscalização orientadora" no âmbito do Simples Nacional?
4. ALÍQUOTA: período de apuração, percentuais relativos ao ISS (de 2% a 6%). Anexos III, IV, V e VI da LC 123/06;
5. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E RETENÇÃO NA FONTE: abrangência do regime e alíquotas aplicáveis. Como cruzar informações visando resgatar o ISS evadido para outros municípios?
6. ISENÇÕES, REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA: o que e como considerar;
7. ESTIMATIVA FISCAL: novas regras e limites;
8. O ISS DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS: fixo ou variável?
9. O ISS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: o que deve e o que não deve ser deduzido de sua base de cálculo. Posição pacificada do TJ/SP e STJ;
10. COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO;
11. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS;
12. COBRANÇA, INSCRIÇÃO E AJUIZAMENTO DOS CRÉDITOS DE ISS
CONSTITUÍDOS: entidade competente para tanto.

2º dia

08h30 às 12h	<p>MÓDULO II: OPERAÇÃO DO PROGRAMA SEFISC</p> <p>1. UNIDADES DE FISCALIZAÇÃO;</p> <p>2. PRAZOS DE CONTESTAÇÃO;</p> <p>3. AÇÃO FISCAL:</p> <p>3.1. Inclusão de ação fiscal;</p> <p>3.2. Ação fiscal integrada;</p> <p>3.3. Alterar ação fiscal;</p> <p>3.4. Cancelar ação fiscal;</p> <p>3.5. Encerrar ação fiscal;</p> <p>3.6. Consulta ação fiscal.</p> <p>4. FUNCIONALIDADES DO AINF</p> <p>4.1. Seleção da ação fiscal;</p> <p>4.2. Importação de dados originais;</p> <p>4.3. Apuração;</p> <p>4.4. Exemplos práticos de segregação de receitas;</p> <p>4.5. Aplicação das penalidades (multas);</p> <p>4.6. Impressão do relatório consolidado;</p> <p>4.7. Geração do AINF;</p> <p>4.8. Impressão do AINF;</p> <p>4.9. Notificação do AINF;</p> <p>4.10. AINF 3.0.1: o que mudou?</p> <p>5. CONTENCIOSO DO SEFISC</p> <p>5.1. Ciência de lançamento;</p> <p>5.2. Informar fases e resultados do contencioso;</p> <p>5.3. Formulários para envio das informações;</p> <p>5.4. Consultas;</p> <p>5.5. SIEF processos.</p>
--------------	---

7. PALESTRANTE

FRANCISCO RAMOS MANGIERI

Advogado; Consultor e Professor de Direito Tributário; Pós-graduado em Direito Tributário; Auditor Fiscal na Prefeitura Municipal de Bauru/SP; Ex-Presidente e Julgador do Conselho de Contribuintes da Prefeitura Municipal de Bauru; Diretor do Departamento Tributário da Prefeitura Municipal de Bauru/SP; Escritor de livros e artigos jurídicos

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016 - AGIR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

DATA: 19/07/2016. HORÁRIO: 9h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 008/2016.

OBJETO: Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.

Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, com início às nove horas, realizou-se na sala de reuniões, no prédio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, em Blumenau, Santa Catarina, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 008/2016, Registro de Preços nº 01/2016, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, conforme especificações e exigências constantes no Anexo I (Projeto básico) e Anexo VI (Proposta de Preços Modelo) do Edital Pregão Presencial nº 008/2016.

Item	Unid. medida Material/Serviço	Valor Estimado para 12 meses	Valor Registrado Por Transação
1	Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.	R\$ 50.000	R\$ 0,00

Classificadas	Licitante	Valor R\$	Situação	Data
1ª colocada	DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)	0,00	1º Menor preço	19/07/2016
2ª colocada	C. ALVES DE MELO – ME. (18.016.280/0001-91)	0,00	2º Menor preço	19/07/2016
3ª colocada	NOAR TURISMO LTDA. – ME. (18.780.623/0001-90)	10,00	3º Menor preço	19/07/2016

As empresas DS Travel Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda. – ME e C. Alves de Melo – ME apresentaram proposta de R\$ 0,00, ficando, portanto, empatadas. Foi realizado sorteio na presente sessão pública de licitação entre as duas licitantes acima citadas, onde restou sorteada e tida como vencedora do item a empresa DS Travel Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda. - ME (09.193.294/0001-90), com o valor de R\$ 0,00 (zero reais).

1.2 A licitante registrada para prestação dos serviços é a seguinte:

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)

1.3 Este instrumento não obriga a AGIR a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas, para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 O valor por transação registrado manter-se-á inalterado pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 008/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará, a partir da data de assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR.

4.2 Os serviços serão prestados nas dependências da própria contratada, que manterá contato com a AGIR por meio eletrônico (e-mail) e/ou telefônico.

4.3 A contratada fornecerá a AGIR, sistema eletrônico de consulta para a compra de passagens a fim de auxiliar no controle da quantidade emitida e igualmente, na agilidade em relação à compra dos bilhetes.

4.4 Após efetuada a solicitação por meio de sistema, as passagens deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas via correio eletrônico, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

4.5 Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados a AGIR. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.

4.6 Os bilhetes que forem recusados, por irregularidade ou por estarem em desacordo com a solicitação, deverão ser corrigidos ou reemitidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à agência, sem qualquer ônus para a AGIR.

4.7 Não sanada a irregularidade no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.8 O recebimento dos bilhetes/passagens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

4.9 Os documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA deverão corresponder exatamente aos serviços autorizados pela AGIR, acrescido do valor por transação previsto na proposta comercial, ficando a CONTRATADA, caso contrário, com o ônus excedente.

4.10 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente a AGIR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

4.11 A AGIR não arcará com seguros especiais, despesas, serviços e taxas extras, bem como com eventuais acréscimos estabelecidos nos documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA que não estiverem previstos nos comprovantes fiscais de seus fornecedores. 4.12 A CONTRATADA deverá reembolsar à AGIR os valores respectivos em caso de não utilização de quaisquer serviços reservados, observadas as políticas de reembolso de cada empresa em questão, podendo ser deduzidas desse reembolso as multas e diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transportes, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitados pela AGIR.

4.13 A AGIR deverá suportar as multas e as diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transporte aéreo, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitadas pela AGIR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Serão pagos pela AGIR os valores dos serviços solicitados por esta, acrescidos do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA, observadas todas as demais condições previstas neste Termo de Referência.

5.2 Para efeito de pagamento, será considerado o valor de taxa de transação, em função do tipo de serviço prestado conforme preço proposto, para qualquer serviços de emissão nacional ou internacional de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia (já incluídas as conexões), emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias diferentes, nessa condição considera-se uma transação por cada trecho (incluídas as conexões) emissão de bilhete aéreo somente de ida ou somente de volta (incluídas as conexões), reemissão de bilhete decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado) e cancelamento de passagens.

5.2.1 Considera-se ida ou volta todo o trecho entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou de serem utilizadas mais de uma companhia.

5.3 Constitui encargo da CONTRATADA o adiantamento aos seus fornecedores das despesas necessárias à prestação dos serviços objeto da licitação, as quais lhe serão reembolsadas pela agir nos termos definidos nos subitens seguintes.

5.4 A AGIR pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, os preços estipulados pelos fornecedores desta última, constantes das tabelas desses fornecedores e vigentes à época da solicitação dos serviços, acrescido, quando for o caso, do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA.

5.5 O pagamento será efetuado, pela AGIR, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento Administrativo da AGIR, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento Administrativo da AGIR, acompanhada da seguinte documentação:

a) documentos que comprovem a emissão das passagens aéreas, nos preços correspondentes aos serviços faturados;

b) relatórios de emissões, comprovando a data da emissão das passagens, o nome da companhia aérea, o número do voo, o nome do passageiro, o preço da tarifa praticada, o valor por transação previsto na proposta comercial, as taxas de embarque e o valor final das passagens;

c) comprovante de documentação da companhia aérea respectiva quanto à política por ela adotada relativamente a cancelamento, reemissão e remarcação de passagens aéreas, quando houver esse tipo de ocorrência no período referente à nota fiscal/fatura;

5.5.1 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe a AGIR a nota fiscal/fatura (corretamente preenchida).

5.6 Em caso de irregularidade nos documentos citados no subitem 5.3, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

5.6.1 O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções aplicadas em razão do não recolhimento de encargos e outras obrigações em tempo hábil, nada podendo ser repassado a AGIR.

5.7 A AGIR, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, especialmente no que tange a preços e quantitativos dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias.

5.8 Nos preços dos serviços já deverão estar incluídos todos e quaisquer ônus incidentes sobre os mesmos, inclusive os de caráter previdenciário, social, trabalhista, tributário e fiscal, sendo que nenhum outro pagamento será devido pela AGIR à CONTRATADA, seja a que título for direta ou indiretamente.

5.9 A AGIR pagará à CONTRATADA somente os serviços efetivamente demandados e prestados durante a vigência do contrato, não se comprometendo a garantir a realização de serviços ou o pagamento de valores mínimos.

5.10 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.

5.11 O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela AGIR de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações devidas por esta última, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações do contrato.

5.12 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de

penalidade ou inadimplência contratual.

5.12 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.13 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento da AGIR, existentes na seguinte dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 10008 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A agência de viagens responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a AGIR ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela AGIR.

6.2 A Agência é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A Agência é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 A empresa registrada autoriza a AGIR a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações da agência de viagens:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos bilhetes ou passagens emitidas;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bilhetes ou passagens que apresentarem irregularidades ou, ainda, que estejam em desacordo com as solicitações.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 A AGIR poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a AGIR não aceitar a sua justificativa;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- e) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela AGIR.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a AGIR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

9.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.3 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A prestadora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata.

10.2 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Blumenau (SC), em 26 de julho de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME

(CNPJ nº 09.193.294/0001-90)

- CONTRATADA – CRISTIANE CARLIN BENDER

Titular/Representante legal – CPF nº 001.643.740/35

CIGA

Extrato de Contrato n. 274 - Prefeitura Municipal de Palma Sola

EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Palma Sola

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palma Sola

CNPJ: 83.028.639/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.625,00 (um mil e seiscentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 21 de julho de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2016 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso do órgão participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3645.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014 e Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.07.2016 à 31.10.2016. PAL nº: 0014/2016. Pregão Eletrônico nº: 0014. Registro de Preços nº: 0014.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2016 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso do órgão participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Curitiba, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3727.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014 e Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.07.2016 à 31.10.2016. PAL nº: 0014/2016. Pregão Eletrônico nº: 0014. Registro de Preços nº: 0014.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2016 - PNEUS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Frei Rogério, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME- Ata nº AT16CIM33374.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0006/2016. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0006.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2016 - PNEUS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Pinheiro Preto, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME- Ata nº AT16CIM33373.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0006/2016. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0006.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Ibiam, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Timbó Grande, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3763;

ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3764;

ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3765;

ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3766;

ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3767;

ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3768.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0012/2016. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Abdon Batista, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3719;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3720;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3721;

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3722;

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3723;

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3724;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3725;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3726;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0012/2016. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2016 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3097;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3098;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3099;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3100;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3101;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3102;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3103;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3104;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3105;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3106;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3107;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3108;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3109;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3110;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3111;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3112;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3113;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3114;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3115;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3116;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3117;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3118;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3119;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3120;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3121;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3122;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3123;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3124;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3125;

ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3126;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3127;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3128;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3129;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3130;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3131;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3132;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3133;
ANA MARIA PIRES BELEM ME - Ata nº AT16CIM3134;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3135;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3136;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3137;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3138;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3139;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3140;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3141;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3142;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3143;
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT16CIM3144;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3145;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3146;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3147;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3148;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3149;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3150;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3151;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3152;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3153;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3154;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3155;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3156;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3157;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3158;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3159;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3160;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3161;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3162;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3163;
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3164;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3165;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3166;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3167;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3168;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3169;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3170;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3171;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3172;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3173;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3174;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3175;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3176;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3177;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3178;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3179;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3180;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3181;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3182;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3183;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3184;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3185;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3186;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3187;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3188;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3189;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3190;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3191;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3192;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3193;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3194;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3195;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3196;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3197;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3198;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3199;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3200;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3201;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3202;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3203;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3204;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3205;
FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - Ata nº AT-16CIM3206;
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3207;
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3208;
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3209;
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº AT16CIM3210;
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME - Ata nº

[illegible]

AT16CIM3318;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT16CIM3319;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT16CIM3320;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT16CIM3321.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014 e Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.07.2016 à 31.10.2016. PAL nº: 0014/2016. Pregão Eletrônico nº: 0014. Registro de Preços nº: 0014.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0017/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0017/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3375;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3376;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3377;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3378;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3379;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3380;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3381;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3382;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3383;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3384;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3385;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3386;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3387;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3388;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3389;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3390;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3391;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3392;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3393;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3394;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3395;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3396;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3397;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3398;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3399;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº

AT16CIM3400;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3401;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3402;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3403;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3404;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3405;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3406;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3407;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3408;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIM3409;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3410;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3411;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3412;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3413;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3414;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3415;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3416;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3417;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3418;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3419;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3420;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3421;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3422;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3423;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3424;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3425;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3426;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3427;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3428;
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3429;
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3430;
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3431;
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3432;
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3433;
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3434;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3435;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3436;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3437;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3438;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3439;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3440;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3441;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3442;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3443;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3444;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3445;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3446;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3447;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3448;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3449;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3450;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3451;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3452;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3453;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3454;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3455;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3456;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3457;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3458;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3459;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3460;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3461;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3462;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3463;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3464;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3465;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3466;
 CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3467;
 CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3468;
 CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº

AT16CIM3469;
 CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3470;
 CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3471;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3472;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3473;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3474;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3475;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3476;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3477;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3478;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3479;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3480;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3481;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3482;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3483;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3484;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3485;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3486;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3487;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3488;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3489;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3490;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3491;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3492;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT-16CIM3493;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3494;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3495;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3496;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3497;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3498;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3499;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3500;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3501;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3502;
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3503;

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3504;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3505;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3506;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3507;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3508;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3509;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3510;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3511;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIM3512;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3513;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3514;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3515;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3516;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3517;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3518;
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-16CIM3519;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3520;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3521;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3522;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3523;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3524;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3525;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3526;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3527;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3528;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3529;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3530;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3531;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3532;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3533;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3534;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3535;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3536;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3537;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3538;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3539;
ILG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3540;
M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3541;
M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3542;
M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3543;
M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3544;
M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3545;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3546;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3547;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3548;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3549;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3550;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3551;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3552;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3553;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3554;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3555;
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3556;

[illegible]

PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3603;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3604;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3605;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3606;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3607;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3608;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3609;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3610;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3611;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3612;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3613;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3614;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3615;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3616;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3617;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3618;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3619;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3620;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3621;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3622;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3623;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3624;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3625;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3626;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM3627;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3628;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3629;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3630;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3631;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3632;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3633;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3634;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3635;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3636;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3637;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3638;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3639;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3640;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3641;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3642;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3643;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3644.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0017/2016. Pregão Eletrônico nº: 0017. Registro de Preços nº: 0017.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2016 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Ibiá, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3647;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3648;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3649;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3650;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3651;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3652;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3653;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3654;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3655;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3656;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3657;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3658;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3659;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3660;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3661;
 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3662;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3663;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3664;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3665;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3666;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3667;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3668;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3669;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3670;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3671;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3672;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº AT16CIM3673;
 DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME - Ata nº

AT16CIM3674;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3675;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3676;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3677;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3678;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3679;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3680;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3681;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3682;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3683;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3684;
 HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3685;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3686;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3687;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3688;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3689;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3690;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3691;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3692;
 I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME - Ata nº AT16CIM3693;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3694;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3695;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3696;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3697;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3698;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3699;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3700;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3701;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3702;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3703;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3704;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3705;
 INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3706;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3707;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3708;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3709;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3710;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3711;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3712;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3713;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3714;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3715;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3716;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3717;
 VANDERLAN DA SILVA MACHADO ME - Ata nº AT16CIM3718.
 Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 22.07.2016 à 31.12.2016. PAL nº: 0019/2016. Pregão Eletrônico nº: 0018. Registro de Preços nº: 0018.
 Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.
 Elói Rönna
 Diretor Executivo do CIMCATARINA

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3728;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3729;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3730;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3731;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3732;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3733;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3734;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3735;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3736;
 MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIM3737;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3738;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3739;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3740;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3741;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3742;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3743;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3744;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3745;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3746;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3747;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3748;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3749;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3750;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3751;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3752;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3753;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3754;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3755;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3756;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3757;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3758;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3759;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3760;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3761;
 PFG COMERCIAL LTDA ME - Ata nº AT16CIM3762.
 Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014 e Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.08.2016 à 31.01.2017. PAL nº: 0020/2016. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0019.
 Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.
 Elói Rönna
 Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2016 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
 EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2016
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos Alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Itá, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Salto Veloso, Tangará e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 FORNECEDORES:

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0006_2016 - IPM INFORMÁTICA

TERMO ADITIVO Nº 0006/2016/CIMCATARINA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA
CONTRATADO:	IPM INFORMATICA LTDA
CONTRATO; ADITIVOS	0011/2013CINCO; TA17/2014CIMCATARINA; TA16/2015CIMCATARINA.
OBJETO:	Contratação de Cessão de Direito de Uso - CDU não exclusiva, em caráter permanente de solução informatizada para gestão publica municipal sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos; e serviços técnicos especializados de implantação dos sistemas, conversão dos dados existentes, capacitação dos usuários; e atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico
DATA:	29.07.2013
VIGÊNCIA:	29.07.2013 a 28.07.2016

Art. 1º - Fica alterada a vigência do contrato em epigrafe, presente na clausula sétima, passando a vigorar até 28.07.2017.

Art. 2º - Fica reajustado o valor com base no índice IGP-M conforme item 3.7 do contrato, reajustando em 12,2193% sendo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	12	Atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico para a Gestão Orçamentária e Contábil composta pelos sistemas de: Contabilidade, Tesouraria e Lei Fiscal;Planejamento; Compras, Licitações e Contratos; Portal da Transparência e Contas Públicas	181,83	2.181,96
160	12	Atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico para a Gestão de Pessoas-I composta pelo Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento para até 100 Servidores	445,61	5.347,32
			Subtotal	7.529,28
280	10	Hora Técnica para Serviços Especiais: refere-se a eventuais serviços técnicos de customizações, suporte presencial e chamados técnicos.	121,37	1.213,70
			Total	8.742,98

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 26 de Julho de 2015.

Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA Elói Rönnau Diretor Executivo	IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Fornecedor
--	--

Testemunhas:

1ª –
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0007_2016 - POSTO MAÇÃ

TERMO ADITIVO TA16CIM0007

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	POSTO MAÇA LTDA
CONTRATO:	0002/2016/CIMCATARINA
OBJETO:	Fornecimento de combustível para abastecimento de veículo do CIMCATARINA.

VALIDADE:	01.03.2016 A 31.12.2016
DATA:	01.03..2016

Art. 1º - Fica alterado o valor do item presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATADO-R\$	VALOR ALTERADO-R\$
LITROS	GASOLINA COMUM	3,71	3,67

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 27 de julho de 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	POSTO MAÇÃ LTDA
Elói Rönna Diretor Executivo	Sandro Kasburg FORNECEDOR
CONTRATANTE	

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Irani, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3351;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3352;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3353;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3354;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3355;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3356;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3357;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3358;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3359;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3360;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3361;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3362;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3363;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3364;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3365;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3366;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3367;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3368;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3369;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3370;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3371;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT16CIM3372.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0012/2016. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3322;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3323;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3324;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3325;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3326;
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM3327;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3328;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3329;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3330;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3331;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3332;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3333;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3334;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3335;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3336;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3337;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3338;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3339;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3340;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3341;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3342;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3343;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3344;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3345;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3346;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3347;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3348;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3349;
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM3350.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 05.07.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0012/2016. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 29 de julho de 2016.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**CONTRATO Nº 2016/018 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/018

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Pentagono Projeto e Construção Ltda ME

OBJETO: Alteração do prazo de execução dos serviços de urbanização do entorno da guarita do acesso principal para 75 (setenta e cinco) dias.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 27 de Julho de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

LICITAÇÃO Nº 012/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 012/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 29 de Julho de 2016.

PATRICIA BARBARESCO

Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692

LICITAÇÃO Nº 012/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 012/2016, o(s) participante(s):

AREIAS KRETZ LTDA EPP	R\$ 33,00/t
-----------------------	-------------

Timbó, 29 de Julho de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 159 DE 21 DE JULHO DE 2016 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 159, DE 21 DE JULHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 92.275,89.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 92.275,89 (noventa e dois mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2002 – Gestão de Saneamento Básico	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
3325414 – Transf. de Convênios da União 2014	R\$ 92.275,89
Total	R\$ 92.275,89

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 21 de julho de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

CIS/AMURES

ATA Nº 08 2016 ASSEMBLÉIA PREFEITOS MUNICIPAIS CIS/AMURES

ATA 08/2016

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, reuniram-se em assembleia os prefeitos que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, juntamente com o presidente, prefeito de Campo Belo do Sul, Pe. Edilson e Diretora Executiva Nalú Terezinha Júlio. Teve como local o auditório da Amures, e aconteceu juntamente com as assembleias da Amures e do CISAMA. A diretora Nalú iniciou cumprimentando aos presentes e perguntou ao presidente, se gostaria de falar algumas palavras, o mesmo apenas cumprimentou os presentes e devolveu a palavra à Nalú. Que iniciou falando que conforme a deputada Federal Carmem Zanotto, havia falado minutos antes na assembleia da Amures, o CIS/AMURES estará sendo contemplado com emenda parlamentar de autoria dela, no valor de (seiscentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e três reais). A deputada elogiou a diretora Nalú e o responsável pelos projetos na Amures, Sérgio Gomes, que fizeram o projeto com muito cuidado e desta forma garantiram o recebimento. Disse que deixaria para a Nalú explicar quais materiais e/ou equipamentos seriam comprados. Pediu licença e retirou-se da reunião. Nalú falou aos prefeitos que a primeira parcela de R\$ 242.143,00 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e três reais) será para equipar um consultório oftalmológico que funcionará na sede do CIS/AMURES e os R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) serão para comprar outros equipamentos e mobiliários, mesa de exames, eletrocardiógrafos entre outros. Comprometeu-se em apresentar em reunião a lista de compras antes da licitação. Falou ainda que segundo informações dos técnicos do Ministério da Saúde, provavelmente os recursos financeiros somente serão repassados a partir de janeiro do próximo ano. Explicou ainda que os recursos recebidos do ministério da saúde, diferente dos outros ministérios, obedecem orientações segundo o estabelecimento e a especialidade. Tem alguns equipamentos que o ministério da saúde entende que policlínica não pode ter. Que é o caso do Consórcio. O ministério da Saúde também apresenta descrição e valores dos equipamentos para que possa ser adequado dentro da possibilidade financeira. No primeiro projeto o ministério da saúde apresentou um valor errado, o qual foi questionado por esta que vos fala e outros técnicos. Sendo voto vencido, no entanto agora perceberam o erro e lançaram no dia trinta de junho do corrente ano, a portaria 193, que vai devolver o recurso que havia sido perdido por erro de sistema. Encerrado o assunto iniciou-se a prestação de contas. A diretora apresentou um quadro no data show, contendo os recursos financeiros arrecadados e as contas pagas dos serviços utilizados através do CIS/AMURES, pelos municípios consorciados de janeiro à junho do corrente ano. A mesma relatou mês a mês, esclareceu as dúvidas e colocou os relatórios contábeis a disposição dos prefeitos que tivessem interesse em verificá-los. Informou-os que as contas já haviam sido apresentadas ao conselho fiscal do CIS/AMURES, e que obteve parecer favorável a aprovação. Assim sendo foi colocado em votação a prestação de contas do primeiro semestre de 2016 (dois mil e dezesseis) foi aprovada por unanimidade pelos prefeitos presentes. Foi informado aos prefeitos, também que a diretora executiva, participou do IIIº Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais. Ficou acordado também que será agendada uma assembleia no início do mês de Setembro para aprovação do orçamento para o próximo exercício, 2017 (dois mil e dezessete). A Nalú fez alguns relatos do congresso, dentre eles que o estado de Santa Catarina foi bastante elogiado, como um dos estados que está mais a frente na organização dos consórcios públicos e que o Ministério da Saúde fará uma oficina para os consórcios de Saúde de todo o Brasil, no próximo mês de Outubro. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia. Estiveram presentes: Prefeito de Rio Rufino, Sr.

Ademar de Bona Sartor; Prefeita de Cerro Negro, Sra. Sirlei Kley Varela; Prefeito de Correia Pinto, Sr. Vânio Foster; Prefeito de São Joaquim, Sr. Humberto Brighenti; Prefeito de Capão Alto, Sr. Luiz Carlos Alves Freitas; Prefeito de Bom Retiro, Sr. Albino Gonçalves Padilha;

Vice-Prefeito de Urubici, Sr. Elói Tadeu Costa; Presidente do CIS/AMURES e Prefeito de Campo Belo do Sul, Pe. Edilson José de Souza; Prefeito de Ponte Alta, Sr. Lindomar Kuhnen; Prefeito de Urupema, Sr. Amarildo Gaio; Prefeito em exercício de Bom Jardim da Serra, Sr. Serginho Rodrigues; Diretora Executiva CIS/AMURES, Sra. Nalú Terezinha Júlio; Assistente Social CISAMA, Sr. Lauro Santos; Deputada Federal Carmem Zanotto; Secretária de Saúde de São Cristóvão do Sul, Sra. Sandra Mari Cassul Fernandes e a Assessora Jurídica Amures, Sra. Zenalda V. de Moraes.

Prefeito de Rio Rufino
Ademar de Bona Sartor

Prefeita de Cerro Negro
Sirlei Kley Varela

Prefeito de Correia Pinto
Vânio Foster

Prefeito de São Joaquim
Humberto Brigenthi

Prefeito de Capão Alto
Luiz Carlos Alves Freitas

Prefeito de Bom Retiro
Albino Gonçalves Padilha

Vice-Prefeito de Urubici
Elói Tadeu Costa

Presidente CIS/AMURES
Prefeito de Campo Belo do Sul
Pe. Edilson José de Souza

Prefeito de Ponte Alta, Prefeito de Urupema
Lindomar Kuhnen Amarildo Gaio

Prefeito em Exercício de
Bom Jardim da Serra
Sergio Rodrigues

Diretora Executiva CIS/AMURES
Nalú Terezinha Júlio

CPIMMOC

ATA PROCESSO 003/2016 REGISTRO DE PREÇOS 003/2016 MEDICAMENTOS

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 – PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2016

Aos 25 (vinte e cinco dias) do mês de julho do corrente ano de 2016 foi iniciado a sessão publica de abertura de propostas de preços referente ao pregão presencial 03/2016 do Consórcio CPIMMOC, tendo como local a sede do Consórcio, sito a Rua Roberto Trompowski, 68, centro, Joaçaba/SC. A sessão teve início com a importação das propostas de preços e conferido os credenciamentos das empresas que apresentaram as propostas, sendo ao todo 25 empresas participantes, das quais, 22 apresentaram preposto para acompanhar a fase de lances com plenos poderes para representar suas empresas. Transcorrida a fase de credenciamento e importação do arquivo de dados com as propostas a fase de lances teve início as 9h30 minutos onde o Pregoeiro avisou aos participantes que as propostas com discrepância de preços seriam solicitado confirmação aos representantes presentes, eventuais itens que não atendessem também poderiam ser solicitado desclassificação pelos presentes ou pela equipe de apoio. A fase de lances transcorreu normalmente até as 11h45min da manhã onde foi feito intervalo para almoço e combinado com todos os presentes que os lances teriam reinício as 12h45min conforme de fato ocorreu. A fase de lances encerrou-se as 17h40min com a conclusão dos 637 itens (exceto 8 itens que não houve cotação). O pregoeiro e equipe de apoio solicitaram prazo para a conferência dos documentos de habilitação solicitados no edital haja visto a quantidade de documentos para análise, tendo sido encerrado a sessão neste dia. No dia 26 (vinte e seis) de julho de 2016 a equipe de apoio novamente reunida reiniciou a conferência dos documentos, chegando a seguinte conclusão quanto aos documentos: A empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA- EPP INSCRITA NO CNPJ 95.368.320/0001-05, não apresentou junto aos documentos de habilitação a AF (Autorização de Funcionamento) para comercialização/distribuição de cosméticos, referente ao item 513 que a mesma venceu, A Empresa Promefarma representações Comerciais Ltda inscrita junto ao CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, também não apresentou a AF para comercialização/distribuição de cosméticos referente ao item 238 que a mesma venceu. Quanto as demais empresas participantes do certame não foi encontrado problemas junto a conferencia dos documentos. Desta forma foi encerrado a ata do pregão presencial 03/2016 com os seguintes encaminhamentos: Ficam desde já as empresas Damedi Dambros e Promefarma (Acima qualificadas) notificadas a apresentar alegações quanto a não apresentação da AF (autorização de funcionamento) para os itens 238 e 513 vencidos pelas mesmas, bem como as demais empresas querendo podem fazer uso do direito de recurso. Fica desde já disposto que a classificação do pregão presencial 03/2016 não é a classificação final pois depende ainda da análise destes itens bem como que todas as empresas participantes podem ainda no prazo de 3 (três) dias uteis analisar e conferir a documentação e formalmente apresentar as possíveis divergências para que o pregoeiro e sua equipe de apoio deliberem. A sessão foi conduzida por mim Vanderlei Roberto Picinini, pregoeiro designado pela Resolução nº 006/2015 tendo como membros da equipe de apoio as Senhoras Marize Coletti, Andreia Fleck da Silva, Rosilene Brustolin (farmacêutica do Município de Catanduvas) e Marisa Amaral Neto.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrado a presente ata que será por mim e pelos demais assinada.

Joaçaba 26 de Julho de 2016.
Vanderlei Picinini
Pregoeiro

MARIZE COLETTI
Presidente da Comissão

Equipe de Apoio:

MARISA AMARAL NETO
Membro

ANDRÉIA FLECK DA SILVA
Membro

ROSILENE BRUSTOLIN
Membro

CIAPS

RESOLUÇÃO 24/2016 - ORÇAMENTO - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
CNPJ 21.568.943/0001-95
QUINTINO BOCAIUVA - Centro - CEP 89135000 - APIUNA - SC
Fone: (047) 3380-8253 Fax: (047) 3331-5800

RESOLUÇÃO 24, de 25 de JULHO de 2016

NICANOR MORRO, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e fundamentado na Lei nº4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; RESOLVE:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, excesso de arrecadação no valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Órgão: Unidade:	06	CIAPS		
	06.001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL		
Projeto/Atividade:	06.001.0008.0301.0011.2001	MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL		
Elemento: Vínculo:	3319000000000000	1640116	APLICACOES DIRETAS	Transf.Convênio -Estado/Outros 2016
Total Suplementado:	R\$ 75.000,00			

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

APIÚNA – SC, 25 de Julho de 2016
NICANOR MORRO
PRESIDENTE